



UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – UCS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO – UNIRITTER
PROGRAMA DE DOUTORADO EM LETRAS – ASSOCIAÇÃO AMPLA
UCS/UNIRITTER

KAREN GOMES DA ROCHA

**LEITURA E RECEPÇÃO EM MEIO SÉCULO DE INSUSTENTÁVEL LEVEZA:
SUBSÍDIOS PARA UMA HISTÓRIA DA LITERATURA DE AUTORIA
FEMININA EM CAXIAS DO SUL, DE 1869 A 1919**

CAXIAS DO SUL

2019

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
TECNOLÓGICO
PROGRAMA DE DOUTORADO EM LETRAS – ASSOCIAÇÃO AMPLA UCS E
UNIRITTER

KAREN GOMES DA ROCHA

LEITURA E RECEPÇÃO EM MEIO SÉCULO DE INSUSTENTÁVEL LEVEZA:
SUBSÍDIOS PARA UMA HISTÓRIA DA LITERATURA DE AUTORIA
FEMININA EM CAXIAS DO SUL, DE 1869 A 1919

Tese submetida ao Programa de Doutorado em
Letras – Associação Ampla UCS/UniRitter –
para a obtenção do título de Doutora.

Orientadora: Profa. Dra. Cecil Jeanine Albert
Zinani

CAXIAS DO SUL

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

R672L Rocha, Karen Gomes da

Leitura e recepção em meio século de insustentável leveza:
subsídios para uma história da literatura de autoria feminina em Caxias
do Sul, de 1869 a 1919 / Karen Gomes da Rocha. – 2019.

271 f. : il. ; 30 cm

Tese (Doutorado) - Universidade de Caxias do Sul em associação
ampla UniRitter, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2019.

Orientação: Cecil Jeanine Albert Zinani.

1. Literatura - História. 2. Mulheres na literatura. 3. Imprensa -
História. 4. Italianos - Rio Grande do Sul. I. Zinani, Cecil Jeanine Albert,
orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 82-055.2:325.3(450:816.5)

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Ana Guimarães Pereira - CRB 10/1460

***LEITURA E RECEPÇÃO EM MEIO SÉCULO DE INSUSTENTÁVEL LEVEZA:
subsídios para uma história da literatura de autoria feminina em Caxias do Sul, de 1869 a
1919***

Karen Gomes da Rocha

Tese de Doutorado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Doutorado em Letras – Associação Ampla UCS/UniRitter, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutor em Letras. Área de Concentração: Leitura e Linguagens. Linha de Pesquisa: Leitura e Processos de Culturais.

Caxias do Sul, 16 de dezembro de 2019.

Banca Examinadora:

Participação via parecer

Dra. Alexandra Santos Pinheiro
Universidade Federal da Grande Dourados

Dra. Cecil Jeanine Albert Zinani
Orientadora
Universidade de Caxias do Sul

Dr. Douglas Ceccagno
Universidade de Caxias do Sul

Participação via videoconferência

Dr. Mauro Nicola Póvoas
Universidade Federal do Rio Grande

Participação via videoconferência

Dra. Raquel Bello Vasquez
Centro Universitário Ritter dos Reis

Dra. Tânia Maria Cemin Wagner
Universidade de Caxias do Sul

Ao Nikolas, meu bebê arco-íris.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à minha família, pelo apoio incondicional e por estarem ao meu lado, sempre.

À minha orientadora, Professora Doutora Cecil Jeanine Albert Zinani, por ser, desde antes da Graduação em Letras, durante o Mestrado e, especialmente, neste momento, inspiração; grata pela confiança, pela amizade, pela delicadeza e gentileza das suas palavras, pelas inestimáveis e riquíssimas contribuições; pelo apoio, compreensão e carinho em todos os momentos desta trajetória.

Ao Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade de Caxias do Sul, Prof. Dr. Márcio Miranda Alves.

Aos demais professores do programa, pelos ricos ensinamentos durante as disciplinas do Doutorado, pelas conversas enriquecedoras, pelo incentivo e pelas sempre preciosas contribuições. Aos professores da banca examinadora, por terem aceitado o convite e compartilhar da leitura dessa pesquisa, ainda agradeço pelas ricas contribuições e apontamentos.

Aos colegas da Turma 8, por compartilharem anseios, dificuldades e, principalmente, pelo companheirismo demonstrado, ao longo desses quatro anos.

À Daniela Pioner, escriturária do Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura, da Universidade de Caxias do Sul, pelo apoio e amizade.

Aos amigos, pelos ouvidos sempre disponíveis.

À CAPES, pelo subsídio financeiro que oportunizou a dedicação integral ao Doutorado.

A todos que acreditaram na realização deste trabalho, pelo estímulo e apoio constantes, e por terem entendido as minhas ausências.

Alea jacta est.

RESUMO

A presente tese busca desvelar, por intermédio da investigação em fontes primárias, as quais consistem nos periódicos que circularam em Caxias do Sul, entre 1869 até 1919, com foco nas composições de autoria feminina, o lugar ocupado pelas mulheres e seus textos no contexto histórico, social, político e econômico que abarca Caxias do Sul, desde os primórdios, nos momentos anteriores à sua fundação, até a municipalidade, com vistas a fornecer subsídios para a escrita de uma história literária da região sob o signo do gênero. Ainda, baseando-se na problematização da leitura e da interpretação de aspectos da história, da cultura, da política e da legislação, como também da literatura, que regularam a colonização italiana em Caxias do Sul, busca-se trazer à discussão o apagamento de, pelo menos, 50 anos de história anteriores ao estabelecimento do mito da italianidade como cultura soberana de um povo cuja saga ainda reverbera. Por intermédio da configuração regional, das inter-relações culturais, além da organização do espaço que viria a ser ocupado pelos imigrantes italianos, levamos em consideração o contexto que foi deixado para trás quando de sua partida para a terra da *cuccagna*.

Palavras-chave: Fontes primárias. Literatura. Imprensa. Caxias do Sul. Imigração italiana.

ABSTRACT

This thesis seeks to unveil, through research in primary sources, which consist of journals circulating in Caxias do Sul, from 1869 to 1919, focusing on female authored compositions, the place occupied by women and their texts in the historical, social, political and economic context that encompasses Caxias do Sul, from the beginning, in the moments before its foundation, to the municipality, with a view to providing subsidies for the writing of a literary history of the region under the sign of gender. Still, based on the problematization of reading and interpretation of aspects of history, culture, politics and legislation, as well as literature, which regulated the Italian colonization in Caxias do Sul, we seek to discuss the erasure of at least 50 years of history prior to the establishment of the myth of Italianity as the sovereign culture of a people whose saga still reverberates. Through the regional configuration, cultural interrelationships, and the organization of the space that would later be occupied by Italian immigrants, we take into account the context that was left behind when they left for *cuccagna* land.

Keywords: Primary sources. Literature. Press. Caxias do Sul. Italian immigration.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Capitania do Rio Grande de São Pedro - 1809	76
Figura 2 - O núcleo urbano primitivo de Caxias do Sul, a "Sede Dante", em torno de 1876-77	94
Figura 1 – Mapa do Centro da povoação nos primeiros tempos de fundação.....	119
Figura 1 - "Despedida de Caxias" – Soneto: primeiro poema de autoria feminina	152

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Planilha cronológica das obras literárias publicadas pelos escritores da RCI	150
Quadro 2 - Relação de periódicos que circulavam em Caxias do Sul entre 1897 e 1919.....	173
Quadro 3 - Ordem cronológica de autoras e suas publicações	179
Quadro 4 - Autoras e suas publicações em periódicos de Caxias do Sul - 1904-1919.....	189

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHMJSA	Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami
IHGRS	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
MusCap	Museu dos Capuchinhos
RCI	Região de Colonização Italiana

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 IMORTALIDADE REVISITADA: CÂNONE, HISTÓRIA DA LITERATURA E A LITERATURA DE AUTORIA FEMININA	26
2.1 CÂNONE: IMORTALIDADE E INEVITABILIDADE VALORATIVA?.....	26
2.2 TRAÇANDO A NOVA HISTÓRIA DA LITERATURA: O HISTORIADOR DA LITERATURA E A CRÍTICA SOB A ÓPTICA DA RECEPÇÃO.....	33
2.3 CRÍTICA FEMINISTA: UMA NOVA HISTÓRIA LITERÁRIA PELA ÓPTICA DA GINOCRÍTICA.....	43
3 RECEPÇÃO E LEITURA: RELAÇÃO TEXTO-LEITOR.....	48
3.1 SUBSÍDIOS TEÓRICOS SOBRE RECEPÇÃO: UM ESTUDO PREMENTE PARA A RETOMADA DE UMA NOVA HISTÓRIA DA LITERATURA	48
3.2 SUBSÍDIOS TEÓRICOS SOBRE HISTÓRIA DA LEITURA E LEITURA	57
3.3 “A HISTÓRIA DA LITERATURA COMO PROVOCAÇÃO”? : O LEITOR E A HISTORICIDADE DA LITERATURA	67
4 HISTÓRIA & LEGISLAÇÃO NO EMPREENDIMENTO IMIGRATÓRIO: A LEITURA DO CONTEXTO DE SURGIMENTO DE CAXIAS DO SUL.....	71
4.1 <i>LA MÉRICA – TERRA DE LA CUCCAGNA</i> : LEITURA DA HISTÓRIA, DA LEGISLAÇÃO & DA IMIGRAÇÃO	71
5 OS ANTECEDENTES: DAS ORIGENS DE CAXIAS DO SUL À CHEGADA DOS IMIGRANTES	114
5.1 DA OCUPAÇÃO “DAS MATAS VERDES, VIRGENS E FRONDOSAS” À CHEGADA DOS PRIMEIROS IMIGRANTES ESPONTÂNEOS.....	114
5.2 <i>DALL'ITALIA NOI SIAMO PARTITI</i>	120
6 A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO PROCESSO LITERÁRIO REGIONAL: HISTÓRIA, CULTURA E A IMPRENSA EM CAXIAS DO SUL, DOS PRIMEIROS REGISTROS ÀS PRODUÇÕES FEMININAS ATÉ 1919	137

6.1 HISTÓRIA, IMPRENSA, LITERATURA E CULTURA: ONDE SE ENCAIXA CAXIAS DO SUL.....	137
6.2 UMA BREVE ABORDAGEM DA HISTÓRIA DA IMPRENSA	153
6.3 AS PÉROLAS DA COLÔNIA	177
6.3.1 O papel social da mulher enquanto entidade sócio-histórico-cultural em Caxias do Sul e as produções de autoria feminina.....	182
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	194
REFERÊNCIAS.....	199
ANEXOS - PÉROLAS DA COLÔNIA	210
ANEXO A – RELAÇÃO DE MULHERES PROPRIETÁRIAS (1875 A 1920).....	210
ANEXO B – TEXTOS DE AUTORIA FEMININA ENCONTRADOS NOS PERIÓDICOS	231

1 INTRODUÇÃO

Para que serve este bem imaterial que é a literatura? Bastaria responder, como já fiz, que é um bem que se consome gratia sui, e portanto não deve servir para nada. Mas uma visão assim desencarnada do prazer literário corre o risco de reduzir a literatura ao jogging ou à prática de palavras cruzadas – os quais, além do mais, servem ambos para alguma coisa, ora à saúde do corpo, ora à educação léxica.

Umberto Eco (2011, p. 10)

Para que serve a literatura? Essa é a pergunta que abre a presente investigação. A partir dela, Umberto Eco expõe algumas funções que lhe atribui, tanto para o individual quanto para o social:

- a) A literatura mantém em exercício a língua como patrimônio coletivo;
- b) A língua vai para onde quer, mas é sensível às sugestões da literatura;
- c) A literatura, contribuindo para formar a língua, cria identidade e comunidade;
- d) A prática literária também mantém em exercício a nossa língua individual. (ECO, 2011, p. 10-11)

Vislumbra-se que é a literatura a responsável por promover transformações e transmutações. Ainda, a literatura, como bem cultural, é agente mediador na formação do imaginário, posto que ativa experiências culturais e históricas, conduzindo o leitor a se reconhecer enquanto indivíduo e ser social. Dessa forma, contribui, especialmente, para que, em Caxias do Sul, se firmasse a saga da imigração italiana que, promovendo o apagamento das outras etnias aqui presentes anteriormente e boa parte da história, se consagrou a tal ponto que foram descartados da historiografia, incluindo-se a literária, pessoas, textos, culturas e demais expressões, artísticas ou não.

De acordo com o que Hans Robert Jauss expõe, deve-se “buscar a contribuição específica da literatura para a vida social precisamente onde a literatura não se esgota na função de uma arte da *representação*”. (JAUSS, 1994b, p. 57). E, assim sendo, nesta tese, foram buscados subsídios que possam contribuir para a escrita de uma história da literatura feminina, por intermédio do resgate da escrita de mulheres, cujo suporte são jornais e periódicos publicados em Caxias do Sul, entre o final do século XIX e princípios do século XX.

Se o resgate for pensado como ato de socialização, emerge a consciência de que o criador da obra é socialmente situado e sua produção traz marcas dessa circunstância. É legítimo, então, que suas representações sejam passíveis de questionamento, possibilitando verificar a presença de grupos sociais diferenciados, posto que se constituem de seus autores e/ou de suas obras. Tais vozes, considerando-se o campo literário, leva-nos a pensar acerca das relações e imbricações entre o fazer literário e o mundo social.

A esse respeito, Jauss faz “acender uma luz”:

Focalizando-se aqueles momentos de sua história nos quais obras literárias provocaram a derrocada de tabus da moral dominante ou ofereceram ao leitor novas soluções para a casuística moral de sua práxis de vida — soluções estas que, posteriormente, puderam ser sancionadas pela sociedade graças ao voto da totalidade dos leitores —, estar-se-á abrindo ao historiador da literatura um campo de pesquisa ainda pouco explorado. (JAUSS, 1994b, p. 57).

Esse é um campo que nos propomos explorar, a partir do momento em que, por meio da recuperação, a intenção a que nos dedicamos é de poder fornecer subsídios de forma a preencher uma lacuna na história da literatura do Rio Grande do Sul, com vistas a dar visibilidade à produção de autoria feminina de Caxias do Sul, sem que desconsideremos a masculina, em um período em que às mulheres era permitido limitado acesso à educação, poucos lugares de atuação na sociedade e, no que tange à literatura, quase (ou nenhum) espaço de expressão. Ainda, ao longo da pesquisa, foram recuperados alguns periódicos que aqui circularam, como também atualizados seus dados.

A título de ilustração acerca da visibilidade da mulher, pode-se mencionar o fato de que a primeira menção à mulher residente de Caxias do Sul (aliás, são dois os nomes) que consta impressa se encontra no primeiro periódico editado no município, então “Villa de Santa Thereza de Caxias”¹. O jornal *O Caxiense*, de propriedade do advogado Augusto Diana Terra, também editor-chefe da folha quinzenal, começou a circular a partir de 15 de outubro de 1897 e intitulava-se “Defensor das colonias italianas e orgam republicano”². Em seu segundo número, de 6 de novembro de 1897, na terceira página, consta reportagem acerca do matrimônio religioso, ocorrido em 20 de outubro de 1897, contraído por Ernesto Luchese

e a **interessante jovem Senhorita Carolina**, filha do nosso distinto collaborador Sr. Romualdo Alexandre.

¹ Em 20 de junho de 1890, Caxias do Sul emancipa-se de São Sebastião do Caí, a partir de um ato oficial do governo estadual, tornando-se município e passando a se chamar “Villa de Santa Thereza de Caxias”. Abordamos com maior ênfase a história de Caxias do Sul nos Capítulos 4, 5 e 6 da presente investigação.

² Na presente tese, manter-se-ão as grafias dos originais.

Serviram de padrinhos: por parte da noiva a **Exma. Sra. Dona Francisca Mômro**³ e pelo noivo, o Sr. Ludovico Sartori⁴, conceituado negociante d'esta praça. Esteve o acto muito concorrido. [...] (*O Caxiense*, 6 nov. 1897, p. 3, grifos nossos).

Cabe ressaltar que seus nomes constam pelo fato de serem reconhecidas pela sua filiação (Carolina) ou pelo *status marital* (Francisca Mômro), importando mais o pai da noiva, distinto colaborador do periódico, e a posição político-social de seu esposo.

A subordinação das mulheres pelos homens com base em sistemas gênero-sexo, os quais foram produzidos culturalmente, revela-se por intermédio da história das sociedades. Convém que assim seja reconhecida a ocorrência da “naturalização” de papéis sociais, abrindo-se neles a dominação, a opressão e a exclusão (CAMPOS, 1992, p. 113), de modo que a condição feminina fica preterida à posição inferior, pois a dominação masculina, apresentada como universal nas sociedades, passa a pertencer à ordem natural.

A busca do espaço feminino, embora bastante estudado⁵ e complementado pela atuação da mulher, ainda necessita de atenção no que tange à construção de uma percepção e conscientização a respeito de seu papel transformador em relação à sociedade. Através dos estudos culturais de gênero, o entendimento do poder da mulher e de sua importância – como agente social de transformação –, sem deixar de manter um diálogo com o universo masculino –, permitiu melhor vislumbrar e reavaliar o lugar do sujeito feminino na sociedade. Todavia, ainda se faz necessário retomar esse papel.

O mundo social resulta tanto em marcas singulares na formação do indivíduo quanto na construção de crenças e valores compartilhados na dimensão cultural, os quais constituem, assim, a experiência histórica e coletiva de grupos, a transformação da sociedade e da visão de questões que envolvem uma nova realidade em que não deveria haver subordinação da mulher e diferenças de gênero. De acordo com Showalter (1994, p. 47), “No passado, a experiência

³ Esposa de Antônio Moro (Piemonte, ? – Caxias do Sul, 11/07/1914), foi conceituado comerciante e político ítalo-brasileiro e um dos integrantes da Junta Governativa indicada pelo Governo do Estado para dirigir o novo município de Caxias a partir de sua emancipação em 20 de junho de 1890.

⁴ Filho de Salvador Sartori e Angela Zancaner, comerciante de Caxias, membro dos jurados da comarca de Caxias, nomeado pelo dr. Antonio Casagrande – juiz da comarca de Caxias - (publicado n’*O Brazil: Orgam do Partido Republicano* [1909-1924], 1910, números 52, 90; 1911, números 91, 147, 148, 152, 153).

⁵ Atualmente, destaca-se o projeto de pesquisa interinstitucional intitulado “Retratos de Camafeu: biografias de escritoras sul-riograndenses” (CAMAFEU), vencedor do edital n° 13/2015 “Memórias brasileiras: biografias” da Capes, o qual reúne pesquisadores da PUCRS (instituição líder), da FURG e da UCS. Coordenado pela Professora Doutora Maria Eunice Moreira (PUCRS), cuja proposta é a produção das biografias de onze escritoras gaúchas – Anália Vieira do Nascimento (Porto Alegre), Andradina América Andrade de Oliveira (Porto Alegre), Arminda (Itaqui), Cândida Fortes Brandão (Cachoeira do Sul), Ibrantina Cardona (Porto Alegre), Júlia César Cavalcanti (Pelotas), Julieta de Mello Monteiro (Pelotas), Luísa Cavalcanti Guimarães (Pelotas), Maria Clara da Cunha Santos (Pelotas), Sofia A. Benny (Pelotas) e Tercília Nunes Lobo (Porto Alegre) –, que publicaram no *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*. Muitas dessas mulheres tiveram seus nomes relegados ao esquecimento pela historiografia literária.

feminina que não pudesse ser acomodada pelos modelos androcêntricos era tratada como desvio ou simplesmente ignorada. A observação sob um ponto de vista exterior nunca poderia ser igual à compreensão de dentro”. Assim, o mesmo ocorre na história literária.

É preciso considerar que gênero, cuja definição aqui tomamos, consta da proposta apresentada por Showalter (1994, p. 27), o qual é “concebido como uma construção cultural que especifica comportamentos e atitudes atribuídos aos sexos masculino e feminino”.

No que tange à produção escrita de autoria feminina, houve, por longo tempo, um período de supressão e apagamento. Tal constatação sugere que inúmeras obras, as quais poderiam ter sido incluídas no cânone, não o foram, posto que cabia ao feminino, ao papel de esposa e dona do lar, isto é, às mulheres eram designadas outras atribuições que não a de escritoras e produtoras de conhecimento. Se isso ocorresse, seria um risco, pois, do contrário, abriria espaço para adentrar a esfera pública e permitiria que suas ideias pudessem ser disseminadas. Ter vez e voz não era para o feminino, haja vista ser prerrogativa do masculino. Na presente investigação, não pleiteamos que as composições de autoria feminina sejam incluídas em quaisquer cânones, queremos, todavia, que a essas produções seja dada a chance de ter visibilidade, antes de qualquer juízo valorativo.

Empenhada na produção de conhecimento como prática ideológica, enquanto resistência e intervenção, Rita Terezinha Schmidt (1994, p. 24) assevera que a crítica feminista é revelada como de importância na investigação dos mecanismos através dos quais “as práticas sociais e discursivas disseminam, legitimam ou subvertem definições tradicionais de gênero”, não sendo relegada apenas a questões teóricas e acadêmicas.

Com o intuito de ser feita uma revisão da postura tradicional a que os estudos literários estiveram submetidos por um longo tempo, consideramos importante entender que a exclusão, supressão e apagamento das expressões femininas, bem como da manipulação dessas obras, consiste em se privar a sociedade de realmente ter acesso ou vir a tomar conhecimento de um panorama muito mais amplo do que se divulga ou se quer divulgar. Ao tecer ressalvas ao cânone, Maria Consuelo Cunha Campos (1994, p. 116) expõe que a crítica feminista visa

ataca[r] o sistemático desprezo pela contribuição da mulher, desprezo este que assume a forma da exclusão de determinadas escritoras e da distorção ou da incompreensão relativamente às poucas dentre elas incluídas nela. A predominância masculina resultaria, no caso, tanto da própria assimetria social entre os sexos quanto da ideologia sexista mesma, enquanto propagadora e fundamento do papel tradicional da mulher.

Seguindo essa perspectiva de renovação dos estudos literários, propõe-se a organização de subsídios que contribuam para a escrita de uma história da literatura de autoria

feminina na cidade de Caxias do Sul, até então não explorada, a qual se torna uma questão primordial, posto que se refere à história, à cultura, à memória e ao legado literário de uma região.

Quando da proposta de se prover elementos para que se possa construir uma história da literatura, também há de se considerar o papel do historiador. Nesse sentido, Jauss argumenta que nenhum historiador consideraria histórica uma apresentação da literatura de acordo com seus gêneros [literários] e que o papel que um historiador da literatura desempenha não deve dizer respeito a vereditos qualitativos, o que é “francamente malvisto”; antes, explica o teórico, a que o historiador costuma se apoiar:

no ideal da objetividade da historiografia, à qual cabe apenas descrever *como as coisas efetivamente aconteceram*. Sua abstinência estética funda-se em boas razões. Afinal, a qualidade e a categoria de uma obra literária não resultam nem das condições históricas ou biográficas de seu nascimento, nem tão-somente de seu posicionamento no contexto sucessório do desenvolvimento de um gênero, mas sim dos critérios da recepção, do efeito⁶ produzido pela obra e de sua fama junto à posteridade, critérios estes de mais difícil apreensão. (JAUSS, 1994b, p. 07-08, grifo do autor).

No que tange à metodologia, foi, então, pelo fato de os métodos marxista e formalista não terem dado conta da historicidade da literatura que Jauss desenvolveu o método recepcional, posto que “compreender a obra de arte em *sua* história – ou seja, no interior da história da literatura definida como uma *sucessão de sistemas* – ainda não é o mesmo que contemplá-la *na* história – isto é, no horizonte histórico de seu nascimento, função social e efeito histórico” (JAUSS, 1994b, p. 20, grifos do autor).

Portanto, partindo do impasse das ferramentas e procedimentos a que se propôs discutir para a formulação de seu próprio método, Jauss chegou à conclusão de que há a possibilidade de “colocar-se a ‘série literária’ e a ‘não-literária’ numa conexão que abranja a relação entre literatura e história, sem com isso obrigar-se a primeira a, abandonando seu caráter artístico, encaixar-se numa função meramente mimética ou ilustrativa”. (JAUSS, 1994b, p. 20-21). Existiria, assim, a possibilidade de convergência da compreensão da evolução literária sob ambas as perspectivas, da sucessão histórica de sistemas e do encadeamento de situações sociais, com a inclusão do leitor, antes com um papel limitado – quiçá, ignorado. Por isso, a “provocação à história literária” – o desafio da ciência literária em superar “o abismo entre literatura e história, entre o conhecimento histórico e o estético”, uma

⁶ Cf. o tradutor Sérgio Tellaroli, o substantivo *Wirkung* (efeito, eficácia, atuação, ação) foi traduzido por “efeito”, 1994, p. 07.

vez que as escolas criticadas compreendiam o *fato literário* “encerrado no círculo fechado de uma estética da produção e da representação”. (JAUSS, 1994b, p. 22).

A evolução literária, então, por intermédio do fundamento estético-recepcional, adquire novos rumos, na medida em que o ponto de vista do historiador da literatura

torna-se o ponto de fuga — mas não de chegada! — do processo; ele abre também o olhar para a profundidade temporal da experiência literária, dando a conhecer a distância variável entre o significado atual e o significado virtual de uma obra. O que se quer dizer com isso é que o caráter artístico de uma obra — cujo potencial de significado o formalismo reduz à inovação, enquanto critério único de valor — não tem de ser sempre e necessariamente perceptível de imediato, já no horizonte primeiro de sua publicação, que dirá então esgotado na oposição pura e simples entre a forma velha e a nova. A distância que separa a percepção atual, primeira, do significado virtual — ou, em outras palavras: a resistência que a obra no-va opõe à expectativa de seu público inicial pode ser tão grande que um longo processo de recepção faz-se necessário para que se alcance aquilo que, no horizonte inicial, revelou-se inesperado e inacessível. Pode ocorrer aí de o significado virtual de uma obra permanecer longamente desconhecido, até que a “evolução literária” tenha atingido o horizonte no qual a atualização de uma forma mais recente permita, então, encontrar o acesso à compreensão da mais antiga e incompreendida. (JAUSS, 1994b, p. 44).

Embora longa, a citação demonstra que a dimensão primordial da literatura, em consonância com Jauss, se relaciona a sua recepção e seu efeito, tão importantes quanto o caráter estético ou a sua função social, levando em consideração os leitores, ouvintes, espectadores que, anteriormente, pelas teorias literárias em voga [marxista e formalista], detinham “um papel extremamente limitado”⁷. (JAUSS, 1994b, p. 22).

Contudo, não apenas de obras consagradas deveriam se constituir os cânones, posto que, excludentes, não dão espaço a outras realizações literárias e, falando-se em descobertas, por que não trazer à luz textos que até então não tiveram espaço para (re)conhecimento e/ou (re)apreciação crítica? O intuito não é promover a construção de um cânone, assim como a avaliação das “interferências da crítica literária configuradas nas freqüentes emissões de juízos de valor” (SOUZA, 2006, p. 95), senão dar visibilidade a obras e autoras, partindo-se da ideia de que em intervalos de tempo, historicamente falando, as origens e os processos de transformação do fato literário tenham vindo a estender a perspectiva da história ao campo dos estudos literários. (SOUZA, 2006, p. 94).

⁷ Consoante Jauss, a escola marxista, em seu tratamento para com o leitor, expõe que não o trata “– quando dele se ocupa – diferentemente do modo com que ela trata o autor: busca-lhe a posição social ou procura reconhecê-lo na estratificação de uma dada sociedade”. E a formalista, por sua vez, “precisa dele apenas como o sujeito da percepção, como alguém que, seguindo as indicações do texto, tem a seu cargo distinguir a forma ou desvendar o procedimento”. (1994b, p. 22).

Como reabrir o acesso a obras já esquecidas? A essa pergunta Jauss, apoiando-se em sua teoria, reitera que

a tradição literária não é capaz de transmitir-se por si mesma e de que, portanto, um passado literário só logra retornar quando uma nova recepção o traz de volta ao presente, seja porque, num retorno intencional, uma postura estética modificada se reapropria de coisas passadas, seja porque o novo momento da evolução literária lança uma luz inesperada sobre uma literatura esquecida, luz esta que lhe permite encontrar nela o que anteriormente não era possível buscar ali. (1994b, p. 44).

Tomando-se a constatação supracitada, é possível conceber que se um texto necessita de leitores para fazer sentido e, se ele não é conhecido e não está disponível, se não é trazido à discussão, como, então, oportunizar que haja sua interação com os leitores?

Na introdução à obra *Sobre a literatura*, coletânea de ensaios (como mesmo refere-se o autor: “[...] série de escritos ocasionais, todos, no entanto, centrados no problema da literatura”), Umberto Eco (2011, p. 07), quando trata de seus escritos, todos adaptados para a obra, expõe que

O leitor poderá notar o retorno, em escritos diversos, e talvez com uma distância de anos, de um mesmo exemplo ou tema. Parece-me natural, pois *cada um carrega consigo a própria bagagem de “lugares” exemplares. E a repetição (se realmente não incomoda o leitor) serve para colocá-los em evidência.* (Grifos nossos).

A partir do exposto, cabem dois comentários: primeiro, acerca do leitor, que é quem se identificaria, ou não, com o texto a que se expõe – relação que a estética da recepção considera e que embasa a presente tese; segundo, no que diz respeito à “bagagem de lugares exemplares”, que, também em referência à estética recepcional, se encontra no “horizonte de expectativa” da proposta de Jauss.

Ainda, suscitando os preceitos de Jauss, Maria da Glória Bordini expõe que a obra de arte, em sua fusão com “o horizonte de expectativas do leitor, afasta-o de sua familiaridade com as coisas e o provoca a olhar o mundo de outra perspectiva, que poderia afetar a sua *práxis*” (BORDINI, 2015, p. 204). À literatura não caberia o papel de ser representativa, pois “não absorveria as condições históricas ou sociais de sua origem, mas ofereceria modelos, padrões de atuação a que o leitor responderia. Envolvendo-se com o texto, o leitor reagiria às normas nele postas em ação e reconsideraria as suas” (BORDINI, 2015, p. 204), e cujos suportes utilizados são os periódicos na socialização dos textos que resgatamos.

Destarte, apesar das críticas à estética da recepção no que concerne à concepção de um leitor ideal, a teoria de Jauss, argumenta Bordini (2015), adquiriu relevância por dar atenção

ao polo até então pouco considerado da leitura e de seus efeitos sociais e, em acréscimo, explica que

ao retomar a dialética da pergunta e resposta gadameriana para estabelecer a atualização do sentido nos horizontes de expectativa históricos, deu uma resposta ao dilema do reflexo lukasiano da sociedade na obra, incluindo origem, obra e intérprete num círculo hermenêutico de alta produtividade. (BORDINI, 2015, p. 206).

A presente tese busca estudar a leitura, dentro da perspectiva da recepção, da história e da história da literatura, por meio da abordagem teórica, crítica e analítica, com vistas ao resgate de obras/composições de autoria feminina de Caxias do Sul-RS, escritas/publicadas no município, de 1869 a 1919, nos periódicos que circularam, no horizonte da época de sua recepção.

A história de Caxias do Sul inicia, oficialmente, em maio de 1875, com a colonização italiana. A sua primeira denominação consta em documentos oficiais sob a alcunha de Fazenda aos Fundos de Nova Palmira⁸. (CAXIAS DO SUL, 2018). A seguir, pelo fato de a concentração inicial dos imigrantes recém-chegados à Colônia ter ocorrido na área que atualmente corresponde a Nova Milano (distrito do município de Farroupilha), ficou conhecida como Nova Milano ou Barracão⁹. Ao longo de sua história, a cidade recebeu ainda diversas nomeações até atender ao nome pelo qual hoje é conhecida. De acordo com o sítio da Prefeitura de Caxias do Sul (2018), as nomeações seguem: Colônia de Caxias (também conhecida como Campo dos Bugres) (1877-1880), Sede Dante (ou Sede Principal) (1880-1884), Freguesia de Santa Tereza de Caxias (1884-1890), Vila de Santa Tereza de Caxias (1890-1910) e Caxias (1910-1944), até que a última modificação na denominação da cidade foi realizada “através do Decreto nº 720 de 29 de dezembro de 1944 que, além de fixar nova divisão territorial, acrescentou ao nome da cidade um elemento indicador de sua posição geográfica”. Assim, passou-se a denominar Caxias do Sul.

De acordo com Cecil Jeanine Albert Zinani (2016, p. 129), o marco da “literatura na Região de Colonização Italiana é anterior à publicação da *Vita e stòria de Nanetto Pipetta*, pelo *Stafetta Riograndense*, em 1924”.

⁸ A denominação devia-se a sua localização, ao sul de Nova Petrópolis, Picada Feliz e Nova Palmira, antigas colônias alemãs. (CAXIAS DO SUL, 2018).

⁹ Barracão: assim nomeada pela existência, no local, de uma edificação destinada ao abrigo provisório dos imigrantes. (CAXIAS DO SUL, 2018).

O *Dicionário Biobibliográfico dos Escritores da Região de Colonização Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul*¹⁰ registra, como primeiro escritor da região, José Bernardino dos Santos, cuja obra é a que utilizamos na presente tese para delimitar temporalmente o marco histórico de investigação¹¹, 1869, até o ano de 1919, um ano após o término da Primeira Guerra Mundial, o que contempla meio século histórico, social, cultural e político de Caxias do Sul.

Em consulta à planilha cronológica das obras literárias publicadas pelos escritores da RCI¹² (p. 205-225), em meio século, como primeiro levantamento realizado, foi encontrada apenas uma publicação de autoria feminina: *Rimas sem metro*, de Antonieta Lisboa de Figueiredo Saldanha, de 1918. Nesse mesmo espaço de tempo, as publicações de autoria masculina foram em número de 23, divididas entre 11 autores. É passível de percepção a existência de movimentação e articulação masculinas muito superiores às femininas, uma vez que, provavelmente, o espaço de veiculação, articulação, publicação e recepção das obras privilegiasse a escrita de autoria masculina. Ainda, depois de uma segunda sondagem, já nos periódicos, em total de 28, foi possível elencar 43 textos de autoria feminina, divididos entre 21 autoras. Como critérios de exclusão consideramos aqueles cuja autoria não se podia identificar, fosse por questões de gênero ou porque não constasse autoria e, ainda, pela profusão de nomes abreviados.

Com o intuito de ser feita uma revisão da postura tradicional a que os estudos literários estiveram submetidos por um longo tempo, faz-se relevante a presente pesquisa, inserida no Programa de Doutorado em Letras – Associação Ampla UCS/UniRitter, a qual pretende contribuir com um estudo interdisciplinar na área de Leitura e Processos culturais. Há a história, o cânone, o sistema literário e a história da literatura como elementos que necessitam não apenas ser lidos, mas interpretados, a partir dos pressupostos da Estética da Recepção, proposto por Jauss, além do resgate de escritoras e de suas obras. Através disso, foram aspectos culturais e históricos recuperados e/ou (re)descobertos, contribuindo, assim, para que

¹⁰ Vide Referências.

¹¹ A primeira obra publicada, *Quadros da vida selvagem: I-Juca-Pirama*, consiste em uma versão do poema de Gonçalves Dias para drama, questão que discutimos no Capítulo 6 da presente tese e que justifica a relação que fazemos com a região.

¹² A região em questão, até o ano de 2005, era composta por 46 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Sua delimitação foi feita e explicada no *Dicionário biobibliográfico de escritores da RCI* (2006). Tal dicionário constitui-se em um inventário dos autores e a produção literária dessa região, em que a reunião de informações foi realizada sem a “preocupação de seleção baseada em juízos valorativos” (BERTUSSI, 2006, p. 14. In: ZINANI, Cecil Jeanine Albert; BERTUSSI, Lisana Teresinha; SANTOS, Salete Rosa Pezzi dos. *Dicionário biobibliográfico de escritores da Região de Colonização Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul: das origens a 2005*. Porto Alegre: EST, 2006.). Em estudos atualizados, mais especificamente pela área da toponímia e realizados pelos pesquisadores Me. Bruno Misturini e Prof^a. Dr^a. Vitalina Maria Frosi, dentro do Programa de Doutorado em Letras da Universidade de Caxias do Sul, a região é composta por 58 municípios.

o Programa de Doutorado em Letras e a Universidade de Caxias do Sul continuem ganhando seu espaço na área dos estudos literários no Brasil.

Foi necessário, também, que fosse feita a transposição à realidade serrana do Estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente à cidade de Caxias do Sul, cuja delimitação, enquanto região geográfica e sociocultural abordada, e, em termos temporais, a articulação [ativa ou não] do cenário literário apresentado entre os anos de 1869 a 1919, posto que “todos esses fatores dizem respeito ao campo dos estudos de gênero, no que tange a projetos de vida, à articulação entre mulheres na cena literária ou à consciência da autoria” (LEONHARDT, 2013, p. 156).

A presente tese apresenta a problematização da leitura e da interpretação de aspectos da história, da cultura, da política e da legislação, como também da literatura, que regularam a colonização italiana em Caxias do Sul, levando em consideração o apagamento de, pelo menos 50 anos de história anteriores ao estabelecimento do mito da italianidade como cultura soberana de um povo cuja saga ainda reverbera. O problema estende-se e culmina no resgate de obras/composições, especialmente, de autoria feminina de Caxias do Sul-RS, de 1869 a 1919, nos periódicos que aqui circularam à época, com vistas a fornecer subsídios para a escrita de uma história literária da região sob o signo do gênero.

Objetivou-se, de maneira geral, resgatar obras/composições de autoria feminina de Caxias do Sul, aqui publicadas ou escritas, a partir da óptica do horizonte da recepção, dos primórdios (1869) a 1919, a fim de verificar se, por meio de abordagem teórico-crítica desses dados, é possível (re)ler, (re)interpretar e produzir subsídios para a escrita de uma nova história literária da cidade, em que o signo fundamental seja o estudo de gênero. Propõe-se, ainda, investigar a existência de escritoras e obras não registradas no *Dicionário biobibliográfico de escritores da Região de Colonização Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul: das origens a 2005*; analisar os resultados obtidos, com vistas a organizar um elenco que contemple e amplie autoras e obras, bem como a construção de um panorama teórico-crítico da história, da cultura e da política, desde os primeiros habitantes que aqui já se encontravam e os imigrantes que viriam para a colonização, refletindo acerca do que levou ao apagamento de mais de 50 anos de história anteriores ao estabelecimento do “mito italiano”, além de promover, a partir do estudo realizado, a organização de subsídios para a escrita de uma história da literatura a partir da leitura e da escrita sob o signo do gênero social e da estética recepcional, de forma a contribuir para a ampliação do acervo de escritoras e obras e seu conseqüente (re)conhecimento, promovendo a divulgação de textos e obras de autoria feminina até então desconhecidos e/ou inéditos.

Com vistas a abarcar os objetivos propostos e a responder ao problema de pesquisa proposto, a presente tese apresenta-se dividida em seis capítulos, de forma que o primeiro consiste nesta Introdução, além das considerações finais.

O segundo capítulo traz à discussão, primeiramente, aspectos históricos da concepção de cânone e do conceito de valor estético, para, assim, buscar estabelecer uma relação de valoração diferenciada à prática crítica. É traçado o percurso histórico-teórico-crítico para a concepção da construção de subsídios que contribuam para uma nova história da literatura, momento em que também são contemplados o papel do historiador da literatura e o papel da crítica, sob a óptica da recepção. Ainda, questiona-se em que medida o discurso hegemônico patriarcal pode ser colocado em questão, ao focalizar o papel social da mulher enquanto entidade sócio-histórico-cultural, como produtora de textos e leitora.

O terceiro capítulo versa, em sua primeira abordagem, acerca dos subsídios teóricos utilizados para embasar metodologicamente a presente investigação. Destarte, foi trazida a teoria estético-recepcional de Hans Robert Jauss à luz (1994a, 1994b, 2002). Revelam-se, ainda, as concepções de leitura e leitor, abarcadas no presente estudo, com o suporte dos subsídios teóricos da História das práticas de leitura, por meio da leitura e da apropriação dos materiais culturais (na presente investigação, os jornais), enquanto prática cultural e pela sua recepção/elaboração/leitura pelos leitores que são os responsáveis por dar à leitura, por sua vez, a concepção de uma prática criadora e transformadora.

O quarto capítulo versa acerca de como ocorreu o processo colonizatório empreendido pelo Estado Imperial, perpassando e inter cruzando elementos da história e da legislação nacional e estadual, com vistas a desvelar os diversos interesses dos grupos sociais e o contexto em que se desenvolveu, posteriormente, a cidade, em sua colonização. Ainda, são contemplados aspectos da história sócio-econômico-culturais de Caxias do Sul, desde antes de sua denominação como Colônia até a municipalidade.

No quinto capítulo, por sua vez, são trazidos à interpretação os aspectos que antecederam a colonização do então Campo dos Bugres, perpassando pela Sede Dante, e estendendo-se sua abordagem até o momento em que, temporalmente, se encontra a Colônia Caxias, a partir da qual vem a, posteriormente, se desenvolver a Cidade de Caxias. Ainda, no presente capítulo, consideramos revelar a realidade dos emigrantes quando do momento de sua partida da Itália, e buscamos, assim, delinear um panorama geral, com vistas à compreensão do contexto social, histórico e político do norte italiano, que culmina nas expectativas e na visão de como os colonos e seus descendentes viriam a se (re)organizar e se estabelecer em um cenário já planejado.

O sexto capítulo, com vistas a subsidiar a reconstrução de uma história da literatura de autoria feminina em Caxias do Sul, de 1869 a 1919, propõe-se a analisar e abarcar os aportes que contemplam a desconstrução dos discursos da historiografia oficial em relação à tradição literária que demarca a literatura caxiense. A partir de um breve panorama da história, da imprensa e da literatura, desde os aspectos nacionais, perpassando o Rio Grande do Sul, e se concentrando na abordagem local da conformação de um incipiente sistema literário, sob o signo do gênero e por intermédio dos pressupostos da estética recepcional, de Caxias do Sul, do período compreendido entre 1869 a 1919. Por intermédio do resgate, tendo como suporte os periódicos que circularam em Caxias à época, como as fontes primárias da presente tese, além da historiografia específica, foi possível delinear um incipiente sistema literário que se desenvolvia e viria a lançar as bases para a conformação do mito da italianidade, que se perpetua e é renovado constantemente na atualidade. Tal sistema literário, com o tempo, foi apagado. Ainda, consiste na concepção de um panorama teórico-crítico, embasado na vida real, bem como na literatura, previamente determinados por uma perspectiva de dominação masculina, dos papéis sociais e da condição geral das mulheres em Caxias à época, culminando no resgate de autoras e de suas obras/composições como contribuição à construção de uma nova história da literatura.

As considerações finais trazem, por sua vez, os resultados obtidos, bem como as perspectivas futuras de pesquisa e as contribuições que a presente tese proporcionou.

2 IMORTALIDADE REVISITADA: CÂNONE, HISTÓRIA DA LITERATURA E A LITERATURA DE AUTORIA FEMININA

O segundo capítulo traz à discussão, primeiramente, aspectos históricos da concepção de cânone e do conceito de valor estético, para, assim, buscar estabelecer uma relação de valoração diferenciada à prática crítica. É traçado o percurso histórico-teórico-crítico para a concepção da construção de subsídios que contribuam para uma nova história da literatura, momento em que também são contemplados o papel do historiador da literatura e o papel da crítica, sob a óptica da recepção. Ainda, questiona-se em que medida o discurso hegemônico patriarcal pode ser colocado em questão, ao focalizar o papel social da mulher enquanto entidade sócio-histórico-cultural, como produtora de textos e leitora.

2.1 CÂNONE: IMORTALIDADE E INEVITABILIDADE VALORATIVA?

O crítico literário Harold Bloom¹³ questiona: “De onde veio a idéia de conceber uma obra literária que o mundo não deixasse voluntariamente morrer?” (BLOOM, 1995, p. 27). O Cânone, se tomado como a relação de um leitor e escritor individuais com o que se preservou do que se escreveu, e, expõe Bloom – “esqueçamos dele como uma lista de livros de estudo obrigatório, [e] será visto como idêntico à literária Arte da Memória, não ao sentido religioso do termo.” (BLOOM, 1995, p. 25). Reside nessa afirmação do autor uma ideologia que se sustenta na concepção de valor estético, uma crítica à cognição que, assevera, sempre se apoia na memória. Bloom promove a defesa do cânone em meio a seus colegas norte-americanos, em especial àqueles vinculados aos estudos culturais.

Da impossibilidade humana de ler todos os livros disponíveis resulta a existência do cânone, consoante Bloom expõe (1995, p. 23). Assim, o teórico questiona em que data na história da escrita secular os homens passaram a falar de poemas ou histórias como sendo imortais. A que responde: o conceito de imortalidade “acha-se em Petrarca e é maravilhosamente desenvolvido por Shakespeare em seus sonetos. Já é um elemento latente no louvor de Dante à sua própria *Divina Comédia*”, a quem outorga a invenção da ideia moderna do canônico. (BLOOM, 1995, p. 27).

¹³ Apesar de sua concepção elitista, o renomado crítico é aqui considerado, em especial no que tange à historicidade da concepção do cânone, por suas ilustres contribuições., mesmo que sua postura seja excludente e discriminatória, haja vista sua autoridade como crítico, a qual assegura a manutenção de obras em determinado cânone.

No que diz respeito à ideia moderna do canônico, Bloom atribui a Dante tal feito. Confere-se, ainda, ao poeta-filólogo do Renascimento italiano, o feito de ser um “distribuidor de fama, e na verdade de imortalidade”, a qual Ernest Robert Curtius¹⁴ já detecta entre poetas latinos da França em 1100. (BLOOM, 1995, p. 27). De acordo com Bloom, essa consciência foi associada à ideia de canonicidade secular¹⁵, “de modo que não o herói celebrado, mas a própria celebração era saudada como imortal” (BLOOM, 1995, p. 27).

Vocábulo de origem religiosa, o Cânone transfigura-se em escolha entre textos, os quais “lutam uns com os outros pela sobrevivência, quer se interprete a escolha como sendo feita por grupos sociais dominantes, instituições de educação, tradições de crítica, ou, como eu faço, por autores que vieram depois e se sentem escolhidos por determinadas figuras ancestrais”. (BLOOM, 1995, p. 27-28).

Nesse sentido, é de importância recuperar o significado primeiro da palavra. Maria Eunice Moreira (2003) o faz e expõe que cânone procede, entre os gregos, etimologicamente, de *canon*, o qual designava uma vara ou canudo reto de madeira que os carpinteiros usavam para mensurar o espaço de trabalho. Depois de um tempo, o instrumento passou a significar lei ou norma de conduta e abrangia, em seu sentido, uma conotação moral. Ao chegar à área filosófica, o termo foi usado pelos filósofos alexandrinos para identificar a lista de obras escolhidas por sua qualidade e empregadas para orientar o uso da língua, consideradas exemplares ou modelares. No âmbito religioso, especialmente no que diz respeito às Escrituras, “a palavra cânone foi empregada a partir do século três depois de Cristo, embora seja possível verificar seu uso mais antigo com o sentido de regras ou leis da vida religiosa, chamadas cânones, para distinguir das regras da vida civil”. (MOREIRA, 2003, p. 89-90).

Do substantivo originaram-se o adjetivo canônico e o verbo canonizar,

que se refere tanto à recepção de um texto como à identificação de um homem religioso, considerado como santo ou escolhido. O uso religioso do termo dominou até o século XVIII, quando a palavra recuperou seu significado primitivo, voltando a ser utilizada no sentido que lhe atribuíam os filólogos alexandrinos, isto é, como confecção de lista dos autores (escritores e oradores) mais significativos para o estudo da língua, sentido com o qual ingressou no campo histórico. (MOREIRA, 2003, p. 90).

¹⁴ Estudioso de assuntos medievais, a quem Bloom recorre para refazer a trajetória do conceito de imortalidade. Vide CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura europea y Edad Media latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1948.

¹⁵ Cânone secular, em conformidade com Bloom, significa “catálogo de autores aprovados”, e não tem seu início atestado até meados do século XVIII (1995, p. 27). Ainda, de acordo com o crítico: “E os abridores do Cânone e os tradicionalistas não discordam muito sobre onde se achará a supremacia: em Shakespeare. Ele é o cânone secular, ou mesmo a escritura secular; para fins canônicos, antepassados e herdeiros igualmente são definidos apenas por ele.” (BLOOM, 1995, p. 32).

A partir dessa retomada, explica Moreira (2003, p. 90) que de seu núcleo original foram conservados dois aspectos: “1. o cânone pode ser entendido como norma ou regra e, por conseqüência, transforma-se em modelo; 2. o cânone expressa-se numa relação ou lista de autores que contém em si a idéia de seleção, uma vez que essas obras destinam-se ao estudo ou à imitação”. Por isso, de acordo com Bloom, há um processo de competição dos textos para perdurar, cuja eleição/escolha é feita por “grupos sociais dominantes, instituições de educação, tradições de crítica, ou, como eu faço, por autores que vieram depois e se sentem escolhidos por determinadas figuras ancestrais” (BLOOM, 1995, p. 28).

Em outro sentido atribuído à palavra cânone, Moreira apoia-se na afirmação de Frank Kemode¹⁶, quem explica que determinados textos alcançam “uma certa *autorização* para sua exegese, permanecendo sempre prontos e disponíveis para intermináveis explicações”. Nesse caso, a formação do cânone ocorre, não por meio de uma atividade de aceitação em um conjunto limitado de texto, mas “através de sua introdução num colóquio crítico continuado” (MOREIRA, 2003, p. 90). Moreira ainda elenca os elementos que atuam na determinação do grau de interesse que determinado texto pode provocar e a sua duração nesse colóquio:

as ressonâncias históricas de um texto (sua maior ou menor relação com outros textos), a multiplicação de seus significados (o grau de sua polivalência), a habilidade com que é introduzido na esfera crítica (através de um patrocinador adequado) e a congruência de seus possíveis significados e as preocupações atuais dos críticos. (MOREIRA, 2003, p. 90).

Não somente vinculado a instituições responsáveis por sua subsistência e manutenção, o cânone, atualmente, é preservado também, nomeia Moreira (2003, p. 90), por “círculos culturais diferenciados”:

Se a universidade constitui um espaço privilegiado nessa tarefa, outras instâncias atuam diretamente na seleção e preservação de obras e autores: editoras, grupos sociais comprometidos com a crítica literária; organismos e sociedades literárias definem suas escolhas, permitindo a entrada de alguns e a retirada ou a não aceitação de outros.

Por intermédio da teoria de formação do cânone apresentada por Alaister Fowler¹⁷, Bloom cita a possibilidade de as mudanças no gosto literário estarem “relacionadas a

¹⁶ Consultar KEMODE, Frank. El control institucional de la interpretación. In: SULLÁ, Enric (Org.). *El canon literario*. Madrid: Arco, 1998. p. 91-112.

¹⁷ Fowler, em seu *Kinds of Literature [Tipos de Literatura]*, de 1982. De acordo com Maria Eunice Moreira (2003, p. 91), Fowler, em artigo de 1979, distingue seis tipos de cânones, os quais, no meio europeu, obteve aceitação. São eles: potencial, acessível, seletivo, oficial, pessoal e crítico; tal taxionomia, todavia, foi

reavaliações de gêneros que as obras canônicas representam”¹⁸ (apud BLOOM, 1995, p. 28), o que permite que, em cada era, alguns gêneros “sejam encarados como mais canônicos que outros”. (BLOOM, 1995, p. 28). Assim, Bloom, pela fragilidade da proposta de Fowler, dirige-se ao movimento dos gêneros “simplesmente em termos de escolha estética¹⁹”, uma vez que acredita ser especulação a explicação dada à questão “do motivo de todos os gêneros não existirem numa determinada época”²⁰.

No que tange ao discurso historiográfico, explica Moreira (2003, p. 91) que é ele o responsável pela formação do cânone, no agrupamento de seus semelhantes, e, assim como Bloom (1995) o faz, retoma os mesmos estudos de Curtius²¹ e Fowler²² para subsidiar a argumentação.

Dependendo do círculo ou ambiente de onde provém a palavra cânone, esta recebe sentidos diversos. Moreira menciona que Curtius considera três tipos de cânones: o da igreja, o medieval e os modernos. A respeito dos dois primeiros,

no que se refere à igreja e à Bíblia, Curtius utiliza cânone como listas literárias autorizadas, com variações de um período a outro ou de um país a outro; no cânone moderno, considera, especialmente, as relações entre as obras que a Itália, França, Alemanha e Espanha definiram como *clássicas* [...]. (MOREIRA, 2003, p. 91).

Pelo fato de haver diversas perguntas sem resposta a respeito da organização do cânone, Moreira (2003, p. 92) concebe a impossibilidade de se pensar em um cânone monolítico e homogêneo, porque à unidade do cânone bíblico seguiram-se diversidade e variedade nas seleções até atualmente. Constata-se que valores políticos e ideológicos intercedem na construção das organizações estéticas: “Oficiais ou marginais, restritos ou amplos, todos os cânones são eletivos e, como tal, elitistas”, assevera Moreira. Assim, “Quem

relativizada por Bloom (1995). Vide FOWLER, Alaister. Género y canon literario. In: GARRIDO GALLARDO, M. E. *Teoría de los géneros literarios*. Madrid: Arco, 1988. p. 95-127.

¹⁸ Em seu capítulo sobre “Hierarquias de Gêneros e Cânones de Literatura”, Fowler (1982).

¹⁹ O valor estético, para Bloom, é “por definição engendrado por uma interação entre artistas, um influenciamento que é sempre uma interpretação. A liberdade de ser artista, ou crítico, surge necessariamente do conflito social. Mas a fonte ou origem da liberdade de perceber, embora mal conte para o valor estético, não é idêntica a ele. Há sempre culpa na individualidade realizada; é uma versão da culpa de ser sobrevivente, e não produz valor estético” (BLOOM, 1995, p. 31).

²⁰ “[...] Cada era tem um repertório muito pequeno de gêneros a que seus leitores e críticos respondem com entusiasmo, e o repertório com que contam facilmente seus escritores é menor ainda: o cânone temporário é fixado para todos os escritores, com exceção dos mais fortes ou arcanos. [...]” (FOWLER, 1982 apud BLOOM, 1995, p. 29).

²¹ A partir do texto *Literatura europea e Idade Média*, publicado em 1948: CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura europea y Edad Media latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1948.

²² FOWLER, Alaister. Género y canon literario. In: GARRIDO GALLARDO, M. E. *Teoría de los géneros literarios*. Madrid: Arco, 1988. p. 95-127.

lê tem de escolher, pois não há, literalmente, tempo suficiente para ler tudo, mesmo que não se faça mais nada além disso”. (BLOOM, 1995, p. 23).

Moreira reforça que o cânone funciona como uma espécie de memória literária, posto que é “entendido como uma relação ou lista que conserva tudo aquilo que foi escrito” e “funciona como uma espécie de memória literária, [...] que [...] guardaria todo o patrimônio literário da humanidade” (2003, p. 92). Contemporaneamente, seu conceito é transformado, e passa a ser entendido como uma “lista seletiva desse material, na qual importa menos discutir os nomes de autores e de obras que o compõem, do que a função que se pode atribuir a essa relação (ou cânone)”. (MOREIRA, 2003, p. 92).

A manutenção de uma obra literária, a preservação de sua memória, no cânone decorre do fato de despertar

expectativas que precisa cumprir, senão deixará de ser lida. As mais profundas ansiedades da literatura são literárias; na verdade, em minha opinião, elas definem a literário e se tornam quase idênticas a ele. Um poema, romance ou peça adquire todas as perturbações humanas, incluindo o medo da mortalidade, que na arte e da literatura se transforma na busca do ser canônico, de entrar na memória comunal ou da sociedade. (BLOOM, 1995, p. 26).

Em oposição à argumentação de Bloom, pretende-se que a história da literatura, tal qual a formação discursiva de que se origina, se alterada sua formulação, transforme “seu singular – cânone – num plural – cânones – mais condizente com as teorias e as proposições que norteiam a escrita historiográfica” (MOREIRA, 2003, p. 91), o que possibilita promover resgate de obras relegadas ao ostracismo.

Pelo viés da leitura, Moreira utiliza-se do estudo de Wendell Harris²³, que concebe o cânone como construção feita

a partir do *como determinadas obras são lidas*, e não pelas obras em si mesmas. O cânone, nessa concepção, é entendido como uma metalinguagem, na qual o que é selecionado não é o produto primeiro (a obra), mas leituras que se acumulam sobre esse objeto.²⁴ (MOREIRA, 2003, p. 92, grifos nossos).

À questão proposta por Moreira (2003, p. 93) de quais seriam as funções do cânone, a autora utiliza-se de seis que Wendell Harris atribui a ele, sejam elas: por conservar seu caráter exemplar, fornece modelos e inspiração; transmite a herança do pensamento; cria marcos de

²³ HARRIS, Wendell. La canonicidad. In: SULLÀ, Enric (Org.). *El canon literario*. Madrid: Arco/Libros, 1998.

²⁴ Dessa perspectiva, *como* determinadas obras são lidas e as leituras acumuladas, na presente tese, vão ao encontro da concepção de uma nova história da literatura pelo método recepcional, proposto por Jauss, e contemplado, ainda neste capítulo e no Capítulo 3.

referência; legitima diferentes teorias estéticas; oferece perspectiva histórica e, concede pluralidade, desde que a lista apresente um espectro variado de produção literária. Conseqüentemente, Moreira atribui canonicidade a um texto se ele cumprir as funções descritas por Harris e, simplificando a fórmula, assevera: “o livro que nunca mais foi lido não faz jus ao ingresso no mundo dos eleitos”. (MOREIRA, 2003, p. 93).

A essa proposição faz-se uma ressalva. E é a partir dela que a presente tese busca, pelo fato de haver a impossibilidade de abarcar todas as obras até então produzidas, atestar que houve [há e haverá] a formação de cânones, orientados por valorações distintas e diversas aos produtos artísticos, abrangendo-se outros fatores que, combinados, impõem a seleção e a rejeição de nomes em suas organizações (MOREIRA, 2003, p. 92). Dessa forma, questiona-se o que se subentende acerca da seleção de determinados autores e obras em detrimento de tantos outros que poderiam, não fossem as emissões de juízo e julgamento determinantes, ser encontrados em historiografias literárias. Se “o cânone se compõe, portanto, de muitos lugares, de variados espaços (as obras) que, de tempos em tempos, devem ser revisitados, e que, sobretudo, convidam a lançar uma nova mirada em busca das descobertas que só a literatura é capaz de provocar” (MOREIRA, 2003, p. 94), então revê-lo e revisité-lo se faz essencial.

O cânone existe porque, elenca Moreira, permite a recuperação de uma história da literatura; possibilita a legitimação do discurso sobre a literatura; define as pautas de leitura e interpretação, estabelecendo modelos e critérios de valoração; revela as instituições e seu jogo de influências, as quais sustentam fatos literários; etc. (MOREIRA, 2003, p. 94). Há sempre algo de ideológico no estabelecimento do cânone, esquecendo-se que há diversidades, pluralismos; o discurso canônico, logo, legitima o discurso e a ação.

E, se a literatura proporciona que seja revisitado o cânone para serem buscados novos achados literários, será possível ultrapassar o reducionismo de que autores e obras poderão fazer parte do panteão de leituras obrigatórias. Como arte antiga, nesse sentido, a crítica literária, na concepção de Bloom (1995, p. 25), “sempre foi e sempre será uma arte elitista. Foi um erro acreditar que a crítica literária podia tornar-se uma base para a educação democrática ou para melhorias na sociedade”. Com pensamentos como o exposto não compactuamos. O crítico é veemente em seus ataques aos Estudos Culturais, os quais considera como “legiões”, opinião de massa, sem valor. Por conseguinte, Bloom, fervoroso no que tange à tradição literária, defende “ardentemente” a supremacia estética de alguns escritores, especialmente Shakespeare, cuja superioridade “foi confirmada pelo julgamento universal de quatro séculos” (BLOOM, 1995, p. 30). Revela, pois, que a tradição, e não

somente o valor estético [incontestável], perpetua os mesmos textos e autores. Ainda, é notável discorrer que não se trata de diminuir uma obra que já está imortalizada, mas proporcionar visibilidade e oportunidade para que outras venham a ser (re)conhecidas e possam ser (re)lidas.

Idelber Avelar (2009, p. 113), em seu estudo acerca do cânone e do valor estético, evidencia que “não há crítica ou teoria literária, por mais descritiva, na qual não esteja implícita uma posição sobre o valor”, premissa de dois polos – defensores do cânone ocidental e culturalistas. Avelar explica que seu posicionamento não se alinha a nenhum dos polos, buscando demonstrar que “a própria formulação do debate é problemática, e que o valor estético e o cânone podem e devem ser repensados em outros termos” (AVELAR, 2009, p. 114), apreciação com a qual a presente investigação se identifica e que se aliará aos pressupostos de Jauss, de sua estética recepcional, sobre percepção estética.

Para Avelar, diferentes vertentes da crítica prescritiva “arrolaram fundamentos transcendentais a partir dos quais a literatura deveria ser julgada” (2009, p. 122) e,

na verdade, é precisamente porque *os juízos não são igualmente válidos que os valores nunca são intrínsecos, idênticos a si mesmos, e sim articulados por meio de conflitos sociais*. É exatamente por causa do fato de que as valorizações não são nem válidas da mesma forma nem idênticamente posicionadas nas relações sociais que elas jamais são intercambiáveis. (AVELAR, 2009, p. 122, grifo nosso).

Por que, então, “deve ser este [e não aquele] o valor a partir do qual julgar a literatura?” (AVELAR, 2009, p. 123) A essa pergunta, Avelar concebe a necessidade de, frente a tantos problemas entre os conceitos de valor, de estética e de cânone, considerar a compreensão do caráter contingente do valor estético. O autor esclarece que “contingente” não quer dizer “subjetivo” nem “relativo” nem “arbitrário”:

Um determinado valor ou sistema de valores pode perfeitamente ser objetivo (na medida em que ele independe da subjetividade particular de qualquer membro da comunidade interpretativa), absoluto (posto que não relativizável dentro de tal comunidade) e motivado (no sentido de que sua origem não é produto de uma eleição puramente arbitrária). Nada disso mudaria seu caráter contingente. A expressão-chave aqui, claro, é “dentro da comunidade”. No espaço circunscrito da comunidade interpretativa em questão, um valor pode ser absoluto, objetivo e motivado, e continuaria sendo contingente. A coincidência de contingências que conferem inteligibilidade a um valor pode ser, inclusive, um dos elementos constitutivos da comunidade mesma, um dos fundamentos que presidem a emergência da própria comunidade. (2009, p. 135).

À vista disso, um valor, considera Avelar (2009, p. 135), é sempre resultado “de uma luta, mas uma vez consolidado, argumenta Avelar, “esse valor contingente tenderá a aparecer

aos membros da comunidade interpretativa como uma não-contingência.”, o que implica considerar a existência de um pacto valorativo entre os juízos expressos em um sistema de valores, o qual depende de fundamentação para a viabilidade do conceito de valor estético, o que justifica a desqualificação de determinado crítico: “Os juízos que se adéquam ao pacto valorativo dominante tenderão a ser lidos como confirmação da obviedade e naturalidade dos valores implícitos no pacto. Os juízos discordantes tenderão a ser lidos como deficiência ou falta de cultura do sujeito valorador”. (AVELAR, 2009, p. 136).

A proposta é de que, ao investigar “o que, em cada situação e contexto, permitiu que cada obra realizasse as funções que os vários leitores, instituições, escolas, academias e intertextos lhe atribuíram ao longo dos anos” (AVELAR, 2009, p. 146), seja possível estabelecer uma prática crítica “menos essencialista e mais agnóstica” de exercício dos juízos de valor, de forma a não serem confundidos com uma teoria geral do valor.

Partindo da proposta desse autor, e considerando haver ainda a hierarquização de gênero social de textos considerados não-canônicos²⁵, em que pesem escolhas consagradas, apesar de toda a multiplicidade e diversidade dos fenômenos literários, percebem-se lacunas e silêncios sobre a produção de escritoras, mais especificamente, das que nasceram e/ou publicaram na Cidade de Caxias do Sul-RS²⁶, especialmente até 1919.

A partir da proposta da presente investigação, da contribuição por meio de subsídios que possam culminar na construção de uma nova história literária, também baseada na desconstrução e revisão dos pressupostos da tradição de cunho patriarcal, eleva-se o fato da premência de retomada dessa construção literário-histórica fundada na tradição.

2.2 TRAÇANDO A NOVA HISTÓRIA DA LITERATURA: O HISTORIADOR DA LITERATURA E A CRÍTICA SOB A ÓPTICA DA RECEPÇÃO

A avaliação feita por Jauss, em sua obra *A história da literatura como provocação à teoria literária* ([1967] 1994b), diz respeito ao fato de que a crítica oriunda da teoria literária pretende apenas a elaborar “uma forma da escrita da história, mas, na verdade, move-se numa

²⁵ A partir da concepção do teórico John Guillory, “o não-canônico não quer dizer aquilo que não emerge ou não aparece, mas algo que, dentro de um certo contexto de leitura, *significa exclusão*” (MOREIRA, 2003b, p. 97, grifo da autora).

²⁶ Vide *Dicionário biobibliográfico de escritores da RCI* (2006), o qual é constituído de um inventário dos autores e a produção literária dessa região, cuja reunião de informações foi realizada sem a “preocupação de seleção baseada em juízos valorativos” (BERTUSSI, 2006, p. 14. In: ZINANI, Cecil Jeanine Albert; BERTUSSI, Lisana Teresinha; SANTOS, Salete Rosa Pezzi dos. *Dicionário biobibliográfico de escritores da Região de Colonização Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul: das origens a 2005*. Porto Alegre: EST, 2006).

esfera exterior à dimensão histórica e, ao fazê-lo, falha igualmente na fundamentação do juízo estético que seu objeto – a literatura, enquanto forma de arte – demanda”. (JAUSS, 1994b, p. 06).

O teórico esclarece a crítica acerca da qual se propõe discorrer, e assevera que a história da literatura, habitualmente,

costuma esquivar-se do perigo de uma enumeração meramente cronológica dos fatos ordenando seu material segundo tendências gerais, gêneros e “outras categorias”, para então, sob tais rubricas, abordar as obras individualmente, em seqüência cronológica. A biografia dos autores e a apreciação do conjunto de sua obra surgem aí em passagens aleatórias e digressivas, à maneira de um elefante branco. Ou, então, o historiador da literatura ordena seu material de forma unilinear, *seguindo a cronologia dos grandes autores e apreciando-os conforme o esquema de “vida e obra” – os autores menores ficam aí a ver navios (são inseridos nos intervalos entre os grandes), e o próprio desenvolvimento dos gêneros vê-se, assim, inevitavelmente fracionado.* (JAUSS, 1994b, p. 06-07, grifo nosso).

À vista do exposto, percebe-se que a concepção de Jauss acerca da canonicidade merece ser retomada, com vistas a que seja oportunizado o resgate de autores e obras. Esse último modelo mencionado por Jauss diz respeito à modalidade de história da literatura que corresponde ao cânone de autores da Antiguidade clássica, enquanto o primeiro

encontra-se com maior freqüência nas literaturas modernas, que se defrontam com a dificuldade – crescente à medida que se aproximam do presente – de ter de fazer uma seleção dentre uma série de autores e obras cujo conjunto mal se consegue divisar. Contudo, uma descrição da literatura que segue um cânone em geral preestabelecido e simplesmente enfileira vida e obra dos escritores em seqüência cronológica não constitui – como observou Gervinus²⁷ – *história alguma; mal chega a ser o esqueleto de uma história.* (JAUSS, 1994b, p. 07, grifo do autor).

Como resultado, vislumbram-se dois modelos de história da literatura, as quais apresentam um problema similar: “não se trata de história, e sim de uma moldura para uma história, em que a historicidade da literatura desaparece” (ZILBERMAN, 1989, p. 31). Assim, pela falta de perspectiva estética, o historiador da literatura acolhe o cânone das obras-primas.

Buscar a origem de modernidade, no que tange ao impasse entre história e estética, é pressuposto para recuperar a historicidade da literatura, em busca da participação do destinatário, empreendida por Jauss (1996).

²⁷ Georg Gottfried Gervinus (1805-1871), historiador e político nacional-liberal alemão. Consoante Jauss (1994b, p. 09-10), compôs a primeira exposição científica da *Geschichte der poetischen Nationalliteratur der Deutschen* [História da literatura nacional poética dos alemães (1835-1842)] e, ainda, o primeiro (e único) tratado de teoria da história de autoria de um filólogo. Além disso, com base na obra *Sobre a tarefa do historiador* [Über die Aufgabe des Geschichtsschreibers] (1821), de Wilhelm von Humboldt, construiu uma teoria na qual se embasou na tarefa da escritura de uma história da beletrística – *Grundzüge der Historik* [Fundamentos da teoria da história] (1837).

A compreensão do moderno inicia na França, em Baudelaire e em sua geração, explica Jauss, e cuja “consciência de *modernité* ainda determina, em vários aspectos, nossa compreensão estética e histórica do mundo”²⁸ (JAUSS, 1996, p. 50). A discussão engendra-se pela manifestação da consciência de uma passagem do antigo ao novo quando do surgimento e da história do vocábulo “moderno”, de forma que o teórico questiona a possibilidade de se “apreender, através dos contrastes da experiência da modernidade que se renova sem cessar, a autoconsciência de uma época” (JAUSS, 1996, p. 51).

O debate acerca das palavras antitéticas “moderno” e “antigo”, especialmente do par conceitual *classique/romantique*, do período Romântico, tornou-se a constatação da diferença entre o mundo antigo e o moderno. Expõe Jauss que foi a partir dessa *Querelle* que Montesquieu desenvolveria, mais tarde, a ideia de que “não apenas cada época, mas também cada nação tem seu ‘gênio’ próprio e insubstituível”, o que proporcionou o surgimento de “esboços de uma história nova” (JAUSS, 1996, p. 68-69).

Veem-se multiplicar, então, imagens “estilizadas que representam a Antigüidade em sua alteridade histórica, transformada de modelo exemplar”, bem como há um processo “recíproco de aproximação e afastamento entre a Idade Média e a Antigüidade”, assevera Jauss (1996, p. 69). É o momento histórico de retomada da concepção de passado nacional exemplar advinda da Idade Média, da exposição da imagem oposta de poesia primitiva dos tempos arcaicos e bárbaros, da idealização por intermédio da imagem “heroizada da vida pública na *polis* grega e na república romana”, bem como tais preceitos findam por ser traduzidos em imagens sentimentais a respeito de ruínas (JAUSS, 1996, p. 69), ou seja, há um reencanto estético trazido novamente aos tempos ditos modernos, renascia o sentido de um sentimento ao mesmo tempo novo e antigo.

A consciência da modernidade, de acordo com Jauss, “remonta, na autoconsciência do romantismo, até à Idade Média para aí fixar a sua própria origem, abrangendo, assim, na história do termo, a mais vasta extensão histórica, [e] conhece, ao longo do século XIX, uma evolução singular” (JAUSS, 1996, p. 75): a não mais ser definida pela oposição a uma determinada época do passado. Assim, a efemeridade de moderno passa a imperar, adquirindo rapidamente o aspecto de clássico:

²⁸ Consoante Jauss, a palavra *modernus* é “documentada, pela primeira vez, na última década do século V, época de transição da Antigüidade romana ao mundo novo da cristandade, o que motiva a questão sobre se esse neologismo representa o surgimento de uma consciência do término da era do mundo antigo e do início de uma nova era cristã”. (1996, p. 51).

É assim que a grande antítese histórica entre os antigos e os mais novos, entre gosto antigo e gosto moderno deixa gradativamente de ser significativa. A oposição entre o *romântico* e o *clássico*, no quadro da história universal, reduz-se à oposição absolutamente relativa entre o atual para a geração contemporânea e aquele que para a geração seguinte já se apresenta como superado e *passado*. Da reflexão sobre o processo acelerado de uma revolução histórica da arte e do gosto, pode surgir agora uma consciência de modernidade que, no final, define-se tão-somente por oposição a si mesma. (JAUSS, 1996, p. 75-76).

Dessa forma, a história das palavras conduziu à consciência de modernidade que conheceu, ao longo do século XIX, uma evolução, passando da definição de maior duração de um período que lhe é atribuída à “duração de uma geração”, o que reflete a experiência do tempo, explica Jauss (1996, p. 51), ou seja, a redução crescente do “espaço histórico coberto pelo conceito romântico do *moderno*” em sua evolução (1996, p. 76).

O princípio de inversão do significado do par conceitual *romantique* e *classique* “em direção a uma *modernité* definida tão somente por oposição a si mesma” (JAUSS, 1996, p. 76) foi concebido, primeiramente, na França e na Itália, por intermédio de sua reinterpretação. Jauss evoca as considerações de Stendhal acerca do evento da Revolução de 1789, motivo pelo qual a história se encontraria em oposição a toda história anterior: “abismo que separa os ‘franceses de 1785’ de sua geração” (1996, p. 76).

Em relação à Alemanha, a evolução da atenuação do espaço histórico abarcado pelo conceito de *moderno* no Romantismo foi promovido pelo movimento da “Jovem Alemanha”²⁹, o qual confere um “novo poder expressivo à idéia de *moderno*, reduzido ao campo do presente atual, do real, e, identificando-o com o ‘espírito do tempo’ (*Zeitgeist*), transformou-a em seu programa de luta contra o universo romântico ultrapassado”. (JAUSS, 1996, p. 76, grifo do autor).

Constata-se que a história tomara um novo rumo após a Revolução Francesa, rompendo o elo entre passado e presente; a sociedade moderna, por sua vez, aparta-se do antigo regime não somente pela criação de uma nova constituição, por ter adquirido hábitos e ideias diferentes – o gosto, assevera Jauss, também se modificara. No que tange à relação com o belo, essa mudança de apreciação, em relação ao efeito produzido, sofre outro revés, haja vista o belo ser “[...] imediatamente belo para seu primeiro público, aquele para o qual foi criado, e é belo à medida que busca e atinge esta atualidade. [...] É o atual, o belo de hoje que,

²⁹ Em alemão, *Junges Deutschland*. Consistiu em um movimento de escritores alemães, cuja existência perdurou de 1830 a 1850. Do grupo literário, os mais famosos foram Heinrich Heine, considerado o maior poeta lírico da Alemanha moderna, e Engels quem, embora de maneira nunca incondicional, iniciou sua atividade literária como adepto (LUKÁCS, 2017).

Como o intento da presente tese não é se aprofundar nesse assunto em específico, aqui constam apenas alguns apontamentos breves, *grosso modo*, sobre tal movimento. Para maiores esclarecimentos, vide LUKÁCS, György. *Marx e Engels como historiadores da literatura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

tornando-se belo de ontem, perderá, inevitavelmente, seu encanto imediato e poderá apresentar apenas um interesse histórico” (JAUSS, 1996, p. 77).

A partir do exposto, redefiniu-se o termo *romantique*, que já não mais evocava a idiosincrasia de uma época, de forma a se extinguir a sua “antítese histórica com o clássico”. Como explica Jauss,

Assim fecha o círculo que de agora em diante define a consciência da modernidade. Ao contrário de *moderne*, tomado em seu sentido tradicional, *romantique*, no novo sentido atual e situado na atualidade do presente, não mais se confronta com uma *antiquitas*, um passado autoritativo. [...]. Uma evolução irregular faz com que o atual de hoje, logo ultrapassado, torne-se incessantemente o romântico de ontem e, assim, clássico. Surge uma nova concepção do clássico, inteiramente negativa, que o define como o sucesso obtido outrora pelas obras do passado, e não mais como uma perfeição preservada dos efeitos do tempo. (JAUSS, 1996, p. 77-78).

Uma última etapa na história da palavra *modernité*, então, nos conduz até a modernidade atual. Consoante Jauss (1996, p. 79), nossa pré-compreensão do moderno

remonta, historicamente, à autoconsciência estética e histórica de Baudelaire e seus contemporâneos, e que o aparecimento do neologismo *la modernité*, após 1848, pode ser considerado como um marco na fronteira que separa, em nossa consciência de época, o mundo passado daquele que nos é familiar.

A autoconsciência histórica modificada, na concepção de Baudelaire acerca de uma nova experiência estética, diz respeito ao distanciamento do moderno constantemente de si próprio (JAUSS, 1996, p. 79), em que o “transitório, o momentâneo, o histórico representam apenas uma das metades da arte, de onde ele vai tirar o que ela tem de durável, imutável e poético – o que constitui a outra metade da arte –, também assim a consciência da *modernité* integra, na experiência histórica, o aspecto do eterno como sua antítese.” (JAUSS, 1996, p. 80).

A partir dessa breve discussão acerca da evolução do conceito de “modernidade”, calcada em uma nova autoconsciência modificada, também é necessário que se pense no intérprete dos textos. Dessa forma, é possível questionar como se definiria o papel do historiador da literatura, assumindo-se a teoria recepcional, haja vista ser ele o leitor que torna o texto existencialmente atual para si. E, por isso sua importância quando de se pensar em fornecer subsídios para que seja construída uma nova história.

Nessa perspectiva, Jauss, assumindo os preceitos de Gervinus e utilizando-se de suas citações acerca de uma história da literatura alemã, expõe que o historiador da literatura tão somente é capaz de se tornar um historiador de fato quando, imbuído de investigar seu objeto,

“encontra aquela idéia fundamental que atravessa a própria série de acontecimentos que ele tomou por assunto, neles manifestando-se e conectando-os aos acontecimentos do mundo.” (1994b, p. 10, grifo do autor).

Gervinus, assevera Jauss, apropria-se da ideia histórica de Humboldt, uma *maneira ideal de explicar a história*, comenta o teórico, colocando-a a serviço da ideologia nacional, o que culminou no mito literário de que os alemães “estariam qualificados para ser os verdadeiros sucessores dos gregos”³⁰ (1994b, p. 10). Tal processo diz respeito à desconstrução de uma ideia universal, explica ainda Jauss, e “desagrega-se na multiplicidade da história das individualidades nacionais” (1994b, p. 10).

Esse fenômeno, quando desacreditou o modelo teleológico da filosofia idealista da história, também trouxe consigo implicações metodológicas, como argumenta Jauss, tanto para a história da literatura quanto para a historiografia. O teórico, então, questiona a possibilidade de entender e apresentar “o nexos da história, que jamais se revela em sua totalidade” a partir de uma “*meta, de um apogeu ideal da história mundial*” (JAUSS, 1994b, p. 11, grifo do autor). A essa proposição, Jauss novamente suscita as ideias de Gervinus a respeito do papel do historiador: que este “*pode somente pretender apresentar séries acabadas de acontecimentos, uma vez que, desconhecendo as cenas finais, não lhe é possível julgar*”. (JAUSS, 1994b, p. 11).

Todo esse percurso historiográfico da literatura do século XIX, cuja história constituía-se em painel de época, trazia como premissa a regra fundamental de uma escritura histórica em que o historiador deveria “anular-se ante seu objeto, permitindo que ele se apresente com total objetividade”, a qual se aplicaria melhor em enfoques por épocas, “como todos significativos apartados e isolados uns dos outros”. (JAUSS, 1994b, p. 11-12). A história da literatura, que até então alinhava épocas acabadas, implicou em outro ponto questionável: a guinada rumo ao positivismo, e que foi determinada primordialmente por essa crise.

Em relação à historiografia literária positivista, Jauss argumenta que esta tomava

emprestados os métodos das ciências exatas. O resultado é bastante conhecido: a aplicação do princípio da explicação puramente causal à história trouxe à luz fatores apenas aparentemente determinantes, fez crescer em escala hipertrófica a pesquisa das fontes e diluiu a peculiaridade específica da obra literária num feixe de “influências” multiplicáveis a gosto. (JAUSS, 1994b, p. 12-13).

³⁰ A crítica de Gervinus diz respeito ao fato de as obras serem dispostas, do ponto de vista histórico, cronologicamente, seguindo tal enumeração as formas poéticas, bem como os autores: “e caracterizam, então, poetas e poesia de uma maneira qualquer. Isso, porém, não é história alguma; mal chega a ser o esqueleto de uma história”. (GERVINUS, 1962 apud JAUSS, 1994b, p. 59).

Assim, na Alemanha, outra crise instaura-se – a apresentação da literatura, em sua história e em sua relação com a história geral, a qual agora se encontrava “fora da área de interesse da nova história das idéias e dos conceitos, bem como da investigação da tradição que floresceu na esteira da Escola de Warburg”, explicita Jauss. Houve, então, elevação do que o autor nomeou de “classicismo atemporal das obras-primas”, momento em que a história ficou para trás como “*terra incognita*” (JAUSS, 1994b, p. 13). Nesse momento, poder-se-ia ter dado nova direção à história da literatura, o que, contudo, não ocorreu.

Por intermédio desse percurso histórico, Jauss (1994b) procurou fornecer o panorama da teoria literária do período humanista da arte, explicitando o abismo entre as orientações das escolas positivista e idealista no que concerne à poesia e à história. Assim posto, dessas definições foram provenientes as teorias literárias, também antagônicas, da escola marxista e da formalista, as quais constituíram o ponto central de discussão do teórico em seu panorama crítico da pré-história da ciência literária na concepção de sua estética da recepção.

A respeito das escolas marxista e formalista, foi exposto que ambas renunciaram ao empirismo do positivismo e à metafísica estética da história do espírito; contudo, mesmo que por caminhos opostos, Jauss assevera que tentaram “resolver o problema de como compreender a sucessão histórica das obras literárias com o nexos da literatura, e ambas mergulharam, por fim, numa aporia cuja solução teria exigido que se estabelecesse uma nova relação entre a contemplação histórica e a contemplação estética.” (JAUSS, 1994b, p. 15). Prova-se que essa situação insolúvel não foi capaz de dar nova direção à história literária.

A partir do exposto, no que tange à teoria literária marxista, esta concebia a literatura como reflexo da realidade, a qual obtinha por resultado fenômenos literários advindos de alguns fatores econômicos e “constelações de classes da ‘infraestrutura’”. De acordo com Jauss, um momento relativamente positivo dessa teoria consistiu em sua tentativa de definir a literatura como elemento constitutivo da sociedade. Todavia, não cumpre satisfatoriamente a que se propõe, haja vista

muito precariamente a literatura admite ser remontada a fatores do processo econômico, pois a mudança estrutural dá-se com muito maior lentidão na ‘infra-estrutura’ do que na ‘superestrutura’, e o número de determinantes verificáveis é muito menor na primeira que na última. Somente uma porção reduzida da produção literária é permeável aos acontecimentos da realidade histórica, e nem todos os gêneros possuem força testemunhal no tocante à “lembrança dos motivos constitutivos da sociedade”. (JAUSS, 1994b, p. 16).

Consoante Jauss, a relação entre literatura e sociedade constitui-se em um processo. Nesse quesito, ainda em exposição de suas ressalvas à teoria marxista, considerada presa à

estética classicista, o crítico faz considerações acerca de obras importantes no que diz respeito à heterogeneidade do simultâneo, as quais, quando parecem conferir uma nova direção ao processo literário, permanecem

circundada[s] por uma produção que, amiúde, a vista é incapaz de abranger, *produção esta composta de obras que correspondem a uma tendência já ultrapassada do gosto, mas cujo efeito sobre a sociedade não se deve ter em menor conta do que a novidade freqüentemente incompreendida contida naquela obra importante, a qual, no entanto, é a única que pesa na sucessão homogênea da progressão histórica.* (JAUSS, 1994b, p. 16, grifo nosso).

Nesse sentido, promoveu-se, ainda em maior grau, a construção de cânones. Consoante Jauss, “toda literatura moderna que não se deixava apreender segundo o princípio da identidade entre forma e conteúdo teve de ser desqualificada como arte degenerada da burguesia decadente” (1994b, p. 17). Assim, é preciso entender que as obras consideradas de menor relevância, as que não são canônicas, especialmente as de autoria feminina, objeto de investigação da presente tese, e levando-se em consideração a teoria recepional de Jauss, também devem ser abarcadas, por constituírem a heterogeneidade do sistema. Por essa razão, e por fazerem “efeito sobre a sociedade”, é que constituem o *corpus* da presente tese.

A escola formalista, combatente à marxista, também não superou os problemas da história literária, renunciando ao conhecimento histórico e transformando a crítica de arte em um método racional (JAUSS, 1994b, p. 19). Embora detenha o mérito de ter promovido a literatura a objeto autônomo de investigação – “na medida em que desvinculou a obra literária de todas as condicionantes históricas” –, definiu em termos funcionais a sua realização específica: “como a *soma de todos os procedimentos artísticos nela empregados*. A tradicional separação entre poesia e literatura torna-se, assim, sem efeito. O caráter artístico da literatura deve ser verificado única e exclusivamente a partir da oposição entre linguagem poética e linguagem prática” (JAUSS, 1994b, p. 18). A língua³¹ é concebida como a responsável por representar as condicionantes históricas e sociais da obra literária – a qual é “descrita e definida como obra de arte precisamente em sua singularidade própria (*écart poétique*), e não, portanto, em sua relação funcional com a série não-literária”. (JAUSS, 1994b, p. 18).

Advém, então, de tal diferenciação entre linguagem poética e prática o conceito de *percepção artística*, rompendo o vínculo entre literatura e vida: “o processo de percepção da arte surge como um fim em si mesmo, tendo a *perceptibilidade da forma* como seu marco

³¹ Na qualidade de *série não-literária*.

distintivo e o *desvelamento da forma* como o princípio” para uma teoria que abdica ao conhecimento histórico. (JAUSS, 1994b, p. 18-19).

Embora inicialmente rejeitada pela escola formalista, a historicidade da literatura é retomada ao longo da construção do método formalista, cuja proposta culminou em serem revistos e repensados os princípios da diacronia. Nesse quesito, Jauss (1994b, p. 19) expõe que: “O literário na literatura não é determinado apenas sincronicamente – pela oposição entre as linguagens poética e prática –, mas o é também diacronicamente, por sua oposição àquilo que lhe é predeterminado pelo gênero e à forma que o precede na série literária”. A nova proposta, então, não se limitava a conceber a história da literatura como um processo linear e continuado, rompendo com o conceito clássico de tradição e concebendo o princípio dinâmico de *evolução literária*.

Do mérito de ter se aproximado de uma nova concepção da “compreensão histórica da literatura, no domínio do surgimento, da canonização e da decadência dos gêneros” (JAUSS, 1994b, p. 20), a obra de arte em sua história é vista sob um novo prisma. Todavia, Jauss argumenta que o histórico na literatura não

se esgota na sucessão de sistemas estético-formais; assim como o da língua, o desenvolvimento da literatura não pode ser determinado apenas de forma imanente, através de sua relação própria entre diacronia e sincronia, mas há de ser definido também em função de sua relação com o processo geral da história. (JAUSS, 1994b, p. 20).

Por isso, a ressalva que o teórico faz à teoria formalista se explica pelo fato de que a compreensão da obra de arte em *sua* história, no interior da história da literatura definida como uma sucessão de sistemas, não significa propriamente considerá-la *na* história: “isto é, no horizonte histórico de seu nascimento, função social e efeito histórico” (JAUSS, 1994b, p. 20), o que vem a convergir na relação entre literatura e história, assim como concebe o que ele nomeia de *acontecimento literário* na dimensão de sua recepção e efeito, e não apenas como “passado coletado e classificado” [*o fato literário*] (1994b, p. 25).

A soma de *fatos literários* advém de histórias da literatura convencionais, assevera Jauss, e aquele que assume uma parcela da história da literatura como tal, confunde o “caráter de acontecimento de uma obra de arte com o de um fato histórico” (1994b, p. 25). Para tanto, o autor trata de *acontecimento literário*, o qual se realiza mediante a leitura, isto é, a obra constitui-se como tal “unicamente para seu leitor”, que lê determinada obra, tendo na lembrança as obras anteriores desse mesmo autor e que lhe é possível perceber sua

“singularidade em comparação com essas e outras obras já conhecidas e adquire, assim, um novo parâmetro para a avaliação de obras futuras” (JAUSS, 1994b, p. 25-26).

A história da literatura, como exposto por Jauss em sua primeira tese, no que tange ao diálogo entre obra e leitor, consiste em “um processo de recepção e produção estética que se realiza na atualização dos textos literários por parte do leitor que os recebe, do escritor, que se faz novamente produtor, e do crítico, que sobre eles reflete”. (1994b, p. 25).

Tratando-se do contexto histórico em que surge uma obra literária, ele não se compõe como uma “seqüência factual de acontecimentos forçosamente existentes independentemente de um observador”, reitera Jauss. Nesse sentido, o acontecimento literário, o qual difere do político, somente consegue seguir produzindo seu efeito à medida que sua recepção se estende pelas gerações futuras ou que seja retomada por elas: “na medida, pois, em que haja leitores que novamente se apropriem da obra passada, ou autores que desejem imitá-la, sobrepujá-la ou refutá-la” (JAUSS, 1994b, p. 26).

Jauss ([1967] 1994b), por intermédio da proposição de seu projeto de reformulação da história da literatura, apresenta sete teses. Delas, as quatro primeiras constituem-se em premissas da estética literária; as outras três, em programa de ação ou projeto estético-recepcional de uma história da literatura. Tal projeto é abarcado pelo Capítulo 3 da presente pesquisa.

Considerando-se a seguinte premissa de Jauss (1994b, p. 57), “Se, em função dessa tarefa, vale a pena ao estudioso da literatura superar sua postura a-histórica, aí se encontrará também uma resposta à questão acerca de com que finalidade e com que direito pode-se (*sic*) ainda hoje — ou novamente hoje — estudar a história da literatura”, respondemos que o intuito é resgatar e dar possibilidade de visibilidade a obras e escritoras que até então não foram (re)conhecidas.

Como mencionado por Rothe, se cada geração de pesquisadores deve reescrever a história literária, e se “não queremos mais nos limitarmos a uma enumeração de obras segundo a escala cronológica, *é preciso reconstruir para cada conjunto de textos, senão para cada texto, o horizonte de expectativa que se compõe da totalidade das leituras possíveis ou realizadas em uma respectiva época*”. (ROTHER, 1980, p. 11, grifo nosso), o que é considerado na presente investigação por intermédio da estética recepcional e dos pressupostos da crítica feminista, a qual é abordada, a seguir.

2.3 CRÍTICA FEMINISTA: UMA NOVA HISTÓRIA LITERÁRIA PELA ÓPTICA DA GINOCRÍTICA

Ao repensar a história literária, na presente tese com vistas a fornecer subsídios para que se concretize, também recai a responsabilidade de se definir qual a posição a que escritores(as) e obras foram relegados. Como foco da presente investigação o sujeito feminino, quando se reaquista a questão da mulher na literatura em sua condição como sujeito histórico, busca-se, em relação à escrita, à leitura e à sua representação em obras literárias, promover o resgate de obras, tenham sido elas esquecidas, não (re)conhecidas ou ignoradas. Designa-se que sejam postas em pauta para análise e discussão, e que, por intermédio da reflexão, possam alcançar o devido lugar que lhes cabe no contexto da História da Literatura.

Em certa medida, o masculino também terá seu resgate e sua conseqüente apreciação realizados, uma vez que não nos dispomos a ignorá-lo, e porque não existe uma história única e imutável. O que se pretende é que sejam também reconhecidas as realizações femininas, sem atacar desmedidamente as masculinas, pois a crítica masculina, e cujo modelo falocêntrico pretende-se reavaliar criticamente, baseia-se na experiência masculina, única e exclusivamente.

A concepção da história da literatura tradicional constitui-se em um fenômeno ao qual Ria Lemaire compara com o da genealogia nas sociedades patriarcais de outrora. Consoante a autora, por intermédio da sucessão cronológica de guerreiros heroicos e de escritores brilhantes, ambas, genealogia e história literária³², manifestam a tendência masculina “de justificar seu poder atual por meio do recuo às origens e do mapeamento de uma evolução, factual ou hipotética, até o presente”. (LEMAIRE, 1994, p. 58).

Essa idealização de ancestralidade legitima o poder político e cultural masculino, compreendido como uma “tradição venerável e secular” que, transposta aos discursos das ciências humanas, incide nas representações masculinas sobre a mulher, “como o sexo “natural, essencial e universalmente” mais fraco, [e] podem ser consideradas como uma das formas mais radicais deste tipo de legitimação do poder: não se trata apenas de representações ancestrais, uma vez que elas nunca foram diferentes”. (LEMAIRE, 1994, p. 58).

Cria-se a ilusão de uma história única, em que a tradição impera, e cujo mito acaba por ser fortalecido em cada descrição genealógica e em cada versão da história literária, conforme argumenta Lemaire (1994, p. 59). Aqueles que não se enquadram ao sistema construído

³² Para Lemaire, genealogia e história literária constituem-se como dois tipos de historiografia (1994).

findam por ser excluídos ou isolados, considerados marginais ou inimigos, especialmente porque convicções de sucessão patrilinear e de superioridade masculina, arraigadas na historiografia, incidem

negação, ou, no mínimo, depreciação das circunstâncias econômicas, sociais e políticas, dos jogos de poder e dos conflitos de interesse e respectivas ideologias, que possibilitaram a esses heróis – nas sociedades em que viveram – a oportunidade de expressão, propagação e realização de suas idéias. (LEMAIRE, 1994, p. 59).

Em relação ao cânone das obras escritas, Lemaire apresenta-o como entrelaçado aos conceitos básicos da história literária e da tradição³³, os quais se associam à negação básica do impacto das estruturas sociais, em obras individuais e na tradição literária. Assim, tal negação

dissimula as complexas relações entre uma sociedade e sua literatura, impedindo assim a percepção do papel das ideologias nas obras literárias e na sociedade, bem como a inter-relação de suas funções. Estes conceitos básicos são também os pressupostos (geralmente) ocultos da crítica tradicional que, na maior parte das vezes, reforça as perspectivas ideológicas das obras literárias em vez de promover instrumentos que possam detectá-las e criticá-las. (LEMAIRE, 1994, p. 59).

Na história literária verifica-se que a ênfase na paternidade cultural, a qual se estabelece como mecanismo de exclusão ou negação daquilo que possa vir a perturbar o monopólio masculino, o qual, oficialmente, apresenta-se como única e exclusiva tradição do mundo ocidental, induz Lemaire a propor três questões importantes no que tange à pesquisa feminista da história literária:

O que aconteceu na história da cultura ocidental que provocou o desaparecimento das ricas tradições femininas? Como foi possível para os homens, cujas culturas orais tradicionais eram menos variadas que as das mulheres, estabelecer um monopólio que não possuíam nas culturas orais tradicionais da Europa? Como os homens puderam impor os mitos de sua paternidade cultural exclusiva, na qual, até muito recentemente, todos acreditávamos? (LEMAIRE, 1994, p. 64).

À presente investigação cabe procurar elucidar a terceira pergunta, a fim de ser desvendada a tradição literária instaurada em Caxias do Sul, entre 1869 e 1919³⁴, com vistas a reconstruir o horizonte de expectativas de recepção à época (com o suporte da teoria recepcional de Jauss). A fim de que seja reconsiderado o mito patriarcal, da hegemonia masculina, e com vistas à “abertura do círculo hermenêutico que tem sido construído de forma

³³ Conceitos como “o gênio, o autor, o herói, o personagem e o tema”; “unidade, originalidade e criatividade”. (LEMAIRE, 1994, p. 59).

³⁴ Contemplado no Capítulo 6 da presente tese.

tão cuidadosa no discurso das ciências humanas”, Lemaire propõe que sejam alterados conceitos e pressupostos da história literária, ancorados nos princípios da desconstrução, os quais seguem duas linhas centrais: a primeira, diz respeito à “desconstrução do próprio sujeito masculino: o *homo sapiens* da cultura ocidental, bem como o ‘herói’ das obras literárias” e a segunda, à “desconstrução de sua genealogia literária, do mito de uma única literatura”. (LEMAIRE, 1994, p. 64).

Do mito de uma literatura única: com base em quatro premissas metodológicas de desconstrução dos discursos da história literária formuladas por Foucault em *Leçon inaugurale* no Colege de France (1970)³⁵, Lemaire propõe que seja acrescida uma quinta e nova premissa (a qual a autora não considera um quinto princípio metodológico, embora intimamente relacionada aos princípios de Foucault): “Seu ponto de partida é a percepção de que a história literária é um dos discursos de uma sociedade que se baseia essencialmente na desigualdade entre os sexos”, o que resulta em mudanças nas estruturas sociais e/ou culturais (LEMAIRE, 1994, p. 66-67). Dessa forma, promove-se o estudo do discurso da história literária via sistema de relações de gênero.

Pelo fato de se repensar e de ser promovida a reescrita da história literária, cuja contribuição da presente investigação recai em fornecer subsídios, a partir da perspectiva feminista, esta demanda que, de acordo com Lemaire (1994, p. 67-68), seja concebida através de três atividades distintas: desconstrução da história literária tradicional, reconstrução das diversas tradições da cultura feminina (tenham sido elas marginalizadas e/ou silenciadas) e a construção de uma nova história literária – esta, por sua vez, “como produto de diversos sistemas socioculturais inter-relacionados, marcados pelas relações de gênero”. A autora ainda argumenta que uma nova história da literatura requer a elaboração de uma história dialética com duas pistas inter-relacionadas: a cultura erudita (com a introdução da escrita nas culturas vernáculas europeias) e a cultura de massa (com a invenção da imprensa).

No que tange à introdução da escrita, foi a promotora do início do processo contínuo de crescimento, reforço e monopolização da cultura masculina, culminando na exclusão das mulheres desta cultura por ter marginalizado, deformado e obscurecido as tradições orais femininas. De acordo com Lemaire, atestada como a primeira desproporção essencial entre homens e mulheres,

³⁵ Em suma, os princípios de *discontinuité* (observação de discontinuidades nos discursos), *renversement* (conceitos até então considerados positivos devem ser analisados em seus aspectos negativos), *spécifité* (como ocorreu a propagação de uma ideologia específica em obras de um dado período) e *l’extériorité* (condições e circunstâncias externas aos discursos – estruturas sociais, culturais e ideológicas – que se impuseram ou obscureceram outros discursos). (LEMAIRE, 1994, p. 67). As quatro premissas metodológicas propostas por Foucault (1970) serão abarcadas no Capítulo 4 da presente investigação.

A relação entre essas duas vertentes culturais tem sido dialética: os homens imitaram e se apropriaram dos gêneros femininos e, ao mesmo tempo, os transformaram. As mulheres reagiram, mas pelo menos uma parte desta reação não foi mais determinada pelos recursos de suas próprias tradições, mas pelos novos padrões criados pelos homens. (LEMAIRE, 1994, p. 68).

A partir desse momento apresentam-se duas culturas masculinas, as quais, segundo Lemaire (1994, p. 68), constituem-se em: uma oral e tradicional; e outra, estrangeira, escrita e apresentada como superior. A partir da invenção da imprensa, então, houve a amplificação da distância entre os domínios masculino e feminino, o que permitiu a propagação da visão masculina “numa escala muito maior do que a feminina, além de se constituir numa arma extremamente eficiente na luta contra as culturas populares”, as quais foram sendo “substituídas por novos tipos de cultura ‘popular’, criados por artistas da sociedade burguesa, disseminando a visão de mundo de suas classes” (LEMAIRE, 1994, p. 68), fenômeno considerado como a origem da cultura de massa.

A cada um dos períodos de oralidade, escrita, imprensa e comunicação de massa, Lemaire (1994, p. 70) assevera que uma historiografia feminista deverá elaborar indagações relacionadas às questões de gênero³⁶ e que, por seu intermédio, seja legítimo revisar e interpretar ideias estabelecidas nas teorias decorrentes destas interpretações.

Visa-se, aliada às proposições de Lemaire (1994), complementar metodologicamente, via signo do gênero social, a teoria recepcional de Jauss, a fim de desvelar os subsídios que possam promover a escrita de uma nova história literária de autoria feminina em Caxias do Sul-RS, em meio século de história.

Nesse sentido, a teoria crítica feminista vem a acrescentar, pelo fato de desenvolver trabalhos de interpretação e reinterpretação. Assim posto, é por intermédio de Elaine Showalter, quem postula uma crítica feminista que seja “genuinamente centrada na mulher, independente, e intelectualmente coerente”, sem a exclusão de instrumentos intelectuais da prática crítica, com vistas a encontrar “respostas às perguntas que surgem da nossa experiência” (SHOWALTER, 1994, p. 28), que nos embasamos no que tange à crítica, enquanto pesquisadoras.

Em relação a isso, Showalter assevera que foi mudado o foco das leituras revisionistas praticadas pela crítica feminista, em um primeiro momento, para a investigação substancial da literatura de autoria feminina.

³⁶ Lemaire formula algumas questões, as quais, para o Capítulo 6, serão selecionadas para a análise e a interpretação do panorama de recepção, com vistas à escrita de uma nova história da literatura de autoria feminina, proposta da presente tese. Consultar Lemaire (1994, p. 68-69).

A teoria cultural, pelo fato de reconhecer a existência de importantes diferenças entre as mulheres como escritoras – classe, raça, nacionalidade e história, que são determinantes literários significativos –, abarca a noção de que “a cultura das mulheres forma uma experiência coletiva dentro do todo cultural, uma experiência que liga as escritoras umas às outras no tempo e no espaço”. (SHOWALTER, 1994, p. 44) Destarte, convergente à crítica de Jauss (1967) em relação ao marxismo, Showalter (1994, p. 44) expõe: “É na ênfase na força que liga a cultura das mulheres que esta abordagem difere das teorias marxistas da hegemonia cultural”.

Portanto, primordial se faz conceber um modelo da situação cultural das mulheres, para que “se compreenda tanto como são percebidas pelo grupo dominante quanto como percebem-se a si mesmas e aos outros”, explica Showalter (1994, p. 47), modelo que dê conta de analisar a experiência feminina.

No desenvolvimento do modelo cultural das mulheres, é necessário “ir além da suposição de que as escritoras imitam ou revisam seus predecessores masculinos e de que este dualismo simples é adequado para descrever as influências nos textos femininos” (SHOWALTER, 1994, p. 52). Por intermédio da presente tese, no contexto das origens de Caxias do Sul e da imigração italiana na região, a resposta se encontra nos usos que foram feitos desses escritos, os quais identificamos, dentro dos periódicos que aqui circularam posteriormente, mas que se encontram na própria história do município.

3 RECEPÇÃO E LEITURA: RELAÇÃO TEXTO-LEITOR

O presente capítulo versa, em sua primeira abordagem, acerca dos subsídios teóricos utilizados para embasar metodologicamente a presente investigação. Destarte, foi trazida a teoria estético-recepcional de Hans Robert à luz (1994a, 1994b, 2002). Revelam-se, ainda, as concepções de leitura e leitor, abarcadas no presente estudo, com o suporte dos subsídios teóricos da História das práticas de leitura, bem como de que forma se realiza a apropriação dos materiais culturais (na presente investigação, os jornais), enquanto prática cultural e pela sua recepção/elaboração/leitura pelos leitores que dão à leitura, por sua vez, uma prática criadora e transformadora, culminando na concepção de leitor.

3.1 SUBSÍDIOS TEÓRICOS SOBRE RECEPÇÃO: UM ESTUDO PREMENTE PARA A RETOMADA DE UMA NOVA HISTÓRIA DA LITERATURA

Da relação entre texto e leitor surgiu a Estética da Recepção, a qual adquiriu o estatuto de uma escola e que, a partir de 1973, encontrou na Alemanha Ocidental sua maior repercussão. Para tanto, faz-se necessário trazer um breve percurso de seu surgimento, bem como as principais concepções teóricas, cujo foco encontrará maior atenção na teoria recepcional de Hans Robert Jauss (1921-1997).

Um panorama geral da estética da recepção é elaborado por Arnold Rothe (1980), o qual busca abarcar os pontos de vista teórico e prático. Assim, posiciona historicamente seu surgimento, lembrando a situação dos anos 1950, momento em que a Alemanha é “dominada pelo método de explicação de texto dita imanente, conhecido nos Estados Unidos sob o nome de ‘New Criticism’”. (ROTHER, 1980, p. 08). Tal método tornou-se conhecido por intermédio do crítico literário austríaco Leo Spitzer³⁷, que considerava o texto literário “não

³⁷ Em Estilística, “A ideia tradicional de estilo como algo devidamente acrescentado aos pensamentos contrasta com as ideias que derivam de Charles Bally (1865-1947), filólogo suíço, e Leo Spitzer (1887-1960), crítico literário austríaco. De acordo com seguidores desses pensadores, o estilo na linguagem surge da possibilidade de escolha entre formas alternativas de expressão, como, por exemplo [em língua inglesa], entre “children”, “kids”, “youngsters” e “youths”, em que cada um tem um diferente valor evocativo. Essa teoria enfatiza a relação entre estilo e linguística, assim como a teoria de Edward Sapir, que falava sobre literatura baseada em formas (Algernon Charles Swinburne, Paul Verlaine, Horácio, Catulo, Virgílio e muito da literatura latina) e literatura baseada em conteúdo (Homero, Platão, Dante, William Shakespeare) e a quase intraduzibilidade do primeiro”. (Tradução nossa. **Do original:** “The traditional idea of style as something properly added to thoughts contrasts with the ideas that derive from Charles Bally (1865–1947), the Swiss philologist, and Leo Spitzer (1887–1960), the Austrian literary critic. According to followers of these thinkers, style in language arises from the possibility of choice among alternative forms of expression, as for example, between “children”, “kids”, “youngsters” and “youths,” each of which has a different evocative value. This theory emphasizes the relation between style and

como documento biográfico ou histórico nem como pura soma de influências literárias exercidas sobre ele, mas como obra de arte que obedece a suas próprias leis estéticas” (ROTHE, 1980, p. 08) – e são argumentos metodológicos acerca do texto imanente que seguiam na contramão do positivismo que estava em vigor.

Consoante Jauss expõe, era necessária a introdução da ainda inexplorada investigação do leitor³⁸ e mais premente: “com certeza, à exigência de que se reconhecesse o leitor como uma terceira instância, uma instância mediadora da história da literatura, a qual, tradicionalmente, havia sido uma história dos autores, das obras, dos gêneros e dos estilos” (JAUSS, 1994a, p. 73).

A questão proposta por Rothe (1980) – o da historicidade dos textos e de seu encadeamento –, acerca das consequências decorrentes da explicação de texto imanente, ela estende-se ainda ao fato de que, ao ser considerado o público e seu horizonte de expectativa:

No que concerne à produção literária, o público e as questões por ele formuladas fixam o quadro das condições; no que concerne à recepção, o público se apropria até um certo ponto das respostas dadas pela obra, suscitando novas questões e provocando, assim, outras respostas e até mesmo outros textos. O público assume, pois, o papel de mediador tanto no plano sincrônico como no diacrônico. (ROTHE, 1980, p. 11).

Em relação à evolução da estética recepcional, em suma, ela parte da hermenêutica filosófica de Hans-Georg Gadamer, em sua obra *Wahrheit und Methode (Verdade e método)*, de 1961. Em conformidade com Rothe, a relação entre “texto e leitor obedece à lógica da pergunta e resposta” (1980, p. 10), em que o texto se configura como resposta a uma questão, e elucida-se da seguinte maneira:

[...] percebo num texto apenas aquilo que me diz respeito. Mas a resposta que dá o texto à minha questão jamais é inteiramente suficiente, de maneira que o texto também propõe questões e agora cabe ao leitor encontrar respostas. Daí resulta que a lógica de questão e resposta se apresenta sob uma forma dialética ou, pois que se trata de epistemologia, sob a forma do círculo hermenêutico.

Jauss retoma a crítica de Gadamer ao objetivismo histórico presente em *Verdade e método* em sua quarta tese, momento em que o filósofo descrevera o princípio da história do efeito, o qual “busca evidenciar a realidade da história no próprio ato da compreensão”

linguistics, as does the theory of Edward Sapir, who talked about literature that is form-based (Algernon Charles Swinburne, Paul Verlaine, Horace, Catullus, Virgil, and much of Latin literature) and literature that is content-based (Homer, Plato, Dante, William Shakespeare) and the near untranslatability of the former”. (Disponível em: <https://www.britannica.com/science/stylistics#ref997401>).

³⁸ De acordo com Jauss, a *reader's response theory*, nos Estados Unidos (1994, p. 73).

(JAUSS, 1994b, p. 37), que se trata de uma aplicação da lógica de pergunta e resposta à tradição histórica.

A ressalva de Jauss à pergunta histórica na construção do juízo literário diz respeito a se fazer o isolamento do objeto e, assim, argumenta que emitir o

“juízo dos séculos” acerca de uma obra literária é mais do que apenas “o juízo acumulado de outros leitores, críticos, espectadores e até mesmo professores”; ele é o desdobramento de um potencial de sentido virtualmente presente na obra, historicamente atualizado em sua recepção e concretizado na história do efeito, potencial este que se descortina ao juízo que compreende na medida em que, no encontro com a tradição, ele realize a “fusão dos horizontes” de forma controlada. (JAUSS, 1994b, p. 38).

A tentativa que Jauss expõe sobre fundar uma possível história da literatura baseado na estética da recepção, aliado ao princípio da história do efeito de Gadamer, atinge seu limite quando o filósofo eleva o conceito de clássico

à condição de protótipo de toda mediação histórica entre passado e presente. Sua definição segundo a qual “o que é ‘clássico’ não necessita primeiramente da superação da distância histórica, pois, em mediação constante, realiza por si só essa superação”, escapa à relação de pergunta e resposta constitutiva de toda tradição histórica. Se clássico é “o que diz algo ao presente como se o dissesse especialmente a ele”?, então não se teria de buscar primeiramente no texto clássico a pergunta para a qual ele constitui uma resposta. (JAUSS, 1994b, p. 38).

O afastamento de Jauss à proposição de Gadamer resulta do fato deste ter aderido “a um conceito de arte clássica que, fora de sua época de origem — a do Humanismo —, não se sustenta como fundamento geral de uma estética da recepção. Trata-se do conceito de *mimesis*, entendido aqui como “reconhecimento”, conforme expõe Gadamer em sua explicação ontológica da experiência da arte [...]” (1994b, p. 39) – De acordo com Jauss, Gadamer considerava que o clássico, em mediação constante, realiza *ele próprio* a superação da distância histórica, a que o teórico rebate:

Mesmo o efeito das grandes obras literárias do passado não é um acontecer que se mediava a si próprio, nem pode ser comparado a uma emanção: também a tradição da arte pressupõe uma relação dialógica do presente com o passado, relação esta em decorrência da qual a obra do passado somente nos pode responder e “dizer alguma coisa” se aquele que hoje a contempla houver colocado a pergunta que a traz de volta de seu isolamento. (JAUSS, 1994b, p. 39-40).

O embasamento teórico de Gadamer em *Verdade e método*, ao qual Jauss se apoia para a fundamentação de seu projeto estético-recepcional de uma história da literatura,

principia pela apreensão do conceito de *compreensão*, primeiro momento do efeito emancipatório:

Onde, em *Wahrheit und Methode*, a compreensão — analogamente ao “acontecer do ser” [*Seinsgeschehen*] de Heidegger — é entendida como “penetração num acontecer da tradição no qual passado e presente mediavam-se continuamente”, aí tem de padecer o “momento produtivo que a compreensão encerra”. Essa função produtiva da compreensão progressiva — que, necessariamente, encerra também uma crítica da tradição e o esquecimento [...] (JAUSS, 1994b, p. 40).

Nesse sentido, Jauss (1994a, p. 14-15, tradução nossa) explicita que as potencialidades da compreensão advêm das concepções da hermenêutica do discurso:

Ao perguntar no início o que a história deste conceito e seu uso linguístico nos permite reconhecer de antemão das potencialidades da compreensão, já estou seguindo uma hermenêutica específica, a saber, a hermenêutica do discurso que, acima de tudo, Hans Lipps (seguindo Karl Löwith) e depois Ludwig Wittgenstein desenvolveram. No anterior, uma lógica hermenêutica que questiona que a verdade está ligada primariamente à afirmação, se opõe à lógica formal, com base em reivindicações ou estados de coisas, e em virtude da qual Aristóteles já havia deixado de fora da lógica, como não é verdade, para conselhos, pedidos e perguntas. [...] Entender não é primariamente monológico, senão dialógico. [...] a hermenêutica do discurso restabelece a prioridade dos contemporâneos, deixada de lado pela tradição cartesiana em face do mundo dos objetos.³⁹

Assim, a compreensão de um texto histórico subjaz a necessidade de entender a questão “à qual é dada uma resposta, mais geralmente: encontrar o que Gadamer chama de horizonte de questões”^{40, 41} (ROTHER, 1980, p. 10). Tais princípios do filósofo foram ou desenvolvidos ou adaptados à crítica literária por vários de seus alunos⁴², entre eles Hans-Robert Jauss, quem, nesta tese, é o principal teórico a conduzir a pesquisa na construção de uma história da literatura de autoria feminina em Caxias do Sul, no período abarcado por

³⁹ **Do original:** “Al preguntar al comienzo por lo que la historia de este concepto y su uso lingüístico nos deja reconocer de antemano de las potencialidades de la comprensión, estoy siguiendo ya una hermenéutica específica, a saber, la hermenéutica del discurso que sobretudo Hans Lipps (siguiendo a Karl Löwith) y posteriormente Ludwig Wittgenstein han desarrollado. En lo anterior, una lógica hermenéutica, que cuestiona que la verdad está adherida primariamente a la afirmación, se opone a la lógica formal, basada en afirmaciones o estados de cosas, y en virtud de la cual Aristóteles ya había dejado fuera de la lógica, en tanto que no verdaderos, a los consejos, los ruegos y las preguntas. [...]. Entender no es primariamente monológico, sino dialógico. [...] la hermenéutica del discurso reestablece la prioridad de los coetáneos, que la tradición cartesiana había dejado de lado frente al mundo de los objetos”.

⁴⁰ Para Rothe, “A compreensão assim concebida de um texto histórico não implica no retorno ao historicismo objetivista, porque questões e respostas de uma época dada constituem para mim, de alguma forma, um novo texto que, de sua parte, responde às minhas questões. Reencontrar o horizonte de questões históricas, então, não é outra coisa que o integrar em meu próprio horizonte de questões, donde a noção de ‘fusão de horizontes’, que Gadamer propôs a esse respeito”. (1980, p. 10).

⁴¹ O “horizonte de questões” de Gadamer é nomeado “horizonte de expectativa” por Hans-Robert Jauss.

⁴² No caso, Wolfgang Iser, comprometido com a fenomenologia.

meio século (de 1869 a 1919), sob a óptica dos estudos da estética da recepção e pelo signo do gênero.

Em princípio, ainda antes de ser concebida sua teoria, Jauss relembra sua trajetória de estudos e pesquisas. De acordo com o teórico, que chegara a suas formulações teóricas após dedicar-se aos estudos sobre a Idade Média, suas premissas não surgiram apenas em Constança, mas a partir da época em que trabalhara como assistente na Universidade de Heidelberg⁴³, momento em que se deparara com dois medievalistas – Robert Guette⁴⁴ e Walther Bulst⁴⁵ – os quais, independentemente um do outro, “e provocativamente para a comunidade científica”, haviam “levantado o problema hermenêutico da obstrução do acesso a uma literatura que se fez estranha a nós”, isto é, estranha porque interpretada com base nas fontes a que os filólogos acessavam e eram de seu próprio conhecimento, no caso, restrito. Assim, expõe-se no excerto a seguir, como surgiu o primeiro estímulo para a construção de sua própria teoria:

A crítica sarcástica de Guette dizia o mesmo que aquela máxima na qual Bulst resumiu as suas *Bedenken eines Philologen* [Ponderações de um filólogo]: “texto algum jamais foi escrito para ser lido e interpretado filologicamente por filólogos”. Para mim, foram essas as palavras que me desafiaram a tentar desvendar a forma e o sentido da obra medieval *Reineke Fuchs* não mais a partir da comparação com aquelas fontes que os filólogos freqüentemente supunham ser as suas, mas sim da **reconstrução das expectativas dos leitores contemporâneos à obra**. (JAUSS, 1994, p. 72, grifo nosso).

Consoante Zilberman, Jauss, nas oportunidades em que historiou a trajetória da Estética da Recepção, e ao polemizar as concepções vigentes de história da literatura,

atribui à conferência com que abriu o semestre de verão na Universidade de Constança a condição de episódio fundador da vertente de investigação de que é também o principal representante. Em 13 de abril de 1967, ele expôs suas ideias em resposta à pergunta colocada no título da conferência, “O que é e com que fim se estuda História da Literatura?”, para estabelecer as bases de uma teoria em que procura colocar o leitor na posição de figura central da pesquisa literária. (ZILBERMAN, 2012, p. 207).

Surge, então, a partir de sua conferência, o primeiro esboço para a formulação de uma teoria própria, um impulso especial, explica Jauss, em forte oposição à ciência social empírica (JAUSS, 1994, p. 72), a qual, em sua condição de “redentora” na década de 1960 e “numa proporção que hoje se afigura espantosa”, havia dominado o projeto da fundação da

⁴³ Segundo Jauss, estudos empreendidos após uma dissertação sobre Michael Proust (1994, p. 72).

⁴⁴ Robert Guette (1895-1976), medievalista belga.

⁴⁵ Walther Bulst (1899-1986), medievalista alemão.

Universidade de Constança. Em seu programa fundador, Jauss revela que na instituição “as antigas filologias haviam sido substituídas por grupos de disciplinas de linguística. Sobre literatura, nem uma única palavra; como objeto de uma ciência autônoma, a literatura precisou primeiramente ser imposta por aquela que viria a ser a futura ‘Escola de Constança’.”

Nesse sentido, o texto de Jauss que veio a se constituir como seminal da Estética da Recepção foi publicado com o título de “A História da Literatura como provocação à teoria literária”⁴⁶, o qual faz severas críticas a várias concepções, com vistas a determinar as fronteiras de seu pensamento, como enumera Zilberman,

Polemiza concepções vigentes de História da Literatura; questiona a Sociologia da Literatura, de orientação marxista e praticada sobretudo por Georg Lukács (1885-1971); rejeita o Estruturalismo em voga nos anos [19]60 do século XX, embora absorva alguns dos conceitos propostos por linguistas como Ferdinand de Saussure (1857-1913) e filósofos como Jan Mukarovsky (1891-1975). (ZILBERMAN, 2012, p. 208).

No que diz respeito à *A história da literatura como provocação à teoria literária*, e o que também justifica a exposição de Zilberman (2012), o próprio Jauss retoma sua obra, vinte anos depois, em entrevista concedida sobre a obra seminal em questão⁴⁷, e expõe que esta era

fundamentalmente, em sua intenção, uma apologia da compreensão histórica tendo por veículo a experiência estética – e isso em uma época na qual o estruturalismo havia desacreditado o conhecimento histórico e começava a expulsar o sujeito dos sistemas de explicação do mundo. Os guardiões da tradição da filologia auto-suficiente não perceberam essa intenção, recusando-se a compreender que o paradigma histórico-positivista já se exaurira. (JAUSS, 1994, p. 73).

Embora tenha acolhido criticamente ambos os pontos de vista – da teoria literária marxista e formalista⁴⁸ –, Jauss busca a mudança de direção da estética da representação e produção para a da recepção, ou seja,

o recurso à experiência dos leitores como instância dialógica da comunicação literária, tinha a chance de compreender de maneira nova – na dialética entre inovação e tradição, obra e efeito – a mudança de horizonte da experiência histórica tendo por veículo a práxis estética, e, por conseguinte, de compreender de um modo novo o caráter estético da literatura em sua historicidade específica. (JAUSS, 1994b, p. 73-74).

⁴⁶ Também com o título “A História da Literatura como provocação à ciência literária”.

⁴⁷ Texto originalmente publicado em agosto de 1987 no jornal alemão *Frankfurter Allgemeine*, cujo título era “Os horizontes do ler”. (JAUSS, 1994, p. 71).

⁴⁸ Jauss também as nomeia teoria literária “materialista” e “burguesa”, respectivamente (1994b, p. 74).

Ainda conforme suscita Zilberman (2012, p. 208), a estudiosa acrescenta que o principal objetivo de Jauss é “recuperar a historicidade da literatura, descartada por essas vertentes⁴⁹, meta possibilitada pela valorização da ação do leitor, responsável pela permanente atualização das obras literárias do passado”.

A obra literária condiciona-se fundamentalmente por intermédio da relação dialógica entre literatura e leitor⁵⁰, em seu caráter artístico e em sua historicidade, de acordo com os argumentos de Jauss, em que tal relação pode ser equiparada àquela da

comunicação (informação) com o receptor quanto como uma relação de pergunta e resposta – há de ser possível, no âmbito de uma história da literatura, embasar nessa mesma relação o nexos entre as obras literárias. E isso porque a relação entre literatura e leitor possui implicações tanto estéticas quanto históricas. (JAUSS, 1994b, p. 23).

No quesito que diz respeito à implicação estética está o fato de “já a recepção primária de uma obra pelo leitor encerrar uma avaliação de seu valor estético, pela comparação com outras obras já lidas”; a da histórica, por sua vez, “manifesta-se na possibilidade de, numa cadeia de recepções, a compreensão dos primeiros leitores ter continuidade e enriquecer-se de geração em geração, decidindo, assim, o próprio significado histórico de uma obra e tornando visível sua qualidade estética”. (JAUSS, 1994b, p. 23).

Jauss, por considerar que a obra literária se condiciona primordialmente pela relação dialógica entre literatura e leitor, compromete-se no desenvolvimento de uma teoria, em que faz sobressair o leitor, e explana sua importante contribuição à história da literatura:

Se, pois, se contempla a literatura na dimensão de sua recepção e de seu efeito, então a oposição entre seu aspecto estético e seu aspecto histórico vê-se constantemente

⁴⁹ De acordo com Jauss, a teoria literária marxista “entendeu ser sua tarefa demonstrar o nexos da literatura em seu espelhamento da realidade social” (1994b, p. 15). Em relação à teoria do método formalista, argumenta que “alçou novamente a literatura à condição de um objeto autônomo de investigação, na medida em que desvinculou a obra literária de todas as condicionantes históricas e, à maneira da nova linguística estrutural, definiu em termos puramente funcionais a sua realização específica, como a *soma de todos os procedimentos artísticos nela empregados*. A tradicional separação entre poesia e literatura torna-se, assim, sem efeito. O caráter artístico da literatura deve ser verificado única e exclusivamente a partir da oposição entre linguagem poética e linguagem prática”. (1994b, p. 18-19, grifo do autor).

⁵⁰ Desse feito, Jauss argumenta que o autor pode ser ignorado como terceiro fator, com base em exposição de M. Riffaterre em discussão com R. Jakobson e C. Lévi-Strauss (apud JAUSS, 1994b, p. 63): “[...] o fenômeno poético, sendo linguístico, não é simplesmente a mensagem, o poema, mas todo o ato de comunicação. Este é um ato muito especial, entretanto, porque o orador — o poeta — não está presente; qualquer tentativa de trazê-lo de volta só produz interferência, porque o que sabemos dele sabemos da história, é conhecimento externo à mensagem, ou então descobrimos isso racionalizando e distorcendo a mensagem”. (Tradução nossa). **Do original:** “[...] the poetic phenomenon, being linguistic, is not simply the message, the poem, but the whole act of communication. This is a very special act, however, for the speaker — the poet — is not present; any attempt to bring him back only produces interference, because what we know of him we know from history, it is knowledge external to the message, or else we have found it out by rationalizing and distorting the message”.

mediada, e reatado o fio que liga o fenômeno passado à experiência presente da poesia, fio este que o historicismo romperá. (JAUSS, 1994b, p. 23).

É com base nessa conjectura que Jauss se permite responder à questão de como fundamentar metodologicamente e reescrever a história da literatura, num esboço dividido por ele em sete teses, em sua obra de 1967 – *A história da Literatura como provocação à teoria literária*.

O significado da experiência estética⁵¹ é retomado por Jauss em seu texto “A estética da recepção: colocações gerais”, de 1979, momento em que revela a necessidade de serem revistos e esclarecidos alguns pontos cruciais que, conforme o teórico, dizem respeito à “pergunta pela *praxis* estética, de importância decisiva em toda arte manifestada como atividade produtora, receptiva e comunicativa”, e cujo legado platônico, ainda em curso na filosofia contemporânea da arte e arraigado na tradição, obscureceu: “sempre que se concede à verdade, manifestada pela arte, a primazia sobre a experiência da arte, na qual se exterioriza a atividade estética como obra dos homens”. (JAUSS, 2002, p. 67). Dessa forma, a estética detinha como foco o papel de apresentação da arte e da história da arte, em que a compreensão recaía na história das obras e de seus autores:

Do historicismo até agora, a investigação científica da arte tem-nos incansavelmente instruído sobre a tradição das obras (e suas) e de suas interpretações, sobre sua gênese objetiva e subjetiva, de modo que hoje se pode reconstruir, com mais facilidade, o lugar de uma obra de arte em seu tempo, sua originalidade em contraste com as fontes e os antecessores, mesmo até sua função ideológica, do que a experiência daqueles que, na atividade produtiva, receptiva e comunicativa, desenvolveram *in actu* a práxis histórica e social, da qual as histórias da literatura e da arte sempre nos transmitem o produto já objetivado (JAUSS, 2002, p. 68).

Jauss alega a junção entre experiência estética e hermenêutica literária, cuja experiência relacionada à arte não se constitui em privilégio dos especialistas, mas que “a experiência primária de uma obra de arte realiza-se na sintonia com seu efeito estético, isto é, na compreensão fruidora e na fruição compreensiva” (2002, p. 69), posto que o texto, explica, foi feito para o leitor. Então, cabem à hermenêutica literária duas incumbências – a de diferenciar metodologicamente os dois modos de recepção, o que explica Jauss:

⁵¹ Diz respeito ao prazer operado pelo texto e depende “de uma fruição compreensiva, ou seja, de gostar de entender, e de uma compreensão fruidora, ou seja, de compreender o que se está gostando”. Tal experiência, resume Bordini, desdobra-se em três atividades coincidentes – *poiesis* (“prazer do leitor ao fazer-se coautor da obra”), *aisthesis* (“efeito de renovação da percepção estimulado pela sua não familiaridade”) e *katharsis* (“reação afetiva que deslocaria crenças habituais e liberaria a mente para novas possibilidades, alterando a orientação das ações do indivíduo”). (BORDINI, 2015, p. 205).

Ou seja, de um lado aclarar o processo atual em que se concretizam o efeito e o significado do texto para o leitor contemporâneo e, de outro, reconstruir o processo histórico pelo qual o texto é sempre recebido e interpretado diferentemente, por leitores de tempos diversos. A aplicação, portanto, deve ter por finalidade comparar o efeito atual de uma obra de arte com o desenvolvimento histórico de sua experiência e formar o juízo estético, com base nas duas instâncias de efeito e recepção. (JAUSS, 2002, p. 69-70).

A concepção de experiência estética⁵², na atualidade, deve ser concebida sob renovado prisma, alega o teórico. Para tal, das críticas recebidas à obra de 1967, Jauss dispôs o seguinte programa:

para a análise da experiência do leitor ou da “sociedade de leitores” de um tempo histórico determinado, necessita-se diferenciar, colocar e estabelecer a comunicação entre os dois lados da relação texto e leitor. Ou seja, entre o *efeito*, como o momento condicionado pelo texto, e a *recepção*, como o momento condicionado pelo destinatário, para a concretização do sentido como duplo horizonte – o interno ao literário, implicado pela obra, e o mundivivencial (*lebensweltlich*), trazido pelo leitor de uma determinada sociedade. Isso é necessário a fim de discernir como a expectativa e a experiência se encadeiam e para se saber se, nisso, se produz um momento de nova significação. (JAUSS, 2002, p. 73, grifos do autor).

Em relação ao estabelecimento do horizonte de expectativa interna ao texto, Jauss assegura que este é menos problemático, uma vez que é derivável do próprio texto, em comparação ao horizonte de expectativa social, o qual não é “tematizado como contexto de um mundo histórico”, o que carece de mais pesquisas no campo da experiência estética, afirma Jauss (2002, p. 73-75)⁵³.

Portanto, aqui também se faz fundamentada a presente pesquisa, posto que visa, como contribuição, fornecer subsídios à construção de uma história da literatura de autoria feminina, em meio século de história da cidade de Caxias do Sul, RS, de 1869 a 1919, uma vez que diz respeito, também, ao potencial de experiência vivencial da literatura, nesse processo de identificação e reconstrução, e que vem a se desenvolver por intermédio do surgimento da imprensa, momento em que circulam os textos, as ideias e as manifestações de poder.

De acordo com Bordini, disso decorreria que a cada indivíduo seria possível avaliar e alterar regras que organizam a sociedade, cujo efeito emancipatório dessa “atividade de

⁵² Acerca da história da experiência estética, vide JAUSS, Hans Robert. Estética da recepção: colocações gerais. In: LIMA, Luiz Costa (Sel. Coord. Trad.). *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 67-84.

⁵³ De acordo com Jauss, a experiência estética ainda não possui uma “história canonizada e, por isso, não dispõe do acervo correspondente de fontes [e] impõe-se, e não é só algumas vezes necessária, uma aproximação maior [...] com as disciplinas vizinhas, para que se aceitem ou retifiquem seus diagnósticos e interpretações” (2002, p. 75).

aplicação, [n]a atitude decorrente de transladar os modelos com que o leitor se identifica para a ação prática” (BORDINI, 2015, p. 204) possam dar suporte ao resgate de obras e escritoras, bem como atuar enquanto pesquisadora na elaboração, interpretação e por intermédio de subsídios que contribuam na (re)construção de uma história da literatura, sob o signo do gênero, a que nos propomos.

3.2 SUBSÍDIOS TEÓRICOS SOBRE HISTÓRIA DA LEITURA E LEITURA

De acordo com Zilberman (2012), as teorias da recepção, com o advento das manifestações da linguagem verbal terem assumido a escrita como principal veículo de transmissão, incorporaram-se a teorias da leitura, posto se basearem no pressuposto de que as obras são objeto “de algum tipo de acolhimento”, em que o mais costumeiro é a leitura. Assim, Zilberman argumenta que essa alternância de teorias, busca privilegiar,

de uma parte, o exame das relações entre a obra e seu destinatário, encarado individual ou coletivamente, de outra, o estudo dos objetos impressos, que circulam ou não como literatura e que passam com transformações históricas, ideológicas e comportamentais, desde a invenção dos meios de reprodução tipográfica. (ZILBERMAN, 2012, p. 201).

Muito antes disso, a leitura dependeu de a escrita tornar-se o veículo primado “de comunicação de textos poéticos ou não” (ZILBERMAN, 2012, p. 201). Como a escrita sucedia a leitura, o número de leitores, em relação ao de escritores, por sua vez, era mais numeroso. Todavia, com vistas a fazer uma incursão na história da leitura é preciso, antes, desvendar a da escrita.

Houve duas medidas coletivas na história que vieram a firmar a escrita como principal meio de disseminação de textos. De acordo com Zilberman (2012, p. 201), a primeira consistiu na difusão do alfabeto, a qual ocorre: “no Oriente, entre sumérios, babilônios, egípcios, hebreus e fenícios, e, no Ocidente, entre os gregos”; a segunda, a eleição de uma “instituição para a difusão da escrita – a escola”.

Zilberman expõe que havia a presença de escolas já entre os sumérios (*ê-dubba*), as quais eram designadas à aprendizagem de textos considerados canônicos e, eram, contudo, vinculadas à religião e dominadas por sacerdotes. No Ocidente, de forma diferente, a partir do século V a. C., os gregos “estimularam o conhecimento da língua e da poesia para que os cidadãos dispusessem de melhores recursos retóricos para defender seus direitos, inclusive o de propriedade” (ZILBERMAN, 2012, p. 201-202).

Ainda em relação à educação, no mundo antigo, Zilberman atesta que a secularização do ensino foi predecessora da poesia e constituiu-se como condição básica para a expansão da leitura, ainda restrita às classes elevadas, o que não impediu que houvesse a circulação oral da poesia⁵⁴. No que tange à leitura individual⁵⁵, semelhantemente usual, era, possivelmente, realizada em voz alta, uma vez que “a leitura silenciosa parece ter-se difundido somente a partir do século III a. C.” (ZILBERMAN, 2012, p. 202).

Ainda abarcando a escrita [e em certa medida sua relação com a leitura], avançamos no tempo histórico. Em seu estudo acerca das sociedades do Antigo Regime, sobre a Europa, assim como nas colônias americanas, entre os séculos XVI e XVIII, Roger Chartier (2009, p. 113-114) relata que era a porcentagem de signatários que indicava o limite de familiaridade com a escrita alcançado por determinada sociedade e que, todavia, “não pode ser considerada medida direta de uma competência cultural particular.” Por conseguinte, os dados coletados através dos séculos e dos sítios podem ser, conforme argumenta o autor, avaliados como indicadores culturais macroscópicos – compósitos –, os quais não expressam com precisão “nem a capacidade de escrever, mais restrita do que os números indicam, nem a da leitura, que é mais extensa” (CHARTIER, 2009, p. 114), mas que postulam grande avanço das taxas de assinaturas .

Nesse sentido, acrescentando informações em relação à aprendizagem, em que a da leitura precedia a da escrita [inversamente à história] e, conjecturando acerca dos dados levantados, Chartier, sabendo que no processo havia o envolvimento de apenas uma parte das crianças, tece as seguintes considerações no que diz respeito ao processo de aquisição da escritura em relação à da leitura:

é claro que, se todos os que assinam o nome sabem ler, nem todos os que lêem sabem assinar o nome. É claro também que entre os que sabem assinar nem todos escrevem, ou porque a assinatura constitui o último estágio de sua aprendizagem cultural, ou porque a falta de prática os fez perder o domínio da escrita que aprenderam outrora e cujo resquício é a assinatura. Paradoxalmente, podemos considerar que nas sociedades antigas a assinatura identifica uma população que com certeza sabe ler, mas da qual só uma parte (impossível de numerar) sabe escrever, e que não é a totalidade dos que sabem ler, pois uma parte destes (também impossível de calcular) nunca soube assinar. (CHARTIER, 2009, p. 114).

Na era moderna, em toda parte – no Velho e no Novo Mundo –, a familiaridade com a escrita progride, mesmo que seu domínio seja desigual entre os gêneros e grupos sociais,

⁵⁴ Popularidade do teatro e prática de declamações públicas, reproduzidas em cenas dos diálogos de Platão (428/427-348/347 a. C.), conforme Zilberman (2012, p. 202).

⁵⁵ De acordo com Zilberman (2012, p. 202), como sugerem as *Heroidas*, de Ovídio (43 a. C. - 17/18 d. C.).

“dotando as populações de competências culturais que antes constituíam apanágio de uma minoria”, assevera Chartier (2009, p. 116). Nesse processo, a alfabetização também tem papel importante na aquisição das competências de escrita e leitura.

Em relação às questões que concernem aos gêneros sociais, entre homens e mulheres, a experiência com a escrita não é igual para todos. Chartier, em relação ao acesso das sociedades ocidentais à escrita entre os séculos XVI e XVIII, na Europa, destaca que as mulheres participam menos do mundo da escrita e que não se deve, no entanto, “tomá-la como medida exata de uma desigual capacidade de leitura” (CHARTIER, 2009, p. 117). Nesse quesito, o autor expõe que nas sociedades antigas a educação das meninas incluía a aprendizagem da leitura, mas não a da escrita, pois era considerada “inútil e perigosa para o sexo feminino” (2009, p. 117). A competência da escrita poderia trazer à mulher a possibilidade de acesso aos meios públicos e, conseqüentemente, ampliar seu espaço de atuação.

No decorrer dos três séculos da era moderna, tomando-se a Europa como parâmetro para os estudos e a cultura das cidades modernas em relação ao espaço rural, foi atestado que houve múltiplas diferenciações no acesso à escrita, as quais determinaram grandes variações no processo de privatização e as quais foram acompanhadas pelo desenvolvimento, desigual – aponta Chartier (2009, p. 119) –, da alfabetização. Nas cidades modernas, por exemplo, são em maior número os que manejam a escrita e onde, ainda, as competências da leitura e escrita são distribuídas de modo menos desigual. Mesmo que a capacidade de assinar dependesse, e sua conseqüente hierarquia, tanto no espaço rural quanto no urbano, “estritamente do nível de qualificação do ofício e de sua maior ou menor inserção num outro mercado além do local” (CHARTIER, 2009, p. 118), a cidade apresentou um avanço em relação às profissões e condições sociais dos diferentes grupos, assim como entre homens e mulheres no manejo da escrita.

Em contrapartida, ler, como prática não menos relevante, também é poder. A prática da leitura, mais difundida que a escrita, entre os séculos XVI e XVIII, promove novas habilidades. A mais importante, a leitura silenciosa, diz respeito à “privatização” dessa prática e é essa “leitura na intimidade de um espaço subtraído à comunidade que permite a reflexão solitária” (CHARTIER, 2009, p. 126), considerada uma das principais evoluções culturais da modernidade:

Saber ler é primeiramente a condição obrigatória para o surgimento de novas práticas constitutivas da intimidade individual. A relação pessoal com o texto lido ou escrito libera das antigas mediações, subtrai aos controles dos grupos, autoriza o

recolhimento. Com isso, a conquista da leitura solitária possibilitou as novas devoções que modificam radicalmente as relações do homem com a divindade. (CHARTIER, 2009, p. 119).

Foi no século XV que a leitura silenciosa se tornou a maneira usual de ler e, por meio dessa “maneira de ler apenas com olhos”, que conquistou, progressivamente, todos os meios de leitores durante a Idade Média, relata Chartier (2009, p. 126), considerando-se os leitores familiarizados com a escrita e de longa data alfabetizados. Ainda, tal prática viria a distinguir os leitores novatos e inábeis dos outros, por sua incapacidade de ler em silêncio, tornando-se instrumento excludente e de julgamento, assim como demonstra maior ou menor autonomia por quem a pratica.

As condições que propiciaram a leitura silenciosa dizem respeito à difusão de uma nova habilidade que permite ao indivíduo ler sem ter de oralizar o texto, em voz alta ou baixa, em que essa maneira de ler “pode subtrair o leitor ao controle da comunidade quando lê num espaço coletivo” (CHARTIER, 2009, p. 126), possibilitando a interiorização imediata do que é lido por aquele que lê. Também, diz respeito à substituição de uma prática lenta, penosa e exteriorizada por uma mais rápida, fácil e que toca o leitor diretamente em seu íntimo. Nesse sentido, horizontes inéditos, a quem podia praticá-la, foram abertos, posto que:

Primeiro transformou radicalmente o trabalho intelectual, que na essência se tornou um ato de intimidade individual, uma confrontação pessoal com textos sempre mais numerosos, uma memorização e um sistema de remissivas visualmente assinaladas nos livros. Depois permitiu um fervor mais pessoal, uma devoção mais privada, outra relação com o sagrado além daquela regulamentada pelas disciplinas e mediações eclesiais. (CHARTIER, 2009, p. 127).

Houve, a partir de então, uma relação direta entre o indivíduo e o objeto, não apenas a mediação entre ambos, o que veio a propiciar, na leitura sozinho, em silêncio ou em segredo, “audácias até então interditas”, mudanças intelectuais e afetivas resultantes de uma nova maneira de ler.

Consoante Fischer (2006, p. 7),

a leitura é para a mente o que a música é para o espírito. A leitura desafia, capacita, encanta e enriquece. Pequenas marcas pretas sobre a folha branca ou caracteres na tela do computador pessoal são capazes de nos levar ao pranto, abrir nossas mentes a novas idéias e entendimentos, inspirar, organizar nossa existência e nos conectar ao universo.

Da mesma maneira que a oposição entre leitura oral e leitura silenciosa pode ser reconhecida como a expressão das competências que coexistem, a que contrasta duas relações

com o impresso deve ser utilizada como uma primeira, e ainda grosseira, classificação das figuras da leitura reencontradas em uma determinada sociedade e praticadas pelos diferentes grupos – sociais, mas também religiosos, intelectuais, étnicos, etc. – e às vezes explicitamente teorizadas.” (CHARTIER, 1996, p. 89).

A história da leitura visa a descrever “o ato da leitura, seus praticantes e os ambientes sociais em que estão inseridos, além das diversas manifestações da leitura em pedras, ossos, cascas de árvore, muros, monumentos, tabuletas, rolos de papiro, códices, livros, telas e papel eletrônico” (FISCHER, 2006, p. 7). No que tange à das práticas de leitura, esta trata de aquisições e limites da história do impresso: avaliações da produção impressa e as medições de sua posse desigual por parte dos diferentes meios sociais, cuja sinalização da presença distintiva do impresso em lugar e tempo determinados foi realizada, primeiramente, por meio da leitura de inventários pós-morte. (CHARTIER, 1996, p. 77), na França, Paris, no século XVII, e em todo o reino, no XVIII. Nesse contexto, trata-se de dados históricos coletados a partir de documentos e que, no entanto,

sobretudo falta às enumerações dos livros impressos ou possuídos uma questão central, a dos usos, dos manuseios, das formas de apropriação e de leitura dos materiais impressos”, e, em que pesem as respostas a tais questionamentos, o entendimento da história do impresso como a história de uma prática cultural (CHARTIER, 1996, p. 77-78).

Dessa forma, com vistas a construir tal história, Chartier (1996) propõe que sejam revalorizadas criticamente duas tradições que pesam sobre as pesquisas historiográficas. A primeira, antiga, que lê os textos ignorando seus suportes, concebe os textos como portadores de um “sentido que é indiferente à materialidade do objeto manuscrito ou impresso através do qual ele se dá, constituído de uma vez por todas e identificável graças ao trabalho crítico” (p. 78) e, contra tal premissa, propõe que uma história do ler afirmar

que as significações dos textos, quaisquer que sejam, são constituídas, diferencialmente, pelas leituras que se apoderam deles. Daí uma dupla consequência. Antes de mais nada, dar à leitura o estatuto de uma prática criadora, inventiva, produtora, e não a anular (*sic*) no texto lido, como se o sentido desejado por seu autor devesse inscrever-se com toda a imediatez e transparência, sem resistência nem desvio, no espírito de seus leitores. Em seguida, pensar que os atos de leitura que dão aos textos significações plurais e móveis situam-se no encontro de maneiras de ler, coletivas ou individuais, herdadas ou inovadoras, íntimas ou públicas e de protocolos de leitura depositados no objeto lido, não somente pelo autor que indica a justa compreensão de seu texto [...]. (CHARTIER, 1996, p. 78).

Igualmente, uma história da leitura é concebida por Chartier como uma construção em oposição à tradição da sociologia histórica da cultura, a qual busca caracterizar culturalmente os grupos sociais ou socialmente os produtos culturais, uma vez que “as modalidades de apropriação dos materiais culturais são, sem dúvida, tão ou mais distintas do que a inegável distribuição social desses próprios materiais” e que, por sua vez, sejam levadas em consideração as práticas de utilização e consumo dos objetos. Assim, o autor ainda conclui: “Acrescentar, portanto, ao conhecimento das presenças dos livros aquele das maneiras de ler” (CHARTIER, 1996, p. 78-79).

Foi a partir do século XVI, após a invenção e a expansão da tipografia, por intermédio do uso da prensa mecânica, que iniciou a produção de livros em plano empresarial, os quais demandavam consumo em larga escala. De acordo com Zilberman, o aparecimento dos primeiros *best-sellers* data das primeiras décadas do século XVI, com um público instalado nas cidades que cresciam em população e riqueza: “Esse primeiro surto industrial garantiu o aparecimento de novos gêneros, como o romance e a narrativa de viagens, e o encorpamento de gêneros já existentes, como o romance de cavalaria [...]”. (ZILBERMAN, 2012, p. 203). Como consequência, a relação com os livros e com a leitura, especialmente, deixa de ser neutra.

Por outro lado, no que concerne à presença do livro em ambientes rurais, argumenta Chartier que é estritamente determinada pela posição social; nas paróquias o livro continua raro e, neste contexto, pode-se destacar a última modalidade da familiarização com o livro de propriedade pessoal na privacidade do lar: a dos possuidores de bibliotecas (CHARTIER, 2009, p. 130-131).

Nesse estilo antigo, que na Europa estende-se até metade do século XVIII, a leitura é

reverência e respeito pelo livro porque ele é raro, porque está carregado de sacralidade mesmo quando é profano, porque ensina o essencial. Essa leitura intensa produz a eficácia do livro, cujo texto torna-se uma referência familiar, cujas fórmulas dão forma às maneiras de pensar e de contar. Uma relação atenta e deferente liga o leitor àquilo que lê, incorporando em seu ser mais íntimo a letra do que leu. (CHARTIER, 1996, p. 86).

Ainda no que concerne à apropriação dos materiais culturais, do livro, neste caso, o mais importante é, em conformidade com Darnton (1990, p. 156), o “onde” da leitura, pois “a contextualização do leitor em seu espaço pode fornecer indícios sobre a natureza de sua experiência”. Nesse sentido, alguns registros, como, por exemplo, as pinturas e os relatos, são concebidos, ainda, pelo autor como instrumentos que “podem revelar alguns pressupostos

ocultos sobre o que as pessoas julgavam que deveria ser a leitura ou qual a atmosfera em que se devia ler”. Portanto, no âmbito das representações, existe a possibilidade de se vir a conhecer uma história de leitura do passado por intermédio da ficção.

A ficcionalização da leitura e do leitor, cuja interpretação pode ser viabilizada pela proposta de análise textual e pesquisa empírica de Darnton (1990), torna-se relevante, posto que, consideram Lajolo e Zilberman, pode propiciar o início do “desenho de uma história social da leitura” e, ao suscitarem as ideias de Volker Rollof, destacam que os textos literários também podem ser vistos “basicamente de modo mais ou menos explícito, como tematização da leitura; deste modo, a história da leitura sempre pode aprender também com a análise de textos literários representativos enquanto pontos de intersecção nos quais se encontram ler e escrever.” (ROLLOF, 1985 apud LAJOLO; ZILBERMAN, 1998, p. 17).

E como uma parte que pode vir a contribuir na construção dessa história social da leitura, justifica-se, então, a pertinência da presente pesquisa, uma vez que também busca desvendar as práticas de leitura nos contextos ficcionais e a representação de leitor(a). Nesse sentido, também porque, salientam Lajolo e Zilberman: “Torna-se, assim, a tematização da leitura lugar privilegiado para o tecimento desta história não só por representá-la ou questioná-la, mas, principalmente, por tecê-la a partir da linguagem em que se criam tais leitores de papel e tinta” (1998, p. 17).

O conceito de representação proposto por Chartier (2002, p. 15-16) alicerça à construção do social “as classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real”. Essas categorias, por sua vez, variam em conformidade com as classes sociais ou os meios intelectuais, sendo produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. Consoante Chartier (2002, p. 17), “são esses esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado”, ou seja, são representações do mundo social construídas e determinadas pelos interesses de grupo que as concebem.

O conceito de representação sugerido por Chartier refere-se ao “ser apreendido” constitutivo da sua identidade, permitindo a articulação de três modalidades da relação com o mundo social:

em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas

institucionalizadas e objectivadas graças às quais uns “representantes” (instâncias colectivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade. (CHARTIER, 2002, p. 22-23).

As estruturas do mundo social, não sendo um dado objetivo, são historicamente produzidas pelas práticas articuladas que constroem suas figuras, em que as representações são supostas como reflexo ou desvio do social, de forma a ser construído um sentido e dado um significado ao mundo, não meramente intrínseco, único e absoluto. Em relação a textos e obras, Chartier estabelece as práticas discursivas “como produtoras de ordenamento, de afirmação de distâncias, de divisões; daí o reconhecimento das práticas de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação” (2002, p. 27-28), as quais constroem o mundo como representação.

Pelo fato de a literatura apresentar-se como expressão que fornece imagens da sociedade, é possível aliar essa proposição à perspectiva de Lajolo e Zilberman. Se, na Europa, no que concerne à ficção, afirmam Lajolo e Zilberman (1998, p. 18), que já no século XVII textualiza-se o leitor, no Brasil, é apenas “na ficção romântica que os esforços nessa direção mostram-se visíveis.” Por volta de 1840, no Rio de Janeiro, é que principiam alguns traços necessários para a formação e fortalecimento de uma sociedade leitora, ou seja, o brasileiro é, antes de mais nada, um leitor em formação.

Em relação à família e a composição do ato de ler, nos séculos XVIII e XIX, o seu conceito foi fortalecido pelas revoluções ocorridas nesses séculos, que findaram por substituir o regime absolutista pela democracia e pelo liberalismo, o que veio a fortalecer o padrão familiar resultante da ideologia burguesa ascendente. É ela quem “constrói e consolida a sociedade burguesa, organizando-a para aquém e para além das camadas sociais, partidos ou ideais”. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1998, p. 15). Intensifica-se o gosto pela leitura, asseveram Lajolo e Zilberman, nesse modelo moderno de família, “por consistir em atividade adequada ao contexto de privacidade própria à vida doméstica” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1998, p. 15-16).

Uma das práticas que reforçam outro setor da vida privada, no caso, a intimidade da família, é, de acordo com Chartier, a leitura em voz alta. (CHARTIER, 2009, p. 153).

De acordo com Chartier, “A oposição entre visualização e oralização é, sem dúvida, o indicador mais manifesto de uma diferença nas maneiras de ler. Mas, obviamente, a leitura silenciosa não é única e as capacidades daqueles que a praticam podem variar consideravelmente” (CHARTIER, 1996, p. 84). São essas leituras diferenciadas a partir da encenação que promovem a afirmação de um novo mito. Constitui-se, sobremaneira, como

uma sociedade nos moldes antigos, pois “a reunião camponesa, quando ela existe, é antes de mais nada o local de trabalho em comum, do conto e do canto, da dança e dos amores”. (CHARTIER, 1996, p. 88) e, no contexto em análise – Caxias do Sul, entre 1869 e 1919 –, também da fé.

Pelo fato de os leitores antigos encontrarem poucos textos, pelo próprio fato de sua raridade em herança referencial, consoante Chartier (1996, p. 86-87), os detentores dos bens culturais são em grande parte religiosos. No caso dos imigrantes, para a presente pesquisa, os italianos que se estabeleceram em Caxias do Sul e, os quais, por sua vez, e provavelmente, daqueles que tinham a competência da leitura, talvez não tenham sido leitores apenas do sagrado.⁵⁶

A mediação da leitura é realizada pelo pároco, que é aquele que procura promover a manutenção de uma leitura que se pode considerar clássica: como detentores da palavra, oralizam a leitura realizada do texto sagrado, assim mantendo o controle sobre sua interpretação. Destarte, “a leitura e a fé aí estão ligadas indissociavelmente, definindo uma cultura inteira baseada na familiaridade com o texto bíblico” (CHARTIER, 2009, p. 133). Assim, não deveria haver lugar para o profano.

Historicamente, Chartier tece considerações acerca da aculturação escrita das sociedades ocidentais, a qual

teve, portanto, de conviver com a persistente idéia de que a disseminação do saber equivale a uma profanação. A difusão da capacidade de ler e escrever, a multiplicação dos objetos impressos aflige os clérigos, eclesiásticos ou seculares, que pretendem monopolizar a produção ou a discussão do conhecimento. Uma primeira formulação dessa ambição é a do cristianismo, que faz dos clérigos os únicos intérpretes autorizados dos segredos de Deus, da natureza ou do Estado. (CHARTIER, 2009, p. 125).

Em relação às competências que provêm do próprio estilo da leitura e engendram as relações mais contrastadas entre o leitor e o objeto lido, configuram-se a leitura dita intensiva⁵⁷, um estilo antigo de leitura⁵⁸, e a extensiva nova maneira de ler⁵⁹.

Na leitura intensiva, “o leitor é confrontado com um número reduzido de livros (a Bíblia, as obras de piedade, o almanaque), que perpetuam os mesmos textos ou as mesmas

⁵⁶ Neste momento, ainda são tecidas breves especulações acerca dos hábitos de leitura dos habitantes de Caxias do Sul. No Capítulo 6 é também, em certa medida, contemplado esse aspecto.

⁵⁷ Cf. Chartier, *traditional literacy* (1996, p. 86).

⁵⁸ Característico das sociedades europeias até a metade do século XVIII (CHARTIER, 1996, p. 86).

⁵⁹ Nova maneira de ler que surge, consoante Chartier, entre 1750 e 1850 e estende-se da Alemanha à Nova Inglaterra. Darnton (1990), por sua vez, nomeia Rolf Engelsing como o historiador do livro que, unicamente e até aquele momento, havia tido coragem de propor um modelo geral – estilo de leitura intensivo e extensivo.

formas, que fornecem às gerações sucessivas referências idênticas” (CHARTIER, 1996, p. 86) e, de acordo com Darnton, geralmente realizada em voz alta e em grupos, imprimindo profundamente às consciências “um estreito leque de literatura tradicional” (DARNTON, 1990, p. 155).

Em relação à leitura individual, ela está, portanto, “bem inserida na sequência de práticas articuladas umas às outras e não é um ato autônomo, que tem a si mesmo como um fim.” (CHARTIER, 1996, p. 88). Se a leitura oral mobiliza o corpo inteiro, como um esforço intenso; a outra arte do ler, a do livro folheado e percorrido na absoluta intimidade de uma relação individual, refere-se à relação estritamente pessoal entre o leitor e seu livro, sem mediador nem companheiro de leitura. De acordo com Chartier, tal familiaridade com uma obra, no final do século XVIII, “permite aos humildes modelarem pelas leituras feitas o relato de sua vida – vivida em atos ou em imaginação” (CHARTIER, 2009, p. 159).

Nesse sentido, Umberto Eco faz considerações sobre a leitura em relação à interpretação, e explica que os textos literários admitem, até certo ponto, liberdade, e

não somente dizem explicitamente aquilo que nunca poderemos colocar em dúvida mas, à diferença do mundo, assinalam com soberana autoridade aquilo que neles deve ser assumido como relevante e aquilo que *não* podemos tomar como ponto de partida para interpretações livres” (ECO, 2011, p. 13).

A interpretação do texto permite perceber que o leitor se constitui como fator ativo, o qual interfere no processo de como a literatura circula na sociedade:

Assim, as obras, quando aparecem, não caem em um vazio: ao serem publicadas, deparam-se com códigos vigentes, normas estéticas e sociais, formas de comunicação consideradas cultas ou populares, preconceitos e ideologias dominantes. Esses dados determinam o “saber prévio” dos leitores, que condiciona a recepção do texto em certa época ou dentro de um grupo social. O “saber prévio” é coletivo e incide sobre as possibilidades de decifração de uma obra, sugerindo que os leitores atuam de modo coeso (ZILBERMAN, 2012, p. 209).

Assim, para que uma obra se complete, é preciso que haja o ato da leitura. Nesse sentido, o processo de recepção consiste na participação dinâmica do leitor, sem prejuízos à autonomia da própria obra. Acerca do leitor, o próximo subcapítulo traz considerações acerca de seu papel na construção da história da literatura por intermédio da estética recepcional.

3.3 “A HISTÓRIA DA LITERATURA COMO PROVOCAÇÃO”? O LEITOR E A HISTORICIDADE DA LITERATURA

A dimensão da recepção e do efeito da literatura, primordial como seu caráter estético e sua função social, implica em levar em consideração um papel que, até então, ou era esquecido ou considerado inexpressivo.

Consoante Jauss, a escola formalista concebe o leitor dotado da compreensão “teórica do filólogo, o qual, conhecedor dos meios artísticos, é capaz de refletir sobre eles”; a marxista considera igualmente a “experiência espontânea do leitor ao interesse científico do materialismo histórico, que deseja desvendar na obra literária as relações entre superestrutura e a base” (1994b, p. 22-23). Essas observações dizem respeito ao fato de papel do leitor ser menosprezado, o qual é, afirma Jauss, “imprescindível tanto para o conhecimento estético quanto para o histórico: o papel do destinatário a quem, primordialmente, a obra literária visa” (1994b, p. 23).

Por assumir a perspectiva do leitor, a Estética da Recepção sugere considerar que é ele quem garante a historicidade das obras literárias (ZILBERMAN, 2012, p. 208). Acerca dessa mesma concepção, pelo fato de colocar o leitor na posição de figura central da pesquisa literária, Zilberman explica que Jauss estabelece uma relação dialógica entre a obra e o leitor, em que tal relação não é fixa, posto que, “de um lado, as leituras diferem a cada época, de outro, o leitor interage com a obra a partir de suas experiências anteriores, isto é, ele carrega consigo uma bagagem cultural de que não pode abrir mão e que interfere na recepção de uma criação literária particular” (ZILBERMAN, 2012, p. 208).

No plano sincrônico, ele [o leitor] é o mediador entre literatura e vida cotidiana e assegura, assim, a dialética entre história da arte e história geral, dialética que escapa ao modelo dos formalistas russos⁶⁰ mencionado a todo momento por Jauss. No plano diacrônico, o público permite compreender as razões de um encadeamento entre um texto antigo e um texto moderno, encadeamento de ordem literária que escapa ao modelo marxista tradicional⁶¹. Além do mais, essa visão histórica da estética da recepção passa de uma teleologia e de uma escatologia para sustentar o ponto de vista segundo o qual *é preciso observar e descrever a*

⁶⁰ Conforme Rothe, o modelo proposto pelos formalistas russos diz respeito à proposição de sua noção de evolução, isto é, “de encadeamento, de inovação, de automatização e de reação, um meio de descrição válido” (1980, p. 08) que, todavia, não considerava a interação entre história literária e história geral.

⁶¹ Ainda consoante argumenta Rothe, “o modelo marxista, devido à sua feleologia [sic] e à determinação unilateral dos fatos culturais pelos econômicos”. (1980, p. 08). Essas considerações dizem respeito às teses do projeto estético-recepcional de Jauss – teses X a XII (JAUSS, 1967).

marcha da história de acordo com o pesquisador, o que quer dizer que cada geração de pesquisadores deve reescrever a história literária. (ROTHER, 1980, p. 11, grifo nosso).

Suscitando as ideias de Jauss, Zilberman assevera que, ao que concerne o papel do leitor, ele

é um fator preponderante do sistema literário, determinando os modos de acolhimento, valorização e circulação das obras; sua ação não é, porém, idiossincrática ou singular, pelo contrário, corresponde aos efeitos de um comportamento comum às pessoas de um dado agrupamento social. Por essa razão, esses efeitos podem ser definidos e estudados, equivalendo à história da recepção de uma certa obra (ZILBERMAN, 2012, p. 209).

A partir do questionamento proposto por Zilberman (2012, p. 210) de que “se a obra não aceita o horizonte dentro do qual emerge, como interage com o leitor?”, a própria estudiosa conclui que tal relação torna-se tensa e pouco amistosa, pois “desafia não apenas preconceitos e a ideologia dominante, mas o código de conduta, as normas linguísticas, as formas de expressão que o leitor emprega”, o que pode nos levar ainda a questionar que fatores foram preponderantes na contribuição para ao apagamento da escrita feminina em Caxias do Sul-RS, dentro do período compreendido entre 1869 a 1919.

Assim, o leitor é tido como fator ativo e quem interfere no processo como a literatura circula na sociedade, posto que, argumenta Zilberman (2012, p. 209): “Nenhum leitor fica imune às obras que consome; essas, da sua parte, não são indiferentes às leituras que desencadeiam”. Acrescenta, ainda, que a ação do leitor não se constitui como ato individualista e que nem cada leitor age de maneira totalmente singular. Para tanto, explica Zilberman,

Segundo Jauss, as épocas ou as sociedades constituem horizontes de expectativa dentro dos quais as obras se situam. Essas expectativas advêm da “compreensão prévia do gênero, da forma e da temática das obras anteriormente conhecidas e da oposição entre linguagem poética e linguagem prática”. (ZILBERMAN, 2012, p. 209).

É possível acrescentar: se as escrituras não estão acessíveis, como podem ser lidas? Tem-se, portanto, a importância do resgate e da necessidade de dar visibilidade e acesso à escrita feminina, atentando-se aos pressupostos de Jean-Paul Sartre, evocados por Rallo, de que “o ato de escrever é incompleto, e o ato de ler é essencial. O autor escreve para outrem; a obra é feita para ser lida; ela é como uma partitura [Umberto Eco (2011) menciona que o texto o é também] que só se torna música quando interpretada” (RALLO, 2005, p. 104).

Assim como o texto [ou a obra], e aqui consideramos os textos, posto que são oriundos dos periódicos consultados, os personagens só ganham vida e passam a fazer parte da memória coletiva, conforme argumenta Eco, “porque a comunidade neles depôs, no correr dos séculos ou dos anos, investimentos passionais. Fazemos investimentos passionais individuais em inúmeras fantasias que elaboramos, seja de olhos abertos, seja dormitando” (ECO, 2011, p. 17). Por conseguinte, o autor embasa a explicação por meio dos exemplos de Emma Bovary, Werther e Jacopo Ortis⁶²:

Podemos realmente nos comover pensando na morte de uma pessoa que amamos, ou sentir reações físicas imaginando ter com ela uma relação erótica, e igualmente, por processos de identificação e de projeção, podemos nos comover com a sorte de Emma Bovary ou, como aconteceu a algumas gerações, sermos levados ao suicídio pelas desventuras de Werther ou de Jacopo Ortis. Contudo, se alguém perguntasse se a pessoa cuja morte imaginamos está morta de verdade, responderíamos que não, que trata-se de uma nossa particularíssima fantasia. Mas ao contrário, se nos perguntam se Werther realmente se matou, respondemos que sim, e a fantasia de que falamos não é mais particular, é uma realidade cultural sobre a qual toda a comunidade de leitores está de acordo. (ECO, 2011, p. 17).

De acordo com Eco, algumas entidades da literatura estão entre nós, inegavelmente, e devemos

encontrar o espaço do universo onde estes personagens vivem e determinam nossos comportamentos, de forma que os elegemos como modelos de vida, nossa e de outros, e nos compreendemos muito bem quando dizemos que alguém tem complexo de Édipo, um apetite gargantuesco, um comportamento quixotesco, os ciúmes de um Otelo, uma dúvida hamletiana ou um irremediável Don Juan, uma Perpétua. (ECO, 2011, p. 18).

A esse ponto mencionado por Eco, Zilberman acrescenta que é o leitor que coincide com o horizonte de recepção ou acolhimento de uma obra e essa,

por sua vez, destaca-se quando não se equipara a esse horizonte, pois, se o fizesse, nem seria notada. Com efeito, cada obra procura se particularizar diante do universo para o qual se apresenta, particularização que se evidencia quando ela rompe com os códigos e as normas predominantes. Assim, ela estabelece um intervalo entre o que se espera e o que se realiza. (ZILBERMAN, 2012, p. 209-210).

Tal intervalo é denominado de distância estética por Jauss, e, pelas palavras de Eco, pode ser melhor ilustrada no exemplo que segue:

⁶² Das obras *Madame Bovary*, de Gustave Flaubert, publicada em 1857; *Os sofrimentos do jovem Werther* (*Die Leiden des jungen Werthers*), de Johan Wolfgang von Goethe, publicada em 1774; e *As últimas cartas de Jacopo Ortis* (*Ultime lettere di Jacopo Ortis*), de Ugo Foscolo, escrita entre 1798 e 1802, respectivamente.

É a descoberta de que as coisas aconteceram, e para sempre, de uma certa maneira, além dos desejos do leitor. O leitor tem que aceitar esta frustração, e através dela experimentar o calafrio do destino. Se fosse possível decidir do destino dos personagens, seria como ir ao balcão de uma agência de viagens: “Então, onde quer encontrar a Baleia? Em Samoa ou nas Aleutas? E quando? E quer matá-la o senhor mesmo, ou deixa para Quiqueg?” A verdadeira lição de *Moby Dick* é que a Baleia vai para onde quer. (ECO, 2011, p. 20-21).

Como, então, proceder à análise da relação entre texto e leitor? À essa questão, Rothe expõe que não há sentido pré-estabelecido de um texto e, se este se concretiza “em cada ato de leitura e em cada leitor de uma maneira nova e inesperada”, é preciso perguntar se não há tantos horizontes de expectativa contemporâneos, isto é, de sentidos de um texto, quantos leitores”, que são argumentos de Jauss. E acrescenta, com outro questionamento:

Por outro lado, mesmo se aceitamos a existência de um só horizonte de expectativa e um só sentido de um texto em um momento determinado, qual é o ponto comum que permite uma comparação entre os sentidos realizados nas diferentes épocas, se este não é mais o próprio texto, ponto comum que sozinho justificaria o programa histórico da estética recepcional? (ROTHER, 1980, p. 12).

Como reconstruir esse horizonte de expectativa? Atualmente, há a sondagem junto aos leitores; todavia, para o passado, o método de sondagem não pode mais ser aplicado para a grande maioria dos textos. Assim, Jauss prevê outros procedimentos que permitam a reconstrução do horizonte de expectativa: “entre eles, seguramente, a análise dos documentos que reflitam as reações do público contemporâneo. [...] Nos casos em que a repercussão nos é desconhecida – e que representam a maioria – é a tradição do gênero de uma obra, tradição conhecida do público, que permitirá reconstruir o horizonte de expectativa desse último” (ROTHER, 1980, p. 13). E é a partir desse último aspecto que se constitui em material para a reconstrução do horizonte de expectativa, que é a base para a reconstrução do sentido histórico dos textos resgatados na presente tese.

No próximo capítulo são abarcadas as questões inerentes ao surgimento de Caxias do Sul, especialmente os que regularam a colonização previamente planejada e que se mostrou lucrativa.

4 HISTÓRIA & LEGISLAÇÃO NO EMPREENDIMENTO IMIGRATÓRIO: A LEITURA DO CONTEXTO DE SURGIMENTO DE CAXIAS DO SUL

O presente capítulo versa acerca do processo colonizatório empreendido pelo Estado Imperial, perpassando e inter cruzando elementos da história e da legislação nacional e estadual, com vistas a desvelar os diversos interesses dos grupos sociais e o contexto em que se desenvolveu, posteriormente, a cidade, em sua colonização, além de aspectos da história sócio-econômico-culturais de Caxias do Sul, desde antes de sua denominação como Colônia até a municipalidade.

4.1 LA MÉRICA – TERRA DE LA CUCCAGNA⁶³: LEITURA DA HISTÓRIA, DA LEGISLAÇÃO & DA IMIGRAÇÃO

Amplo empreendimento conduzido pelo Estado Imperial, a colonização no Brasil do século XIX consistiu em uma política que teve princípio já com a vinda de D. João VI para o Brasil, em 1808, junto com a corte portuguesa, e que permaneceu em solo brasileiro até 1821. As providências governamentais, de acordo com Domício Proença Filho (2008, p. 28), em um primeiro momento, foram estabelecidas, a partir da revogação do decreto de 1785⁶⁴, o qual proibia manufaturas no território colonial, subsídio às indústrias da lã, da seda, do ferro, incentivo à invenção e à introdução de novas máquinas, propiciou a ampliação da mão de obra escrava, de que se valia como o tipo de colonização utilizada por impérios marítimos – como o de Portugal – e sustentados por trabalho forçado.

Ainda, com a abertura dos portos ao livre comércio a todas as nações amigas, era necessário proceder a “uma revisão imigratória até então adotada”, uma vez que Portugal não

⁶³ “A América, terra de vida promissora” ou, ainda, “A América, terra da prosperidade”. Tradução nossa.

⁶⁴ “Eu o **príncipe regente** faço saber aos que o presente **alvará** virem: que desejando promover, e adiantar a riqueza nacional, e sendo um dos mananciais dela as **manufaturas**, e melhoram, e dão mais valor aos gêneros e produtos da agricultura, e das artes, e aumentam a população dando que fazer a muitos braços, e fornecendo meios de subsistência a muitos dos meus **vassallos**, que por falta deles se entregariam aos vícios da ociosidade: e convido remover todos os obstáculos, que podem inutilizar, e prestar tão vantajosos proveitos: sou servido abolir, e revogar toda e qualquer proibição, que haja a este respeito no Estado do Brasil, e nos meus **domínios ultramarinos**, e ordenar, que daqui em diante seja o país em que habitem, estabelecer todo o gênero de manufaturas, sem excetuar alguma, fazendo os seus trabalhos em pequeno, ou em grande, como entenderem que mais lhes convém, para o que. Hei por bem revogar o **alvará de cinco de janeiro de mil setecentos oitenta e cinco** e quaisquer leis, ou ordens que o contrário decidam, como se delas fizesse expressa, e individual menção, sem embargo da lei em contrário. [...] Dado no Palácio do Rio de Janeiro em o primeiro de abril de mil oitocentos e oito. Príncipe d. **Fernando José de Portugal**.” (O ARQUIVO NACIONAL E A HISTÓRIA LUSO-BRASILEIRA. Alvará de 1808 que autoriza as fábricas e manufaturas no Brasil. 2018, grifos da fonte). Disponível em:

http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3675&catid=145&Itemid=279.

poderia fornecer um número maior, e, portanto, muito limitado, de colonos, cuja maioria era proveniente das ilhas da Madeira e dos Açores (CENNI, 2003, p. 142). Como a maioria dos imigrantes portugueses, de acordo com Franco Cenni, aqueles não “procuravam o interior do território a fim de se dedicar à agricultura, preferindo as cidades do litoral, onde exerciam o pequeno comércio ou se dedicavam ao funcionalismo público” (CENNI, 2003, p. 142).

Como obstáculo ao cultivo direto do solo, então, subsistia a impossibilidade de coexistência de escravos e agricultores em uma mesma fazenda, especialmente pelo fato de os grandes fazendeiros não terem interesse em empregar outros trabalhadores, haja vista a mão de obra escrava disponível e em quantidade. Todavia, como já se começava a pensar acerca da escravidão e de sua eminente extinção, cujos princípios da Revolução Francesa principiaram a se espalhar e a serem sentidos pelo Brasil, considerou-se que “o país poderia produzir muito mais se o cultivo da terra não fosse considerado desonroso para o homem livre” (CENNI, 2003, p. 142).

A partir dessa nova realidade, foi necessário estabelecer medidas concernentes à introdução de novas culturas e, como afirma Cenni, sobretudo, novos colonos:

Foi assim que, em 25 de novembro de 1808, o príncipe dom João assinava um decreto que permitia conceder sesmarias também a estrangeiros, criando assim condições favoráveis à imigração espontânea.

Com essa nova política, mais liberal, a população do Brasil meridional aumentou de maneira considerável, embora essa imigração espontânea não assumisse as proporções desejadas. (CENNI, 2003, p. 142-143).

As medidas adotadas por D. João VI refletem, em conformidade com Iotti (2003, p. 3), o interesse que a Coroa portuguesa demonstra em incentivar a imigração europeia para o Brasil, posto que, através

da vinda de imigrantes europeus e da criação de núcleos coloniais de pequenos proprietários, o governo pretendia ocupar, fazer produzir e valorizar terras despovoadas; instaurar uma agricultura camponesa policultura[1] que abastecesse as cidades e os latifúndios escravistas mais próximos; além de criar uma classe social intermediária entre os latifundiários e escravos.

Por intermédio da legislação, ainda de acordo com Iotti (2010b), além de vasta, refletiam-se as contradições existentes na sociedade brasileira em relação à política imigratória adotada pelo Império:

De um lado, existia a tendência de continuidade da política adotada por D. João VI, ou seja, a entrada de imigrantes destinados a núcleos de pequena propriedade, com a finalidade de colonizar. De outro, a defesa do ingresso de estrangeiros para a

substituição do braço escravo, em especial nas lavouras de café. (IOTTI, 2010b, p. 41-42).

As duas tendências alternavam-se em conformidade com os interesses dos grupos que se encontravam no poder após a partida de D. João VI para Portugal, em 26 de abril de 1821. E, assim, a política de imigração e colonização adotada pelo Império passou por momentos distintos, a partir da proclamação da Independência, em 7 de setembro de 1822.

Iotti (2010b), por sua vez, delimita em quatro períodos as políticas de imigração e colonização implantadas:

- a) O primeiro, de 1822 a 1830, momento em que D. Pedro I, detendo a tarefa de criar novas colônias e introduzir imigrantes europeus no território brasileiro, tornou-se responsável por dar prosseguimento à política de criação de núcleos coloniais praticada por seu pai (IOTTI, 2010b, p. 42). Tal processo de colonização, posteriormente, assumiu a proposta de renovar as estruturas existentes com mão de obra europeia, o que consistia em uma das metas de tornar o país independente;
- b) O segundo, entre 1830, quando foram suspensos todos os recursos à imigração, e estendido até 1840, durante todo o período da Regência. Foi o momento de vitória dos latifundiários que se opunham à colonização, “por considerá-la dispendiosa e sem interesse para os brasileiros” (IOTTI, 2010b, p. 44).;
- c) A retomada da política de colonização, compreendido como terceiro período, entre os anos de 1840 e 1874, consistiu na tentativa de o governo dirigir e controlar, efetivamente, a imigração e a colonização. Assim, a primeira medida imperial veio a concretizar-se por intermédio da Lei 514, de 28 de outubro de 1848, que, no artigo 16, concedia terras devolutas⁶⁵ às províncias e representava “uma nova tentativa de dividir com os governos provinciais a tarefa da colonização” (IOTTI, 2010b, p. 46). Divididas as colônias oficiais em imperiais e provinciais, disso resultou um período marcado por conflitos inerentes à definição de competências entre as duas esferas de poder – a geral e a local;
- d) E, finalmente, o fortalecimento do fluxo migratório, entre 1874 e 1889, sobretudo o italiano. De acordo com Iotti (201b, p. 52-53), tal período foi marcado pela promulgação de diversos atos legislativos que facilitavam a imigração e a colonização.

Paralelamente ao processo da abolição da escravatura, “o governo imperial procurou

⁶⁵ Segundo a Lei de Terras n° 601, de 18 de setembro de 1850, promulgada por D. Pedro II, eram consideradas terras devolutas as que não se achavam aplicadas em algum uso público nacional, provincial ou municipal. Incluía as terras que não estavam em domínio a título legítimo e que não pertenciam a sesmarias ou outras concessões do Governo Geral ou Provincial.

incentivar a vinda de imigrantes europeus”, de modo que os resultados foram expressivos: “de 1867 a 1887, a média anual de entrada de imigrantes foi de 30.000, e de 1888 a 1900 essa média situou-se em torno de 100.000”.

Além disso, deve-se destacar que, muito além da questão econômica da força de trabalho, havia o entrave da escravidão que, a partir da extinção do tráfico de escravos em 1850, fez com que o fluxo contínuo de mão de obra forçada, em termos nacionais, se encerrasse.

De acordo com Loraine Slomp Giron (1977, p. 17), extinta a fonte braçal que mantinha a agricultura, em termos provinciais emergiram outras questões que deveriam ser resolvidas – a dos “escravos do Sul [que] foram vendidos para São Paulo, as lavouras [que] foram, em parte, abandonadas; o trigo, atacado pela ‘ferrugem’, [que] deixou de ser cultivado”. Para sanar tais problemas, o Império decide adotar uma política imigratória de colonização, a qual, necessária para a Itália e indispensável para o Brasil, viria a convergir os interesses dos dois países, e que resultou no processo de povoamento sul-rio-grandense.

Desse período, pelo fato de faltarem recursos dos governos provinciais, decorreu a associação à iniciativa privada, fomentando, por sua vez, a “criação e a atuação de companhias de colonização [...] Também pode-se afirmar que, com a Lei de 1848, o governo imperial abriu terreno para que os interesses regionais fossem contemplados pelo processo colonizatório” (IOTTI, 2010b, p. 46).

Até então, no que concerne ao processo imigratório para o Brasil, bem como sua proposta de introdução de mão de obra livre, percebe-se que partira de dois principais propósitos: um oficial, a *colonização*, que visava ocupar e povoar zonas até então desocupadas e distantes por estrangeiros, especialmente a devoluta⁶⁶ Província de São Pedro do Rio Grande do Sul; e o outro, particular, chamado de *imigração*, a qual se orienta para São Paulo, e, estimulada pelo governo imperial, propunha a obtenção de braço livre para suprir os interesses para a grande lavoura, como a mão de obra barata nas fazendas de café (GIRON, 1977; BARROS; LANDO, 1996).

Pela proposta colonizatória brasileira, Vania Beatriz M. Herédia (2001, s. p.) acrescenta que havia a intenção de se criarem novas condições econômicas, políticas e sociais,

⁶⁶ Segundo a Lei de Terras n° 601, de 18 de setembro de 1850, promulgada por D. Pedro II, “Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara. (LEI DE TERRAS, Lei n° 601. *Dispõe sobre as terras devolutas do Império*. 18 de setembro de 1850.

em que fosse possível formar uma mentalidade que permitisse ao país superar todos os obstáculos decorrentes de sua formação inicial, sustentada pelo tripé “latifúndio, monocultura e escravidão”.

No que tange ao movimento de colonização, subsistia uma série de objetivos que, interligados, demonstravam a proposta do próprio movimento, entre os quais:

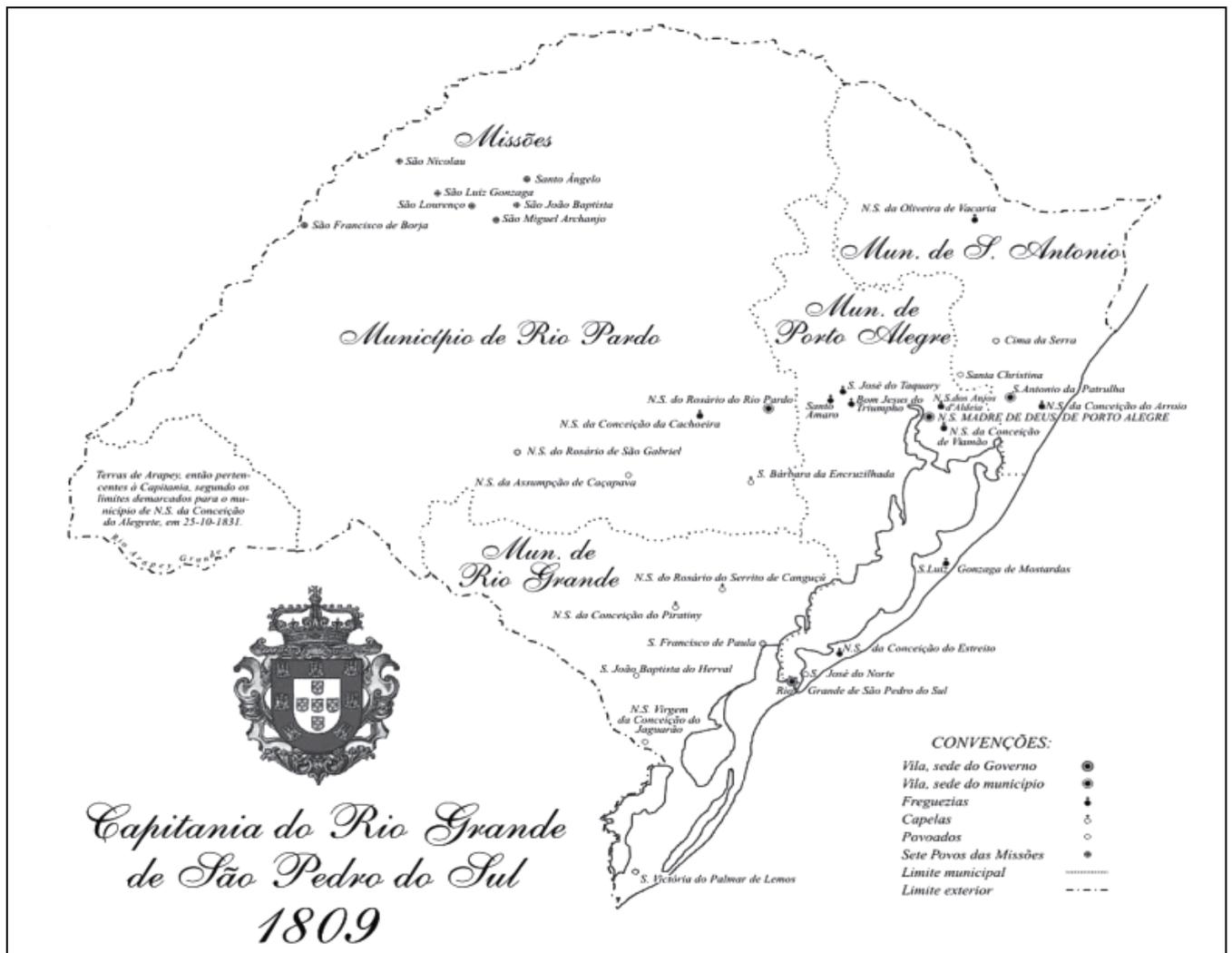
a formação de um grande exército pela necessidade de defesa do território onde eram visíveis as dificuldades de controle das fronteiras e conseqüentemente da própria hegemonia; a ocupação dos espaços vazios que propiciasse o desenvolvimento da agricultura, do comércio e da indústria, criando classes sociais intermediárias entre o senhor de terras e o escravo; a substituição da mão-de-obra escrava pela mão de obra livre, assalariada devido à expansão da causa abolicionista e à implantação do trabalho livre que desenvolveriam as cidades, estimulariam o comércio e fomentariam a criação de serviços de infra-estrutura, gerando um desenvolvimento para o país. Além desses objetivos, havia a clara intenção de branquear a raça, uma política assumida pela elite intelectual brasileira e pelos legisladores do império, garantindo que os colonos europeus que viessem colonizar o Brasil fossem brancos. (HERÉDIA, 2001, s. p.)

Foi pela descoberta do ouro em Minas Gerais, momento em que se atraíram para o sul os paulistas em busca do gado para abastecimento das regiões mineiras, a partir das primeiras décadas do século XVIII, que propiciou o surgimento da economia sul-rio-grandense. Assim, ainda que de modo subsidiário, a região se integrava na economia nacional. Ao final do século, já se delinearam duas regiões distintas na Província sulina: “uma, a das prósperas estâncias da Campanha e dos Campos de Cima da Serra, e a outra, do litoral, habitada pelos açorianos sedentários que praticavam a policultura”. (GIRON, 1977, p. 15).

A vinda de imigrantes para a Encosta Superior do Planalto do Nordeste, que, por meio da compra de terras, ocupará um vazio populacional em uma área geograficamente importante, pois é, desde o período da colônia, rota dos tropeiros que se deslocavam entre as regiões brasileiras com suas mercadorias (CONFORTO, 2007). Consoante Marília Conforto, o vazio populacional consistia muito mais em uma visão do Estado imperial, o qual desqualificou as populações que viviam nessa região gaúcha como civilizada e, portanto, sem condições de promover o processo civilizatório nos moldes determinados pelo projeto colonizador português implantado após 1530. (2007, p. 166-167). Nesse sentido, no que tange à construção do espaço territorial, que especificamente se denomina Região de Colonização Italiana (RCI), seu estabelecimento ocorre a partir de necessidades políticas e econômicas do Império brasileiro e da unificação italiana, conforme explica Conforto (2017, p. 164). O mapa ilustrado na Figura , de 1809, demonstra a ocupação da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, a qual se subdivide nos quatro primeiros municípios criados – Villa do Rio

Grande de São Pedro (Provisão de 11/07/1747), Villa de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre (Provisão de 23/08/1808), Villa do Rio Pardo e Villa de Santo Antônio da Patrulha (Provisão de 27/04/1809)⁶⁷, em que a região da Encosta Superior do Nordeste era denominada Comarca de Santo Antônio da Patrulha, onde se encontrava a freguesia de Vacaria (CONFORTO, 2017).

Figura 1 - Mapa da Capitania do Rio Grande de São Pedro - 1809



Fonte: Reprodução. Dario Scott (2017, p. 620), do mapa baseado na reconstrução histórico-cartográfica, executada no Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Sul, por João C. Campomar Junior, desenhista-cartógrafo, em julho de 1942, reeditado digitalmente por Sérgio Buratto em junho de 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v34n3/0102-3098-rbepop-34-03-00617.pdf>.

⁶⁷ Conforme o Departamento Estadual de Estatística: *Anuario Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul – 1922*. Divisões Territoriaes. Anno II. Rio Grande do Sul: Departamento Estadual de Estatística, 1923. p. 36-37. Disponível em: http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000510&m=4290&n=anuario1922rs2.

No tocante ao Rio Grande do Sul, a colonização realizou-se, essencialmente, por açorianos⁶⁸, alemães⁶⁹ e italianos⁷⁰. Segundo Herédia, pelo despacho do Conselho Ultramarino de Portugal, de 22 de junho de 1729⁷¹, a colonização efetuou-se com colônias de origem açoriana, primeiramente, completando-se com casais estrangeiros, desde que não fossem de origem inglesa, holandesa e castelhana⁷².

D. João VI e D. Pedro I, na etapa da colonização alemã e, mais tarde, D. Pedro II, na fase da colonização italiana, vieram a facilitar tal iniciativa. O programa inicial de colonização foi chamado de *Walkerfield* e consistia na "distribuição de um lote de terra, ferramentas, animais, sementes aos agricultores, pagamento de módicos subsídios para a alimentação dos colonos no primeiro ano de estabelecimento" (HERÉDIA, 2001, s. p.).

⁶⁸ Em 1742 chegaram os primeiros casais açorianos a Porto Alegre (HOHLFELDT, 1996, p. 17-18). A partir de 1752, a imigração açoriana "que se fixou às margens do São Gonçalo e dos principais formadores do Guaíba, alcança, para os lados da campanha, Rio Pardo; ao centro Taquari e ao sul, Piratini. De Triunfo se espalhariam pelo Cai atingindo suas estâncias as terras do Pareci e do Bonfim", conforme PELLANDA, Ernesto. Aspectos gerais da colonização italiana no Rio Grande do Sul. *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. 1950.

⁶⁹ Em 1824, chegavam os primeiros alemães que, de acordo com Giron, viriam a modificar a ocupação do Rio Grande do Sul, uma vez que ocuparão as terras devolutas da Depressão Central. (1977, p. 15). Acrescenta-se que, durante os anos de 1824-1830, aproximadamente "5300 colonos alemães foram enviados para a província", espalhando-se aos poucos pela região da planície, ao longo dos rios que formam o estuário do Guaíba". (HERÉDIA, 2001, s. p.).

⁷⁰ Oficialmente, em 20 de maio de 1875, com a chegada dos primeiros imigrantes a Nova Milano (atual distrito de Farroupilha, R.S.). (GARDELIN; COSTA, 1993).

⁷¹ Parecer do Conselho Ultramarino sobre confirmação de doações de terras no Brasil feitas pelo porteiro-mor do Conselho Ultramarino, José de Melo e Sousa. Em relação ao Conselho, com a Restauração Portuguesa em 1640, D. João IV "sentiu a necessidade de criar um tribunal com o objetivo de centralizar a administração em além-mar. Abrangendo uma vasta esfera de administração, competia ao Conselho todos os assuntos de qualquer qualidade referente à Índia, Brasil, Guiné, São Tomé, Cabo Verde, restantes partes ultramarinas e lugares de África, bem como a administração da Fazenda de todos os domínios ultramarinos, o provimento de todos os cargos de Justiça, Guerra e Fazenda e a consulta de todas as naus e navios a serem enviados para o Ultramar.". DIAS, Erika Simone Almeida Carlos; BELLOTTO, Heloisa Liberalli (Org.). *Catálogo dos documentos manuscritos avulsos existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa/IICT/Portugal (1581-1834)*: referentes à Ultramar, Serviços de partes, Visita do ouro, Contratos do sal, Brasil-geral. Rio de Janeiro: MinC, 2011. p. 18.

⁷² No despacho do Conselho Ultramarino da metrópole lusa, de 22 de junho de 1729, no qual consta: "conveniente que, se não instalando no sul, nas povoações da Colônia e outras, casais de ilhéus, e quando êstes forem insuficientes, se podiam conseguir casais estrangeiros, sendo alemães ou italianos e de outras nações que não sejam castelhanos, ingleses, holandeses e franceses". (PELLANDA, 1950, p. 30). Documentos: 1729, Lisboa] PARECER do Conselho Ultramarino sobre confirmação de doações de terras no Brasil feitas pelo porteiro-mor do Conselho Ultramarino, José de Melo e Sousa. AHU_ACL_CU_035, Cx. 2, D. 156; 1729, [Lisboa] INFORMAÇÃO do Conselho Ultramarino sobre os serviços de João da Costa, de 29 de Maio de 1702 a 22 de Julho de 1728, como soldado, cabo de esquadra e sargento, no Rio de Janeiro e Nova Colônia do Sacramento. AHU_ACL_CU_030, Cx. 4, D. 607; 1729, [Lisboa] INFORMAÇÃO do Conselho Ultramarino sobre os serviços de José Mascarenhas de Figueiredo, de 7 de Setembro de 1722 a 9 de Julho de 1728, como soldado, na Nova Colônia do Sacramento, mencionando os serviços prestados na inserção de gado e cavalos para servir à população e missões, e seus esforços na defesa da praça contra os constantes ataques dos índios Minuanos e castelhanos. AHU_ACL_CU_030, Cx. 4, D. 611. In: DIAS, Erika Simone Almeida Carlos; BELLOTTO, Heloisa Liberalli (Org.). *Catálogo dos documentos manuscritos avulsos existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa/IICT/Portugal (1581-1834)*: referentes à Ultramar, Serviços de partes, Visita do ouro, Contratos do sal, Brasil-geral. Rio de Janeiro: MinC, 2011. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/bndigital0362/bndigital0362.pdf

O sucesso da colônia de São Leopoldo, por exemplo, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, foi decisivo no tocante à decisão de colonização europeia pelo governo imperial. No período de 1830 a 1840, em seu segundo período, e durante a Regência (1831-1840), foram suspensos todos os recursos à imigração europeia, incluindo-se no Rio Grande do Sul, pela pressão que os latifundiários do Sul fizeram ao governo imperial, com a justificativa de que

destinar verbas à colonização significava mais uma "concessão à política abolicionista preconizada pela Inglaterra". Desde a abdicação do Imperador, a grande preocupação da economia do País era o movimento abolicionista que havia substituído a atenção dos representantes políticos em detrimento do movimento colonizatório. Este havia sido suspenso devido à estabilização do sistema escravocrata. (HERÉDIA, 2001, s. p.).

Dessa forma, no Brasil do século XIX, bem como na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o projeto que envolvia a colonização recorria a Companhias Públicas e Particulares no que tange à distribuição ou à comercialização de terras. Até a metade do século XIX, essas terras eram estabelecidas pelo governo para instalação de estrangeiros, a fim de aumentar a lavoura e a população. Com a Revolução Farroupilha (1835-1845), interrompe-se a corrente imigratória, que será retomada, de forma sistemática, consoante Giron (1977), em 1872⁷³.

Após o final da insurreição farrapa, e retomada a política de colonização no Brasil em 1848, vinte e seis anos após a suposta independência política de Portugal, verifica-se o início de uma fase que se estenderia até 1874. O Governo Geral, por intermédio da Lei Geral nº 514, de 28 de outubro, uma das primeiras medidas imperiais promulgada, cedia a cada uma de suas províncias 36 léguas quadradas de terras devolutas com o fim exclusivo de colonização. No tocante à colonização de emigrantes europeus, estes ocuparam a planície dos Vales do Rio Caí e do Rio dos Sinos.

A partir de 1850, duas leis marcam as diretrizes nacionais em relação à mão de obra que se utilizaria e que viriam a estimular a participação da iniciativa privada na introdução de imigrantes europeus: a primeira, a Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, a qual proibiu o tráfico e a entrada de escravos em território brasileiro. Surgiu, então, a necessidade de busca de mão de obra livre para a lavoura cafeeira e para a agricultura nacional (IOTTI, 2010a).

⁷³ De acordo com Loraine Slomp Giron, nesse ano, a população total da Província era de 446.962 habitantes, dos quais 41.406 eram estrangeiros (1977, p. 16).

Com a Lei de Terras nº 601⁷⁴, como já mencionado, promulgada no mesmo mês e ano, em 18 de setembro, as terras passaram a ser comercializadas por companhias oficiais ou particulares e tinham autorização para cultivar os terrenos considerados baldios, devolutos ou abandonados – a terra foi transformada em mercadoria e foi criada a Repartição Geral das Terras Públicas. (GIRON, 1977; IOTTI, 2010a, p. 12; IOTTI, 2010b, p. 47). Constituiu-se na principal lei que regulava a imigração e a fundação das colônias, além de alterar as leis sobre a estrutura fundiária, estabelecendo os critérios para a formação e estruturação das colônias agrícolas, como também a legitimação das sesmarias existentes, além da venda das mesmas terras (HERÉDIA, 2001, s. p.). De acordo com Giron (1977, p. 17), é criada a Repartição Geral das Terras, que virá a se responsabilizar pela formação de colônias de nacionais e de estrangeiros.

Nesse momento de mercantilização territorial desperta-se o interesse da iniciativa privada. Com o término da concessão gratuita de terras, motivada pela pressão dos grandes proprietários monocultores de café, que, de acordo com Iotti, “pretendiam drenar a corrente de imigrantes para as suas fazendas, daí o interesse de que não se doassem terras para a criação de núcleos coloniais” (2010a, p. 13), passa a concorrer com o Estado e, juntamente com colônias imperiais e provinciais, desenvolvem-se as colônias particulares, em que se destacam as de parceria⁷⁵ e os núcleos coloniais, bastante rentáveis. Diversos foram os decretos promulgados depois de 1850, os quais autorizavam o funcionamento de sociedades colonizadoras e aprovavam contratos firmados entre o governo e particulares para venda e colonização de terras “inabitadas e desocupadas”.

A Província de São Pedro, por sua vez, havia recebido pela Lei Geral 514, de 1848, 36 léguas quadradas para ocupá-las com a colonização provincial, terras que haviam sido doadas antes da Lei de Terras, de 1850, fez com que o governo provincial criasse uma lei em 1851, para adequar à lei anterior, definindo a medição de lotes de 100 mil braças quadradas nas terras que lhe foram entregues pelo Império. (HERÉDIA, 2001, s. p.). Em 4 de dezembro de 1851, o Governo da Província do Rio Grande do Sul promulgou a Lei nº 229⁷⁶, por

⁷⁴ Vide: GIRON, Loraine Slomp. Imigração italiana no Rio Grande do Sul: fatores determinantes. *In: RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, onde também se encontram todas as leis referentes à estrutura de terras no Brasil no período do Império.

⁷⁵ As colônias de parceria equivalem ao início da imigração promovida por particulares, com o aproveitamento do trabalho livre do estrangeiro em substituição ao do escravo negro na lavoura de café. Como um sistema de importação de mão de obra, os cafeicultores recebiam empréstimos do governo imperial, o qual devolveriam em até seis anos, sem cobrança de juros, e, assim, contratavam empresas para aliciar e transportarem imigrantes europeus. (IOTTI, 2010a, p. 13).

⁷⁶ PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. *Índice das leis promulgadas pela Assembleia Legislativa Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul desde o ano de 1835 até o de 1851*. Porto Alegre, Tipografia Rio-Grandense, 1872.

intermédio do Presidente da Província, Tenente-General Francisco José de Sousa Soares de Andréa⁷⁷, que estabelece

a demarcação e medição das terras devolutas da província (Artigos 1º e 2º); autoriza a contratação de agentes na Europa para promoverem a imigração alemã (Artigos 3º, 4º, 5º e 6º); determina a distribuição gratuita de um lote de terras de cem mil braças quadradas na Colônia de Santa Cruz, ou em outras, a colonos casados, viúvos com filhos ou solteiros que se casarem na província (Artigos 7º, 8º e 9º); isenta os imigrantes das despesas de transporte do porto de Rio Grande até as colônias e estabelece o suprimento inicial de ferramentas e sementes (Artigo 10º); obriga a efetiva ocupação dos lotes concedidos no prazo máximo de dois anos (Artigo 11º); cria a administração das colônias e da imigração (Artigos 12º, 13º e 14º); financia a propaganda na Alemanha buscando despertar o desejo de emigração para a província (Artigo 15º) e, finalmente, concede lotes nas colônias que se fundarem (Artigo 16º). (CUNHA, 1988, p. 69).

Consoante Herédia (2001), no artigo 9º, é exposto que "concedia gratuitamente as terras aos colonos provindos da imigração dirigida", uma vez que, nesse período, decorria do governo da Província a preocupação em controlar a "expansão do latifúndio, já que este constituía um entrave à exploração intensiva da terra, visto que a distribuição de sesmarias havia determinado um povoamento ralo e disperso". A orientação geral da já mencionada Lei de Terras nº 601 (1850), contudo, foi alterada a partir de 1854, com a Lei nº 504, pela qual a colonização se faria à base de venda da terra e da indenização das despesas nos cinco anos subsequentes ao estabelecimento dos colonos nas colônias. Cabia à Repartição Geral das Terras Públicas a delimitação, a divisão e a proteção das terras devolutas, bem como a promoção da colonização nacional e estrangeira, prevista na Lei Providencial nº 301, que se constituiu na Carta de Colonização da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e a qual estabelecia os princípios básicos da colonização. (HERÉDIA, 2001, s. p.).

Consoante Iotti (2010a, p. 12) explana, a Lei de Terras, regulamentada em 1854 pelo Decreto 1.318 – o qual manda executar a Lei nº 601, que, por sua vez, é regulamentada pelo ato de 8 de maio de 1854, que dispõe sobre os marcos e demarcação de léguas, travessões e lotes. (GIRON, 1977, p. 17) –, de 30 de janeiro, foi o documento que “definiu a significação de terras devolutas, aboliu a gratuidade de lotes aos colonos, estabelecendo como único título de posse a compra” e conferiu aos colonos estrangeiros, “proprietários de terras, a naturalização de direito, após certo tempo de residência e a dispensa do serviço militar”.

Definida a responsabilidade que a Repartição Geral das Terras teria pela formação das colônias de nacionais e estrangeiros, em 1867 estabelecem-se o regulamento e a competência

⁷⁷ In: FRANCO, Sérgio da Costa. A política de colonização no Rio Grande do Sul. *Revista Brasiliense*, São Paulo, 1959, n. 25, p. 76-77.

do Estado nessas colônias, momento em que se adotaram várias medidas que concediam favores e auxílios ao serviço de colonização no Império (IOTTI, 2001, p. 16), por meio do decreto nº 3.784, de 19 de janeiro, em relação à fundação, distribuição e venda de lotes, assim como acerca da recepção e da distribuição dos imigrantes. Havia interesse em atrair imigrantes, uma vez que o fluxo imigratório permanecia baixo.

O Governo Provincial do Rio Grande do Sul, que solicitara mais terras devolutas do planalto em 1854, teve a sua concessão realizada, consoante João Spadari Adami (1966a, p. 13), com base no aviso do Governo Imperial de Sua Majestade D. Pedro II, de 9 de fevereiro de 1870⁷⁸. A partir desse documento, foram cedidas à Província do então Governador João Sertório as terras devolutas situadas na região das matas, e logo é iniciada a demarcação das terras e o surgimento da região colonial. Explica Herédia (2001, s. p.) que em tal documento solicitava “mais terras devolutas do planalto, cobertas de mata virgem, ou seja, dois territórios de quatro léguas em quadro, equivalentes a 32 léguas quadradas para continuar a obra de colonização”. Tais terras situavam-se na região da Encosta Superior da Serra do Nordeste da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, cuja localização se encontrava entre as bacias dos rios Caí, Antas e Taquari, com os limites geográficos em São João do Montenegro, São Sebastião do Caí, Taquara do Mundo Novo e São Francisco de Paula de Cima da Serra. O Governo Provincial pretendia, além de implantar novas colônias agrícolas, com mão de obra europeia, que fossem abertas estradas que permitissem a ligação do planalto com a Depressão Central. A partir dessa data, assevera Luiza Horn Iotti (2010a, p. 12), é que as colônias oficiais se dividem em imperiais e provinciais – de modo que “a falta de recursos dos governos provinciais fez com que se associassem à iniciativa privada, estimulando a criação e a atuação de companhias de colonização”.

Em fala à Assembleia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, pelo próprio Presidente João Sertório, na 1ª Sessão da 13ª Legislatura, proferida a 27 de junho de 1869, explicitam-se as vantagens a serem obtidas e os esforços que devem ser dispendidos na concretização da imigração. Nas palavras do próprio presidente:

Sendo um dos ramos mais importantes da administração d'esta Província a colonização, e começado em 1825, tem melhorado consideravelmente as condições economicas da Província, produzindo fecundos resultados; convindo fazer esforços para que ella se desenvolva em maior escala, espero de vosso reconhecido zelo pelo engrandecimento da Província que autoriseis a comprar, se houver necessidade,

⁷⁸ Autoriza o Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas ceder ao Governo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul “enorme gleba de terras devolutas e virgens ainda, existentes entre os atuais municípios [1966] de São João do Montenegro, Estrêla, São Francisco de Paula de Cima da Serra, Taquara do Mundo Novo, São Sebastião do Caí e os rios Taquari e Antas”. (ADAMI, 1966, p. 13).

terras particulares nos lugares mais apropriados, como tem sido por vezes reclamado por meus antecessores.

O Governo Imperial tem decidido que em consequencia do estado financeiro do paiz não póde auxiliar a colonisação com quantia excedente a 30:000\$000 réis, já orçados no exercicio que está a findar; que a Provinda recebendo della beneficios extraordinarios, deve empregar suas rendas n'este ramo de serviço; que tambem e pelo mesmo motivo, não a auxiliará, na construcção de obras provinciaes, o que tudo foi communicado á Presidencia em aviso de 20 de Abril do corrente [1869].

O vehemente desejo que nutro, Srs., de promover o engrandecimento d'esta importante Provincia, dando muito acurada attenção á colonisação e ás vias de communicação fluviaes e terrestres, principal elemento de progresso, riqueza e civilisação, impelle-me a pedir-vos que visto aquella deliberação, amplieis o credito votado no ultimo orçamento para esses serviços.

O desenvolvimento da colonisação está intimamente ligado ao melhoramento e facilidade das vias de conunicação. Uma idéa importa outra. (RIO GRANDE DO SUL [Província], 1869, p. 5).

O Governo Brasileiro, por sua vez, providenciava a organização das Diretorias de Terras e Colonização para que operassem “em dita gleba, na abertura dos indispensáveis picadões, na demarcação dos lotes coloniais e na ereção de Barracões para abrigarem os colonos, enquanto lhes fossem construídas as próprias casas no lote rural que êles mesmos escolhiam” (ADAMI, 1966a, p. 13). Tal ato de concessão territorial, todavia, não fora gratuito, posto que consistia no fato de se ter de pagar ao Governo Imperial o preço de “um real por braça quadrada medida” (HERÉDIA, 2001, s. p.).

Os núcleos coloniais de Conde D’Eu e de Princesa Dona Isabel⁷⁹ – “os nomes dados a elas revelavam a importância do empreendimento, já que as colônias levavam o nome da herdeira do trono brasileiro e o do príncipe consorte”⁸⁰ – foram as primeiras colônias provinciais a serem organizadas no ano de 1870 e surgiram pelo Ato de 24 de maio do mesmo ano: “foram selecionados dois territórios de quatro léguas em quadro, cada um, extraídos do 2º distrito de paz do município de Triunfo, cuja sede era Montenegro” (ADAMI, 1966a, p. 13).

Para medir e demarcar esses dois territórios, em 4 de abril de 1870, encarregou-se o engenheiro José Maria da Fontoura Palmeiro. Conde D’Eu recebeu colonos desde 1870 ou

⁷⁹ O povoamento das primeiras Colônias italianas no Rio Grande do Sul constituiu-se em um espaço de tempo que pode ser dividido, conforme proposto no estudo de Frosi e Mioranza (2009, p. 69-70), em cinco etapas: 1) entre 1875 e 1884, povoamento da Antiga Colônia I – Colônias Nova Milano, Caxias, Dona Isabel e Conde D’Eu; 2) de 1884 a 1894, povoamento da Antiga Colônia I – Colônias Antônio Prado e Alfredo Chaves; 3) de 1892 a 1900, imigração da Itália para a Região de Colonização Italiana e migração interna para a Colônia de Guaporé e Encantado, nomeada Nova Colônia; 4) de 1880 a 1920, migrações internas na Região de Colonização Italiana e expansionismo espontâneo; 5) de 1910 em diante, migrações internas para o Alto Uruguai e para outros estados da Federação, em especial Santa Catarina e Paraná. (FROSI; MIORANZA, 2009, p. 69). Em 1890, a colônia Dona Isabel é emancipada como município de Bento Gonçalves, em homenagem ao principal chefe farroupilha; e Conde D’Eu é emancipada em 1900, como município de Garibaldi. (CONSTANTINO, 2011).

⁸⁰ Giron; Nascimento, 2009, p. 34.

1871, de acordo com Adami (1966a, p. 13), mas nenhum italiano ou tirolês – sobre os quais, a esclarecer, os primeiros procediam do Reino Italiano e com passaporte daquela Nação, e que os segundos eram oriundos da Província de Trento, conhecida como “Tirol Italiano”, mas com passaporte fornecido pelo Governo Austro-Húngaro e de cujo país eram súditos e registrados nos livros da sua chegada às Colônias (que constituem, atualmente, os municípios de Garibaldi⁸¹, Caxias do Sul⁸², Bento Gonçalves, Flores da Cunha, Farroupilha e Carlos Barbosa) como imigrantes austríacos (ADAMI, 1966a, p. 16). De acordo com o autor, até fins de 1874 tão somente colonos alemães, austro-húngaros, franceses, suíços, belgas, suecos e portugueses haviam entrado na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, com a exceção daqueles – italianos e tirolezes –, que se encontravam ou vieram para o Brasil por outros motivos que não os dos colonizadores de um “pedaço de Brasil”.

Apresentaram, as duas primeiras colônias, uma série de dificuldades para serem povoadas e, em 1871, os “sintomas” do fracasso da ocupação dessas terras já eram sentidos, porquanto somente 37 lotes haviam sido ocupados em Conde D’Eu e nenhum em Dona Isabel. (HERÉDIA, 2001, s. p.). Devido à baixa ocupação, em 29 de abril de 1871, o Presidente da Província, João Sertório, assina um contrato, pela Lei nº 749, com as Companhias Caetano Pinto & Irmão⁸³ e Holtzweissig & Cia., para que se introduzissem 2.000

⁸¹ O território de Carlos Barbosa (Linha Estrada Geral ou Primeira Secção do Caminho Geral) pertencia a Garibaldi. (ADAMI, 1966a, p. 16). As terras barbosenses, inicialmente, estiveram sob a jurisdição do município de Montenegro (1873). Eram as ex-colônias Conde D’Eu e Santa Maria da Soledade. Em 1870, Conde D’Eu (Garibaldi) e Princesa Dona Isabel (Bento Gonçalves) formaram o município de Bento Gonçalves, de forma que as terras de Boa Vista, Azevedo Castro, Vitória e Estrada Geral (sede de Carlos Barbosa) pertenceram a ele. As demais áreas do município – Linhas Doze e Dezenove, Arcoverde, Santa Luiza, Forromeco e adjacentes –, continuaram a pertencer a Montenegro. Em 1900 aconteceu a emancipação de Garibaldi e as terras barbosenses pertencentes a Bento Gonçalves passaram a fazer parte do novo município. A partir de 1925, nas comemorações do cinquentenário da Imigração e Colonização Italiana, Carlos Barbosa figurou como segundo distrito de Garibaldi. Somente em 25 de setembro de 1959, o então presidente Leonel Brizola assinou a Lei nº 3831, criando o município.

⁸² Os territórios de Flores da Cunha (Nova Trento) e Farroupilha (Nova Milano/Nova Milão) faziam parte da então Colônia Caxias. (ADAMI, 1966a, p. 16). A maior leva de colonizadores estabeleceu-se entre os anos de 1878 e 1890, época em que foi fundado o primitivo povoado de São Pedro e, posteriormente, o de São José os quais reunidos, em 1885, formaram a vila de Nova Trento. A emancipação do distrito foi concretizada somente em 17 de maio de 1924. Em 21 de dezembro de 1935, através de Decreto Municipal, assinado pelo então Prefeito Heitor Curra, com autorização do Conselho Municipal, foi alterada a denominação do município para Flores da Cunha, em homenagem ao então governador do estado General José Antônio Flores da Cunha. Já o município de Farroupilha, por sua vez, foi criado por meio do Decreto Estadual 5.779, de 11 de dezembro de 1934. O nome foi escolhido em homenagem ao centenário da Revolução Farroupilha, o qual seria comemorado no ano seguinte.

⁸³ Sobre a família Pinto Leite, J. Francisco Ferreira Queiroz (2004) argumenta que se notabilizaram como negociantes no Brasil, no Porto, em Lisboa e em Inglaterra, e eram vários irmãos: Joaquim, Antônio, Manuel, Caetano, José, João e Sebastião (o mais novo), apesar de também terem existido irmãs. “Eram todos filhos de Antônio Pinto Leite e de Teresa Angélica Bernardina da Assunção Correia, proprietários da Quinta da Gandarinha, em Cucujães. Os filhos varões de Antônio Pinto Leite demandaram para o Brasil, onde fizeram tirocínio no negócio comercial, talvez com algum tio ou parente ali estabelecido, voltando a Portugal com capital suficiente para iniciar negócios próprios”. Vide: QUEIROZ, J. Francisco Ferreira. A Casa do Campo Pequeno, da família Pinto Leite: Enquadramento e abordagem preliminar a uma habitação notável do Porto Romântico.

colonos por ano, sob pena de pagar multa de 10\$000 réis por colono que faltasse para completar tal quantidade (ADAMI, 1966, p. 13), no prazo de dez anos (HERÉDIA, 2001, s. p.). Além dos industriais e jornaleiros, e do mínimo de imigrantes estipulado, de 2.000,

e 6.000 no máximo, [...] a maioria deveria ser de agricultores. Essa Companhia receberia 60\$000 por adulto e 25\$000 por menores de dez anos, cabendo à Província hospedar e transportar os colonos até o local destinado. Jamais esses números presentes no contrato foram cumpridos. Em 1872, o número de colonos radicados nas colônias foi de 1.354; em 1873, 1.607; em 1874, 508 e, em 1875, foi de 315. (HERÉDIA, 2001, s. p.).

O contrato para a introdução de colonos nas já mencionadas glebas gaúchas exigia, da parte daquele que se dispunha a imigrar, a apresentação de atestados de conduta político-moral, de pobreza, de entidade e de estado civil, de forma que, preferencialmente, o colonizador fosse casado, posto que “sendo casado e quanto mais pobre do necessário à vida e mais numerosa fosse a família emigratória, mais preenchia as condições vantajosas para um mais rápido progresso das colônias que o Governo Brasileiro fundava na Província Sul Rio Grandense”. (ADAMI, 1966, p. 13-14).

Nos relatórios de João Pedro Carvalho de Moraes⁸⁴, datados de 1873, consta que a população de Conde D’Eu e Princesa Dona Isabel foram inicialmente povoadas por franceses. Havia, pois, um projeto do Império, no qual era específico que aquela área deveria ser tipicamente “francesa”. De acordo com Caroline Rippe de Mello Klein (2015)⁸⁵, ainda nesse mesmo ano, o governo provincial obrigava os colonos a colonizarem suas terras, com o intuito de que fosse ligado Conde D’Eu ao Maratá, colônia povoada por alemães, com vistas a implantar um meio de viação animal para facilitar a comunicação com São João de Montenegro e os campos de Vacaria. De acordo com Giron e Nascimento (2009, p. 36), em 1879, a sede de Dona Isabel ainda era um pequeno ponto, sem traçado, na cartografia regional⁸⁶.

Então, o Governo Provincial, na vigência da Lei 749, contrata os serviços de José Antônio Rodrigues Rasteiro⁸⁷, encarregado da Colônia Conde D’Eu, para receber e destinar

Revista da Faculdade de Letras - Ciências e técnicas do património, Porto, I Série, v. III, p. 183-215, 2004. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4090.pdf>.

⁸⁴ Uma vez que “realizada essa ideia, mesmo em parte, posso garantir à V. Ex. um brilhante futuro para a colônia de Conde d’Eu e a sua salvação do marasmo á que parece condenada”. In: *Relatório de João Pedro Carvalho de Moraes*. Porto Alegre: Typographia Rio-Grandense, 1873. Datilografado.

⁸⁵ Sobre esse assunto, vide o artigo intitulado A imigração francesa no Rio Grande do Sul (Séc. XIX). In: *Revista Historiador*, n. 07, a. 07, p. 21-29, jan. 2015. Disponível em: <http://www.historialivre.com/revistahistoriador>

⁸⁶ ARQUIVO NACIONAL, 4Y/MAP.641.

⁸⁷ Também primeiro encarregado da Colônia Princesa D. Isabel (1873), como agente da colonização em São João do Montenegro – local de onde partiam os colonos para os núcleos coloniais Conde d’Eu e D. Isabel. Em

os colonos ao local prometido, enquanto a empresa Caetano Pinto & Irmão Holtzweissig & Cia. ficara encarregada de trazer e estabelecer esses futuros colonos em suas devidas terras. O transporte desses colonos para Conde D'Eu, D. Isabel e Alfredo Chaves, de acordo com Klein (2015, p. 23), foi realizada por São João de Montenegro e São Sebastião, no Caí, no chamado Porto Guimarães⁸⁸ (HERÉDIA, 2001, s. p.). Os que se destinavam à Colônia Caxias e núcleos coloniais de São Marcos, Nova Pádua e Antônio Prado⁸⁹ desembarcavam do porto do Caí. O responsável por essa função era o Tenente Coronel Antônio José da Silva Guimarães, substituído, mais tarde, por Lourenço Alencastro Guimarães, conforme cita Herédia (2001, s. p.).

O não-cumprimento das principais cláusulas do contrato, bem como a concorrência dos agentes do governo imperial, levou a Província a fazer a devolução desse projeto ao Império, conforme aviso nº 56 de 27 de outubro de 1875⁹⁰. Ademais, os novos colonos chegados às colônias, de acordo com Herédia (2001, s. p.), recusavam-se a se radicar nelas, haja vista a falta de condições apresentadas, no que incorria o não-cumprimento do estabelecido pelos agentes. Com a devolução do programa de colonização ao Governo Geral, houve a intensificação da corrente imigratória italiana, no que incorreu o rompimento definitivo do contrato com a Companhia Caetano Pinto & Irmãos e Holtzweissig & Cia, que havia sido contratada para trazer e estabelecer esses futuros colonos, como mencionado.

No momento em que chegavam à capital da Província, os imigrantes eram hospedados em locais organizados pelo governo, no Cristal, lugar muito próximo de onde desembarcavam – do Caí ou de Montenegro; chegavam por via fluvial, seguindo a pé para as colônias. Assim, à medida que aumentava o número de imigrantes, Herédia explica que o Governo Geral suspendia os benefícios criados pela lei de 1867, conservando apenas a venda do lote a crédito

cerca de 1880, conforme Adami (1966a, p. 15), era o encarregado do serviço médico da Colônia Caxias e “possuía uma bem sortida farmácia na sede (ofício nº 235).”.

⁸⁸ “Chegado que seja esse imigrante a esta capital, é logo transportado em vapor até Estrella, onde ficarão os que destinarem á colonia Conde d’Eu, cuja séde dista apenas sete leguas dessa villa; os que procuram D. Izabel, seguirão em lanchas até a povoação Thereza, que também se acha a sete leguas da séde D. Izabel; e , finalmente os que forem para Alfredo Chaves continuarão nas mesmas lanchas até Santa Barbara, no Carreiro em cuja margem esquerda demora essa colonia, sendo de seis horas a média da viagem aos pontos mais remotos da sua parte ocidental”, conforme relatório de Joaquim Jacintho de Mendonça (1877) enviado ao então Presidente provincial, Francisco de Faria Lemos. Jacintho de Mendonça foi Presidente da Província do Rio Grande do Sul, também nomeado por Carta imperial, exercendo mandato de 27 de outubro de 1887 a 27 de janeiro de 1888.

⁸⁹ Fundação dos núcleos coloniais data de 1886 em diante e, embora não tenham feito parte da Colônia Caxias, posto que, nessa época, Caxias era 5º Distrito de São Sebastião do Caí, suas criações foram dirigidas pela Comissão de Terras e Medição de Lotes, sediada no mesmo local em que funcionava a Diretoria antes da emancipação da Colônia Caxias. (ADAMI, 1966a, p. 17).

⁹⁰ O débito desse empreendimento da província, nesse período, comprometia 1/6 do seu orçamento, ou seja, 288:000\$000. (HERÉDIA, 2001, s. p.).

e o trabalho remunerado⁹¹. Portanto, o Governo de 1859 a 1875 registra o número de 12.563 estrangeiros entrados na Província, das seguintes nacionalidades: alemães (8.412), austríacos (1.452), italianos (729), franceses (648), suíços (263) e outros (105). (HERÉDIA, 2001, s. p.)

Ainda no período anterior à Proclamação da República (1889-1914), a 20 de maio de 1875 (GARDELIN; COSTA, 1993), foi estabelecida a data que marcaria oficialmente o início da imigração italiana, e a qual se localizará na Encosta Superior do Planalto do Nordeste do Rio Grande do Sul⁹². Em 1876, organiza-se a Inspeção Geral das Terras Públicas e Colonização, em substituição à Repartição, com o decreto nº 6.129, de 23 de fevereiro, cujas atribuições principais consistiam em promover, fiscalizar e dirigir os trabalhos de imigração e colonização, bem como organizar o registro dos imigrantes e a demarcação das terras. (GIRON, 1977, p. 17-18).

Em seu trabalho de promover a demarcação das terras devolutas e colonizá-las, a partir dessa data até 1884, por intermédio da legislação imperial, estabeleceu-se a hierarquia organizacional da Inspeção, mantida na Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas que, conforme Roberto R. F. do Nascimento (2009, p. 63), funcionou da seguinte forma:

A Inspeção Geral de Terras e Colonização subordinava o restante da estrutura, da Corte até o distrito ou território colonial, em ordem decrescente – Inspeções Especiais de Terras e Colonização (nas províncias), Diretores de Colônias, Engenheiros-chefe das Comissões de Terras, Engenheiros ajudantes, agrimensores, capatazes, fiscais e, por fim, os trabalhadores imigrantes, contratados para prestarem serviços de abertura e conservação de estradas.

No que tange, especificamente, à administração, com a promulgação do Regulamento para as Colônias do Estado desde 1867, a legislação previa que deveria ser realizada por uma junta composta de oito membros: o diretor, o médico e seis colonos. As atribuições das juntas, que eram bastante amplas, e, considerando-se as condicionantes da lei, vieram a se tornar tarefa de um sujeito só – em especial, o Diretor⁹³. Nascimento, ao elencar tais responsabilidades deste, menciona que

⁹¹ Isto é, 15 dias por mês de trabalhos para a direção da Colônia em construção de estradas. (HERÉDIA, 2001).

⁹² A primeira sede na Região Nordeste do Rio Grande do Sul, traçada e executada conforme os ditames da legislação colonizadora, foi a da Colônia Conde d’Eu, atual Garibaldi (NASCIMENTO, 2009; 2010). De acordo com Nascimento (2010, p. 53), em 1876, a sede da colônia “(que na ‘Planta Geral das Colônias do Estado’, de 1879, aparece sob o nome de Galpão) já tinha planta, medida e demarcada pelo agrimensor Alfredo Augusto de Azevedo. Ela era traçada em tabuleiro e ficava à esquerda da estrada que ia aos campos da Vacaria. Entre a estrada e o perímetro da sede, foi reservado um logradouro público, no qual, ao sul, deveria estar o cemitério”.

⁹³ O que valia, realmente e de fato, era o que estava determinado pelo parágrafo 1º do Art. 26 do Regulamento das Colônias: competia ao diretor, além de todas as atribuições “divididas” com a junta, “superintender e dirigir todos os negócios e serviços da colônia”. (NASCIMENTO, 2009, p. 64).

iam desde a coordenação de todos os trabalhos referentes à montagem da infraestrutura necessária para o desenvolvimento do empreendimento estatal-colonial até a organização das contas da colônia – administração das rendas e das despesas, inclusive decidindo sobre auxílios a colonos necessitados. (2009, p. 64).

Nesse sentido, Nascimento argumenta que, ao planejar a colonização, os dirigentes imperiais já consideravam a criação do campo e da cidade; e, muito além, toda a colônia deveria ter uma sede, a qual deteria, não apenas a função política de ser a moradia do diretor e dos funcionários imperiais, mas, também, teria função econômica, recebendo o comércio e, ainda, a função religiosa, no acolhimento à Igreja e aos sacerdotes. (NASCIMENTO, 2010, p. 53).

A entrada dos imigrantes na Colônia Caxias corresponde ao segundo período da imigração brasileira que, de acordo com Giron (1977), situa-se entre 1850 e 1930. No Núcleo Colonial aos fundos de Nova Palmira, primeiro nome da Colônia Caxias, especificamente, os imigrantes chegam no período que se estende de 1872 a 1913 – para esclarecimento, há, no princípio, aqueles já estabelecidos, considerados os imigrantes não colonizadores, mas espontâneos; já aqueles que vieram com o “fim exclusivo de colonizarem a parte da gleba [...] no período colonial”, é composta por 1) colonizadores pioneiros, na Colônia Provincial (1875-1884); 2) imigrantes que entraram na ex-Colônia Caxias, da emancipação à municipalidade (1884-1890); e 3) dos imigrantes que se radicaram no já município de Caxias, após sua criação (ADAMI, 1966, p. 15). Com base no Mapa da Colônia Caxias⁹⁴ com indicação dos lotes e demonstração do débito dos respectivos concessionários à Fazenda Nacional, no qual consta a data da chegada dos colonos, Giron afirma que “*a região colonial começou a ser colonizada de 1872 em diante*, e não a partir de 1875 como tradicionalmente se supunha⁹⁵. (1977, p. 31, grifo nosso).

Em 1872, já havia 22 habitantes na Colônia Caxias⁹⁶, provenientes, todos eles, da Boêmia, tendo se localizado, anteriormente, em Nova Petrópolis, consoante expõe Giron e, na

⁹⁴ O Mapa Estatístico da Colônia Caxias – 1881-1884 constitui-se no documento possuído para fazer o levantamento dos primeiros moradores de Caxias que, à época, se chamava oficialmente de “Sede Dante”, como aparece no próprio documento e consta, ainda, dos relatórios do presidente da Província [José Carlos Muniz Francisco D’Ávila] sobre assuntos de imigração e colonização. De acordo com Mário Gardelin, o mapa cita os moradores de 77 quadras, dando o nome, a família, profissão, nacionalidade, religião e apostilando outros informes eventuais. Todos esses dados podem ser consultados em Gardelin e Costa (1993, p. 68-98). Vide Referências.

⁹⁵ Loraine Slomp Giron explica que o ano de 1875 marca, realmente, o início da imigração italiana no Estado do Rio Grande do Sul. Porém, em termos do centenário da colonização do município de Caxias do Sul, esta data não é exata: “Se for considerado o início do povoamento, o centenário foi completado em 1972, quando da chegada dos boêmios na Forqueta. Se for considerado o povoamento da região urbana, os 100 anos foram completados em maio de 1976”. (1977, p. 33).

⁹⁶ Com base no Mapa da Colônia Caxias, com indicação dos lotes e demonstração do débito dos respectivos concessionários à Fazenda Nacional e no qual consta a data de chegada dos colonos: data de chegada em 12 de

nova morada, estabeleceram-se no Travessão dos Boêmios, na 1ª Léguas. (GIRON, 1977, p. 31). Constituem, pois, uma imigração secundária. Em 1873, chegam mais 16 imigrantes alemães⁹⁷. Os imigrantes não-italianos, incluindo-se, conforme Luchese (2010, p. 309), os funcionários imperiais e provinciais, que constituíam a Comissão de Terras e a Diretoria Colonial, até 1874, são os habitantes da Colônia Caxias, perfazendo um total de 54 colonos de origem alemã nessa data.

A partir de meados de 1875, as Colônias Dona Isabel, Conde D'Eu e Caxias iniciavam o recebimento e o estabelecimento de colonos⁹⁸ italianos, em sua esmagadora maioria, com fins à colonização. Para a demarcação da Colônia Caxias, a Diretoria

traçou uma linha reta ao Norte da Picada dos Boêmios Forqueta, Núcleo Louro e parte de Nova Palmira. Delineando entre as extremidades daquela linha. De Oeste a Este, as primeiras “**quatro léguas**”, como ponto de partida para a colonização do ex-Campo dos Bugres, seus arredores, margem esquerda do rio das Antas e, mais tarde, Antônio Prado também. Cujas léguas, no início de sua existência, embora por pouco tempo, estiveram anexadas ao Núcleo Colonial Santa Maria da Soledade, diz o ofício nº 123 de 7 de junho de 1881. (ADAMI, 1966, p. 16).

Nascia, nessas quatro primeiras léguas o que viria a se constituir, em 1875, o Núcleo Colonial aos fundos de Nova Palmira⁹⁹, delimitado seu início ao norte da Picada Feliz, estendendo-se até a margem do rio das Antas, ocupando 144.000,00 braças quadradas¹⁰⁰ (GIRON, 1977, p. 23), equivalente a 17 léguas quadradas¹⁰¹. Foram Augusto Napoleão Savart de Saint Brisson (1873), Augusto Miranda (1874) e Hermínio d'Ávila (1875) os engenheiros chefes e Diretores da Colônia que dirigiram a demarcação das primeiras quatro léguas (ADAMI, 1966, p. 17)¹⁰²

junho de 1872: Ignatz Klamt e 4 dependentes (Lote 8), Emmanuelle Dietrich e 3 dependentes (Lote 12); 31 de junho de 1872: Frantz Schoffel e 2 dependentes (Lote 7); 04 de setembro de 1872: Heinrich Lorenz e 3 dependentes (Lote 1), Julius Dreshler e 1 dependente (Lote 2), Joseph Ulrich e 3 dependentes (Lote 19). (GIRON, 1977, p. 31)

⁹⁷ De acordo com Giron (1977, p. 31), até então, a causa desse fluxo contínuo de alemães na Região Colonial Italiana não teve ainda seus fatores determinantes devidamente estudados.

⁹⁸ Reivindica-se a necessidade de que a historiografia da imigração reconheça a Colônia Maciel como a quinta colônia imperial, posto que foi criada, oficialmente, em 1881, conforme exposto por Gehrke (2013). Vide: GEHRKE, Cristiano. *Imigrantes italianos e seus descendentes na zona rural de Pelotas/RS: representações do cotidiano nas fotografias e depoimentos orais do Museu Etnográfico da Colônia Maciel*. 2013. Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas [Dissertação de Mestrado]. Pelotas, 2013. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2016/11/Cristiano-Gehrke.pdf>.

⁹⁹ Conforme Gardelin e Costa (1993), Núcleo Colonial de Nova Palmira.

¹⁰⁰ Cada braça corresponde a 4,48 m².

¹⁰¹ Consoante Adami (1966a, p. 16), diferentemente do exposto por Giron (1977, p. 23), de que era equivalente a 16 léguas quadradas.

¹⁰² Adami (1966a), com base nos testemunhos de Manoel Peixoto de Abreu e Lima, Jacinto Godoi e Natal Chiarello.

A demarcação começa a ser feita na região de Forqueta, limite sul da colônia, passando, após, para a demarcação da primeira légua¹⁰³. A Forqueta, em conformidade com o livro nº 1, da Colônia Caxias, era composta pelos seguintes travessões: “7 colônias”, “Peráu”, “Pedro Guedes”, “Portugal” e “Picada dos Boêmios”, as quais, consoante Adami (1966, p. 16), em parte, já se encontravam colonizadas quando foi iniciada a Colônia Caxias, por colonos germânicos [em número de 54] e austríacos [trentinos, popularmente conhecidos como “tirolezes”, constitui-se no segundo grupo que chega em massa à Colônia Caxias; falavam, usualmente, o dialeto trentino (GARDELIN; COSTA, 1993, p. 157)]. Nessa légua foram ocupados 73 lotes coloniais e sua sede estava localizada no lote rural (colônia) nº 35, e nela estabeleceram-se 133 casais de colonos, com 705 membros, no período colonial – de 1875 a 1884 (ADAMI, 1966, p. 16). Quando chegaram os primeiros imigrantes italianos, estes foram alocados ao lado dos colonos alemães, na 1ª Légua, tendo, assim, “encontrado vizinhos que se constituíram num apoio à colonização” (GIRON, 1977, p. 32), e, diferentemente do que se divulga, os imigrantes, também por parte do governo, não “foram atirados na selva e abandonados à sua própria sorte” (ADAMI, 1966, p. 29).

No que tange às divisões internas das léguas,

que foram unidades territoriais dentro da área geral de Caxias, eram baseadas no travessão e na linha, elementos que serviam como estradas e divisórias de lotes rurais. Os travessões eram estradas não muito largas que cortavam a mata e permitiam, através de suas margens, que os lotes fossem medidos e distribuídos de maneira uniforme. O desenho que resultou do modelo, tributário fiel da legislação brasileira, foi o de uma colônia marcada pelas figuras retangulares ou quadradas de lotes, independente da topografia encontrada por quem iria assentar os colonos. (NASCIMENTO, 2009, p. 147).

O número de lotes que foi posto à disposição dos colonos, aproximadamente, na Colônia Caxias, era cerca de 2.500. Destes, explica Giron, no período que vai de 1875 a 1886, são distribuídos 1.600; nada, consta, fora distribuído gratuitamente: o preço das terras, demarcado pela Comissão de Terras, oscilava entre 2 a 8 réis à braça quadrada (GIRON, 1977, p. 23). Entre 1875 e 1886, Giron (1977, p. 33) ainda acrescenta que chegaram à Colônia 5.872 imigrantes, e foi constatado que, em maior número, ocorreu no ano de 1878, tendo, depois, diminuído.

¹⁰³ De forma geral, explica Giron, que cada légua era constituída por um quadrilátero com 5.500 m de lado. Cada légua foi dividida em travessões. Nas quatro primeiras, foram demarcados 3 travessões para cada uma. A partir dos travessões foram demarcados os lotes, cujas áreas eram muito variadas. O número de lotes, também variável, consistia em média de 32 lotes por travessão e 132 lotes por légua. (1977, p. 23). Giron e Nascimento (2009) e Nascimento (2009; 2010), por sua vez, tomam a forma como reticulada e estabelecem-na como um tabuleiro de xadrez.

A Diretoria da Colônia Caxias foi instalada, oficialmente, como Núcleo Colonial localizado aos fundos da Fazenda de Nova Palmira¹⁰⁴, em 06 de novembro de 1875, quando Pedro Coelho Ferreira foi nomeado seu primeiro Diretor (06/11/1875 a 28/02/1876). Havia a exigência de que fosse criado um local para a sede administrativa, a qual foi, sucessivamente, denominada de Campo dos Bugres, Sede Dante e Colônia Caxias (ADAMI, 1966, p. 15). Ali seriam recebidos os imigrantes, os documentos expedidos, os funcionários públicos contratados, as sementes e as ferramentas distribuídas, os auxílios pagos, bem como seriam enviados, a partir desse local, os colonos a seus lotes.

De acordo com Gardelin e Costa (1993, p. 65), a sede da colônia, primeiramente, ficou “em Santa Maria da Soledade e, depois, Nova Palmira e Nova Milano [Nova Milão]”. Posteriormente, a sede foi deslocada para o “Campo dos Bugres” (Sede principal/Sede “Dante”). A esse respeito, assevera Nascimento (2010, p. 58-59) que a mudança de sede foi proposta por Luiz Antônio Feijó Júnior, proprietário de uma sesmaria que ficara limítrofe à área da nova sede da colônia e quem, em seguida, viria a se tornar o proprietário do lote colonial na 5ª Léguas (travessão Santa Tereza), a pouca distância do povoado; também loteou sua sesmaria [Colônia Sertorina, em clara homenagem ao Presidente da Província] e, não à toa, se tornaria um dos homens mais ricos de Caxias.

Com referência a esse fato, dos primeiros registros, consta que João Sertório¹⁰⁵, então Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em obediência ao Aviso Imperial de 9 de fevereiro de 1870, no que tange ao início de colonização das terras devolutas da Província, e da qual surgiu a Colônia Caxias,

incumbe ao seu **velho amigo e ex sócio comercial** em Pelotas, Sr. Luís Antônio Feijó Júnior, a organizar uma expedição e penetrasse até o Campo dos Bugres, o explorasse inclusive seus arredores mais próximos, retirasse amostras de terra e fibras vegetais para serem enviadas aos laboratórios da Córte, onde foram examinadas e classificadas ótimas para o cultivo do trigo, de parreira e de outros cereais mais. (ADAMI, 1966a, p. 16, grifo nosso).

Mais tarde, fins de 1875 (ADAMI, 1966a, p. 36), Feijó Júnior “fez ver ao Governador da Província”, como já mencionado, que o fato de Nova Milano ser sede da Colônia” não era medida acertada”. Reconsiderando a decisão, foi dada como sede definitiva do Diretor da Colônia o ex-Campo dos Bugres. Tanto menos visionário, como João Spadari Adami aponta

¹⁰⁴ Consoante Loraine Slomp Giron, no ano de 1871, a região era conhecida como “colônia situada nos fundos de Nova Palmira”; de 1872 em diante, as terras da região, mais tarde chamada de Forqueta, são povoadas por alemães provenientes de Nova Petrópolis (os boêmios). (1977, p. 31-33; 69).

¹⁰⁵ Barão de Sertório: Presidente Provincial nomeado por Carta imperial entre 14 de junho de 1869 e 29 de agosto de 1870. Membro do Partido Conservador.

que ficara conhecido Feijó Júnior, mas, em grande parte, porque atendia a interesses pessoais o deslocamento da sede principal.

A sede Nova Milano¹⁰⁶, localizada próximo às primeiras léguas a serem medidas, demarcadas e ocupadas, localizava-se, de acordo com Nascimento (2010, p. 58), ao que se refere ao conjunto da Colônia Caxias, a sudoeste, dentro da primeira légua. A Colônia Caxias recebia os primeiros colonos chegados em um Barracão¹⁰⁷ construído nessa légua (ADAMI, 1966, p. 16). Tal “habitação” servia para dar agasalho aos colonos enquanto lhes fosse dado destino final, ou seja, “enquanto chegasse o dia de sua remessa para seu respectivo lote colonial, onde já havia construída uma casa, embora rústica”, de acordo com Adami (1966a, p. 16).

Com a expansão da Colônia Caxias, essa sede, cuja localização não privilegiava, e tampouco acompanhava, a velocidade com que as léguas eram medidas e a ocupação era implantada, além da reivindicação de mudança e da intervenção de Feijó Júnior junto ao Presidente da Província, teve de ser mudada para o limite norte da 5ª Légua e sul da 7ª – a sede Dante –, onde era encontrada uma clareira conhecida como *Campo dos Bugres*.¹⁰⁸ De acordo com Gardelin (1993, p. 65), foram transferidos para “o centro da grande floresta a ser colonizada”, não precisando a data, os serviços administrativos: “ao norte do Campo dos Bugres e a oeste da Rua Marechal Floriano estabeleceram-se o acampamento da Diretoria, o Almoarifado, e surgiu o primeiro cemitério, ficando, mais ao Norte, o primeiro Barracão dos Imigrantes, na Quadra 115”. De acordo com mapa, datado, visado e assinado pelo então Engenheiro Chefe da Comissão de Terras e Medição de Lotes, Dr. José Montauray Aguiar Leitão, de 2 de junho 1892, que aquela “**clareira artificial** encontrada pelos imigrantes e aberta pelos bugres [...] desmatamento aquêle que **deve ser tido como o início da fundação de Caxias do Sul**” (ADAMI, 1966a, p. 45, grifos do autor).

O Campo dos Bugres consistia em uma clareira na mata, aberta pelos índios que habitavam a região – os coroados (ou caingangues), nomes atribuídos pelos “brancos”¹⁰⁹. No

¹⁰⁶ Os primeiros inventários realizados em Caxias foram objeto de estudo de Marcia Stormowski: *Crescimento econômico e desigualdade social: o caso da ex-colônia Caxias (1875-1910)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2005.

¹⁰⁷ Aquele local foi ainda chamado de Barracão por muito tempo, mesmo depois de ter recebido a alcunha de “Nova Milão” [Nova Milano], nome que presta homenagem aos primeiros colonos que foram ali colocados pela Diretoria da Colônia, por serem naturais de Milão (Itália). (ADAMI, 1966a, p. 16).

¹⁰⁸ O escritório da Diretoria da Colônia localizou-se desde 1876, em área destinada a servir como sede urbana do núcleo colonial, denominada de Sede Dante, também conhecida, como Campo dos Bugres. (AHMJSA). Gardelin e Costa (1993, p. 65) relatam que, em 1871, fixou residência no Campo dos Bugres Generoso Mainardo Cardoso e, logo após, Pedro Pinto Guerreiro.

¹⁰⁹ Acerca dos silvícolas, Gardelin faz uma abordagem sócio-histórico-cultural sobre os povos indígenas que aqui habitaram, sob o preceito de que a presença desses povos, ou eventualmente de outros, que aqui tenha

local, eles permaneciam durante o dia e se recolhiam à noite para ocas e buracos que faziam no mato, próximos à clareira. O descampado, que era bem provido de água, com córregos que o cruzavam, garantia o abastecimento para os indígenas. Ali também eles corriam “carreiras”, com animais oriundos dos Campos de Cima da Serra, de acordo com Nascimento (2009, p. 111), os quais eles roubavam em incursões. Tal local serviria, também, como teatro de operações para lutas travadas contra outros grupos indígenas:

Esse local foi “descoberto” por **Antônio Machado de Souza**, morador de Montenegro, que foi e voltou aos Campos de Cima da Serra, na companhia de outros companheiros, em 1864. Antônio Machado de Souza tornou-se proprietário de terras entre o norte da colônia Santa Maria da Soledade¹¹⁰, o sul da sesmária de Feijó Júnior [Colônia Sertorina] e o oeste da 1ª Léguas. (NASCIMENTO, 2009, p. 111-112, grifo nosso).

Antônio Machado de Souza é considerado o descobridor do Campo dos Bugres. Procedente da fazenda “Estaleiro”, no município de Triunfo (ADAMI, 1966a, p. 31-34), empreendeu a primeira travessia do sertão, em companhia dos novos bandeirantes de Montenegro, a qual foi realizada no mês de março de 1864 e teve duração de 51 dias. Motivado pela descrição insinuante de Domingos da Serra, sai de Montenegro, acompanhado de oito companheiros de confiança – filhos, genros e amigos –, “o desbravador” Antônio Machado de Souza. Assim, foi “determinando como primeira etapa, o Arroio dos Franceses, onde estavam estabelecidos os irmãos João Brochier e Augusto Brochier”, que haviam encomendado queijo serrano. Prosseguindo viagem, ao avistar uma clareira, encontraram algumas evidências de que servira de morada e de cemitério aos índios. Permanecem nesse local para repouso, depois de dias extenuantes de travessia. O local em questão foi denominado de Campo dos Bugres.

Na sede da Colônia Caxias, que começara a ser ocupada em meados de 1876¹¹¹ e, com a corrente imigratória que se intensificava, as léguas foram povoadas rapidamente, de forma que a 1ª até a 5ª, nesse período, se encontravam quase que completamente habitadas,

ocorrido, é parte integrante de nossa história. Assim, por intermédio de Afonso Mabilde, construtor naval belga, que veio ao sul ainda em 1833 para realizar um trabalho de levantamento hidrográfico em Rio Grande, onde ouviu falar dos coroados pela primeira vez. Em 1834, esteve em São Luiz das Missões colhendo informações. Em 1836, quando em Santa Cruz para a abertura de uma estrada, foi aprisionado por um grupo de índios e com os quais permaneceu por dois anos em seu meio. Como era dotado de espírito pesquisador, registrava tudo que via. É sobre os registros que constituem a obra de Mabilde que foi feito o trabalho de síntese acerca dos “bugres”. Vide Gardelin e Costa (1993, p. 13-63).

¹¹⁰ Atual São Vendelino.

¹¹¹ Conforme Luchese (2010, p. 309), a partir de 1876 até 1884, as Colônias Caxias, Dona Isabel e Conde d'Eu recebem grande número de imigrantes e, a partir de então, passam a ser administradas por diretores e de responsabilidade do Governo Imperial. Os diretores recebem ordens, instruções e a maioria dos funcionários foi nomeada pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

especialmente ao longo do picadão geral. De acordo com Adami, partia de Nova Milano e findava, em 1876, no ex-Campo dos Bugres, motivo pelo qual esse ponto foi utilizado, mais tarde, como sede da Colônia – a “tapera silvícola” era tida como centro da Colônia Caxias e, também citada, em muitos documentos, como “principal sede” (ADAMI, 1966a, p. 35).

Foi, então, consagrada como principal pelo fato de, em 1880, tendo sido ela dividida em três sedes coloniais, Nova Trento, Nova Milano e a mais importante a do Diretor da Colônia e dos outros empregados da Diretoria. A residência do Diretor ainda era denominada de sede “Dante” e seu único logradouro público de então, de “Praça Dante”; a sede principal, a ex-sede do Diretor, corresponde, atualmente, e atende pelo nome de Caxias do Sul e a praça denomina-se “Rui Barbosa” (ADAMI, 1966a, p. 35). O seu projeto “urbanístico”, no entanto, só foi organizado, definitivamente, em fins de 1878, sendo posto em prática a partir do início de 1881. O modelo urbano escolhido, de acordo com Nascimento (2009; 2010) foi o do tabuleiro de xadrez¹¹², com longa trajetória histórica, utilizado principalmente em zonas de colonização.

É atribuída ao engenheiro Augusto Francisco Gonçalves, quem permaneceu na Colônia Caxias nos anos de 1875 a 1877, a autoria da planta da sede da colônia, chamada Campo dos Bugres e, depois, de Sede Dante. Durante esse período, passaram, ainda, pela diretoria cinco diretores – Majores Hermínio D’Ávila e Augusto de Miranda (de março a junho de 1875), Pedro Ferreira Coelho (6/11/1875 a 28/02/1876), Antonio Augusto da Costa (14/02/1876 a 11/09/1876) e Major Raymundo Duarte Bezerra (12/09/1876 a 28/01/1877). (ADAMI, 1966^a, p. 56). Único funcionário com formação em engenharia nos anos de 1875 e 1876, acredita-se que, como coube a Augusto de Miranda “gravar na terra as determinações da legislação”, uma vez que foi ele quem “reservou o retângulo de terra no limite entre a quinta e a sétima légua, já que, naqueles dias, ele era o responsável pelas medições”

¹¹² Continha oito ruas de norte a sul – 20 de Setembro, Bento Gonçalves, Lafayette, Silveira Martins, Sinimbu, Andrade Pinto, Conde de Porto Alegre e Marcondes de Andrade); de leste a oeste, as ruas também eram oito – Andrade Neves, Doutor Salgado, Alfredo Chaves, Leonceo de Carvalho, Marquês do Herval, Villa Bella, Visconde de Pelotas e Garibaldi); estavam, também, previstas três praças: 5 de Janeiro (a única que se manteve até atualmente – a Dante Alighieri), a Imperatriz e a Pedro Segundo. (NASCIMENTO, 2010, p. 59). Ademais, “o sistema de travessões e linhas é semelhante ao sistema das *centuriae*, utilizadas pelos romanos em suas áreas rurais de colonização, e ainda possíveis de serem vistas em alguns locais da Europa e do norte da África. O sistema das *centuriae* também moldava as cidades romanas nas áreas de colonização, sendo estas marcadas pelo rigor da geometria. Na Colônia Caxias, a figura do mundo rural também moldou o mundo urbano: se as léguas, travessões e linhas eram retas e seguiam a orientação dos pontos cardeais, as ruas e terrenos da sede deveriam assemelhar-se àquele desenho. O sistema de colonização das *centuriae* não foi objeto de estudo por parte dos programas que formavam os engenheiros brasileiros, funcionários que executaram o plano colonizador imperial; nem a criação de núcleos urbanos o era, com a necessária importância. Traçar retas era o costume – e assim foi feito, já anteriormente, ao se legislar a colonização”. (NASCIMENTO, 2009, p. 147).

(NASCIMENTO, 2009, p. 79). Em 1877, Joaquim de Almeida Ribeiro¹¹³, formado engenheiro-geógrafo, é incorporado à junta administrativa da colônia.

Em 11 de abril de 1877, comunicava a Inspetoria Especial de Terras e Colonização do Rio Grande do Sul ao Dr. João Dias de Castro, vice-presidente, que, por ordem da Corte, a “Colônia aos Fundos de Nova Palmira” passaria a ser denominada de Colônia Caxias (ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI - AHMJA);

Competia, então, à Diretoria da Colônia Caxias e aos seus funcionários os trabalhos de demarcação das áreas destinadas ao assentamento dos imigrantes, distribuição e aquisição de lotes rurais e urbanos, recepção dos imigrantes e atendimento de suas necessidades. Ao encargo do Engenheiro-Chefe da Diretoria da Colônia ficava a coordenação de uma equipe formada por engenheiros, agrimensores, escriturários, desenhistas e auxiliares, entre eles, médico e professor.

Figura 2 - O núcleo urbano primitivo de Caxias do Sul, a "Sede Dante", em torno de 1876-77



Fonte: Autor desconhecido. Scan de Maria Abel Machado e Vania Beatriz Merlotti Herédia. *Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul: Cem Anos de História*. Caxias do Sul: Maneco, 2001.

¹¹³ Foi, posteriormente, ajudante de Hygino José dos Santos, Diretor-Chefe da Colônia, de 7 de novembro de 1877 a 9 de setembro de 1878 (ADAMI, 1966a, p. 53). De acordo com Nascimento (2009, p. 80), José Thomé Salgado, em sua comissão de inspeção, o considerava “inepto e incapaz para exercer o cargo de diretor; quanto a Hygino, era considerado bêbado, portanto sem condições morais de comandar a colônia”.

Em 1878, era Diretor da Colônia Caxias o Bacharel Engenheiro Hygino José dos Santos (ADAMI, 1966a, p. 24), servindo a ele três engenheiros: Antônio Pinto da Silva Valle, Arthur Napoleão de Barros e José Maria Pereira da Cunha, os três engenheiros geógrafos; depois, os engenheiros Antonio Innocencio da Silva Pinto, que trabalhou na Colônia Caxias nos anos de 1880 e 1881. Em 1881, Silva Pinto trabalhou juntamente com José Carlos Muniz Bittencourt¹¹⁴, que foi diretor da Colônia Caxias, de 26 de novembro de 1880 a 4 de outubro de 1881 (GARDELIN; COSTA, 1993, p. 67). Assumiu o cargo com Muniz Bittencourt o agrimensor Virgílio de Souza Conceição, que foi o funcionário que mediu o traçado da sede. Entre 1881 e 1882, era diretor João Maria de Almeida Portugal (5/10/1881 a 31/12/1882), engenheiro civil. Manoel Barata Góes (1/1/1883 a 15/05/1884), finalmente, foi o engenheiro mais experiente que comandou a Colônia Caxias, desempenhando a função de Diretor, sendo que, no último ano, também trabalhou na colônia, João Ernesto Rodocanachi (ou Rodocanacki), formado engenheiro geógrafo (NASCIMENTO, 2009).

Além desses engenheiros, que foram empregados nomeados especificamente para servirem na Diretoria da Colônia Caxias, também havia os que o eram para comissões específicas, explica Nascimento (2009, p. 83), como é o caso do engenheiro José Thomé Salgado¹¹⁵, que teve grande importância para a administração da colônia, pois relatava “ à estrutura burocrática da colonização os problemas enfrentados na empresa. Ele também estava investido de poder para resolver problemas do dia-a-dia, demandados pelos colonos. Foi o engenheiro José Thomé Salgado que aprovou o projeto da sede da colônia, aprovação depois confirmada pelo presidente da Província”.

O *Projecto da povoação da Colonia Caxias no Campo dos Bugres*¹¹⁶ foi organizado por Luiz Manoel de Azevedo¹¹⁷, Diretor Interino da Colônia Caxias, e copiado por Affonso Mebert, Auxiliar agrimensor na Comissão de Inspeção às Colônias do Estado, concebido em 6 de dezembro de 1878¹¹⁸ e enviado ao presidente da Província, Marcondes de Andrade, no dia 17 de dezembro do mesmo ano. Em tal documento, Luiz Manoel de Azevedo explicava

¹¹⁴ De acordo com Adami, em 22 de janeiro de 1881 foi passada a Direção da Colônia ao Bacharel Engenheiro Ajudante Antônio Inocêncio da Silva Pinto (1966a, p. 57).

¹¹⁵ Na sua comissão, foi produzida uma planta geral das colônias do Estado, de autoria do agrimensor Affonso Hebert, a qual é o retrato do avanço da ocupação das terras até aquele ano. José Thomé Salgado era oriundo da Escola Central, na Corte, onde estava registrado no livro 1º, folhas 214. Salgado deveria ser um engenheiro experiente quando teve a função de fiscalizar o estágio da colonização do nordeste do Rio Grande do Sul. (NASCIMENTO, 2009, p. 83).

¹¹⁶ A cópia digital deste mapa foi cedida pelo Arquivo Nacional do Brasil ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA) de Caxias do Sul, em 09 de junho de 2013. Disponível em: <http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/planta-2>.

¹¹⁷ Administrou a Colônia Caxias por sete meses, de 10/09/1878 a 29/03/1879 (ADAMI, 1966a, p. 57).

¹¹⁸ Nascimento (2010, p. 62) sugere essa data como marco da urbanização de Caxias do Sul, então Sede Dante.

que havia organizado uma nova planta para a sede, pela razão de que a anterior continha um grave defeito na dimensão das quadras¹¹⁹ e pelo fato de, ainda, ser ignorada a sua aprovação pelas autoridades superiores da hierarquia imperial¹²⁰. Finalmente, o projeto foi aprovado em 10 de janeiro de 1879, após ter sido submetido ao engenheiro José Thomé Salgado. (NASCIMENTO, 2010, p. 59). Com a aprovação, a sede de Caxias inicia seu processo de urbanização definitiva, e o término das medições se encerra em 1881¹²¹, pelo Agrimensor Virgílio de Souza Conceição (ADAMI, 1966a, p. 42).

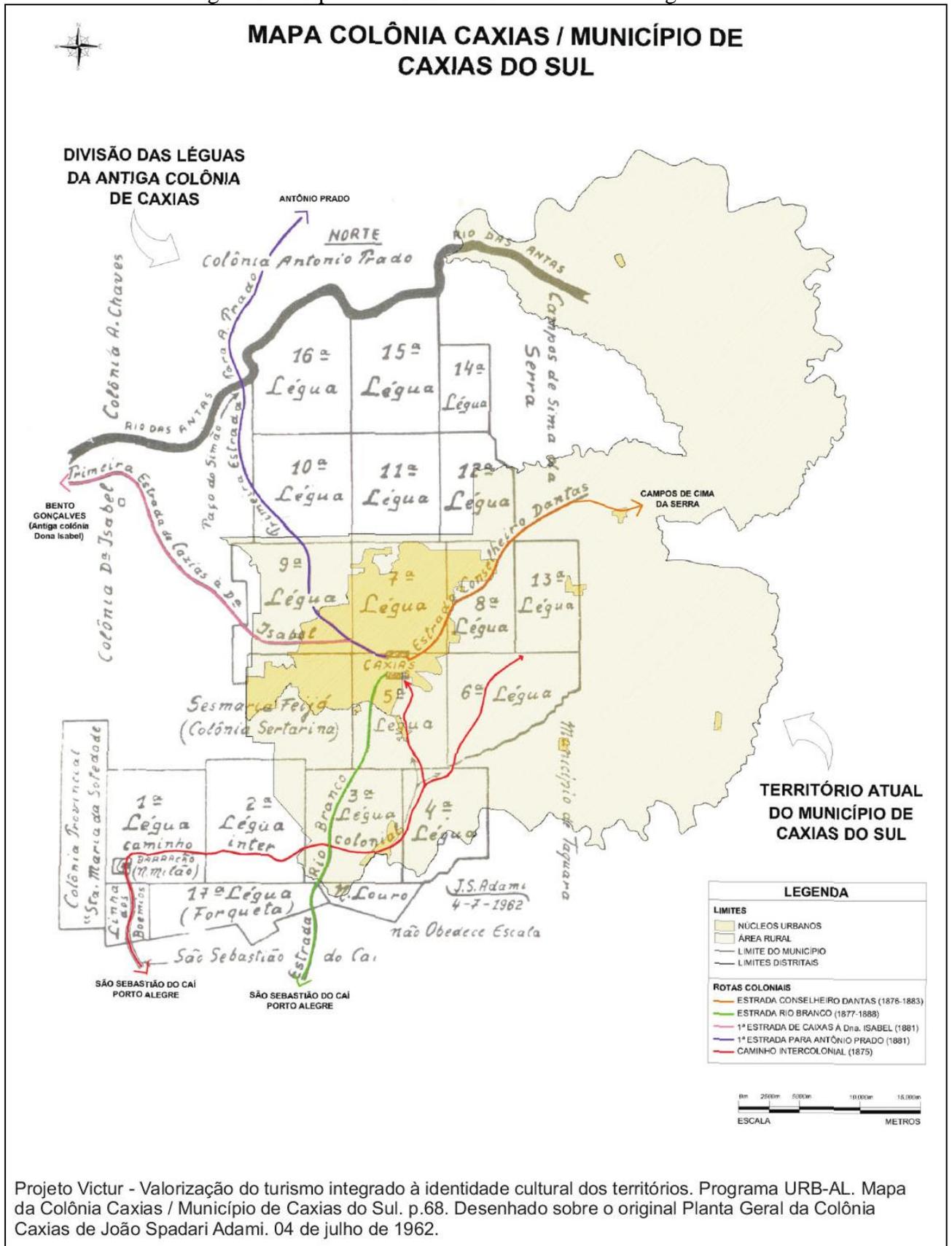
Conforme ilustra a Figura 2, pode-se visualizar a localização das Léguas no mapa com a divisão da então Colônia Caxias:

¹¹⁹ A prova de que tal plano existiu, mas que era inexecutável, revela-se pela correspondência expedida pelo diretor Luiz Manoel de Azevedo: “as quadras eram tão grandes e desproporcionais com as medidas dos terrenos, que criavam um espaço vazio, de 700 palmos, no meio das mesmas”. Esse plano nunca foi visto. (NASCIMENTO, 2010, p. 59).

¹²⁰ João Spadari Adami (1966a, p. 42), historiador caxiense, publicou, baseado no jornal *O Brazil*, de 1º de junho de 1910, que a autoria do plano da sede, quem delineou o loteamento da povoação, então no local definitivo, foi obra do engenheiro Augusto Francisco Gonçalves, que era o responsável pelas medições da colônia nos anos de 1875, 1876 e 1877. De acordo com Nascimento: “O certo é que, assim como de fato esse plano urbano existiu, ele não foi executado. São muitos os documentos que tratam de casas levantadas em locais indevidos, pelos primeiros moradores da sede”. (2010, p. 59).

¹²¹ Todavia, em 1879, por intermédio de ofício [AHRGS, Fundo da Imigração, Ofício n. 74, de 14 de julho, Maço 54, Caixa 30] do então diretor Constantino Rondelli, houve a não execução total do plano aprovado: “O perímetro da sede teve de ser deslocado para o sul, pelo fato de ser melhor edificada nesse lado do terreno. Esse deslocamento levaria duas ruas para fora do espaço reservado para a sede, e para dentro de dois lotes rurais que lhe faziam divisa. Consoante Nascimento (2010, p. 62), João Spadari Adami (Vide ADAMI, 1966a, p. 43-45) publicou documentos sobre o embate ocorrido entre os dois proprietários dos lotes rurais que seriam invadidos pela sede (Giovanni Piva e Rodolfo Felice Laner) e a Direção da Colônia. Preservados os lotes rurais, a sede teve como limite sul a metade do conjunto de quadras abaixo da rua Andrade Pinto (hoje, Os 18 do Forte), de leste a oeste do povoado. Duas ruas e um conjunto de duas quadras e meia não foram jamais executados – esse deslocamento diminuiu para sete as quadras sentindo norte-sul, de forma que não foram implantadas as ruas Conde de Porto Alegre e Marcondes de Andrade. “O restante do plano urbano implantado na Sede Dante foi executado exatamente como podemos pisá-lo na atualidade”.

Figura 2 - Mapa da Colônia Caxias - divisão das léguas



Fonte: Projeto Victur/Urb-al (2007). Mapa desenhado sobre a planta original: Planta Geral da Colônia Caxias, de João Spadari Adami, de 04 de julho de 1962. Disponível em: <http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/mapa-da-colonia-caxias-municipio-de-caxias>.

Aos Diretores da Colônia¹²² cabiam muitas atribuições e cargos, dos quais Adami cita o de Subdelegado de Polícia e subordinado ao Termo de São Sebastião do Caí (1966a, p. 59). Muito embora estivesse prevista a participação dos colonos nas juntas, havia a ressalva constitucional de que essa só poderia ser garantida para aquele que tivesse pago toda a dívida com o Estado. O médico, por sua vez, outro funcionário imperial de que seria membro, não se constituía em figura com a qual as colônias pudessem contar permanentemente. Nesse caso, na Colônia Caxias especificamente, consta que, pelo Ofício 210, de 26 de junho de 1878, o Inspetor Especial solicitara ao presidente da Província que fosse aprovada a contratação do farmacêutico Alexandre Romualdo, por falta de médico. (NASCIMENTO, 2009, p. 64).

Outro fato que ilustra o acúmulo de trabalho e responsabilidades na figura do Diretor da Colônia, e que justifica se tratar de empecilho para o bom andamento da colonização, está na inspeção que o já mencionado engenheiro José Thomé Salgado, que foi, posteriormente, o responsável por analisar também o já exposto *Projecto da povoação da Colonia Caxias no Campo dos Bugres*, de 06 de dezembro de 1878, antes de sua aprovação. Funcionário da Comissão da estrada de ferro Porto Alegre-Uruguaiana, Salgado, que foi designado por meio da Decisão nº 231, de 16 de abril de 1878, argumenta que deveriam existir um diretor e, além, um engenheiro^{123,124} que chefiasse a comissão de medições. Salgado, por sua vez, fazia uso do caso do então diretor da Colônia Caxias, Luiz Manoel de Azevedo – que havia organizado e submetido a nova planta para a sede da colônia –, em relatório apresentado ao presidente da Província [o também já mencionado Marcondes Tavares]¹²⁵, o qual reclamava das dificuldades encontradas para realizar seu trabalho.

Conquanto muitos dos diretores tivessem formação em engenharia, havia aqueles que não a detinham e, sobre eles, recaía o julgamento por parte dos engenheiros sobre a “incapacidade” do exercício de suas funções. Pela legislação, aos diretores das colônias não era obrigatória a formação em engenharia, uma vez que havia a previsão de que um desses

¹²² Com a emancipação da Colônia, em 1884, o cargo de Diretor da Colônia transforma-se em Chefe da Comissão de Terras e Loteamentos. (ADAMI, 1966a, p. 59).

¹²³ Terciane Ângela Luchese fez a listagem de todos os funcionários que serviram nas colônias da Região Nordeste do Rio Grande do Sul entre 1875 e 1889. Vide LUCHESE, Terciane Ângela. *Relações de poder: autoridades regionais e imigrantes italianos nas colônias Conde d’Eu, Dona Isabel, Caxias e Alfredo Chaves – 1875 a 1889*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC-RS, Porto Alegre, 2001.

¹²⁴ Quase todos os engenheiros haviam se formado nas escolas da Corte. As duas escolas formadoras de engenheiros no Brasil foram: até 1894, a Escola Politécnica; e a Escola de Minas, fundada em 1876. Vide BARATA, Mário. *Escola Politécnica do Largo de São Francisco: berço da engenharia brasileira*. Rio de Janeiro: Associação dos Antigos Alunos da Politécnica/Clube de Engenharia/CFC – MEC, 1973.

¹²⁵ Vide LUCHESE, Terciane Ângela. *Relações de poder: autoridades regionais e imigrantes italianos nas colônias Conde d’Eu, Dona Isabel, Caxias e Alfredo Chaves – 1875 a 1889*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC-RS, Porto Alegre, 2001.

profissionais fosse o chefe da comissão encarregada de medir as terras públicas. Todavia, como nem sempre o quadro de funcionários das colônias estava completo, decorria o acúmulo das funções por parte do diretor. (NASCIMENTO, 2009, p. 67).

Desde sua fundação, em 1875, até o dia 12 de abril de 1884, conforme o Decreto nº. 9.182, de 12 de abril, momento em que a Colônia Caxias passou ao regime comum das demais povoações do Império, deixando de ser colônia para ser anexada como Distrito do Município de São Sebastião do Caí, contou com 15 Diretores e entre eles, alguns já mencionados, mas que aqui os listamos todos: Majores Augusto de Miranda e Hermínio D'Ávila¹²⁶, Pedro Ferreira Coelho¹²⁷, Antonio Augusto da Costa¹²⁸; Major Raymundo Duarte Bezerra¹²⁹, Engenheiro Guilherme Greenhalg¹³⁰, Antônio Pinto da Silva Valle¹³¹, Engenheiro Comendador Eudoro Carvalho Castello Branco¹³², Hygino José dos Santos¹³³, Luiz Manoel de Azevedo¹³⁴, Sarmat Laureaux de Bosquet¹³⁵, Constantino Rondelli¹³⁶, Bacharel José Carlos Muniz Bittencourt¹³⁷, Engenheiro João Maria Almeida Portugal¹³⁸ e Manoel Barata Góis¹³⁹.¹⁴⁰ Na Colônia Caxias, em especial, de 1875 a 1884, são encontrados os nomes de onze

¹²⁶ Ambos de março a junho de 1875. (ADAMI, 1966a, p. 56).

¹²⁷ Primeiro Diretor da Colônia Caxias, com sede no ex-Campo dos Bugres, de 06 de novembro de 1875 a 28 de fevereiro de 1876. (ADAMI, 1966a, p. 36, 56).

¹²⁸ Assumiu a direção da Colônia em 14 de fevereiro de 1876 e a dirige até 11 de setembro de 1876. (GARDELIN; COSTA, 1993, p. 208).

¹²⁹ De 12 de setembro de 1876 a 28 de janeiro de 1877 (ADAMI, 1966a, p. 56).

¹³⁰ Assumiu a direção da Colônia em 29 de janeiro de 1877 (GARDELIN; COSTA, 1993, p. 207) até 29 de março de 1877 (ADAMI, 1966a, p. 56).

¹³¹ Assumiu a direção da Colônia em 1º de fevereiro de 1877 (GARDELIN; COSTA, 1993, p. 207) até 30 de junho de 1877. Antônio Pinto da Silva Vale (ADAMI, 1966a, p. 56).

¹³² Eudoro Carvalho Castello Branco (ADAMI, 1966a, p. 56), de 30 de junho de 1877 a 2 de novembro de 1877).

¹³³ De 7 de novembro de 1877 a 9 de setembro de 1878. (ADAMI, 1966a, p. 57).

¹³⁴ De 10 de setembro de 1878 a 29 de março de 1879 (ADAMI, 1966a, p. 57).

¹³⁵ De 30 de março de 1879 a 9 de abril de 1879 (ADAMI, 1966a, p. 57).

¹³⁶ Constantino Rondelli (ADAMI, 1966a, p. 57), de 10 de abril de 1879 a 25 de novembro de 1880.

¹³⁷ De 26 de novembro de 1880 a 4 de outubro de 1881 (ADAMI, 1966a, p. 57).

¹³⁸ De 5 de outubro de 1881 a 31 de dezembro de 1882 (ADAMI, 1966a, p. 57).

¹³⁹ De 1º de janeiro de 1883 a 12 de maio de 1884 (ADAMI, 1966a, p. 57).

¹⁴⁰ Além desses, “foram indicados (mas ao que parece nunca exerceram a função) Gabriel Pinheiro d’Aguiar, 2º escriturário da Tesouraria da Fazenda, em Porto Alegre, e o engenheiro Joaquim Rodrigues Antunes. Gabriel d’Aguiar chegou a ter seu nome aprovado para nomeação provisória pelo presidente da Província do Rio Grande do Sul. Joaquim Antunes foi indicado ao Presidente do Conselho de Ministros e Ministro da Agricultura, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, pelo Inspetor Geral de Terras e Colonização, Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves. Ele seria transferido de seus trabalhos no Paraná para Caxias. Segundo o Inspetor Geral, a indicação de alguém, no caso do engenheiro Antunes, para o cargo de diretor da Colônia e chefe da comissão de medição, tinha demorado porque não era fácil encontrar alguém com o perfil exigido; dizia ele que em Porto Alegre não havia ninguém para ser indicado. Joaquim Rodrigues Antunes não foi diretor da Colônia Caxias, conforme o desejo do Inspetor Geral em 1879. Mas, logo depois, ele foi nomeado diretor das colônias Dona Isabel e Conde d’Eu. Durante os anos de 1883 e 1884, anos de preparação para a transferência das colônias do Estado para a autoridade de municípios, Antunes cumpriu tão bem com suas tarefas, segundo opinião de estudiosos e contemporâneos seus, que justifica a estima que parecia lhe ter o titular da Inspetoria Geral”. (NASCIMENTO, 2009, p. 65-66).

engenheiros, os quais participaram ativamente da constituição do empreendimento estatal (NASCIMENTO, 2009).

De acordo com Iotti, os núcleos urbanos “eram erguidos no centro da colônia, se possível em terreno plano e elevado” (2001, p. 79) e, em relação à ocupação da sede da Colônia Caxias, esta concentrava-se na parte oeste, local onde estava estabelecida a Diretoria, em direção ao centro, o qual contava com a praça – nomeada de 5 de Janeiro –, batizada pelo povo como Praça Dante já na primeira década da colonização¹⁴¹.

A praça, situada no centro da cidade, conforme Vitalina Maria Frosi (2009, p. 3027), “tinha seu nome escrito no coração do povo” e constituía-se como espaço reservado e pré-destinado ao encontro das pessoas, desde a divisão do território para o assentamento dos imigrantes italianos. Ainda, nela foi colocada a estátua do ilustre poeta quando, conforme Duminiense Paranhos Antunes, os moradores de Caxias,

secundando o ato da municipalidade, resolveram por iniciativa do Dr. Vicente Bornancini, médico então residente na localidade, erigir um monumento com a effigie austera do autor da Divina Comédia, plasmada em bronze, como uma consagração à terra da qual eram originários. (ANTUNES, 1950, p. 87).

Do local destinado à praça em diante, os lotes com proprietários, expõe Nascimento, encontravam-se “ao longo da rua Silveira Martins, a mais central da povoação. Ali se tinha uma pequena expansão além do perímetro original: duas das quadras do limite leste tinham ampliado seu número de lotes, diferenciando-se do padrão principal (2010, p. 62-63). O *Mapa Estatístico da Colônia Caxias*, concebido em decorrência do ato do governo de 1884, momento em que se estabeleceu a elevação de colônia a distrito, veio a demonstrar que a área urbana ainda contava com grandes vazios geográficos, com muitos dos lotes projetados sem ocupação pelos proprietários e diversos outros que não haviam sido vendidos. Ainda, consta que, em seus aspectos demográficos, a maior parte dos imigrantes que se radicou na Colônia era constituída por agricultores. No entanto, os que se localizaram na Sede Dante tinham outras profissões.

Os diretores, muito embora detivessem poder limitado a um “microespaço” e não contassem com maior prestígio, em nível de Província ou de Governo Imperial, representavam, de forma direta, as decisões governamentais em relação aos imigrantes. A tarefa da Diretoria, além das elencadas, consistia em tornar a Colônia habitável. Conforme explica Terciane Ângela Luchese, os colonos tiveram contato direto com os diretores e as

¹⁴¹ Teve seu nome oficializado em 15 de novembro de 1914.

comissões de terra, pois estes “efetivamente residiram no mesmo espaço e eram responsáveis por colocar em prática as medidas estabelecidas pelas esferas de poder estadual e federal. (2010, p. 310-311). Tornou-se comum afirmar, explica Luchese, que os imigrantes vieram

"fazer a América", numa perspectiva de heróis pacíficos e trabalhadores que sofreram muito ao serem estabelecidos nas colônias, pois lhes faltavam alimentos, abrigos, as doenças ceifavam inúmeras vidas, não havia nenhuma infra-estrutura e que eles foram abandonados em meio à mata. Entretanto, com o trabalho e a perseverança, construíram grandiosas cidades. Por certo, muitas foram as privações que enfrentaram, porém, as relações entre eles e as autoridades nomeadas para organizarem os núcleos não foram pacíficas. (LUCHESE, 2010, p. 308).

Foram, então, na fundação do povoado, os imigrantes que auxiliaram na construção do que se transformaria a cidade de Caxias do Sul:

os imigrantes que iam povoá-la, secundando o Engenheiro A. Gonçalves e seus auxiliares que a delineavam, assim que os seus delineadores concluíam um certo trecho e, apenas com as ferramentas da época (machado, serrote, carrinho de mão, facão, pá, picão e outros utensílios de menor importância), faziam as derrubadas, nas ruas, principalmente. E, o mato abatido, transformavam-se (*sic*) em madeiramento para a construção das próprias habitações, o qual não lhe custava um vintém, sequer. Antes ao contrário. Ganhavam diária pelo dito trabalho. (ADAMI, 1966a, p. 48-49).

E, assim, todos participaram – homens, mulheres e crianças, uma vez que havia “tarefa para todos”. O documento que ditava as diretrizes, as condições de trabalho, salário e contratações, data de 3 de janeiro de 1881, redigido pelo Engenheiro Chefe e Diretor da Colônia Caxias, Bacharel José Carlos Muniz Bittencourt, e dirigido ao Engenheiro Ajudante, Antônio Innocêncio da Silva Pinto (ADAMI, 1966a, p. 49-50).

Para compreender o cotidiano dos imigrantes, a vivência diária, e não apenas a do trabalho, mas a contestação, se faz necessário reconhecer que havia muitos conflitos que ocorreriam, com frequência, nos núcleos. De modo que se constituísse numa antítese à crença histórica do pacifismo e do heroísmo do imigrante italiano – posto que foi o discurso oficial o responsável por influenciar a historiografia e consagrar os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul – como “uma massa homogênea e idealizada, constituída de homens sem rosto, construída como exemplo edificante para o princípio de correlação entre ‘ordem e progresso’” (CONSTANTINO, 1999, p. 81), deve-se abarcar as situações conflitantes.

A partir de outubro de 1877, o governo, que começou a diminuir gastos, atingindo também o programa de colonização, pôs fim aos subsídios garantidos pelo Regulamento de 1867, momento que demarcou o princípio do período conflituoso entre autoridades e colonos, como relata Nascimento (2009, p. 91). Assim, as demandas dos colonos, que antes eram

garantidas pela legislação, não mais se faziam compatíveis com os recursos do Estado. Com a reorganização das finanças governamentais, e os cortes, é suspenso o Regulamento das Colônias em 20 dezembro de 1879, mediante o Decreto nº 7.570. Até que se firmassem as condições financeiras, em abril de 1880, em decisão do Ministério da Agricultura¹⁴², o governo continuaria “com a medição de terras devolutas para a distribuição, em ‘condições favoráveis’, aos imigrantes” (NASCIMENTO, 2009, p. 92).

Muitos foram os momentos em que, descontentes com as situações vivenciadas, os imigrantes se manifestaram contra as autoridades administrativas. Outras vezes, os conflitos ocorreriam entre os próprios colonos¹⁴³ ou contra as forças policiais. O poder, portanto, era representado pelos diretores de colônia e demais funcionários, em relação à administração, mas, assegura Luchese (2010, p. 311), que o mais efetivo sobre o universo diário do colono “foi o religioso. A instituição principal da Região Colonial Italiana foi a Igreja Católica, a qual exerceu papel decisivo na formação social, cultural e política das colônias. Os padres foram autoridades muito respeitadas e atuaram como poder disciplinador na organização sociocultural dos imigrantes.

Quando existiam manifestações de insatisfação, se resolviam ou pelo consenso ou pela força. Entre os colonos e os diretores (ou funcionários)¹⁴⁴ surgiam conflitos em que o motivo principal residia na falta de pagamentos ou no atraso dos subsídios e dias de trabalhos devidos¹⁴⁵ (NASCIMENTO, 2009; LUCHESE, 2010). As divergências, as manifestações e os protestos dos imigrantes eram gerados, em sua maioria, pelo não-cumprimento das promessas e pelas grandes dificuldades encontradas na sobrevivência cotidiana. As forças policiais, dessa forma, eram requisitadas pelas autoridades, com vistas a legitimar a paz e impor aos colonos o cumprimento das ordens. O enfrentamento dos imigrantes com as forças policiais, de acordo com Luchese, “ocasionou, em diversos casos, novos problemas e violências. Entretanto, por

¹⁴² Naquele momento, era ainda garantida a hospedagem por quinze dias e o transporte até a colônia de destino. (NASCIMENTO, 2009, p. 92).

¹⁴³ A título de exemplo: “Em 11 de setembro de 1879, João Gesoni tentara assassinar, com um machado, Josué Vaccari, proprietário de um moinho em Caxias. O acusado afirmou estar embriagado. Outra briga aconteceu entre Agostino Riboldi e Giovanni Battista Riboldi. Agostino ficara com graves ferimentos, e o acusado afirmara ter agido em legítima defesa. Em 18 de outubro de 1880, era realizado um auto de corpo de delito em Raymundo de Souza de Mello, praça da polícia, ferido na parte superior do rosto, o que poderia causar-lhe cegueira ou mesmo a morte”. (LUCHESE, 2010, p. 315).

¹⁴⁴ Luchese explica que a forma como os diretores agiram foi diversa: “às vezes, com a força policial; outras, apaziguando as partes envolvidas e estabelecendo consensos. Conforme afirmava o diretor de Caxias, em 1876, ele se prontificava a atender todas as reclamações dos colonos morigerados, mas seria inexorável com aqueles que, pelo seu mau proceder e ociosidade, ameaçassem a harmonia que lhe cumpria manter” (2010, p. 319).

¹⁴⁵ Relata Nascimento um desses eventos: “Em janeiro de 1879, ainda sob a direção de Luiz Manoel [de Azevedo], os colonos que trabalhavam na construção da estrada da 3ª légua fizeram o engenheiro Valle de refém e o colocaram a andar 16 km, do ponto onde estavam até a sede, num ‘cavalo magro e de cangalha’, porque eles não tinham recebido”. (2009, p. 90).

interesses diversos, os imigrantes deveriam ser bem tratados para que a imigração espontânea pudesse crescer¹⁴⁶ (2010, p. 311).

O imigrante ideal, para as autoridades, era aquele que se dedicasse ao trabalho agrícola. Avaliando a "qualidade" dos imigrantes estabelecidos no Rio Grande do Sul, o engenheiro Manuel Maria de Carvalho afirmava que

quase todos vinham acompanhados das famílias, no propósito firme de fixarem-se, definitivamente, na província, o que era muito conveniente. Predominavam os agricultores, os quais se estabeleciam nas colônias, sendo muito pequeno o número dos que procuravam as cidades. (LUCHESE, 2010, p. 312).

O universo sócio-político-econômico e cultural em que viviam os imigrantes italianos no final do século XIX, de acordo com Luchese (2010), caracterizava-se pela expansão do capitalismo, do processo industrial e, principalmente, pela Unificação da Itália. A ação política desempenhada pelos grupos de colonos, nas primeiras décadas de chegada ao Brasil, seguiu, em conformidade com Giron (1994, p. 42), dois rumos diferentes: o primeiro, diz respeito ao momento em que se buscava: resolver as questões relativas às condições de vida, pela manutenção dos subsídios, distribuição de víveres, trabalho nas estradas, entre outros; enfrentar grupos de imigrantes com ideias antagônicas, como é o caso de austríacos e italianos, ou católicos e maçons; e, ainda, atender as reivindicações pelo cumprimento de promessas e da legislação, o que gerou diversos conflitos entre os colonos e as autoridades administrativas dos núcleos pelo seu não-cumprimento.

O segundo, por sua vez, se relaciona às diferentes posturas políticas e religiosas dos imigrantes, que podem ser compreendidas da seguinte maneira: em relação aos maçons, estes defendiam a Unificação Italiana, de forma que muitos conseguiram ascender ao poder nas colônias durante a República Velha. Por ser um grupo reduzido que conseguiu se adaptar à política regional de forma satisfatória, associou-se ao governo provincial e às administrações coloniais. Segundo Giron, os maçons estavam divididos em dois grupos: os franco-maçons e os maçons carbonários. Os maçons foram aqueles que conseguiram melhor se adaptar à política regional¹⁴⁷ (GIRON, 1994, p. 42). Os católicos, os quais se posicionavam

¹⁴⁶ Conforme afirmava o Ministro da Agricultura, em 1883: "Promover com o povoamento de nosso território o aumento das forças produtoras e a inoculação de sangue generoso nas veias nacionais. Organizar e manter entre as nações cultas onde superabundam braços, propaganda sincera, e facilitar ao imigrante recém-chegado, além de informações positivas, imediata colocação em prazos devolutos, medidos e demarcados, transportando-o gratuitamente o Estado até os mesmos prazos: é quanto se me afigura essencial nas circunstâncias atuais para atrair a imigração espontânea". (LUCHESE, 2010, p. 311).

¹⁴⁷ A primeira direção da loja "Força e Fraternidade", de Caxias, era composta por "4 brasileiros e 4 italianos, sendo que dois dos brasileiros eram fazendeiros e dois pertenciam à Comissão de Terras." (GIRON, 1994, p. 42).

contrariamente à Unificação Italiana, defendiam a devolução dos territórios pontifícios ao Papa e, em maior número, eram opositores à maçonaria. Os austríacos, por sua vez, acreditavam ser melhor a dominação austro-húngara, sendo contrários às lutas pela Unificação Italiana. Dessa feita, defendiam a permanência do Império Austro-Húngaro sobre os territórios da Itália.

Em meio a tantos conflitos, a ação dos diretores seguiu caminhos diversos¹⁴⁸. Em alguns casos, havia a tentativa de apaziguar as colônias por intermédio do consenso entre as partes envolvidas; em outros, eram expulsos das colônias os contraventores (os quais, por vezes, eram desobedecidos)¹⁴⁹. Ainda, os criminosos que eram preses eram remetidos para as delegacias, procedendo, também, por vezes, aos autos de corpo delito. De todas as formas, acreditavam os diretores

que as colônias só se tornariam núcleos pacíficos se fossem mantidos grupos de força policial que pudessem garantir a execução das ordens da diretoria e arbitrar nos momentos de conflito, conforme atestam os pedidos na maioria dos ofícios apresentados à Inspetoria Especial de Terras e Colonização. (LUCHESE, 2010, p. 316-317).

Assim, levando-se em consideração a Imigração no Sul do País, a qual assumiu um caráter especial que a diferenciou essencialmente daquela de São Paulo, elencam-se os elementos que influenciaram no sucesso da Imigração no Rio Grande do Sul, na consolidação da pequena propriedade rural nesta província, os quais foram

a necessidade de intensificação do povoamento nas zonas fronteiriças da Província do Rio Grande do Sul, a estrutura organizada pelo sistema de colonização oficial, concedendo vantagens pelas leis que a precediam; a inexistência de concorrência entre a atividade que se desenvolvia no latifúndio e a que seria desenvolvida na

¹⁴⁸ A trama das relações entre os diretores e os imigrantes, consoante argumenta Luchese, “demonstrou momentos conturbados, mas também de consenso. Cada diretor, em seu tempo e em sua administração, enfrentou problemas e empenhou-se na resolução dos conflitos, de forma peculiar. A orientação da Inspetoria Especial de Terras e Colonização foi a de que os diretores agissem com prudência e negociassem com os colonos. Mas, na maioria dos ofícios dos diretores aparecem pedidos para o envio da força policial, a fim de garantir a ‘ordem, a moral e o respeito às autoridades’ nos núcleos”. Conforme afirmava o diretor de Caxias, em 1876, “ele se prontificava a atender todas as reclamações dos colonos morigerados, mas seria inexorável com aqueles que, pelo seu mau proceder e ociosidade, ameaçassem a harmonia que lhe cumpria manter”. (LUCHESE, 2010, p. 317; 319).

¹⁴⁹ Muitos imigrantes foram expulsos das colônias por motivos diferentes, entre eles a desobediência às ordens do diretor, por algum delito ou mesmo por "mau comportamento", como se pode demonstrar: “Em cumprimento à ordem do Presidente da Província de 08 de março de 1876, a partir do dia 15 fora excluído do núcleo de Caxias o imigrante francês Bretondeau, em consequência de seu mau procedimento. No dia 26 de março de 1876, ao sair do núcleo Colonial de Caxias, o diretor encontrara, em Forqueta, o imigrante francês Bretondeau que fora expulso da colônia no dia 15. Perguntando-lhe o diretor para onde ia, Bretondeau respondeu-lhe que ia para sua casa, na colônia, e que de lá não o levariam. O diretor disse-lhe que deveria retirar-se e que lhe seria prejudicial desobedecer às ordens da Presidência. Bretondeau não o atendeu e foi para casa. (LUCHESE, 2010, p. 319).

pequena propriedade e a exigência de consumo nos centros urbanos (HERÉDIA, 2001, s. p.).

Por todos esses elementos integrados, perpassando por grande parte da legislação do período imperial inerente à imigração, pode-se vislumbrar que o processo de colonização do Rio Grande do Sul, cujo objetivo residia na formação de colônias agrícolas, era de que estas se tornassem produtoras de gêneros necessários ao consumo interno e fossem implantadas longe da grande propriedade, para que não atrapalhassem a hegemonia do latifúndio. A grande diferença entre as políticas do processo de imigração (São Paulo) e de colonização (Rio Grande do Sul), de acordo com Herédia (2001), era que “do primeiro alterava o regime de trabalho e do segundo o regime de propriedade”.

Nos relatórios publicados por João Spadari Adami (1966), produzidos pelos diretores da Colônia Caxias nos anos de 1878, 1883 e 1884, percebe-se a evolução do empreendimento de associação entre Estado e colonos. Em 1878, encontravam-se instaladas cerca de 800 famílias: eram 3.881 pessoas, com um número de 2.315 delas originárias da Itália. A maioria se declarava praticante do catolicismo, contando com apenas 45 protestantes. De acordo com o diretor, a população era dócil e regrada; tudo transcorria conforme o plano de colonização – distribuíam-se o auxílio gratuito, as ferramentas e as sementes; plantavam-se, na área rural, milho, trigo, centeio, feijão, cevada e batatas. A Sede Dante contava com 85 casas, 10 armazéns de secos e molhados, 3 açougues e 4 padarias, como também outras atividades de serviços. O comércio encontrava-se em poder dos colonos; padre, médico e soldados, todavia, eram os problemas existentes: “o padre Antônio Passaggi¹⁵⁰ teria perdido a moral para continuar a prestar a assistência espiritual aos fiéis, o médico seria idoso e inapto, não

¹⁵⁰ Estabelecida a Capelania Imperial da Colônia Caxias, em 1877, assume como capelão o padre Antônio Passaggi até 1880; em seguida, vigário por quinze dias, o padre Augusto Finotti até que é precedido pelo padre Agostinho Magon, nomeado capelão de Caxias, em 21 de maio de 1880 e, como vigário, respondeu pela paróquia de junho de 1884 a 1886 (GARDELIN; COSTA, 1993, p. 81). Em relação ao primeiro capelão da Colônia, D. Antônio Passaggi, nomeado a 19 de maio de 1877, iniciou suas atividades religiosas na capelinha existente no interior do cemitério dos imigrantes. Antes de Passaggi, porém, a Colônia Caxias era visitada periodicamente pelos Padres Carlos Bleess, de São José do Hortêncio, e Bartolomeu Tiecher, da Feliz. [...] A respeito do P. Antônio Passaggi, “ao qual, Caxias Colonial no setor espiritual deve, como seu primeiro pároco, as primeiras graças da cristandade, tornou-se, tempos depois de sua posse, *persona* não grata, tanto às autoridades de imigração, como às autoridades católicas”. O padre Passaggi teria se tornado um insubordinado, um elemento da desordem, por estar sempre embriagado. Ele foi suspenso pelo engenheiro José Thomé Salgado, quando da sua inspeção às colônias, e, em fevereiro de 1881, foi expulso da colônia pelo diretor Muniz Bittencourt. Assim, “o motivo culminante que fez com que os superiores de D. Antônio Passaggi, o demitissem do cargo de Capelão da Colônia Caxias foi um casamento que ele realizou entre dois homens. Um deles disfarçado em mulher e vestido de noiva, no interior do Café Garibaldi, de Vitério Panarari [...]. Casamento aquele engendrado por um grupo de maçônicos caxienses que, prevalecendo-se do estado de embriaguez em que se encontrava o dito Padre, lhe fizeram tal pilhéria. Cujo enlace matrimonial, realizou-se com todos os requisitos exigidos pela Igreja”. (In: NASCIMENTO, 2009, p. 137). Mais informações sobre a vida religiosa em Caxias e informações sobre os párocos, Vide: BRANDALISE, Ernesto Antonio. *Paróquia de Santa Teresa*. e RUBERT, Arlindo. *Clero secular italiano no Rio Grande do Sul (1815-1930)* – Padres dos Imigrantes.

atendendo aos chamados, e a força policial seria insuficiente para o número de habitantes” (NASCIMENTO, 2009, p. 136-137). Ainda à época, em execução encontrava-se a abertura de estradas, fator de extrema importância para que o núcleo colonial se desenvolvesse.

Em 1882, 17 léguas (contando com a Forqueta) já se encontravam medidas; a população, que quase dobrara, era de 7.259 pessoas. Em relação ao desenvolvimento fabril e de serviços, contabilizavam-se: uma fábrica de cerveja, uma de sabão e várias oficinas, de ferreiro, latoeiro, relojoeiro, carpinteiro, barbeiro, sapateiro, o que sugere que, pelo menos, a maioria dessas atividades eram desenvolvidas na sede. Contava-se com 73 moinhos, 4 escolas com professores imigrantes, uma capela, duas farmácias e dois médicos práticos.

Em 1883, os números cresciam consideravelmente. A Sede Dante contabilizava 400 casas e uma igreja de madeira. O barracão dos imigrantes se encontrava lotado, por conta do grande número de pessoas que chegava. Como as comunicações internas eram ruins, partiu do Engenheiro Manoel Barata Góes (ou Góis) – Diretor da Colônia Caxias –,

um relato mais pormenorizado da situação das 3 estradas principais da colônia, a Rio Branco, a Conselheiro Dantas, e a que unia Caxias a Dona Isabel. Desta, que tinha 11 km de extensão, faltavam 4 a serem feitos. A Conselheiro Dantas estava com 3,2 km prontos, faltando ainda 23,6 km para que ela chegasse à dos Campos de Cima da Serra, estrada na qual ela deveria desembocar. A estrada Rio Branco era a mais importante, pois fazia a ligação com São Sebastião do Caí e desta localidade para a capital da província. O total da sua extensão era 64,5 km. (NASCIMENTO, 2009, p. 138).

De acordo com Loraine Slomp Giron, em sua concepção da evolução administrativa municipal, ao período compreendido entre 1884, da emancipação colonial, a 1890¹⁵¹ como a fase distrital de Caxias do Sul, foi o momento em que a administração ficava em parte a cargo de São Sebastião do Caí e em parte a cargo da Comissão (GIRON, 1977, p. 69). Com a emancipação de estado de Colônia da Coroa Imperial Brasileira para 5º Distrito de Paz do Município de São Sebastião do Caí, em 12 de abril de 1884, em época de transição, conforme João Spadari Adami, a Colônia era administrada pela Diretoria de Terras e Colonização e o cargo de Diretor-Chefe da Colônia passa a ser denominado de Chefe da Comissão de Terras e Loteamento (ADAMI, 1966a, p. 59). A Diretoria de Terras e Colonização era, então, assim constituída, conforme Adami: Bacharel Manoel Barata Góes, nomeado Diretor em Chefe Da Colônia Caxias, nomeado a 23 de dezembro de 1882 e em exercício a partir de 1º de janeiro de 1883; Agrimensor Clodomiro Paredes, nomeado a 31 de janeiro de 1883, como auxiliar do

¹⁵¹ A emancipação distrital ocorre pelo Ato Estadual n. 257, de 20 de junho de 1890, quando é criado o município de Caxias. (GIRON, 1977, p. 71).

Diretor; Bento de Lavra Pinto, Escriturário nomeado a 12 de março de 1883; Paulo de Campos Cartier, ajudante do Escriturário nomeado a 15 de julho de 1881; Ildefonso d’Azevedo Lopes, nomeado a 6 de março de 1883 como Escriturário adido; Giácomo Paternoster, nomeado professor público estadual a 1º de julho de 1879 e José Nicoletti (pai), professor público estadual nomeado a 24 de setembro de 1883. Depois, em 20 de maio de 1886, João Muratore assume o cargo de Fiscal da Freguesia de Santa Teresa de Caxias, considerado por Adami o “primeiro administrador distrital de Caxias (ADAMI, 1966a, p. 559-60).

Em 1885, ainda Barata Góes viria a enviar um ofício com os dados estatísticos da Colônia Caxias do ano anterior, de junho de 1884, do Mapa Estatístico. Nesse ano, em 26 de maio, é elevada à categoria de freguesia¹⁵², desvinculando-se da Paróquia de São José do Hortêncio da Feliz. A Freguesia de Santa Teresa de Caxias contava com 10.591 habitantes (GIRON, 1977, p. 36). A faixa etária masculina e feminina se concentrava entre os 35 e 40 anos, de forma que a mais abrangente masculina entre 25 e 50 anos; e a feminina, entre os 20 e 40 anos. Havia mais solteiros que casados, em que o número de homens se sobressaía em relação ao de mulheres. 97, 31% das mulheres vieram casadas, não recebendo lotes – salvo um caso, conforme explica Giron (1977, p. 36), em que uma imigrante recebeu um lote por motivo ignorado, constando seu marido como dependente. A situação da mulher consistia em igualdade de responsabilidades e desigualdade de direitos:

Trabalhava ao lado do marido na lavoura, cozia, lavava, tecia, fiava e costurava, atendia aos filhos. Dentro do lar, a única a mandar em assuntos domésticos e educação e cuidado dos filhos pequenos. Em assuntos econômicos era às vezes consultada e às vezes tinha alguma ascendência sobre o marido neste setor. Porém as diversões, como jogos de bocha e de cartas, eram exclusivamente masculinas. Nos domingos o marido se distraía com os amigos e a mulher lavava roupas. (GIRON, 1977, p. 38-39).

Em sua maioria, os homens eram alfabetizados (63%); as mulheres, analfabetas (63%). A maior incidência era de famílias compostas de 1 a 4 filhos; havia uma quase totalidade de habitantes provenientes da Itália (GIRON, 1977, p. 39).

Em geral, até 1889, momento em que foi proclamada a República, o Império brasileiro detinha o controle geral do processo colonizador; a partir de então, os estados e a iniciativa privada assumiram a direção do empreendimento colonial, até 1914, início da Primeira Guerra

¹⁵² Devido ao regime de padroado, não havia separação institucional entre Igreja e Estado, o que só ocorre com a Proclamação da República.

Mundial. Nesse novo período histórico nacional, republicano, entre 1889 e 1914¹⁵³, ocorreu, de modo geral, a crescente participação do setor privado no empreendimento colonial. Iotti (2010), que o relaciona ao setor privado, considera que a política de imigração e colonização adotada pelo governo federal pode ser dividida em três fases distintas:

A primeira, de 1889 a 1891¹⁵⁴, quando a recém-instalada República deu continuidade à política imperial, mantendo algumas concessões para o transporte e a instalação de imigrantes. A segunda, de 1891 a 1907¹⁵⁵, quando o poder Público transferiu para os estados a tutela dos negócios ligados à imigração e à colonização. A terceira, de 1907 a 1914¹⁵⁶, quando a União voltou a intervir no processo de atrair imigrantes e de criação de núcleos coloniais, promulgando uma série medidas, “já que a maioria dos estados não podia fazê-lo ou por falta de meios ou por ausência de uma infra-estrutura que os pudesse apoiar nestes serviços. (IOTTI, 2010, p. 16).

No que tange à Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, após a Revolução Federalista (1893-1895), em 1898, Borges de Medeiros torna-se presidente do Estado, o qual governará por quase três décadas, e que procurou deixar “claras suas intenções de reativar a imigração italiana, porque já era notável o desenvolvimento da Região Colonial Italiana. O resultado de sua política repercute nas cidades, onde a presença de imigrantes aumenta e se diversifica” (CONSTANTINO, 2011).

Em sua fase municipal, datada de 1890 até atualmente, a administração de Caxias é repartida até 1894, entre Intendência e Comissão e, após essa data, apenas pela municipalidade¹⁵⁷ (GIRON, 1977, p. 69). A condição distrital, a qual não agradava aos habitantes, com a divisão administrativa entre Comissão e São Sebastião do Caí, mais a distância da sede municipal, não propiciavam o desenvolvimento e o bom andamento dos

¹⁵³ Foram criadas 102 colônias: 84 (83%) particulares, 16 (15%) federais e 2 (2%) estaduais (IOTTI, 2010, p. 16).

¹⁵⁴ Todos os Decretos datam de 1890: 163, de 16 de janeiro, amparo ao colono nacional; 528 (Lei Glicério), de 28 de junho, com apresentação de amplo programa de imigração; 603, de 26 de julho, reorganização da Inspetoria Geral de Terras e Colonização; 1.187, de 20 de dezembro, concessões para fundação de núcleos e novos contratos de imigração, que só poderiam se realizar mediante autorização do Congresso (IOTTI, 2010, p. 16-17).

¹⁵⁵ Promulgação da Constituição de 1891. Por seu art. 64, “transferiu o domínio das terras devolutas para as unidades da Federação e estabeleceu liberdade de ação aos estados na resolução dos problemas de imigração e colonização” (IOTTI, 2010, p. 17).

¹⁵⁶ Em 1907, o Estado volta a intervir, momento em que se promulga uma série de leis, com vistas a promover a imigração e colonização. Decreto 6.455, de 19 de abril, o qual aprovou as bases regulamentares para o serviço de povoamento do solo nacional, promovido pela União mediante acordo com os “Governos Estaduais, companhias de viação férrea ou fluvial, companhias ou associações outras, e particulares, observadas as garantias necessárias a sua regularidade [...]”; em 16 de maio, criação da Diretoria Geral do serviço de Povoamento. Em 1911, Decreto 9.081, de 3 de novembro, novo regulamento ao Serviço de Povoamento do Solo. (IOTTI, 2010, p. 17-18).

¹⁵⁷ No que tange à administração dos poderes executivos, vide VALDUGA, Gustavo. *Para além do coronelismo: italianos e descendentes na administração dos poderes executivos da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul (1924-1945)*. Tese de Doutorado. PUCRS, 2012. Disponível em:

<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2432/1/441315.pdf>.

trabalhos. Pelo recenseamento de 1880, comprovava-se que a população era de cerca de 16.000 habitantes e, e era economicamente produtiva. Pela lei orgânica municipal de 1892 foram fixados os limites do novo município¹⁵⁸. Em relação ao governo municipal, ficou constituído por um Intendente, responsável por dirigir todos os serviços, e um conselho de sete membros, os quais votarão os meios para sua execução – todos serão eleitos por um prazo de quatro anos, podendo ser reconduzidos, e elegíveis apenas aqueles residentes no país por mais de 6 anos, e em cada distrito haverá um Subintendente. Com sua eleição para o Conselho, os imigrantes começam, assim e efetivamente, a participar da vida política.

O impulso à corrente imigratória teve seu momento estabelecido entre os anos de 1911 e 1914¹⁵⁹, quando entra em declínio novamente, motivada pela Primeira Grande Guerra que irrompera na Europa. Desse período, destaca-se o Decreto 9.081, de 3 de novembro de 1911¹⁶⁰, no qual o Governo apresenta novo regulamento ao Serviço de Povoamento do Solo, organizando-o administrativamente e, ao mesmo tempo, sistematizando a administração e a emancipação dos núcleos coloniais. Constituído de 277 artigos, a partir dele é que se procurou condensar todas as medidas necessárias à colonização e à imigração; estabelecia, assim,

as condições de seleção do imigrante, antes do embarque, no país de origem, e no momento do desembarque, quer sob o ponto de vista físico ou moral, quer segundo as condições de aptidão e os caracteres de fixação. Tratava, entre outras coisas, da repatriação, da criação de núcleos coloniais pela União e pelos estados, por empresas de viação férrea ou por companhias ou associações particulares. Regulamentava o Serviço do Povoamento do Solo e organizava-o administrativamente. (IOTTI, 2010, p. 17-18).

A legislação geral foi, então, responsável por organizar a colonização da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul sistematicamente. Dessa feita, aos funcionários do Estado imperial brasileiro recaía o papel de executores, cabendo a eles interligar os imigrantes e a terra em solo brasileiro, fosse ela urbana ou rural. De acordo com Roberto R. F. do Nascimento (2009, p. 57), também

¹⁵⁸ Fixados os limites do novo município: ao Norte, rio das Antas; ao Leste, Campos de Cima da Serra, pelo Rio São Marcos desde a foz até o marco da Fazenda do Souza, deste até as terras de Nicolau Fredrich inclusive; ao Sul, pelos fins dos lotes demarcados da ex-colônia, que constituem o Núcleo Louro e Forqueta; a Oeste, pela linha divisória desta mesma ex-colônia com a de Dona Isabel e a Sertorina. (GIRON, 1977, p. 71).

¹⁵⁹ A lei orgânica, alterada em 1914, pouco modificará a de 1892, de forma que a organização municipal se manterá estruturada como já exposto.

¹⁶⁰ Texto - Publicação Original: Diário Oficial da União - Seção 1 - 7/11/1911, p. 14384; Diário Oficial da União - Seção 1 - 10/12/1911, p. 15677; Diário Oficial da União - Seção 1 - 23/12/1911, p. 16411. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9081-3-novembro-1911-523578-republicacao-102836-pe.html>.

mediavam a velha forma de vida dos imigrantes e a nova forma de organização social, que, como colonos, desenvolveram no Nordeste do Rio Grande do Sul. Eram também os funcionários do Estado imperial brasileiro que estavam entre a natureza, sem a intervenção humana, e o território organizado para a ocupação pelos imigrantes italianos.

Executores da legislação geral, aos funcionários imperiais restava pouca autonomia na resolução do que fazer com/e na terra. Já estava estabelecida, antes de existirem de fato, a forma dos territórios que receberiam colônias e das povoações que seriam criadas – consistia na regularidade da forma no mundo colonial concebida pelas autoridades imperiais brasileiras. Para Nascimento, de acordo com sua proposta, toda a “‘maquinaria’ legal pensada e editada pelo Império não teria consequência se não encontrasse funcionários dispostos a, também, *emigrarem* para as regiões de colonização e tornarem real, na terra, o que estava tão bem-planejado no papel” (2009, p. 62).

Na legislação produzida entre 1875 e 1914, de acordo com Iotti (2011), há referências à “qualidade” dos imigrantes a serem importados. As leis, por sua vez, são explícitas ao afirmar que só teriam direito aos benefícios concedidos, tanto pelo governo imperial, quanto pelo republicano,

os trabalhadores que se enquadrassem em determinados critérios, que eram, na maioria das vezes, o de exercerem atividades ligadas à agricultura, desde que provassem moralidade, hábitos de trabalho, perfeito estado de saúde, e idade nunca superior a 45 anos, salvo se fossem chefes de família, preferindo-se os que possuíssem algum capital. Além disso, apenas uma percentagem deles, que variou de 5 a 20%, poderia ser de trabalhadores voltados a outras atividades que não a agrícola. E, como se isto não bastasse, suas condições de procedência, profissão, idoneidade e moralidade deveriam ser provadas com documentos assinados pelas autoridades locais, autenticados pelos agentes consulares do Brasil, residentes nas mesmas localidades, ou nas cidades mais próximas. (IOTTI, 2011, p. 9).

Foi a partir de 1924, de acordo com Gustavo Valduga, que os imigrantes e seus descendentes chegaram à chefia dos executivos nas cidades da região. Inaugurou-se, então, um novo processo político. De acordo com o pesquisador, muito embora esse fato tenha sido considerado mais como “uma concessão das elites políticas estaduais do que uma conquista da sociedade local” (VALDUGA, 2012, p. 10), diferentemente do que a historiografia tradicional sobre o assunto abarca, de que o âmbito político nunca fizera parte das preocupações e intenções desses sujeitos. Houve, por intermédio da convivência coletiva e da capacidade de articulação entre os grupos, seu estabelecimento nas esferas de poder.

A manutenção dos grupos minoritários a uma ordem já estabelecida faz pressupor que se busque apreender a validade de seu reconhecimento como iguais e, no processo de inclusão

e exclusão, persiste o processo de enquadramento normativo ao mundo social em que tentam se inserir. Assim,

o problema da incorporação de elementos não hegemônicos em uma dada sociedade não é uma via de mão única no sentido de que haveria uma perda das características que identificam e os representam, em favor dos segmentos dominantes. Assumir certos aspectos destes últimos caracteriza não necessariamente um fato de simples submissão, mas capacidade de barganha via relações econômicas – entre outras. Negociar posições é parte da política, o que determina o campo de mobilidade, segundo o espaço desejado por cada grupo. (VALDUGA, 2012, p. 11).

Para Giron e Bergamaschi (1989, p. 287), o diferencial dos italianos, em relação aos alemães e aos poloneses¹⁶¹, reside no fato de que aqueles já haviam tido contato com a industrialização, o que será importante no processo de desenvolvimento colonial. Em conformidade com as autoras, trata-se de “agricultores pobres e casados, em sua maioria, e que não divisam futuro para suas famílias na terra onde haviam nascido”. Assim, o período histórico em que deixam a pátria natal caracteriza de forma marcante os emigrantes, como reflete Conforto:

Os italianos, sob a forma de imigração organizada, começam a chegar ao Brasil em 1875, após a unificação dos estados e da industrialização do Norte da Itália. Os italianos são os únicos dos três grupos que têm contato com a industrialização e com o Estado organizado. Muitos dos imigrantes trabalhavam de forma periódica nas indústrias, na construção de ferrovias e de estradas. O conhecimento do mundo moderno deu mais vantagens aos colonos italianos que aos outros. A grande imigração insere-se nesse contexto. Em jogo existem outras questões, uma das quais é a solução do problema social da Europa industrializada que a Revolução Industrial e as lutas políticas serviram para agravar. (CONFORTO, 2007, p. 167).

Contrapondo o discurso da historiografia étnica, de tom, em sua maioria, laudatório, o imigrante usufruiu de um projeto de colonização, quando lhe foram propiciadas, ao longo do tempo, amplas condições de desenvolvimento, a começar pela terra doada ou financiada a longo prazo por preço acessível, algo que, de acordo com Constantino, nunca aconteceu com negros, índios ou caboclos (CONSTANTINO, 2011, p. 7).

Em relação à Itália, da região Norte partiu o maior contingente de emigrantes para o Brasil. Entre 1876 a 1901, imigraram do reino italiano 5.792.546 pessoas, provenientes, em sua maioria, de Piemonte e da região de Vêneto (HERÉDIA, 2004). O envio de italianos para o Brasil permitiria resolver questões sociais, políticas e econômicas¹⁶² que a Itália enfrentava

¹⁶¹ Os poloneses, chegados após 1870, não tinham nem país nem indústria organizados.

¹⁶² Além disso, a empresa emigratória gerava lucros para as companhias de colonização e para os bancos. A venda de passagens, de alimentação e o auxílio para os parentes movimentavam a economia e, assim, proporcionavam melhorias sociais (GIRON; HERÉDIA, 2007).

– durante as guerras de unificação, e até 1919, a situação, bastante difícil, consistia no fato de que

Súditos austríacos¹⁶³ permaneciam no território italiano, enquanto italianos permaneciam no Trentino, que ficava sem bandeira e sem nação. O problema parecia sem solução, e a única decisão lógica foi a emigração. Os austríacos, mal vistos em território italiano, e os italianos inseguros na Itália Irredenta, vieram para a América em busca da paz que não encontravam na sua terra de origem. (GIRON, 1977, p. 19).

Uma visão um tanto romântica, pode-se dizer, a de que na América encontrariam paz; todavia, no caso da Itália, a emigração vinculou-se, inicialmente, ao descarte do excedente populacional, expulso do processo produtivo, em função do desenvolvimento de relações capitalistas de produção, efetivado pelo recém-instaurado Estado unitário (IOTTI, 2011, p. 1). O que, em realidade, havia era falta de perspectivas em relação a empregos e, pela falta de capital, esses fatos convergiram para que o país não se desenvolvesse na nascente Revolução Industrial. No século XIX, a unificação italiana e a incorporação da península ao sistema capitalista não incluíram as camadas populares:

os camponeses foram expulsos da terra. O pequeno artesanato foi parcialmente destruído. A indústria mostrou-se incapaz de absorver a mão-de-obra disponível. Assim, uma parcela significativa da população italiana foi buscar, em outros países, as condições de vida que sua pátria lhe negava. (IOTTI, 2011, p. 1).

Ainda, não se dispunha de trabalho e, quando este era encontrado, e/ou a remuneração era insuficiente e/ou consistia em um subemprego; ademais, às terras que estavam mal distribuídas, somava-se a miséria¹⁶⁴. Os italianos, ao chegarem aqui, serão influenciados e influenciarão essa construção da identidade gaúcha.

Com esse intento, pode-se pensar na língua, entendida como discurso, e pela sua análise, discursiva, como, de acordo com Marília Conforto (2007, p. 156), uma das “chaves de leitura” para verificarmos como a história, a cultura e o meio geográfico influenciaram na construção de Caxias do Sul, desde seus primórdios até 1919, objeto de estudo da presente investigação. Assim, a autora acrescenta: “A oralidade e, principalmente a linguagem escrita,

¹⁶³ A partir da segunda metade do século XIX, as lutas movidas para a unificação tinham como principal objetivo expulsar os austríacos do território italiano. De acordo com Giron, desde o Congresso de Viena de 1815 “a situação do norte da Itália era delicada, pois os Habsburgos receberam extensa área de terras (como a República de Veneza, o Ducado de Milão), tendo sido, por outro lado, colocados membros da família real austríaca nos tronos da Toscana, de Parma e Módena. [...] Em 1859, com auxílio da França, é conquistada a Lombardia e em 1866 é a vez de Veneza se libertar dos austríacos. A Itália Irredenta: Trentino, Trieste e Ístria e o sul do Tirol são conseguidos apenas em 1919 pelo Tratado de Saint Germain”. (1977, p. 19).

¹⁶⁴ Consoante Iotti (2011), 24 milhões de peninsulares partiram da Itália, entre 1869 e 1962, para diferentes regiões do mundo.

são formas importantes de registro de um povo, seja através de textos oficiais, religiosos, seja através de cantos, correspondência privada ou jornais. É por meio delas que vamos perceber a sua história, identidade e cultura” (CONFORTO, 2007, p. 156) e, portanto, também a consideramos em nossa investigação.

Percebe-se, ainda, que persiste nos estudos sobre a colonização italiana uma visão que “narra a preservação da cultura e dos valores como a saga do sofrimento de um povo. Essa visão é responsável pela cristalização de alguns estereótipos como o do sofrimento, trabalho dignificante, minimização do trabalho feminino, por exemplo”, consoante revela Conforto (2007, p. 158). Esses momentos decorreram, posteriormente, da celebração “dos feitos dos imigrantes”, que culminaram, como suportes de memória, em três álbuns comemorativos dedicados à imigração italiana no Rio Grande do Sul: o *Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul*, organizado por Henrique D’Ávila Bertaso e Mário de Almeida Lima, escrito em português e com imagens em preto e branco, que consiste, prioritariamente, em uma revisão histórica da imigração italiana no estado; o *Álbum do Centenário da Imigração Italiana*, cuja proposta é “retratar a epopeia vivida pelos primeiros imigrantes italianos que chegaram ao Rio Grande do Sul, no final do século passado” (DUARTE, 1975, p. 3), além de render jubilosas homenagens, envereda a abordagem por intermédio da ascendência cultural dos descendentes dos primeiros imigrantes, a qual eleva e enaltece, por meio da atualização, o sucesso da saga italiana no Rio Grande do Sul; e, finalmente, o *Álbum Cultura Italiana - 130 anos*, cujo teor, muito menos laudatório, foi patrocinado pela Souza Cruz, o que, de certa forma, também impediu que os discursos sobre o progresso estivessem atrelados às indústrias, bem como a abordagem se voltasse à exaltação. Entre os intelectuais que assinam os textos estão José Clemente Pozenato, Armindo Trevisan, Cleci Favaro, Frei Rovílio Costa, Luís Alberto De Boni, Ir. Elvo Clemente, Vânia Herédia, Loraine Slomp Giron, Cesar Pires Machado, João Carlos Tedesco, Darcy Loss Luzzato e Liliana Alberti Henrichs, e, nesse sentido, o discurso festivo foi relativizado.

A homogeneização das diferenças, por intermédio da temática do sofrimento, com vistas à melhor aceitação dos colonos em terras brasileiras, por muito tempo foi a promotora dos discursos edificantes da imigração italiana. Sob esse aspecto, tal preservação, afirma Conforto, consiste em “uma forma de autodefesa que possibilitou aos italianos o sucesso da colonização da Encosta Superior do Nordeste” (2007, p. 158), como também, a partir do planejamento da própria colonização, embora não estivesse prevista, ensejou que fossem dados os primeiros passos pelos imigrantes, sozinhos, em busca da mitificação da figura colono italiano.

5 OS ANTECEDENTES: DAS ORIGENS DE CAXIAS DO SUL À CHEGADA DOS IMIGRANTES

O presente capítulo abarca os aspectos que antecederam à colonização do então Campo dos Bugres, perpassando pela Sede Dante, e estende sua abordagem até o momento em que, temporalmente, viria a se desenvolver a Cidade de Caxias. Ainda, no presente capítulo, consideramos revelar a realidade dos emigrantes quando do momento de sua partida da Itália, e buscamos, assim, delinear um panorama geral, com vistas à compreensão de como os colonos e seus descendentes vieram a se reorganizar.

5.1 DA OCUPAÇÃO “DAS MATAS VERDES, VIRGENS E FRONDOSAS” À CHEGADA DOS PRIMEIROS IMIGRANTES ESPONTÂNEOS

A ocupação das extensas regiões dos Campos de Cima da Serra, no século XVIII, foi promovida pelos povoadores vacarianos, os primeiros habitantes, neste caso, posseiros, que enfrentaram a hostilidade dos índios coroados, ou caingangues¹⁶⁵. De acordo com Gardelin e Costa (1993, p. 53), a presença do homem branco no Planalto Nordeste data de 1740 e apenas em 1752 foram concedidas, legalmente, as primeiras sesmarias: “que couberam ao cel. Cristóvão Pereira de Abreu, ao sargento Mor. Francisco de Souza Faria e ao capitão Pedro da Silva Chaves”. E, pelo fato de os povos indígenas não admitirem a ocupação de suas terras, em 1779, ocorreu violento confronto – o saldo foi a notável mortandade dos autóctones, de forma que os que sobreviveram se esconderam na floresta, e o êxodo quase geral das famílias remanescentes que, por sua vez, com temor de que houvesse novas incursões, abandonaram a localidade. (GARDELIN; COSTA, 1993, p. 53).

¹⁶⁵ Alguns fatos historicamente documentados, e que deixaram marcas profundas na memória popular, acerca dos atritos entre caingangues (os coroados, denominados “bugres”) e os povoadores são o assassinato do colono Pedro Wadenpuhl e o sequestro de sua família (Colônia Mundo Novo, 8 de janeiro de 1852); o assalto e o massacre das famílias Pimentel (Estância de São João, de propriedade de João Mariano Pimentel, 5 de agosto de 1851) e Versteeg (Colônia Santa Maria da Soledade, assalto guiado por Luís Bugre, alcunha de Luís Antônio Silva Lima, em 14 de janeiro de 1868). Nessa última, é o momento em que se toma conhecimento a respeito da vinda direta dos índios para o chamado “Campo dos Bugres” e a relação existente entre a figura da personagem a chegada das três primeiras famílias italianas a Nova Milano, em 20 de maio de 1875 – Crippa, Radaelli e Sperafico. Em 1876, Luís Bugre registra-se na Administração colonial como colono, declarando-se chegado à colônia no dia 7 de junho, com 60 anos, casado com Sebastiana, de 45, e mais os filhos Carlos, de 17; José, de 13; Júlio de 7 e Maria, 15. No censo realizado entre 1880 e 1884 da Colônia Caxias, consta como dono do lote colonial nº 17 do Travessão Milanês, da 1ª Légua: “O nome completo é Luís Antônio da Silva Lima, bugre civilizado, com 55 anos, não lê; Sebastiana Maria, com 55 anos, e seus filhos Maria Luiza, de 20, solteira; Julio, de 19; Carlos Antonio, 24, também solteiro, analfabetos. [...]. Tomou posse de 148.496 m². Ficou devendo ao governo 147\$268”. Na nominata de proprietários, por volta de 1892, não consta entre os que receberam suas escrituras. (ADAMI, GARDELIN; COSTA, 1993, p. 53-57).

Em 1870, esteve, em missão do Governo Provincial, Luís Antônio Feijó Júnior¹⁶⁶, como já mencionado no Capítulo 4, a serviço do então Presidente João Sertório (em “obediência” ao Aviso imperial de 9 de fevereiro de 1870) para exploração do Campo dos Bugres, considerado o marco inicial da colonização das terras gaúchas na qual surgiu a Colônia Caxias: dessa empreitada, em vistas de demarcar as terras, surgiram as primeiras quatro léguas para a colonização do ex-Campo dos Bugres (ADAMI, 1966, p. 16-17), as quais, em 1875, constituíam o Núcleo Colonial aos Fundos de Nova Palmira, com sede em Barracão.

Houve, entre os primeiros povoadores que fixaram residência no que mais tarde se denominou como Campo dos Bugres, em 1871, Generoso Mainardo Cardoso¹⁶⁷ e, logo após, Pedro Pinto Guerreiro (ADAMI, 1966, p. 34), dos quais, de acordo com Gardelin e Costa (1993, p. 65), se desconhece o “caminho trilhado para chegar até aqui”, bem como se ignora se vieram dos Campos de Cima da Serra ou se subiram desde a fazenda Nova Palmira. A matéria “1875-1910”, publicada no jornal *O Brazil* – Órgão do Partido Republicano, de 1º de junho de 1910, elucida, de certa forma, a proveniência de ambos:

Se ha uma localidade no Rio Grande do Sul onde o trabalho se mostra em pleno vigor, obviando todas as dificuldades, abrindo o largo caminho do progresso, é sem duvida Caxias.

Fatos historicos o atestam.

Antes de iniciar-se a colonização, as terras que actualmente constituem o nosso Municipio eram cobertas de mata virgens, espessas e frondosas, entre as quaes se erguiam, com as suas sempre verdejantes, os interminos e alterosos pinheiraes, que se estendiam de Sul a Norte, até os campos de Vaccaria e Cima da Serra, servindo unicamente de abrigo às feras e aos selvicolas.

Pelos annos de 1871 – 1872, constituiu o seu **habitat**, no chamado Campo dos Bugres, o primeiro homem civilisado, o destemido Generoso Mainardi, que vivera muitos annos entre as tribus mansas, no Estado de S. Paulo.

A sua primitiva casa ficava proximo à actual esplanada da Estação da Estrada de Ferro.

Veio se juntar, depois, a Minardi [Mainardi], estabelecendo relações de amizade, Pedro Pinto Guerreiro, que residia, então, à margem do arroio Pinhal, onde hoje existe o nucleo Louro, neste primeiro districto.

Embora estes dous homens ousados, tivessem penetrado, quaes arautos de uma civilização incipiente, as nossas extensas florestas de então, ninguem sonhava ainda que o **Campo dos Bugres**, num periodo de apenas sete lustros, se devia transformar no que é actualmente Caxias. (1875-1910, *O Brazil*, 1 jun. 1910, p. 1, grifos do periódico).

Em contraste à incipiente povoação-sede da Colônia Caxias, que já havia se estabelecido, havia os funcionários designados pelo Império, os quais também se fizeram emigrantes para administrar e construir as colônias pretendidas pelos dirigentes do País. Em

¹⁶⁶ Giron (1977, p. 69), aponta o ano de 1871.

¹⁶⁷ De acordo com Giron (1977, p. 69), João Mainardo Cardoso. Adami (1966) também adota a grafia Maynardo.

suma, com vistas a compor o quadro colonizador, foram essas as “autoridades que levaram adiante, *in loco*, o processo de ocupação das terras devolutas, que tinha sido elaborado em lei” (NASCIMENTO, 2009, p. 19).

Assim, as autoridades colonizadoras, representantes do Estado brasileiro, constituíram-se nos responsáveis por promover, além da fundação da Colônia Caxias, a mediação entre os colonos que chegavam e a legislação que ordenou o processo colonizador. A cidade, desenvolvida primordialmente por italianos e seus descendentes, teve, todavia, nos cargos de poder administrativo, que durante quarenta e nove anos foram ocupados por líderes brasileiros¹⁶⁸ indicados pelo Presidente da Província, a sua autoridade também traduzida na Colônia que se erigia.

No que tange à legislação e à aquisição das terras ou lotes coloniais, como já abarcado no Capítulo 4, a maioria dos imigrantes italianos, assim como os demais, que chegou ao Rio Grande do Sul após 1875 estava condicionada à Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, promulgada por Dom Pedro II e a qual determinava que as aquisições de terras devolutas somente seriam realizadas a título de compra.

O primeiro grupo de emigrantes que chega à Colônia Caxias, em 30 de setembro de 1875, se constitui de milaneses, cujos pioneiros a historiografia centra nas famílias Radaelli, Crippa e Sperafico (GARDELIN; COSTA, 1993, p. 163). Com eles, vieram os franceses (entre 1875 e 1877); os russos alemães¹⁶⁹ – antepassados originários da região do Reno –, os quais vieram espontaneamente, originários da região conhecida como Volgogrado; a seguir, de novembro de 1875 a março de 1877, o segundo grupo que chega massivamente é o dos trentinos: austríacos, popularmente conhecidos como “tirolezes” – culturalmente italianos e politicamente austríacos (portavam passaporte da Áustria-Hungria). (GARDELIN; COSTA, 1993, p. 150, 157). Em 12 de janeiro de 1877, um pequeno grupo de imigrantes poloneses se estabelece na Colônia Caxias, na 9ª légua¹⁷⁰.

A Diretoria de Terras e Colonização, inicialmente, quando no Campo dos Bugres, na 1ª Légua, “acampou com sua barraca-escritório” na Quadra 1, lote nº 10; o Almojarifado foi

¹⁶⁸ Apenas em 1924 um italiano assumiu o governo do município: Celeste Gobbato.

¹⁶⁹ De 3 a 4 mil famílias, das quais cerca de dois terços retornaram, pelo principal motivo da recusa das autoridades de lhes conceder o direito do “mir” – terras comunitárias, distribuídas por sorteio, para o cultivo; eram luteranos e católicos. (GARDELIN; COSTA, P. 155-157).

¹⁷⁰ Ao longo dos primeiros anos, muitos migraram para outros locais com maiores contingentes de imigrantes poloneses assentados. De acordo com Adriano Malikoski, principalmente na Região da Serra Gaúcha, dentre os imigrantes poloneses constata-se que “foram frequentes as migrações e abandono dos lotes em busca de melhores terras ou a constituição de comunidades mais homogêneas, principalmente para a Região Norte do Rio Grande do Sul”. (MALIKOSKI, 2016, p. 29).

instalado na quadra R., lote nº 10; o Barracão, para alojar os imigrantes até seguirem às moradias nos lotes coloniais, na Quadra 115. (ADAMI, 1966, p. 42).

Ainda em relação à organização da Colônia, embora o local onde foi demarcada a Povoação e iniciada a sua vida urbana, de acordo com Adami (1966, p. 50), era bastante acidentado, o primeiro cemitério dos imigrantes foi instalado na Quadra 5, onde também foi erigida a primeira Igreja do povoado do ex-Campo dos Bugres – toda feita de taquara e coberta com capim –,

na qual servia de Tabernáculo uma velha caixa de relógio de parede. E onde foram realizados, além dos rituais religiosos, os primeiros casamentos, os primeiros batizados, e as primeiras encomendações fúnebres das primeiras vítimas da parca na sede principal da Colônia Caxias. (ADAMI, 1966, p. 42).

A primeira igreja foi, depois, transferida da “capelinha existente” no cemitério para outra, também feita de taquaras e coberta com cascas de pinheiro. Alguns meses após, foi transferida novamente, para outra, “construída com tábuas falquejadas a machadinho e coberta com taboinhas”. Foram construídas no Lote nº 9, da Quadra nº 5, cujo proprietário era o colono Luís Dalcanalle, e local onde se realizaram os primeiros festejos populares e religiosos, além dos cívicos, conforme menciona Adami (1966a, p. 50). De que se tem registro, o primeiro cemitério da terra Caxiense foi o cemitério dos “Bugres” que aqui habitaram antes da chegada dos imigrantes e sobre o qual Carlos Von Koseritz¹⁷¹ deu notícia de terem sido desenterradas urnas funerárias de um cemitério indígena, descoberto em 1867, no Campo dos Bugres¹⁷², as quais continham esqueletos humanos bem-conservados (ADAMI, 1966, p. 42).

O centro da povoação nos primeiros tempos de fundação da Colônia Caxias, por sua vez, era formado pelas Quadras 4 e 5; na Quadra 4 foi erigida a primeira edificação pública provincial, na qual se instalou a Diretoria da Colônia. No lote nº 1, defronte à Diretoria, situado na Quadra 5, funcionou, em prédio próprio do Estado, a primeira escola pública provincial, regida pelo professor Jerônimo Ferreira Porto, quem ministrava a aula masculina, e sua esposa, Anna Antônia Porto, responsável pelas do sexo feminino. Na mesma Quadra 5,

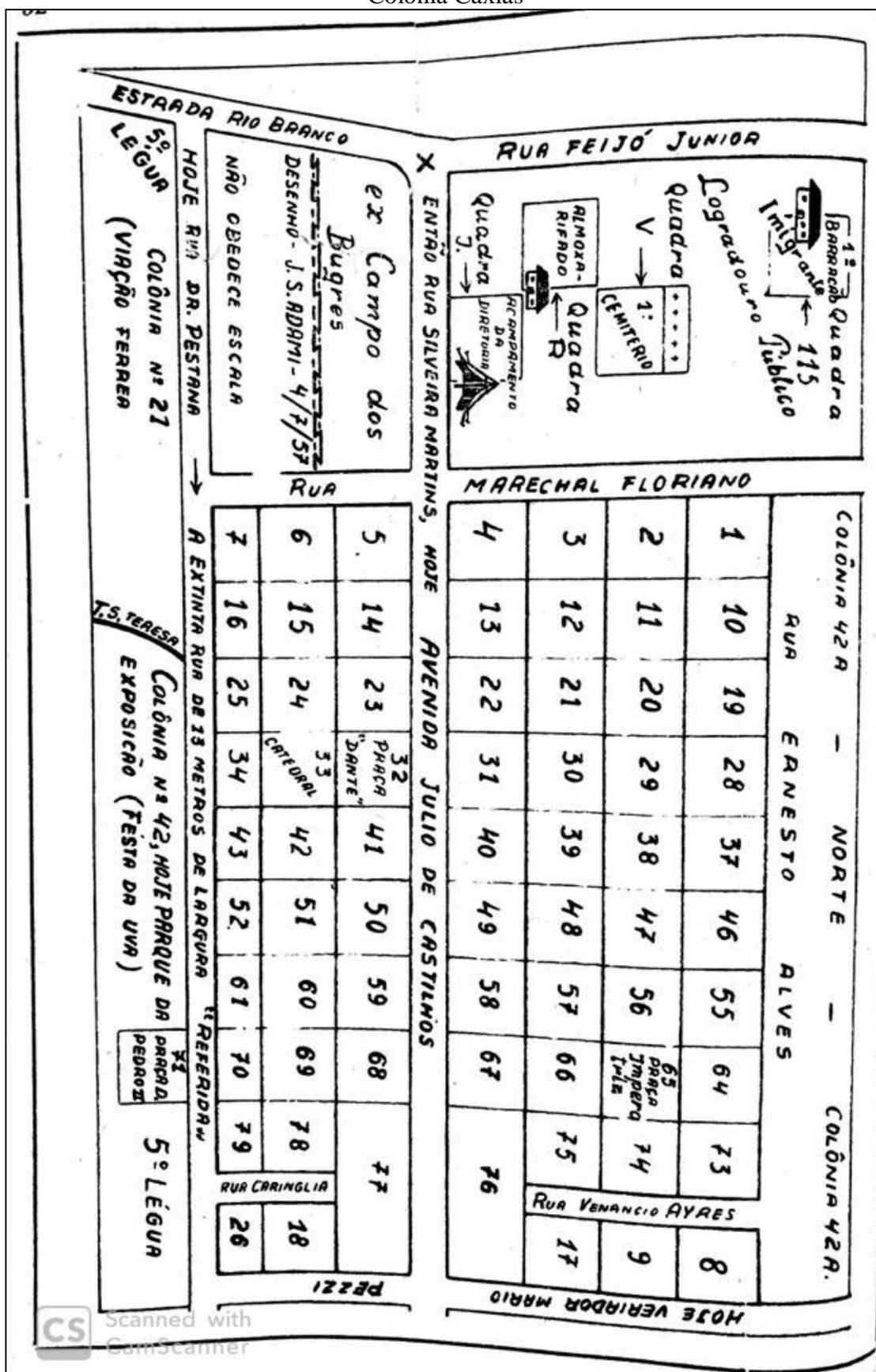
¹⁷¹ Karl Julius Christian Adalbert Heirich Ferdinand Von Koseritz, no Brasil, assinava-se Carlos Von Koseritz. Nasceu em Dassau, Alemanha, a 3 de fevereiro de 1834 e faleceu em Porto Alegre, em 29 de maio de 1890. Koseritz marcou a produção cultural do Rio Grande do Sul com sua contribuição de cientista, orador, jornalista, historiador, teatrólogo, romancista e político. (ACADEMIA RIO-GRANDENSE DE LETRAS, Patrono da cadeira n. 2).

¹⁷² De acordo com Adami (1966a), à página 106, In: FERNANDES, João Damasceno Vieira. *Memórias históricas brasileiras: 1500-1837*. Bahia: Oficinas dos Dois Mundos, 1903. 2 v.

no lote nº 3, encontrava-se instalada a Agência do Correio, de propriedade de Nicolau Luís Amoretti e quem era o Agente de tal repartição pública (ADAMI, 1966a, p. 50).

Mesmo que topograficamente o local escolhido para ser povoado não fosse dos mais privilegiados, posto que “as colônias eram traçadas sem relação com os acidentes geográficos ou fronteiras naturais, mas de acordo com os meridianos e paralelos” (GIRON; NASCIMENTO, 2009, p. 35), foram logo abertos estabelecimentos comerciais, profissionais, industriais, entre outras atividades.

Figura 3 – Mapa do Centro da povoação nos primeiros tempos de fundação da Colônia Caxias



Fonte: Scan de Adami (1996a, p. 52) feito pela autora (2019).

Há, então, dois fatores que devem ser, de fato, considerados como decisivos na definição do perfil cultural da comunidade que viria a se formar, dos quais, de acordo com Cleodes Maria Piazza Julio Ribeiro (2005, p. 16),

o primeiro deles diz respeito à posse de terra, e o segundo se refere à religião. Dito de outro modo: se por um lado a emigração forçou o colono a uma ruptura com a própria província (não a pátria) de origem, por outro, oportunizou-lhe a posse da terra que cultivava.

Pode-se, a partir dessa constatação, compreender, em parte, as razões pelas quais o imigrante italiano foi considerado um “trabalhador incansável, rude e persistente”; e, ainda, por outro lado, havia o componente que, pela sua significação e importância na vida do grupo, foi responsável por assegurar um elemento de ligação no quadro da ruptura com a pátria de origem: a religião (RIBEIRO, 2005, p. 16).

Com vistas à compreensão de como os imigrantes e seus descendentes vieram a se reorganizar, também no que tange à vida sociocultural na Colônia Caxias, é necessário conhecer como se apresentava sua configuração no norte da Itália, antes de sua partida. Assim, pretende-se verificar qual o impacto da imigração no processo de reconstrução e o papel desempenhado pela nova realidade na redefinição dos valores e do modo de viver dos colonos, o que se desvenda no próximo subcapítulo.

5.2 DALL'ITALIA NOI SIAMO PARTITI

A maioria da população que deixou o Norte da Itália vivia nos *paesi*, que consistiam em pequenos burgos, com denso casario. Saíam pela manhã para o campo e retornavam à noite; em conformidade com Nascimento (2009, p. 48), os homens, as mulheres, as crianças e os velhos que moravam nesses *paesi* não viviam uma vida de “cidade capitalista do século XIX, [...] apesar de viverem, cronologicamente, no período em que se destacou aquela forma de cidade”.

Portadores de uma variada vivência de formas urbanas, explica Günter Weimer (2010, p. 34), os originários do Norte italiano que habitavam a planície veneziana, entre Pádua/Veneza até Údine/Gorizia e demais regiões baixas, viviam onde “ainda vigorava a antiga divisão de terras de forma rigidamente geométrica de vias retas e ortogonais que delimitavam glebas retangulares”. Continuidade, complexidade e concentração foram os caracteres essenciais das cidades europeias: a rede de ruas formava uma unidade, havia

hierarquia e funcionalidade; o espaço público da cidade deveria dar lugar a várias instâncias do poder – episcopal, municipal, aos das ordens religiosas e ao das corporações –; o centro da cidade, como corpo político privilegiado, era o local mais procurado pela burguesia, restando a periferia à população mais pobre. Ao se estabilizar o crescimento das cidades medievais, a forma foi se tornando definitiva, de maneira que surgiu uma quantidade considerável de cidades médias, em detrimento de uma “supercidade”, explica Nascimento (2009, p. 41), das quais estão, no território do Norte italiano Veneza, Milão, Florença, Pádua e Verona¹⁷³.

Esse modelo deveria atender, pois, ao imaginário dos imigrantes italianos; todavia, a quantidade de imigrantes provenientes da planície era ínfima, haja vista serem mais da metade dos emigrantes italianos que vieram para as colônias do Nordeste do Rio Grande do Sul “das terras altas, das encostas meridionais dos Alpes, do polígono formado pelas cidades de Verona, Vicenza, Treviso, Belluno e Trento, em se considerando apenas os imigrantes do Vêneto¹⁷⁴”. (WEIMER, 2010, p. 36).

A topografia das terras no Vêneto também era determinante em como se daria sua ocupação (pequenos proprietários ou *bracciantis*, os quais trabalhavam para os grandes) e, conseqüentemente, explica Fábio Augusto Scarpim (2010, p. 75), o tipo de família. As áreas de montanhas, pelo seu próprio relevo, caracterizavam-se por uma quantidade muito pequena de terras produtivas, as quais eram ocupadas, basicamente, por pequenos proprietários. Para Scarpim, nesse tipo de organização havia a fragmentação e a partilha da propriedade, de forma que predominavam as famílias-tronco (*famille-souche*), em que conviviam, por longos períodos, em um mesmo domicílio, três ou até quatro gerações (2010, p. 75). No que tange à divisão da propriedade, era algo a ser evitado, uma vez que as áreas de montanhas se ligavam por

uma imbricada combinação, que incluía: pastagens, bosques, áreas de cultivo e prados, cujo equilíbrio não poderia ser rompido pela subdivisão. Sendo assim, era comum muitos dos irmãos, depois de casados, continuarem a morar na propriedade paterna, inclusive, convivendo juntos por anos ou até mesmo décadas, após a morte do pai. (SCARPIM, 2010, p. 75-76).

¹⁷³ De acordo com Nascimento, no período do Renascimento, o novo pensamento “urbanístico” conduziu a intervenções em algumas cidades italianas, que, “a rigor, não interferiram no organismo das cidades. Príncipes e arquitetos tiveram condições de modificar parcialmente a cidade medieval, mas não a podiam transformar ou a refundar. Assim, o que foi feito em algumas cidades foi o complemento de programas já anteriormente propostos ou a execução de novos programas urbanísticos, o que, num e noutro caso, foram projetos quase sempre desproporcionais e quase sempre irrealizáveis”. (2009, p. 42).

¹⁷⁴ Pelo levantamento realizado por Weimar, os modelos urbanos que se impuseram naquela região apresentavam quatro tipos básicos: nucleado, circular e polar, de forma que o mais comum era o nucleado. (2010, p. 36).

Pelo fato de haver diferentes e diversos tipos de comportamentos familiares, as regiões montanhosas do norte da Itália possuíam altas taxas de domicílios complexos, com diferentes regras de residência.

Tal região, desde o século XVII até o período de unificação da Itália, em 1866, foi perdendo importância no contexto europeu. Durante esse período, além da decadência do poder de Veneza, que esteve sob domínio do imperador da Áustria, houve guerras de independência que contribuíram para a deterioração da economia de Veneza e das regiões vênetas.

A respeito da economia dessa região, de caráter agrário, com agricultura mista e de maior concentração na tríade produtiva de vinho, trigo e milho (FRANZINA, 2006), a partir da metade do século XIX desenvolve-se a indústria, concentrada, especialmente, de acordo com Nascimento (2009, p. 49), nos lanifícios¹⁷⁵. Na primeira fase do fluxo emigratório, por sua vez, pequenos proprietários e meeiros correspondiam à composição social do quadro de camponeses que vinham para a América. Pelo fato de não encontrarem mais condições de sustento nos lugares onde nasceram, eles e seus antepassados, procuravam escapar de seu próprio tempo:

se houvesse na História um caminho natural, o que teria acontecido com esses camponeses seria a incorporação pelo sistema capitalista, que estava se consolidando na Itália. Ao contrário, eles emigraram para outro continente, para um país em que ainda eram incipientes os caracteres do capitalismo. Alguns tornaram-se pequenos proprietários rurais; outros mantiveram-se nessa condição. (NASCIMENTO, 2009, p. 49).

Depois da unificação italiana, milhões de pessoas saíram definitivamente da Itália, sendo que 100 mil vieram para o Rio Grande do Sul, para as colônias baseadas na pequena propriedade. Da região vêneta, as províncias de que mais camponeses emigraram foram Belluno, Treviso, Údine (província que fazia parte do Vêneto no período da grande emigração) e Vicenza. Nesse período, “os debates e as lutas políticas giraram em torno dos problemas que a região enfrentava, com destaque para o caso da emigração permanente, que começava a se configurar como um movimento massificado” (NASCIMENTO, 2009, p. 52).

A partir do momento em que a partida dos camponeses começou a se intensificar, as classes dirigentes principiaram a tratar o tema com maior seriedade, uma vez que a emigração lhes era uma questão problemática. Em geral, assegura, Franzina (2006, p. 310), “a imagem comum do camponês vêneta e dos trabalhadores conterrâneos é caracterizada por traços de

¹⁷⁵ Principalmente o de Rossi, em Schio, e o de Marzotto, em Valdagno. (NASCIMENTO, 2009, p. 49).

extrema ‘docilidade’, ‘mansidão’ e ‘paciência’.”. De outra forma, para os proprietários, quando os camponeses saíam para trabalhar em outros países, nos momentos antecedentes à imigração para a América, eles retornavam com ideias estranhas e “menos dóceis” do que suas já reconhecidas características. A eles era melhor opção, na situação de crise econômica e social, no que tange à luta de classes, que os camponeses emigrassem, de acordo com Nascimento (2009, p. 52).

A orientação que seguiam os representantes dos proprietários rurais em relação aos camponeses era desconstituí-los como grupo, a partir da ridicularização. Nos órgãos vinculados aos proprietários eram publicados artigos que retratavam o camponês como “um vagabundo, bêbado, ignorante, místico”, etc.: “Ao camponês tornado emigrante era dada a marca de que não queria trabalhar, mas ganhar tudo de mão beijada”, acrescenta Nascimento (2009, p. 52). No Vêneto, durou ainda por muitos anos, de acordo com Franzina, “a moda” de fazer dos emigrantes objeto de escárnio, de serem ridicularizados e de condenados, as quais persistiram no final do século XIX, ainda

quando em várias partes se concordava pacificamente sobre o fato de que as causas da emigração transoceânica eram dolorosas e reais para os camponeses, poderíamos encontrar proprietários convencidos, como muitos anos antes, de que a verdadeira América estava na Itália e que não se deveria permitir a tanta gente vagabunda ir procura-la em outro lugar com mil problemas perigosos. (FRANZINA, 2006, p. 245).

Esses italianos constituíam-se, em sua maioria, de agricultores sem bens pessoais, privados de qualquer meio de subsistência e com o poder de decisão “anulado pelo vínculo de vassalagem em que viveram como *contadini*”. Formados quase que exclusivamente por analfabetos, os primeiros contingentes migratórios de italianos, argumenta Ribeiro, teriam sua vida social, comunitária e, em especial, sua linguagem marcadas pelas condições de vida na nova terra (RIBEIRO, 2005, p. 11).

Neste momento, valemo-nos de dois exemplos, com fins a entender um pouco em que consistia, afinal, a visão do colono emigrante nesse contexto, mediante esse universo imaginário. Havia, ainda, os estigmas a serem superados por eles, lembrando, aqui, qual era a opinião expressa pelos proprietários rurais, que severamente os menosprezavam.

*Tanti i va in Merica. La Merica, terra de la cucagna. Ndemo in Merica, femo um tanto de schei e tornemo indrio. Là via tuti i gà l aso terra, No saremo pì soto paron. Ognun sarà paron de la própria terra.*¹⁷⁶

É por intermédio do resgate histórico – da saga e dos sonhos – de Pedro/Pietro que Ciro Mioranza (2016) revela a origem de seu sobrenome e da família Mioranza, que ilustra e revela os motivos que fizeram com que tantos italianos buscassem sobrevivência e melhores condições de vida para si e para suas famílias em terras distantes e desconhecidas.

“Com poch se vive, ma com gnent se mor”¹⁷⁷, provérbio proferido, e repetido, por Pedro Mioranza a todos de seu convívio e que expressava a difícil realidade do norte da Itália no final do século XIX. Como muitos outros imigrantes, o sonho d’América significava ser dono de “alguma coisa”, de sua própria terra, e não mais *sotoparon*, isto é, trabalhar como agregado de um dono de terra, receber como pagamento que consistia, em alguns casos, além da moradia, em receber menos de 10% do que era produzido. Não havia como se manter, quanto mais ter condições de prover o sustento de uma família. Não havia dignidade, apenas limitações: “Se te se sior te magni co te ol, se te se poaret te magni co te pol”¹⁷⁸. Cansados da pobreza e da miséria, decidem partir.

Pietro Mioranza (1855-1908), que esteve entre as primeiras famílias que chegaram ao Travessão Alfredo Chaves (cuja localização do lote colonial que lhe era destinado consistia do Lote n. 13, Travessão Alfredo Chaves, situado na 16ª Léguas da Colônia Caxias¹⁷⁹); deixou sua terra natal, Valle del Mis, Sospirolo, província de Belluno, Itália, rumo ao Brasil em 1883, com a mulher Luigia Caldart (1857-) e as duas filhas¹⁸⁰, Maria Domenica (1881-) e Angela Caterina¹⁸¹ (1882-1883). Partiu para o Brasil ainda em companhia de outros conterrâneos e mais dois cunhados, Francesco Caldart, solteiro, e Domenico Pellegrino Caldart, casado; de trem se deslocaram até a cidade de Verona, onde havia um escritório central de emigração, e

¹⁷⁶ Boatos que circulavam em Sospirolo, quando da decisão dos italianos de partirem para o Brasil. “Muitos vão para a América. A América, terra de vida promissora e fácil. Vamos para a América, fazemos bastante dinheiro e retornamos. Lá, todos têm sua terra. Não estaremos mais à mercê do patrão. Cada um será proprietário da própria terra” (Tradução do autor): MIORANZA, Ciro. De Canal del Mis a Nova Veneza: 80 anos depois. In: FROSI, Vitalina Maria; MISTURINI, Bruno (Org.). *Imigração italiana: estudos e pesquisas*. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 25.

¹⁷⁷ “Com pouco se vive, mas com nada se morre”. Tradução do autor (MIORANZA, 2016, p. 25).

¹⁷⁸ “Se tu és rico, comes quando queres, se tu és pobre, comes quando podes” (Tradução do autor), outro provérbio bastante utilizado por Pietro Mioranza. (MIORANZA, 2016, p. 27).

¹⁷⁹ Em censo realizado em 1890, esse travessão consistia de 16 lotes, onde residiam 49 colonos com 201 dependentes. (GIRON, 1977, p. 28).

¹⁸⁰ Na Itália, tiveram três filhos. Além das duas citadas, o primogênito, Arcangelo, natimorto em 24 de junho de 1880. (MIORANZA, 2016, p. 27).

¹⁸¹ Falecida na viagem marítima: “Na travessia do mar, Pietro Mioranza assiste à morte de sua filha Angela Caterina, de um ano; envolto num lençol, seu corpo foi lançado ao mar”. (MIORANZA, 2016, p. 28).

de lá seguiram ao porto de Gênova – de acordo com informações orais, de onde teriam partido em 22 de novembro de 1883¹⁸². Em janeiro de 1884 o navio atraca em Porto Alegre e os imigrantes “seguem de barco por 60 km pelo rio Caí até São Sebastião do Caí, de onde iniciam a caminhada por terra até a Colônia Caxias (hoje, Caxias do Sul)”. (MIORANZA, 2016, p. 28-29).

Na sede da Colônia Caxias, é inscrito como imigrante italiano, com a qualificação de agricultor e artesão, momento em que também é informado da localização de seu lote. Em 15 de janeiro de 1884, Pietro chega ao Travessão Alfredo Chaves com sua família, onde se instalam no galpão construído no lote colonial n. 15: “que servia de abrigo e pousada até que se conseguisse desmatar um pouco da floresta e erguer sua própria cabana para moradia”, localizado no lote n. 13 (MIORANZA, 2016, p. 29).

Assim, as primeiras famílias que se instalaram no Travessão Alfredo Chaves, de acordo com Mioranza (2016, p. 29),

de imediato e de comum acordo com as demais, destinaram pequena área dos lotes que se encontravam junto ao entroncamento das picadas e futuras estradas do Travessão para erigir uma igreja com um cemitério, além de uma pequena construção que serviria de local de encontro dominical dos imigrantes. Decidiram também dar à localidade o nome de Nova Veneza pela abundância de água na localidade.

Com base nos Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul, em meio a três possíveis parentes, Mioranza encontra o registro de *Pietro I Miglioranza* – Travessão Alfredo Chaves, lote 13 – Colônia Caxias: o patriarca imigrante e antepassado de todos os Mioranza atuais de Flores da Cunha (2016, p. 34). Ciro Mioranza acabou por descobrir através de suas conversas com a sobrinha de Pietro, Fioretta Ravetto, entre agosto de 1968 a setembro de 1969, durante sua pesquisa, um tronco familiar comum. Por intermédio de depoimento, foi tecida uma narrativa, com base na memória. Ela relatou que Pietro, filho mais velho de Lucia Casanova, partira em dezembro de 1883 para o Brasil. Ela relatou que Pietro escrevera algumas cartas logo depois da chegada na América, de acordo com o que lhe dizia Lucia Casanova. Depois, em 1891, quando partira Antonio, filho mais novo da viúva, nunca mais tiveram notícias, o que deixou Lucia inconsolável: “Seguidamente ia até a casa paroquial para falar com o padre, até a prefeitura para obter informações do prefeito, mas sempre sem êxito. Morreu relembando sempre os dois filhos e queixando-se amargamente a falta de notícias, deles”.

¹⁸² Conforme consta nos registros da prefeitura de Sospirolo, dia 11 de novembro de 1883; e, na realidade, assegura Mioranza: “teria partido no mês seguinte, uma vez que no dia 14 de novembro recebia do município de Sospirolo o atestado de boa conduta n. 278 [...]” (2016, p. 27).

(Fioretta Ravetto, em depoimento a Ciro Mioranza, setembro de 1968. *In*: MIORANZA, 2016, p. 39).

Do que se soube sobre Pietro Mioranza, ajuda a revisitar o passado e a história do imigrante italiano, também em seus aspectos emocionais, econômicos e sociais. Sobre a terra estranha, *La Merica*, não se sabe o que aconteceu com seus sonhos ou com o “Piero”.

Um outro exemplo de que vamos dispor neste momento, com o intuito de desvelar os elementos que corroboram o motivo da imigração para as Américas e de demonstrar que convergem entre os emigrantes, abarcamos por intermédio dos estudos de Conforto (2016), quem também revisita as cartas dos primeiros imigrantes italianos, em especial as escritas por Paulo Rossato (29 anos)¹⁸³, que chegou em dezembro de 1883, no Rio Grande do Sul, acompanhado de sua esposa Raquel Massignani (23 anos), e se estabeleceu na região colonial de Caxias do Sul, no então Campo dos Bugres, em 1884¹⁸⁴. A temática das cartas diz respeito às condições de viagem, ao trabalho no lote rural e a outras frentes abertas pelo Império, além da preocupação em trazer os demais membros da família.

As cartas, que se constituíam como o único meio de comunicação entre os imigrantes e os familiares que haviam ficado na Itália, eram enviadas aos parentes dando como endereço "Campi dei Bulgheri, Brasile". (GIRON, 2011).

Para os emigrantes, o País da *Cuccagna*, lugar mítico de onde abundam inúmeras maravilhas e encantos, com base na descrição feita por Cleodes Maria Piazza Julio Ribeiro (1998), consiste numa sociedade imaginária, em que são ilustrados os prodígios e os valores prezados pelos seus habitantes, cuja topografia do

Paese di Cuccagna é dominada por uma montanha, na verdade um vulcão, que expele, continuamente, moedas de ouro. Quando chove, nesse país, chovem pérolas e diamantes, mas podem chover também raviólis. Em direção ao porto, denominado de Porto dos Ociosos, navegam embarcações carregadas de especiarias, mortadelas, toda sorte de embutidos e presuntos. Rios de vinho grego são atravessados por pontes de fatias de melão, e lagos de molhos soberbos estão coalhados de *polpette* e *fegatelli*. Fornadas de pão de farinha de trigo abastecem os habitantes do lugar. Aves assadas despençam do céu, direto sobre a mesa, enquanto as árvores cobrem-se de frutos nos doze meses do ano. As vacas parem um vitelo ao mês e os arreios dos cavalos são de ouro, mas as rédeas são lingüiças. (RIBEIRO, 1998, p. 186-187).

Devido a tantas privações sofridas, o desejo de uma vida próspera, além de abundante em bens materiais, acabou por ser incorporada à noção de *cuccagna*, a qual já existia nos imaginários do italiano e do europeu. Nesse sentido, e em tal concepção, completa-se a

¹⁸³ Constitui-se de 17 cartas escritas pelo imigrante, conservadas pela família Rossato, as quais se encontram reunidas no livro *La Mérica: Escritos dos primeiros imigrantes italianos*, organizado por De Boni (1977), e fazem parte da coleção *Centenário da Imigração Italiana* (CONFORTO, 2016, p. 54).

topografia desse lugar: “com uma colina na qual está a prisão destinada aos infratores da única lei que vigora no país: não trabalhar e gozar a vida” (RIBEIRO, 1998, p. 187).

Há, por sua vez, imagens que podem ser acionadas no imaginário produzido por uma coletividade, as quais conduzem os indivíduos a uma ação comum. O apelo gerado por tais imagens faz com que os indivíduos se comportem de determinada maneira, o que provoca a sua adesão a tal sistema de valores. Dessa forma, são modelados seus comportamentos e sua energia é dispendida na efetivação de seus anseios. E é, de certa forma, o que impulsionou a migração italiana, balizada no desejo e traduzida nas correspondências trocadas entre os que emigravam e os que ficavam na Itália.

No que tange à correspondência privada, as cartas, como também os relatos, as histórias orais e os depoimentos, e acrescentamos os periódicos, sobre os quais trataremos no próximo capítulo, vêm a se constituir em importantes fontes para que seja possível promover, de acordo com Conforto, a “leitura social de um determinado espaço-tempo geográfico” (2016, p. 54). A partir de sua leitura, a da correspondência, conforme De Boni, podem-se encontrar elementos que corroborem o motivo da imigração para as Américas – de forma que o principal deles se justifica pelo difícil momento político e social por que a Itália passava quando de seu processo de unificação¹⁸⁵ – e, muito além de lhe atribuir valor literário, o que seria relegado a segundo plano, “retratam fielmente um período da imigração, a respeito do qual nem sempre dispomos dos melhores dados” (DE BONI, 1977, p. 3), o que justifica estendermos aos periódicos também a leitura social.

Conforto ressalta que é possível “fazer uma leitura da história social da imigração tendo as cartas como fonte”, por intermédio da correspondência privada¹⁸⁶ quando da apresentação das primeiras impressões do imigrante sobre a nova terra, as condições de seu trabalho e de sua vida cotidiana. Dessa forma, a autora utiliza-se da categoria narrador/autor para a análise do discurso de Rossato na escrita de suas cartas¹⁸⁷, as quais possibilitaram que fosse inferido um padrão de escrita – de narrativa e de discursos (CONFORTO, 2016, p. 55):

¹⁸⁵ Em meio à crise agrária que assolava a Europa, o país finalizou a unificação em 1870.

¹⁸⁶ Gênero epistolar familiar, conforme Rafael Cappelli Sozzi (2016). Vide: SOZZI, Rafael Cappelli. *Cartas familiares de imigrantes italianos residentes no Brasil: um estudo sobre o léxico e o contato linguístico*. 2016. 213 f. Dissertação (Mestrado em Língua e Literatura Italiana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8148/tde-19082016-135215/pt-br.php>.

¹⁸⁷ Consoante Maria do Rosário Abreu e Sousa (2008, p. 58), se a carta é um fragmento de texto, “a correspondência amarra as cartas, transformando-as em história, tecendo uma trama textual calcada na função referencial da linguagem, o que, segundo a classificação de Phillipe Lejeune [especialista francês, dedicado ao estudo das “escritas de si” e para quem uma carta é um objeto, um texto e um ato], a coloca junto aos gêneros literários de pacto referencial como o diário e a autobiografia. Vide: LEJEUNE, Phillipe. *O pacto*

O narrador/autor Rossato propõe registrar, a partir das vivências do cotidiano, a sua experiência de viagem e a de seu trabalho na colônia comprada. No decorrer da leitura das cartas, identificamos que o registro dessas observações não estava isento de julgamento crítico e, em muitos momentos, é revelador da firme esperança de que, em terras gaúchas, o imigrante e sua família, além de comprarem sua própria terra, teriam condições de uma vida melhor. (CONFORTO, 2016, p. 55-56).

Analisar a epistolografia de Rossato, por intermédio da categoria estabelecida de narrador/autor pela pesquisadora, proporcionou verificar, argumenta Conforto, ao serem registradas suas observações, que foi criado um contexto narrativo constituído por meio da linguagem e da concepção de mundo e de cultura, especialmente o da Itália em processo de unificação, a terra natal, da partida; e dos contextos brasileiro e sul-rio-grandense, da chegada ao destino final do emigrante, com base no fenômeno de “como a imigração italiana apareceu na construção espacial do Rio Grande do Sul”, o qual convergia com as necessidades políticas e econômicas do Império Brasileiro e da unificação italiana (CONFORTO, 2016, p. 59).

Após a chegada de Paulo Rossato, cuja intenção era de trazer o restante da família, data a primeira carta de 27 de dezembro de 1883, a qual, em sentimento de pesar por ter deixado a pátria, é aberta com as seguintes palavras: “Parti de casa com lágrimas nos olhos por deixar minha mãe, meus irmãos e minhas irmãs que tanto me queriam. Chorava por deixá-los, e não por vir para a América”¹⁸⁸. Assim, a viagem é marcada pelo luto por aqueles que deixam para trás a terra em que nasceram e onde viveram seus antepassados. Deixam, ainda, “parentes, amigos e toda uma vida já vivida e renegada pelas circunstâncias. [...] Acostumados à busca incessante pela sobrevivência, trocar a Europa, onde não tinham futuro, pela América – terra da esperança – não parecia tão difícil”. (GIRON, 2014).

Como cerimônia do adeus, a partida é dolorosa e as cartas, ao traduzirem momentos nostálgicos, condicionam sentimentos e evocam lembranças.

O medo do desconhecido embarca com os imigrantes. Com eles trazem o passaporte. Atestado de sua condição de exilados. O exílio ainda que voluntário não é fácil. Passaporte, exílio e luto pela perda da antiga vida e dos antigos laços marcam os imigrantes até o fim de seus dias.

Os passaportes esquecidos nos arquivos podem ser prova de incúria administrativa ou de um esforço para esquecer. Como os navios queimados de Cortês, os passaportes esquecidos marcam a impossibilidade da volta. (GIRON, 2014).

Acostumados a viagens periódicas para outros países, alguns dos imigrantes já conheciam a burocracia ligada aos passaportes. Na grande travessia, aqueles que tinham

autobiográfico: de Rousseau à internet. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

¹⁸⁸ In: De Boni (1977, p. 29).

experiência em sair da pátria auxiliavam os outros que ainda não haviam deixado sua terra ou, ainda, acabavam por se tornar intermediários e agenciadores desse movimento migratório.

Ainda do epistolário de Rossato, a segunda carta, escrita em 17 de fevereiro de 1884, sugere a ampliação da sua percepção em relação à terra e às perspectivas futuras, momento em que informa aos seus interlocutores a compra da terra, seu planejamento e a importância da vinda da família, o que viria a facilitar o pagamento do lote:

Por 800 mil réis a colônia compramos, ficando uns próximos aos outros. Máximo e João compraram uma colônia; Gio e Maria, outra; uma outra os Balarini e Meneguzzo; e a quarta comprei-a eu. Temos dois anos sem juros para pagar. Depois, se não tivermos pago, deveremos então pagar juros. Creio, porém, que se meus irmãos e meus pais vierem, poderei pagá-la em tempo. (DE BONI, 1977, p. 31)

A importância da vinda da família é ainda reforçada na mesma carta:

Por isso, se estivessem aqui os meus irmãos poderíamos pagar a metade da dívida. Estando sozinho, porém, tenho que guardar um pouco de dinheiro para viver, enquanto vou derrubar o mato para plantar trigo, e deverei dar uns 40 ou 50 réis ao conde, para que mande fazer a escritura. (DE BONI, 1977, p. 31).

Maíra Ines Vendrame (2010, p. 69) assevera que, por meio das cartas trocadas entre imigrantes italianos e seus parentes que ficaram na Itália, as estratégias acionadas pelo grupo para garantir segurança e previsibilidade quanto às escolhas das famílias que decidiam se transferir para os núcleos de colonização no Rio Grande do Sul, no século XIX. A partir dos vínculos parentais e das solidariedades, foram constituídas redes de apoio, que ligavam os indivíduos de ambos os lados do Atlântico, direcionando um tipo específico de ocupação territorial e organização comunitária. Assim, ainda podemos perceber que também ocorria em relação à compra dos lotes, como, no caso de Rossato, ficando “uns próximos aos outros. Máximo e João compraram uma colônia; Gio e Maria, outra; uma outra os Balarini e Meneguzzo; e a quarta comprei-a eu”. (DE BONI, 1977, p. 31).

No que tange à circulação de cartas, como recurso eficaz com vistas a se obterem informações, além de saudar, convidar e de notificar os parentes acerca das vantagens encontradas nos núcleos coloniais, tal recurso foi amplamente utilizado pelas famílias que se encontravam em ambos os lados do Atlântico, que consistiu em uma conexão entre os dois mundos, que se manteve através da circulação de correspondências e as quais viabilizaram a transferência de grupos familiares para o Novo Mundo com menos incertezas. (VENDRAME, 2013, p. 27-28).

Para que fosse garantido o sucesso do deslocamento, alguns chefes de famílias passaram a se comunicar por intermédio de cartas com conhecidos distantes para, assim, se obterem informações seguras. Desse modo,

um dos fatores que fomentou a imigração foi o estabelecimento de um circuito de troca de correspondência, que conectava os indivíduos que já haviam partido com aqueles que desejavam partir. As notícias sobre as vantagens a serem encontradas na América também eram divulgadas por indivíduos que circulavam pelos povoados rurais da região do Vêneto. Esses propagadores eram simples camponeses ou padres, pessoas de confiança da população do campo, que, muitas vezes, acabaram por acompanhar os grupos por eles alistados para emigrar. (VENDRAME, 2014, p. 169).

Aos agentes de emigração cabia o papel de promover a adesão ao movimento, os quais circulavam pelas comunidades rurais do Vêneto, juntamente com outros apoiadores que residiam nesses locais. Em 1877, de acordo com Vendrame (2014, p. 169), após intensa propaganda realizada nas províncias de Veneza, Vicenza e Treviso, muitos grupos familiares de camponeses, liderados por um ou mais indivíduos, passaram a “articular a própria transferência para o além-mar”. Acerca da divulgação da ideia da emigração, Vendrame (2014, p. 169) ainda complementa que, à época, “músicos ambulantes que vão gritando as maravilhas da distante América. Especificamente nos dias de *mercato*, realizados duas ou três vezes por semana”, momento em que os agentes de emigração, ao passarem pelas comunidades, noticiavam as oportunidades oferecidas aos camponeses nas terras distantes. No *mercato*, feiras semanais que ocorriam no centro das comunas e onde se comercializavam alimentos, utensílios, tecidos e objetos diversos, os propagandistas distribuíaam panfletos, respondiam a dúvidas, além de oferecerem garantias e orientações às famílias sobre como deveriam se organizar para partir, o que propiciou a formação de amplos grupos familiares e fomentou a sua emigração.

No Brasil, as colônias italianas, criadas pelo Aviso do Governo de 9 de fevereiro de 1870 e com o pedido de demarcação através do ato imperial de 19 de setembro de 1873, localizam-se na Encosta Superior do Planalto do Nordeste (GIRON, 1977, p. 16). Nessas terras devolutas, pelo processo de colonização engendrado no Sul, distribuídas pelo Governo Imperial, adotaram-se os sistemas de parceria e de pequena propriedade, como já abordado no Capítulo 4 da presente tese. Em relação à dificuldade da economia nacional do Império, em suma, justificada pelo término do fluxo de mão de obra escrava com a extinção do tráfico, culminou na introdução de mão de obra livre, com vistas a povoar o Rio Grande do Sul,

umentar sua produtividade e promover a “arianização”¹⁸⁹ (GIRON, 1977, p. 17). Nesse sentido, houve, por parte do Governo, a aplicação de imensos recursos para movimentar o processo de imigração e colonização, posto que era importante ocupar, proteger e produzir na terra:

A política imperial de colonização e imigração baseou-se numa legislação bastante clara e precisa, que se houvesse sido bem aplicada poderia ter dado resultados bem mais expressivos. Nada foi deixado ao acaso, todos os pontos essenciais foram estudados, fornecendo uma diretriz segura para a obtenção das metas a serem atingidas. (GIRON, 1977, p. 17).

Do que deveria ser um povoado ou uma vila e que, para os imigrantes, além das condições socioculturais, as topográficas mais imediatas consistiram na falta de convergência entre o sonho e a realidade, como é demonstrado, em relação à forma reticulada de organização dos lotes, por intermédio do

modelo neoclássico imposto [que] não contemplava suas aspirações. Isso mostra que a falta de sincronia que se estabeleceu entre o ideário dos imigrantes italianos com a realidade defrontada foi a mesma enfrentada pelos alemães com o agravante de que, em muitos casos, ele era totalmente inadequado às condições topográficas e, em não poucos casos, até absurdo [...]. (WEIMER, 2010, p. 39)

Os exemplos supracitados, dentre os de tantos imigrantes, sugerem que a base formada para o desenvolvimento industrial da região era proveniente do trabalho familiar, o que contribuiu, ao lado de outras etnias que emigraram, para o crescimento da Colônia Caxias. Ainda, e por mais singular que sejam tais exemplos, há pontos de convergência em suas vivências e nas crenças de seus contemporâneos, posto que compartilham, mesmo que em graus variados, determinados códigos culturais.

O que se pode, ainda, afirmar é que a ideia da terra da fortuna já era uma concepção arraigada no imaginário dos emigrantes, e as dificuldades da vida na Itália, bem como as mazelas da viagem de navio, também são as mesmas a que muitos outros emigrantes foram submetidos. Ademais, o fato de ter levado a família, a esposa e duas filhas, embora uma tenha falecido na travessia, além de mais dois cunhados, ilustra a situação em que a maioria daqueles que viajava se encontrava para a realização de um sonho: casados, com família e outros dependentes.

¹⁸⁹ Em relação a São Paulo, tema visto no Capítulo 5 da presente investigação, é para lá que se dirigem os imigrantes para suprir a mão de obra nas fazendas de café na política imigratória de colonização.

Assim, a análise de discurso, com base em Renato Ortiz, aqui entendido como discurso social, permite compreender

como determinados grupos agenciam suas ideias e procuram apreender o mundo tendo como ponto de referência os conceitos centrais que elaboraram. No entanto é necessário perceber que todo discurso se estrutura a partir de uma posição determinada, as pessoas falam sempre de algum lugar. Essas situações concretas que dão base à linguagem não são exteriores ao discurso, mas se insinuam em seu interior e passam muitas vezes a estruturá-lo e constituí-lo. As mesmas falas, em situações distintas, possuem significados diferentes”. (ORTIZ, 2012, p. 67).

Em relação aos conceitos, é preciso compreender o momento em que eles foram engendrados e a que necessidades procuravam responder. Em relação aos emigrantes, esses conceitos surgiram a partir das dificuldades a que estavam sujeitos em sua terra natal, e a busca por melhores condições só poderia ser encontrada, a sua resposta às necessidades, em outro lugar. Aí, como conceito central elaborado, encontrava-se a idealização da *cuccagna*. Embora quisessem realmente mudar de vida de uma maneira mais facilitada, os emigrantes, possivelmente não de forma tão fantasiosa como lhes haviam imputado os proprietários rurais italianos, diante “da crise econômica, da pobreza familiar, e do quadro sociocultural que enfrentavam, a emigração soou como *libertação*”. (NASCIMENTO, 2009, p. 56, grifo do autor).

Em seu estudo sobre o processo de industrialização em Caxias do Sul, Herédia (1993) aponta que a evolução da Colônia Caxias, por sua vez, reflete “as condições encontradas pelos primeiros imigrantes italianos, na luta inicial na nova terra, no desbravar as fronteiras e na construção da nova sociedade”. Sobre o fenômeno imigratório, explica a autora que:

Satisfazia as duas estruturas, seja pela expulsão, seja pela atração de seus membros. Desta forma, o resultado do processo de colonização no Rio Grande do Sul foi extremamente original, uma vez que os italianos trouxeram de seu país uma soma de experiências que permitiu a construção de uma nova sociedade, baseada nas condições naturais encontradas e no forte desejo de vencer. A posse da terra foi o grande estímulo do querer progredir e a luta pela manutenção da propriedade, mantida pela força familiar, permitiu a esse imigrante transformar o núcleo colonial numa zona de comércio e de indústria. Apesar da situação diversa da antiga pátria, a mentalidade do colono imigrante encontrava raízes bem definidas, que se manifestaram nos valores morais, na família, no trabalho e na religião. A identidade enfraquecida pelo abandono da pátria renascia como reprodutora de uma cultura a ser valorizada nas gerações subseqüentes. (HERÉDIA, 1993, p. 37).

Se na “trama da interação social que o teatro da memória¹⁹⁰ coletiva é atualizado” (ORTIZ, 2012, p. 133), a ideia de que o imigrante italiano, na figura do trabalhador sofrido, é renovada pelo imaginário, momento em que os papéis diferenciados definem posições e funções que permitem o funcionamento e a manutenção da tradição:

Isso implica considerar que a memória coletiva deve necessariamente estar vinculada a um grupo social determinado. É o grupo que celebra sua revificação, e o mecanismo de conservação do grupo está estreitamente associado à preservação da memória. A dispersão dos atores tem consequências drásticas e culmina no esquecimento das expressões culturais. Por outro lado, a memória coletiva só pode existir enquanto vivência, isto é, enquanto prática que se manifesta no cotidiano das pessoas. (ORTIZ, 2012, p. 133).

Será em um momento de profundas transformações de mão de obra, de contextos políticos e econômicos que os imigrantes deixarão sua terra natal e suas tradições familiares para redescobrirem *La Mérica*. Pela ótica da colonização e do agrícola, em tal período, além do contexto europeu de conjuntura de formação dos Estados nacionais, em muitas regiões do país redefine-se e determina-se o espaço, de acordo com Tedesco, “pela propriedade e pela demanda de trabalho na terra”, (2004, p. 63), em que o final do século XIX se caracteriza pelas emigrações e migrações internas.

Todavia, é preciso atentar-se ao fato de que, ao se explicar o “progresso” através da extrema dedicação ao trabalho e à ordem, vistas como característica étnica, alerta Stormowski (2005, p. 16) que são simplificados “dois processos que por si só são bastante complexos: a formação de uma identidade ítalo-gaúcha e o desenvolvimento sócio-econômico da serra gaúcha”. Quando se presta homenagem à dedicação e ao sacrifício dos integrantes da primeira leva de imigrantes, percebe-se a centralidade da imagem de um novo lar sendo construído num novo solo, sem que seja perdido de vista o país de origem (no caso, da Itália, embora ainda não unificada), mas onde a colônia (e, por extensão, o Brasil que acolheu os imigrantes) também é definida como um lugar bom para viver, um lugar de abundância obtida pelo trabalho. Há uma certa percepção (nesse caso não etnocêntrica) de um *ethos* de trabalho associado à imigração. (SEYFERTH, 2012, p. 25-26)

As representações só adquirem significado quando encarnadas no cotidiano dos atores sociais, portanto, conforme assevera Renato Ortiz (2012, p. 135), a memória coletiva é da ordem da vivência e a nacional se refere a uma história que transcende os sujeitos e não se

¹⁹⁰ Concepção que Goffman possui das dramatizações da vida cotidiana. Vide: GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana* [*The Presentation of Self in Everyday Life* (1959)]. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 1975.

concretiza imediatamente no seu cotidiano: “a necessidade de a tradição se manifestar enquanto vivência de um grupo social restrito; a memória nacional se situa em outro nível, ela se vincula à história e pertence ao domínio da ideologia”. Quando aqui chegam, os imigrantes já encontram delimitadas, por intermédio da legislação imperial, as competências e a disposição espacial que lhes cabem nas Colônias.

São duas as ordens de fenômenos de que decorrem a tradição e a memória nacional:

A memória coletiva se aproxima do mito, e se manifesta portanto ritualmente. A memória nacional é da ordem da ideologia, ela é o produto de uma história social, não da ritualização da tradição. Enquanto história ela se projeta para o futuro e não se limita a uma reprodução do passado considerado como sagrado. Peter Berger¹⁹¹ coloca com propriedade que *os universos simbólicos ordenam a história dos homens*. Em relação ao passado, eles estabelecem a “memória” que é partilhada pelos indivíduos que compõem a coletividade; em relação ao futuro eles definem uma rede de referências para projeção das ações individuais. (ORTIZ, 2012, p. 135-136, grifos nossos).

Os imigrantes, atendendo à aproximação ao mito, promoveram a manutenção de seus costumes e crenças, por intermédio da memória coletiva. A esse respeito, importa ressaltar a existência do grupo social enquanto portador de tal memória; a memória nacional, de existência virtual e que não se manifesta imediatamente enquanto vivência, posto que não é concreta, não consiste em propriedade particularizada de nenhum grupo social – antes, “se define como um universal que se impõe a todos os grupos” (ORTIZ, 2012, p. 136). Propriedades de todos os universos simbólicos, diferencia-se pelo tipo de sistematização histórica que o mito e a ideologia fundamentam, o que primeiramente diz respeito à tradição. Em segundo lugar, Ortiz expõe que decorre do fato de o mito ser “encarnado pelo grupo restrito, enquanto a ideologia se estende à sociedade como um todo” (2012, p. 136).

Aí reside o embate da temática do universal e do particular. Nessa perspectiva, a ideologia define-se como uma concepção de mundo orgânica da sociedade como um todo (ou visando a totalidade) e, como tal, age como elemento de cimentação da diferenciação social, o que não significa contrapor, assegura Ortiz, uma sociedade dinâmica a outra estática, mas

historicidades que se constituem de formas diversas. Neste sentido, eu diria que a memória coletiva dos grupos populares é particularizada, ao passo que a memória nacional é universal. Por isso o nacional não pode se constituir como o prolongamento dos valores populares, mas sim como um discurso de segunda ordem (ORTIZ, 2012, p. 137).

¹⁹¹ Vide BERGER, Peter. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 2002.

Acrescentamos à discussão a questão da região que, caríssima a José Clemente Pozenato, é concebida como uma rede de relações, a qual é constituída, segundo o autor,

portanto, de acordo com o tipo, o número e a extensão das relações adotadas para defini-la. Assim, em última instância, não existe uma região da Serra ou uma região da Campanha a não ser em sentido simbólico, na medida em que seja construído (pela práxis ou pelo conhecimento) um conjunto de relações que apontem para esse significado. Isto é, o que é entendido como região é, realmente, uma regionalidade. Não vejo no entanto problema em continuar falando em região, contanto que por tal não fique entendida uma realidade *natural*, mas uma rede de relações, em última instância, estabelecida por um *auctor*, seja ele um cientista, um governo, uma coletividade, uma instituição ou um líder separatista. (2003, p. 152, grifos do autor).

No que compete à constituição de uma região, se é o espaço ou, ao invés dele, o tempo, a história, Pozenato assevera que se a região se apresenta como um espaço,

ela é um espaço definido por uma história diferente da do espaço vizinho externo. Essa ênfase na história como fator constituinte da região remete para a importância maior dos fatores sociais em confronto com os fatores de ordem física ou da paisagem. Mas remete, principalmente, para uma visão sistêmica da regionalização como processo. Nesse processo pesa, sem dúvida, a construção de identidades internas, mas pesa, igualmente, o deslocamento produzido pelas diferenças vindas do mundo externo. (POZENATO, 2003, p. 152).

Levando-se em consideração a época em que migraram, a Itália enquanto um Estado nacional unificado era algo existente de direito, mas não de fato, afirmam Zanini e Santos (2009, p. 177). Naquele contexto, encontravam-se muitas regiões com disputas, falantes de dialetos distintos, os quais veneravam santos específicos e cultivavam hábitos distintos e diversos. A partir da unificação, em 1870,

quando aquelas famílias rumaram para a América (em 1875), a noção de pertencimento que traziam era a de seus *paesi*, ou seja, de suas localidades de origem, e não de uma Itália falante de uma língua comum e tendo uma identidade nacional partilhada. A categoria “italiano”, “colono italiano”, passou a fazer sentido em solo brasileiro, já no contexto de contato com os nativos, *brasilianni* (brasileiros), considerados todos *negri* (negros), independentemente da cor da pele. Assim, adscritivamente, passaram a se autodenominar e serem denominados de “gringos”, “italianos”, entre outros adjetivos.

Superada a fase da unificação italiana, no que concerne ao quadro político, havia dois movimentos que militavam entre os camponeses e os proletários rurais na região Norte italiana – o católico e o socialista. No que tange a tais movimentos, o católico era forte entre

os camponeses; o socialista, com menor intensidade, entre os proletários rurais. Em relação à atuação desses movimentos nas regiões¹⁹², Nascimento expõe que:

Na região da colina e da *alta e media pianura*, o movimento católico teve muita influência econômica, sendo o artífice das sociedades de mútuo socorro e das cooperativas. Na planície, onde a agricultura de viés capitalista estabelecia a relação entre a grande propriedade e a mão-de-obra assalariada, o socialismo tinha mais vigor. A direita tinha suas bases mais fortes em Verona, Vicenza, Veneza e, principalmente, em Pádua. A esquerda era mais forte no Polesine. (2009, p. 53).

Apesar dos esforços, o movimento socialista não obteve êxito na aproximação com os camponeses, enquanto que o católico, por sua vez, articulava a sua influência entre os dois grupos – por intermédio de seu discurso, aproximava-se dos camponeses com a crítica que tecia à maçonaria, aos judeus e aos liberais e, ao mesmo tempo, promovia a defesa dos proprietários e dos capitalistas (FRANZINA, 2006, p. 338).

E são esses os movimentos trazidos também pelos emigrantes italianos, os quais constituirão a região, muito especialmente no que tange às diferenças ideológicas e às disputas de poder, mantidos sempre sob a égide do patriarcado e/ou da ideologia/religião, momento em que a religião católica¹⁹³ aparece como mais um elemento de afirmação da identidade étnica. Tais movimentos, ainda, acirrarão disputas étnicas/identitárias entre os integrantes da Comissão de Terras, que já se encontravam aqui, lusos e/ou brasileiros, e donos do poder, além daqueles de outras etnias que aqui já haviam se estabelecido, como também os italianos.

¹⁹² Vide VENTURA, Angelo. Il Veneto nel Risorgimento. In: FUMIAN, Carlo; VENTURA, Angelo. *Storia del Veneto*. Roma-Bari: Laterza, 2004, p. 77-93.

¹⁹³ O papel do Clero na conformação do sentimento comum de italianidade, lembrando que a fé católica, na Itália, tem sido associada à consciência nacional. Vide: Azevedo (1982).

6 A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO PROCESSO LITERÁRIO REGIONAL: HISTÓRIA, CULTURA E A IMPRENSA EM CAXIAS DO SUL, DOS PRIMEIROS REGISTROS ÀS PRODUÇÕES FEMININAS ATÉ 1919

A partir deste capítulo, busca-se desvelar a produção, o que culmina na de autoria feminina, nos periódicos da cidade de Caxias do Sul, nas diferentes fases administrativas: como núcleo colonial (1875-1884), distrito de São Sebastião do Caí (1884-1890) e município autônomo, a partir de sua emancipação em 1890, quando é assumida a denominação Caxias, até 1919, um ano após o cessar fogo da Primeira Guerra Mundial.

O estudo em questão diz respeito ao processo literário regional, a partir de perspectivas fornecidas pela História da Literatura, pela análise dos escritos históricos, sejam eles publicados na imprensa, literária ou não, da cidade de Caxias do Sul, entre 1869 a 1919, especialmente no que tange à presença da mulher no contexto social, político e econômico e nas expressões da literatura/composição de autoria feminina caxiense em periódicos – especialmente os jornais – publicados em Caxias do Sul.

Como literatura caxiense, a entendemos sob a concepção daquela que é produzida por autores nascidos em Caxias do Sul, mesmo ali não vivendo no momento da publicação, ou por autores não nascidos em Caxias do Sul, mas que ali desenvolveram a sua atividade literária e/ou tiveram publicadas suas produções, tomando os preceitos de Guilhermino Cesar (1971, p. 22), ou seja, que tiveram sido publicados. São exploradas as relações e imbricações entre os três âmbitos em questão – comunicação, cultura e identidade.

6.1 HISTÓRIA, IMPRENSA, LITERATURA E CULTURA: ONDE SE ENCAIXA CAXIAS DO SUL

Se pensarmos acerca de uma literatura produzida em uma região de colonização, na presente investigação, Caxias do Sul – de Campo dos Bugres/Sede Dante à municipalidade, momento em que já havia lhe sido atribuída a denominação de Caxias, especialmente no tocante ao seu maior número de habitantes ser composto de imigrantes italianos (de vários *paesi*, mas expressivamente de vênnetos), concebida fora do centro (Porto Alegre, no caso), que já está também fora de outro centro (eixo Rio de Janeiro – São Paulo), entende-se que persiste a posição reflexa, em relação a dois centros agora, e terciária no que compete ao plano da cultura nacional. Isso, em relação à literatura no Rio Grande do Sul, considerada

tardia, pareceu ter nascido vocacionada para representar a estância e seus habitantes, trabalhadores (os peões) ou proprietários (os estancieiros), promovida desde os primeiros movimentos estéticos, como o Romantismo liderado pelos membros da Sociedade Partenon Literário, a partir de 1868 com a sua fundação, e em 1869, com a *Revista Mensal*: “confundiuse o rio-grandense com o gaúcho, e esse traço propiciou a criação de poemas, descritivos ou épicos, narrativas, curtas e mais extensas, dramas e paródias” (ZILBERMAN, 1992, p. 11).

No Brasil, entre a metade do século XIX até o início do século XX, o Romantismo já se desenvolvia plenamente e, de certa forma, começava a ser contestado e superado por alguns artistas e intelectuais do centro do país, ainda no Rio Grande do Sul, no que concerne às primeiras manifestações literárias, o movimento ainda se estende e ecoa na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Além da influência poética do Romantismo, a qual se afirmara, inicialmente, através dos poetas Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu, os quais constituíram a primeira plêiade de artistas nacionais (ZILBERMAN, 1992a, p. 12) e recendida a partir do centro do país.

A poesia, por sua vez, foi objeto de preferência, apesar do prestígio da prosa, posto que a forma metrificada, ainda que por ordem histórico-literária se justificasse pelos versos românticos da escola literária consagrada, também foi eleita pelo fato de o verso ter maior facilidade de divulgação. À época, por não existirem editoras de livros, “um soneto podia se tornar público por meio da declamação ou aparecer num rodapé de jornal, de modo que, desde o começo, os literatos privilegiaram o gênero mais adaptado às modalidades disponíveis de comunicação” (ZILBERMAN, 1992a, p. 11).

A poesia, que também se utilizou da contribuição oral, propiciou que se cultivasse a familiaridade com o cancionero popular, o qual foi propagado enquanto foram mantidos vivos, de acordo com Zilberman, “a cultura rural de onde proveio e os laços com a produção trovadoresca do Prata” (1992a, p. 11). No que tange à temática, ainda motivada pela Revolução Farroupilha, a poesia relacionou-se à valorização do universo gauchesco, em que se fundiam elementos de procedência popular e da ideologia dos senhores de terras e de gado. O movimento, que encontrara eco em setores do meio intelectual, e por intermédio de quem foi feita sua propagação, inaugurou uma temática de cunho regional, responsável por conceder ao tipo local e a suas formas de comunicação estatuto artístico. E foram, dessa forma, estimuladas pelo ambiente revolucionário, ao ser aliada à temática local a influência poética romântica, o que consolidou a literatura em versos no Rio Grande do Sul.

Seu desenvolvimento, lento, pelo fato das circunstâncias regidas pelo precário desenvolvimento das cidades e reduzido número de meios de difusão, além da dependência às

diretrizes poéticas do centro do país, foi que, sob uma espécie de aliança, de acordo com Zilberman, intelectuais encontraram solução “sob a égide de um jornal literário” (1992a, p. 13). Com vistas a amparar os escritores, vários periódicos foram fundados: *O Guaíba*, o primeiro, de vida curta, circulou por dois anos, de 1856 a 1858¹⁹⁴; nos anos de 1860, com o crescimento cultural da Província, surgem a revista *Arcádia*, em Rio Grande, e, em Porto Alegre, respectivamente, a *Revista Mensal* (mar. 1869 – set. 1879), da Sociedade Partenon Literário, e os *Murmúrios do Guaíba* (jan. 1870 – jun. 1870), sob a responsabilidade de José Bernardino dos Santos (e a quem atribuímos o marco da literatura caxiense); além do periódico literário *Corymbo* (1864-1944)¹⁹⁵, editado pelas escritoras Revocata Heloísa de Mello e Julieta de Mello Monteiro, na cidade de Rio Grande –, que merece ser citado, e não lhe é dada, na historiografia, a devida importância, por reunir um número considerável de escritoras, além de ter sido um dos mais longevos, quanto pela sua importância na imprensa periódica de um modo geral para a divulgação dos(as) escritores(as) e de suas produções literárias –, apenas para citar alguns.

No que concerne à história da literatura, a Sociedade Partenon Literário é, em grande parte, considerada como o início efetivo da literatura no Rio Grande do Sul¹⁹⁶, pelo trabalho que os escritores dessa agremiação desempenharam e estiveram presentes na incipiente literatura sulina, em sua maioria, também de forma atuante.

O Partenon, por intermédio de seus agremiados, desempenhou papel bastante importante, não negamos; todavia, não foi o único, e aqui nos é de importância pela sua atuação – e seus ecos, e como reverberou –, posto que não ficara centrado em Porto Alegre, mas em toda a Província, uma vez que contava com sócios na maioria das cidades do interior:

Extrapolou a pura atividade poética, ao enfatizar a participação social do letrado. Contrariando a imagem estereotipada do artista boêmio e irresponsável, consagrada pela mitologia romântica. E manteve viva uma publicação regular por mais de dez anos, permitindo aos membros darem continuidade à sua atuação artística. Facultou, assim, a constituição de um sistema complexo de intercâmbio de idéias e produções literárias, bem como a consolidação de uma cultura com características próprias. (ZILBERMAN, 1992a, p. 13).

Pelo seu caráter agregador, é considerado como o precursor do Romantismo gaúcho, consoante Zilberman (2012a), além de designar tanto o grupo como a época (1868 a 1880) em que atuaram, o que culminou na configuração da orientação estética que passou a vigorar na

¹⁹⁴ *O Guayba*, de 03 de agosto de 1856 a 26 de dezembro de 1858.

¹⁹⁵ De acordo com Constância Lima Duarte (2017, p. 277-281); de acordo com Hilda Agnes Hübner Flores, circulou em Rio Grande de 21 de outubro de 1833 a 1943 (2001, p. 183);

¹⁹⁶ Para citar alguns, João Pinto da Silva (1924), Guilhermino Cesar (1956), Regina Zilberman (1992).

poesia e na ficção. As criações literárias, por sua vez, são reunidas em duas grandes vertentes temáticas, as quais, consideradas decisivas para os estágios ulteriores de nossa cultura, das quais:

de um lado, apresenta-se a linhagem romântica, explorando os assuntos relacionados à infância, morte e amor desenganado; e, de outro, constata-se a apropriação dos motivos regionais, seja quando da utilização épica do modelo humano rio-grandense oriundo dos pampas, seja enquanto memória do passado glorioso da Província, exaltando-se o índio como matriz do campeiro e a Revolução Farroupilha, marco da História local. (ZILBERMAN, 1992a, p. 14).

Assim, a influência romântica é percebida no tratamento dado à temática lírica e nos vínculos com as formas eruditas do Romantismo brasileiro – influências rítmicas –, antes e, especialmente, sob a influência de Gonçalves Dias, assim como de Alvares de Azevedo, em detrimento da fonte popular; contudo, para o desenvolvimento literário do Rio Grande do Sul, o fator de maior relevância consistiu no processo de incorporação das sugestões locais – e cujos antecedentes encontram-se nas primeiras manifestações poéticas de veiculação oral.

Outra circunstância compete à coincidência com a ascensão do Regionalismo, o que, de certa forma, condicionou os escritores a se orientarem para o “aproveitamento literário do tipo sulino, pois era o modo de eles sugerirem sua afinação às linhas de força da estética vigente, assevera Zilberman (1992a, p. 16). Em sua evolução, há, ainda, os que elaboram poesia de cunho patriótico e de sentimento antiescravocrata, demonstrando posicionamento político.

Desde que procuraram se ajustar aos padrões vigentes, os escritores do Rio Grande do Sul intencionavam acompanhar os rumos estéticos adotados, conforme Zilberman (1992b, p. 13), e, assim, foram oferecidas suas versões, respectivamente, e sucessivamente, do Simbolismo, Regionalismo, Modernismo, o que asseguraria a articulação da literatura sulina ao conjunto da literatura brasileira.

Em relação à promoção da investigação realizada sobre a literatura sulina, seja no passado ou no presente, Zilberman (1992b, p. 13), em um posicionamento mais crítico, reflete acerca do fato de haver características peculiares, “cuja permanência ou rejeição deliberada” vieram a “delinear a especificidade das criações individuais”, as quais se dirigem a uma contínua oscilação entre o apelo à atualização estética, suscitada a partir de fora, e a aceitação das sugestões locais, que a “impregnam de expressão regional”. Para tanto, a presente tese busca trazer à luz os escritos femininos – cuja rejeição foi deliberada na historiografia –, em que se pretende, apesar de julgamentos acerca de seu valor estético e literário, trazê-los à luz e

buscar uma avaliação da importância histórica de tais escrituras no incipiente meio literário de Caxias do Sul.

As mais importantes histórias literárias gaúchas escritas no século XX, ou mesmo outras obras sobre a literatura produzida no Rio Grande do Sul, reiteraram-se, restringiram-se a perpetuar a vertente regionalista, praticamente descartando autores e obras que não se filiassem a esse projeto histórico-literário. (VAZ, 2006, p. 188-189).

Dessa maneira, deve-se atentar ao fato de que sejam consideradas as “duas facetas” apontadas pela autora – ou seja, os contextos em que se desenvolveram e/ou desenvolvem –, uma vez que, dada, somente, a uma delas importância e ênfase, se pode incorrer na promoção ou na transformação “de nossa história literária em uma miniatura do percurso nacional” (ZILBERMAN, 1992), o que viria a acentuar a vocação de dependente; ou, então, valorizar apenas as obras de orientação regionalista, de forma a se insistir em um “separatismo provinciano”. Da mesma forma, como já instituída, o foi em relação à supremacia da participação e produção masculinas em detrimento das femininas.

Para Guilhermino Cesar (1964, p. 223), ao falar sobre a literatura gaúcha, acerca da que julga ser realmente válida, num posicionamento excludente, expõe que se

viveu primeiramente os seus assuntos, os temas do seu meio, incluindo-se nessa experiência certo apego a formas, expressões e vocábulos ditados pela oralidade, compreende-se que só depois dessa fase de aprendizagem (daí surgem muitas lições para a Estilística), se voltasse ela para caminhos mais amplos. Uma literatura com esse passado pode agora procurar outros rumos, apreender outros valores estéticos mais subjetivos, mais universais.

Todavia, tal fase de aprendizagem também consistiu na exclusão de muitas produções que, não atendendo aos preceitos vigentes à época – como, no caso do Rio Grande do Sul, as quais tenderam a ocorrer pelos aspectos nacionais e, ainda, pelos aspectos regionais. As exclusões das poetisas que aqui analisadas seriam pelo distanciamento dessas autoras em relação aos critérios estabelecidos pelas histórias literárias gaúchas, pois, uma vez que as obras que “não seguem à risca os padrões considerados legítimos e as naturais marcas de filiação”, de acordo com Artur Emilio Alarcon Vaz (2006, p. 100), são, geralmente, excluídas ou têm minimizado seu valor. Assim, a literatura produzida e canonizada neste estado, na mesma época de publicação das escrituras femininas, e, apesar da semelhança com a literatura brasileira e sul-rio-grandense de então, foram relegadas ao ostracismo.

O trabalho de pesquisa e recolha, cujo intuito é o de colocar à mostra um conjunto de textos não registrados pela historiografia literária de autoria feminina, justifica-se,

especialmente quando a diferenciação surge do critério de valor e das questões inerentes aos gêneros literário e, ainda e sobretudo, social. Nesse sentido:

Brechas como essa, existentes nas histórias literárias em geral, só podem ser preenchidas – e assim mesmo parcialmente – com pesquisas em fontes primárias. As antologias e histórias literárias não representam, então, os únicos sustentáculos para tal trabalho, embora sejam fontes indispensáveis para a construção desse conhecimento específico. Por trás desses livros, há um autor que se obrigou a selecionar conforme critérios temporais e pessoais, o que, de resto, é inevitável para todo e qualquer pesquisador. Todo trabalho de pesquisa, sobretudo aquele com perspectiva historiográfica, suscita recortes inevitáveis que desvendam critérios pessoais, muitas vezes inconscientes, opções teóricas, privilégio de determinados dados em detrimento de outros, e uma infinidade de outras variáveis. (VAZ, 2006, p. 182).

A memória esquecida não é exclusivamente a dos imigrantes, e quase que em totalidade são recolhidas as dos homens, mas também as de representantes do sexo feminino, as quais decisivamente também contribuíram na formação, não só a do Brasil, mas igualmente da literatura sul-rio-grandense; portanto, trata-se, antes, de dar luz a um fragmento temporal passado com olhos já contemporâneos.

Demarcou-se o ano de 1869 como data inicial pelo fato de se buscarem os antecedentes às produções publicadas nos periódicos que circularam em Caxias do Sul, cujo ano é 1897, com o pioneiro jornal *O Caxiense*. Desse levantamento, entre os nomes que avultaram, foi o de José Bernardino dos Santos¹⁹⁷, poeta, jornalista, teatrólogo, ensaísta, cronista, contista, romancista e orador. Com sua primeira obra, um ano após a fundação da Sociedade Partenon Literário, a peça intitulada *Quadros da vida selvagem – Y-Juca Pirama, poesia de A. Gonçalves Dias, vertida em drama especialmente escrito para ser oferecido à distinta atriz dramática Angelina Marquelou*¹⁹⁸ e publicado pela Tipografia d'O Rio-Grandense, de Porto Alegre, no mesmo ano de 1869. A inspiração, de acordo com Maria Eunice Moreira (2012), buscou diretamente na obra homônima do autor d'*Os timbiras*. Como

¹⁹⁷ Pseudônimo Daymã. Porto Alegre, 20 de maio de 1845 (PÓVOAS, 2009, p. 71) e consta 20 de fevereiro de 1848, de acordo com Bertussi, Zinani e Santos (2006, p. 174) – Caxias do Sul, 01 de junho de 1892. Sobre o autor e o seu papel no contexto da nascente literatura sulina, bem como os recursos poéticos que configuram o indianismo brasileiro, transferidos ao Rio Grande, que colaboraram para a manifestação da tendência mais marcante dessa literatura, qual seja, o regionalismo literário, vide MOREIRA, Maria Eunice. *O Y-Juca Pirama dos Pampas: o drama de José Bernardino dos Santos. O eixo e a roda*. Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 33-47, 2012. Disponível em:

http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/11007/2/O_Y_Juca_Pirama_dos_pampas_o_drama_de_Jose_Bernardino_dos_Santos.pdf; e a dissertação de BOEIRA, Luciana Fernandes. *Entre História e Literatura: a formação do Panteão Rio-Grandense e os primórdios da escrita de história do Rio Grande do Sul no século XIX*. 2009. 196 f. Mestrado. Universidade do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17662/000721014.pdf>.

¹⁹⁸ SANTOS, José Bernardino dos. *Quadros da vida selvagem. Y-Juca-Pirama. Poesia de A. Gonçalves Dias vertida em drama especialmente escrito para ser oferecido à distinta atriz dramática Antonina Marquelou*. Porto Alegre: Tipografia do Rio-Grandense, 1869. p. X. [Itálicos do texto original].

funcionário público, além de ter trabalhado na Tesouraria da Fazenda, em Porto Alegre, exerceu a função de 1º escriturário da Comissão de Terras e Medição dos Lotes da Colônia Caxias (1883-1900), tendo ocupado o cargo desde março de 1892 (ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI), vindo a falecer em 01 de junho de 1892, na Colônia Caxias. Anteriormente, em relação à produção literária, José Bernardino dos Santos¹⁹⁹ escreveu *Serões de um tropeiro* (contos serranos, publicados na *Revista do Partenon Literário*, Porto Alegre, 6 n., 1874/76) (BERTUSSI; ZINANI; SANTOS, 2006, p. 174), no qual se reporta à vida e à temática que competiam à região dos Campos de Cima da Serra²⁰⁰ por volta dos anos de 1860. Na obra, é descrita a natureza, a fala do estancieiro, do índio e dos animais selvagens. (GARDELIN, 1996). Além de ser um dos fundadores da Sociedade Ensaio Literários, de Porto Alegre, e de ter servido como voluntário da pátria na Guerra do Paraguai, é Patrono da cadeira de N. 1 da Academia Caxiense de Letras²⁰¹ (BERTUSSI; ZINANI; SANTOS, 2006, p. 174).

Por intermédio do que deixara registrado o próprio João Spadari Adami (1966a), todavia, deve-se corrigir a data em que José Bernardino dos Santos esteve em Caxias do Sul, então momento de transição administrativa, de forma que se torna possível deliberar acerca da possibilidade de se ter disseminado os preceitos, os quais, desenvolvidos na Sociedade

¹⁹⁹ Outra obra: *Frei Cristóvão de Mendonça* (drama histórico, *Murmúrios do Guaíba*, Porto Alegre, jan./jun. 1870) - (BERTUSSI; ZINANI; SANTOS, 2006, p. 174). De acordo com Mario Gardelin, seria obra inédita, e “contrariamente ao que o título deixa supor, é uma homenagem ao Padre Cristóvão de Mendoza, introdutor, com Pedro Romero, do gado no Rio Grande do Sul. O drama ainda existe e está em poder dos descendentes de José Bernardino dos Santos”, e tais informações constam da obra *História da Grande Revolução*, de Alfredo Varela, Porto Alegre, Globo, 1933, em edição comemorativa ao centenário da Revolução Farroupilha. (GARDELIN, 1996). Para outras obras, publicadas e inéditas, além de biografia, vide Referências: *Dicionário Biobibliográfico dos escritores da Região de Colonização Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul*. BERTUSSI; ZINANI; SANTOS, 2006, p. 174-175.

²⁰⁰ De acordo com Guilhermino Cesar (1964, p. 207), quem, no conto e na prosa, foge ao convencionalismo da monarquia, “indo surpreender o homem e a linguagem da região de Cima da Serra”. A ocupação dos Campos de Cima da Serra ocorreu entre 1740 e 1870, e seu povoamento, inicialmente, foi feito por portugueses e seus descendentes e, mais tarde, e minoritariamente, por imigrantes de origem alemã e italiana, é fortemente marcado pelas rotas de tropeiros, que ligavam os Campos de Cima da Serra a São Paulo (particularmente Sorocaba) e a Santa Catarina.

²⁰¹ Fundada no dia 1º de junho do ano de 1962, sob o lema “Cultura, Facho Inextinguível”, o âmbito abrange Caxias do Sul e demais cidades da região da Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul. Adelar Santos Vicenzi, Alberto Arioli, Alderico Adami, Ana Gomes de Lavra Pinto, Antonieta Agostinelli Veronese, Argemiro Pedro Formolo, Carmen Terezinha Tomasi, Cláudio Alberto M. Eberle, Clovis Pradel Pinheiro, Constantino Bampi, Cristiano Carlos Carpes Antunes, Cyro de Lavra Pinto, Durval D’Agostini, Edmundo Pessi, Elisabeth Ana Longhi, Eloy Lacava Pereira, Ely José Andreazza, Enrico Emilio Mondin, Ester Justina Troian Benvenuti, Gaudêncio Veronese, Helio Gomes Pinheiro Machado, Izidra Maria Chiaradia, Jacintho Maria de Godoy, Jane Oliveira, João Formolo, João Luiz Maineri, João Spadari Adami, Joaquim Pedro Lisboa, João Zugno, Julio Ungaretti, Mário Gardelin, Murilo Moacyr Frantz, Nelly Veronese Mascia, Nestor José Gollo, Osvaldo de Assis, Osvaldo Luiz Gravioli, Virgilio Zambenedetti, Waldomiro Antonio Grandi, Zulmiro Lino Lermen (HOFFMANN; MASCIA, 1991). Vide: SCHOLZ, Elisabete de Lima; GIRON, Loraine Slomp. *História da Academia Caxiense de Letras (1962-2000)*; Biografia do escritor Zulmiro Lino Lermen. 2002. 89 p. Monografia (Especialização em História) - Universidade de Caxias do Sul, 2002.

Partenon Literário, foram compartilhados durante sua breve morada aqui ainda no período compreendido entre a emancipação colonial (1884) e a fase municipal (1890). Serviram como influência, como também influenciaram, senão a incipiente e arcaica sociedade caxiense, que já havia recebido muitas levas de imigrantes italianos, em sua já pluralidade étnica, social e política, pelo menos os de seu convívio na Intendência da então vila de Santa Tereza de Caxias, então 5º Distrito de São Sebastião do Caí, do qual dependia administrativamente. Com ele, segundo João Spadari Adami (1966a, p. 252) relata,

ainda nos primórdios da colonização, quando os próprios filhos da península itálica transformavam uma selva em escola de música, lá por 1884, três poetas, funcionários da Comissão de Terras, a miúdo, atraíram as atenções de muitos, com os seus versos de desafios, escritos pelas paredes dos cafés de então, como que a nos lembrar os duelos travados entre João Penha²⁰² e Guerra Junqueiro, quando estes escreviam versos de desafios pelas paredes da sala do ‘Homem de Gaz’, entre a admiração e os aplausos dos presentes.

Os dois outros poetas aludidos por Adami (1966a, p. 252), os quais, segundo o pesquisador, “também divertiam a assistência”, são Bento de Lavra Pinto e Carlos de Lavra Pinto. O local, e onde com maior frequência se reuniam, “para seus desafios poéticos”, era o prédio de propriedade de Nicolau Luís Amoretti²⁰³, onde havia um albergue e estava instalada a primeira agência do Correio de Caxias (local em que Amoretti trabalhava) e onde, ainda, se encontrava o primeiro salão de bilhar. Tais desafios, escritos, que chegaram ao pesquisador, “como algo obscurecido pelo tempo”, não são considerados (“julgados”, em suas palavras) por Adami (1966a) os pioneiros da poesia caxiense, o que, de nossa parte, discordamos.

Tais rimas de tradição oral, ao ser feita a sua comparação em relação às dos escritores portugueses, revela que, embora não sejam composições daqueles nascidos na região, são,

²⁰² João Penha de Oliveira Fortuna (1838-1919), nasceu e faleceu na cidade de Braga. Matriculou-se na Universidade de Coimbra em Teologia, passando depois para o curso de Direito, onde se formou em 1873. Juntou-se desde logo ao grupo dos estudantes boêmios, tornando-se amigo de Gonçalves Crespo, Cândido de Figueiredo, Antero de Quental, Guerra Junqueiro, entre outros. Fundou *A Folha*, jornal literário de tendências parnasianas (publicado entre 1868 e 1873), onde os amigos colaboravam. Regressado a Braga, exerceu a advocacia e ocupou o cargo de Juiz Ordinário do Julgado da Sé. Dirigiu, entretanto, a revista literária *República das Letras*, de que saíram três números. Morreu pobre, surdo e esquecido. A sua poesia comunga das concepções parnasianas, tendo muito contribuído para o rejuvenescimento do soneto em Portugal. Obras poéticas: *Rimas* (Lisboa, 1882), *Viagem por Terra ao País dos Sonhos* (Porto, 1898), *Novas Rimas* (Coimbra, 1905), *Ecos do Passado* (Porto, 1914), *Últimas Rimas* (Porto, 1919), *Canto do Cisne* (Lisboa, 1923). Prosa: *Por Montes e Vales* (Lisboa, 1899). Disponível em: <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/penha.htm#viagem> (PROJECTO VERCIAL).

²⁰³ AMORETTI, Nicolau Luiz. Proprietário. DIR 022 L, p. 31 e p. 64 (Maria, agregada). ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI. Setor Arquivo Público. *Livro de Registro de Entrada dos Imigrantes na Colônia Caxias*. Fundo da Diretoria da Colônia Caxias e Comissão de Terras e Medição dos Lotes em Caxias. Mapa Estatístico 1875-1882. Disponível em: http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/uploads/r/unidade-arquivo-publico-4/e/d/8/ed87d713bf2f4f8983aabc7e80dfcb491c39c784842e8c409db9f858e5d50641/br_rs_apmcs_dir_d_08_indice_022_1.pdf

pois, pela sua historicidade, aspectos e fragmentos anteriores ao surgimento da imprensa caxiense, mas que se relacionam ao que se poderia compor uma forma de cancionero popular, e é o que sugerimos. Nessa relação, cabe lembrar o mito do gaúcho como herói fundador, que se formou quando o homem independente havia desaparecido, de acordo com Donaldo Schüller (1987, p. 13), já integrado inteiramente na ordem econômica e social, após a prolongada luta da revolução dos farrapos – momento em que faltava um centro de unidade ao Rio Grande do Sul, o que agravou a “separação provocada por origem, cultura, interesses distintos”.

À época em que a vida coletiva já sofria, em tal período, a dupla influência da religião, que controlava o pensamento, a palavra e a conduta, e a tradição da oralidade por intermédio da qual tudo era preservado, mais do que em qualquer outro momento, de acordo com Ribeiro (2005, p. 17), renegar tal aspecto de formação de uma literatura em Caxias do Sul constitui-se em apagar um passado de especial influência. A linguagem oral,

constituiu-se em liame fundamental na vida social e comunitária dos italianos emigrados e seus descendentes. Constituiu-se, além do mais, em meio expressivo de uma autêntica cultura, porquanto a formação gradativa da *coine*, com base na diferenciação dos falares dialetais, ainda não se havia sedimentado, e as escolas não se haviam implantado. Esse processo se consolida na medida em que o comércio se amplia, juntamente com outras vias de comunicação [...] (RIBEIRO, 2005, p. 17).

Acrescentando-se à explicação supracitada de Ribeiro a questão de que, quando aqui chegavam os primeiros italianos colonizadores, por volta de 1875, já havia uma nascente povoação. Dessa forma, a influência da língua portuguesa em tal processo não deve ser descartada, uma vez que se estabelecia interação entre os funcionários, designados pelo Império e pela Província, e os imigrantes.

Pensando, ainda, na linguagem oral como meio da cultura, em conformidade com Schüller, o que contribuiu para a sua mitificação foi o cancionero de origem peninsular trazido pelos açorianos, em que os sonhos “de um passado glorioso transferiram-se de Carlos Magno para este anônimo herói das fronteiras” e o gaúcho, por sua vez, veio a se beneficiar e fazer uso dos ideais e da forma literária cristalizados na península. Acerca das primeiras manifestações literárias do Rio Grande do Sul, consta que

fazem emendas no texto. Às vezes substituem-se apenas palavras. Isto é importante. Havia uma matriz, uma *langue*. O Rio Grande do Sul começa a falar. A matriz sofre a ação das transformações. A criança profere as primeiras palavras. Começa o processo da diferenciação. O homem começa a inventar os recursos para compreender e dominar o espaço. O espaço permanece-lhe estranho enquanto não logra interpretá-lo. (SCHÜLER, 1987, p. 13).

Dessa forma, os habitantes das diversas regiões da Província – campanha, litoral, Missões e das de imigração –, acabam por se identificar com o mito e, a respeito dos italianos já encontram, de acordo com José Clemente Pozenato (1974), alicerces culturais estabelecidos e bastante influentes, de forma que vieram a aceitá-los, “uma vez removidos os óbices da língua”.

O fato de não serem “filhos” da Pérola das Colônias²⁰⁴, aliado às sociedades literárias, foram, pelo pesquisador João Spadari Adami, consideradas as fontes onde se buscaram os nomes, pela ordem cronológica, dos poetas caxienses (ADAMI, 1966a, p. 252), o que propiciou o apagamento e/ou a exclusão de muitos escritores e, em grande número, quase que a totalidade, de escritoras. Não se reivindica a inclusão em um cânone, mas se buscam formas de lhes proporcionar, pelo menos, visibilidade, para que a sociedade, bem como outros pesquisadores tomem conhecimento e, quiçá, interesse seja despertado para suscitar novas pesquisas.

Por opção de inclusão, nós, aqui, registramos as duas quadrinhas do referido desafio; a primeira, de José Bernardino dos Santos, e, a segunda, de Bento de Lavra Pinto:

Penalizado, pressinto,
Em meio ao prélio aguerrido,
Que o menestrel Lavra Pinto,
Já vai se dar por vencido.

Resposta

Não temo o Zé Bernardino,
E, sem me dar por vencido,
Prossigo, ufano e ferino,
O embate insano e renhido.

Essas narrativas versificadas, não as de cunho épico, heroico e guerreiro em verso – ausentes na poesia sul-rio-grandense –, mas que têm outro conteúdo, como o *Tatu* e a *Chimarrita* [recolhidas e organizadas, por Simões Lopes Neto (1910) e, mais tarde, por Augusto Meyer (1952), e que são pequenas composições épicas que retratam tempos de paz], as quais não podem ser ignoradas, assevera Schüler (1987, p. 14), pela sua importância. Na acepção espanhola do termo, Schüler explica que Augusto Meyer as classificara como romances [ou rimances], que são pequenas narrativas populares versificadas que abrigam matéria épica, as quais, apoiando-se no romanista Menendes Pidal, considera que “os romances não antecederam a epopeia erudita, como outros supõe, mas que surgiram como

²⁰⁴ Designação dada pelo então Presidente da Província, Júlio de Castilhos, em 1897, quando de sua visita à vila de Santa Teresa de Caxias.

resposta popular à impressão deixada por episódios de narrativa culta. Não faltam exemplos portugueses sob a designação de romances ou rimances” (1987, p. 14-15). Isso, acerca dos espanhóis; em relação aos romances portugueses, são encontrados em bem menor número, conforme Schüler, por duas razões: ou por terem sido absorvidos pela língua espanhola ou pelo fato de a intelectualidade portuguesa não lhes ter dado a devida importância, o que resultou em seu desaparecimento antes de serem anotados. Outros dois exemplos são o caso de *Os Lusíadas*, em cuja obra muitos deles foram incorporados e ficando ligados à poesia culta em Portugal; e o episódio de Inês de Castro, que circulou na Idade Média como rimance. (SCHÜLER, 1987, p. 16).

Dessa forma, a importância dessa literatura oral não deve ser ignorada e, nas palavras de Schüler, mais uma vez, de que não “passe despercebida a circularidade que une a literatura erudita à popular” (1987, p. 16), e, por estarem nos limites da literatura oral e popular, a difusão dessas narrativas versificadas não é insignificante. Com vistas a corrigir algumas inexatidões, sem o propósito de se pleitear prioridade, sustenta que há “a necessidade de se dar maior atenção à nossa poesia popular. Não tem sentido exaltar excelências na literatura argentina²⁰⁵ e passar em silêncio fenômenos dignos de nota aqui.²⁰⁶”

A hipótese de dissolução do romanceiro português nesta extremidade do país relaciona-se ao fato de não satisfazer o “homem das camadas inferiores da população, a braços com problemas muito diversos dos peninsulares” e os seus fragmentos observados em nossa tradição oral são testemunho desse ocorrido. Em seu lugar, pelo fato de serem insatisfatórios, novas narrativas foram formadas (SCHÜLER, 1987, p. 35).

Na incipiente Caxias, tais narrativas, aliadas ao sentimento religioso e ao desenvolvimento de uma consciência de comunidade, associavam-se a “um pronunciado gosto pelo canto e pela farsa, uma grande disposição para o humor” (RIBEIRO, 2005, p. 17). Diferentemente dos funcionários da administração pública, os imigrantes, por se constituírem, em sua maioria, analfabetos, os quais viviam separados pelas distâncias e pelas dificuldades de comunicação, procuravam manter, consoante Ribeiro, “um intercâmbio de grupos ou

²⁰⁵ João Pinto da Silva (1924), por sua vez, lamenta que uma epopeia da ordem de *Martim Fierro* não tenha sido produzida, no século XIX, no Rio Grande do Sul.

²⁰⁶ Em resposta à afirmação de Carl von Koseritz (*apud* MEYER, Augusto. *Guia do folclore gaúcho*. Rio de Janeiro, 1975, p. 225), o qual transcrevemos e do qual também discordamos: “O povo rio-grandense não tem romances nem xácaras, como o português. Nossa poesia popular é de versos fáceis, que vulgarmente se chamam quadrinhas e que, filhas do improviso, foram transmitidas de boca em boca, tornando-se propriedade de todos. Os velhos romances portugueses que os primeiros povoadores da província trouxeram da mãe-pátria desapareceram da província, só a *Nau Catarineta* conserva-se ainda na memória do nosso povo, embora muito mutilada”.

famílias propício ao cultivo de todas as artes da voz. Falavam muito, cantavam, o anedotário se ampliava” (2005, p. 17).

José Bernardino dos Santos, o Daymã, foi quem pioneiramente abordou a cor local dos Campos de Cima da Serra, com os contos serranos em *Serões de um tropeiro* (1874/76), e em seus versos trouxe, posteriormente e já estabelecido na vila de Caxias, em tom de desafio, “uma trova avulsa”, na concepção de João Pinto da Silva (1924, p. 36), ou um rimance dialogado²⁰⁷ (numa disputa de palavras, incitando ao duelo, uma brincadeira trovadoresca. Aliados, aos “duelos” de palavras, e estes foram registrados, estavam os irmãos Bento e Carlos de Lavra Pinto – ambos patronos da Academia Caxiense de Letras, ocupando, respectivamente, as cadeiras de n. 2 e 6; assim, podemos inferir que foram os responsáveis por estabelecer, em conjunto com os outros imigrantes espontâneos e os imigrantes colonizadores, as raízes de nossa literatura.

Carlos de Lavra Pinto²⁰⁸ (1851-1896), prosador e poeta, assim como José Bernardino dos Santos foi integrante do Partenon Literário e colaborador da revista dessa agremiação. Além disso, atuou como professor estadual, juiz distrital e, em 1893, fiscal e desenhista da Comissão de Terras em Caxias do Sul.

Bento de Lavra Pinto²⁰⁹ (1841/43-1911), poeta, contista, filólogo, professor, burocrata e jornalista, por sua vez, iniciou sua carreira de funcionário público em 1858. Participou da Guerra do Paraguai, no posto de capitão da guarda. Em 1876, foi designado para chefiar o Almoarifado estabelecido pelo governo da Província nas terras da atual Caxias do Sul. A partir de 1883, atuou como escriturário na função de Diretor de Terras e Colonização, passando a ocupar, entre 1890 e 1905, o cargo de Chefe da Comissão de Terras para o planalto do Campo dos Bugres. Foi membro honorário do Grêmio Literário Caxiense, fundado em 1906, e instituiu a primeira escola pública municipal de língua portuguesa, em 1913. Publicou versos em todos os números dos jornais caxienses *A Folha* e *A Verdade*, dos quais foi diretor-redator, e *O Orientador*; colaborou, ainda com os jornais *Gazeta Colonial* e *Correio do Município*.

²⁰⁷ Seguindo os estudos de Menendes Pidal, Luís Santullo acrescenta que, além dos rimances narrativos, abundam os descritivos e dialogados. Vide: SANTULLO, Luís. *Romancero español*. 5. ed. Madrid, Aguilar, 1946. Schüller expõe que não faltam exemplos dessas categorias em nosso romancero, pois “passagens descritivas e dialogadas temos em quase todas as composições” – a exemplo, “O gavião mouro”, inteiramente dialogada; e “Coreografia das trovas”, com as formas descritivas (1987, p. 31).

²⁰⁸ Pseudônimo *Cyríaco*. (BERTUSSI; ZINANI; SANTOS, 2006, p. 115).

²⁰⁹ BERTUSSI; ZINANI; SANTOS, 2006, p. 114-115.

Esses, que por ora citamos, pela análise de suas biografias, verifica-se o nível cultural e de letramento que detinham e, como tal, estiveram à frente da administração e das primeiras letras caxienses.

Dentre os homens, e tomando o ano de início de circulação d'*O Caxiense* (1897) – data estipulada por João Spadari Adami (1966a) para inclusão de autores na “Poesia caxiense”, dos quais, além de José Bernardino dos Santos (1848-1892), Bento e Carlos de Lavra Pinto também foram excluídos (ambos nasceram em Porto Alegre), figuram entre as primeiras publicações as dos também excluídos Jerônimo Neves e de Raul Augusto de Villeroy e, portanto, anteriores ao periodismo caxiense, e sobre os quais vamos tratar brevemente. Acerca das obras, como as composições masculinas não são objeto específico e foco da presente investigação, procuraremos, dentro do possível, e sem excluí-las, que fique registrado não é de nosso intuito, discorrer sobre algumas; todavia, trataremos, com maior detalhamento, das de autoria feminina.

Jerônimo Neves²¹⁰ (São Jerônimo, RS, 2 fev. 1863; Caxias do Sul, RS, 28 set. 1939), é patrono da cadeira n. 9 da Academia Caxiense de Letras; foi jurista, jornalista, orador e poeta. Coursou a antiga Escola Militar de Porto Alegre e exerceu as funções de juiz, promotor público e advogado em Montenegro, Bento Gonçalves, Taquara, São Francisco de Paula, Cruz Alta, Soledade e Caxias do Sul.

Foi colaborador de diversos periódicos da capital e das demais localidades onde residiu. Em Caxias do Sul, foi diretor do jornal *O Brasil*²¹¹, de 1909 a 1924, e escreveu, ainda, para *A Gazeta Colonial* (1905-1909), *O Orientador* (1909-1910), e *O Momento* (1933-1945). Das obras correspondentes ao período delimitado, estão *Esmeraldas* (poesia, Cruz Alta: Tipografia do Comércio, 1888) e *Perfis*: homenagem ao governo provisório (sonetos, Porto Alegre: A Federação, 1891).

Raul Augusto de Villeroy²¹² (Caxias do Sul, RS, 2 ago. 1874; Porto Alegre, RS, 1930), assim como Jerônimo Neves, também estudou na Escola Militar de Porto Alegre e ocupou o cargo de promotor público em Caxias do Sul. Foi redator dos jornais *O Mercantil* e *Jornal do Comércio*, ambos de Porto Alegre. Em Encantado, RS, dirigiu o jornal *O Bisturi*, de 1918 a 1919. Foi poeta, romancista, teatrólogo e membro do Centro Literário de Porto Alegre, em

²¹⁰ Informações obtidas de Bertussi; Zinani e Santos (2006, p. 139).

²¹¹ A partir de 1920, passou a ser *O Brasil*.

²¹² Informações obtidas de Bertussi; Zinani e Santos (2006, p. 198). Filho do professor particular Frederico Ernesto Estrela de Villeroy, cujas obras didáticas são *Compêndio de Gramática Portuguesa*, adotada para uso das Escolas da Província do Rio Grande do Sul pelo respectivo Conselho Diretor da Instrução Pública. Porto Alegre: Tipografia do Rio-Grandense, Praça da Alfândega, nº 4, 1870 (80 p.), o qual alcançou sua 2ª edição em 1883; *Seleção Nacional: trechos escolhidos de autores brasileiros*, 1883. (TAMBARA; ARRIADAS, 2011, p. 2-3).

1897, e da Academia Rio-Grandense de Letras. *Flores rubras* (poesia, Porto Alegre: Tipografia do Jornal do Comércio, 1897) é uma das obras que também, temporalmente, consideramos inaugurar a literatura serrana.

Como se percebe, a partir dos dados elencados, a inauguração de uma literatura caxiense não foi calcada pelos imigrantes no que tange à sua forma escrita, muito embora a tradição oral, como já mencionado, tenha sido, ainda que relegada ao ostracismo, muito expressiva – o que carece de, e merece, maiores atenção e investigação. Fica aqui a sugestão. Além disso, nenhuma figura feminina emergiu.

Dessas primeiras manifestações, integrantes da “Planilha cronológica das obras literárias publicadas pelos escritores da RCI”, do *Dicionário Biobibliográfico dos Escritores da Região de Colonização Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul* (2006), verificamos que, no período compreendido entre os anos de 1869 e 1919, há doze escritores homens elencados (incluindo-se os 3 já abarcados) e, entre eles, avulta apenas o nome de uma mulher, Antonieta Lisboa de Figueiredo Saldanha, que publicou a obra *Rimas sem metro* (1918), conforme se pode verificar no Quadro 1, a seguir

Quadro 1 - Planilha cronológica das obras literárias publicadas pelos escritores da RCI

Autor	Título da obra	Gênero	Ano de publicação
José Bernardino dos Santos	<i>Quadros da vida selvagem: I- Juca-Pirama</i>	Poema de Gonçalves Dias vertido para drama	1869
	<i>A doida</i>	Romance Regional	1870
	<i>Frei Cristóvão de Mendonça</i>	Drama histórico	
	<i>Serões de um tropeiro</i>	Contos serranos	1874/76
Jerônimo Neves	<i>Esmeraldas</i>	Poesia	1888
	<i>Perfis: homenagem ao governo provisório</i>	Sonetos	1891
Raul Augusto de Villeroy	<i>Flores rubras</i>	Poesia	1897
Alcides Lopes Miller	<i>Em surdina</i>	Poesia	1904
José Michel	<i>Noites de Sabat</i>	Poesia	
Bento de Lavra Pinto	<i>Sonho medieval</i>	Conto	1906
	<i>Feudalismo</i>	Conto	
Carlos de Lavra Pinto	<i>Horas tardias</i>	Poesia	1907
Leonel Soares de	<i>Terras da promessa</i>	Poesia	

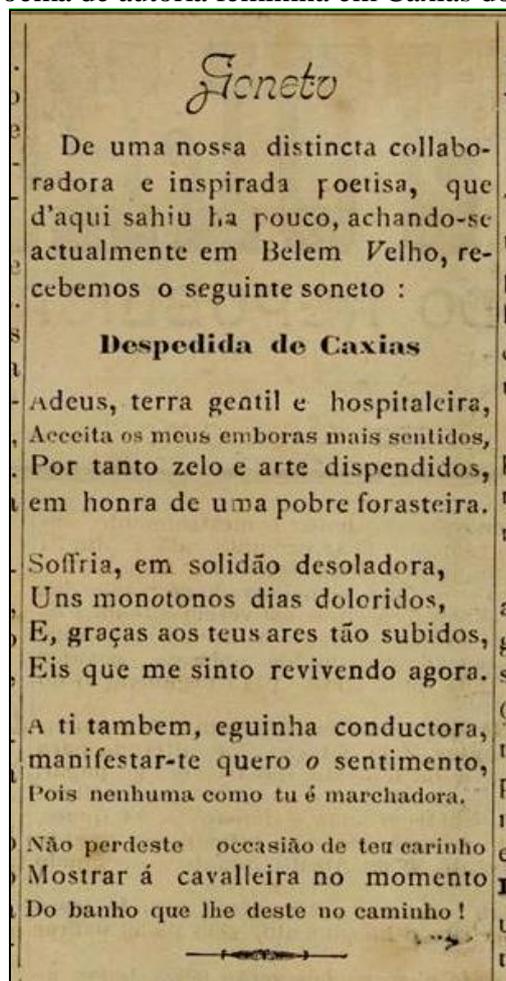
Vargas			
Alcides Lopes Miller	<i>Sons e Tons</i>	Poesia	1908
Januário Coelho da Costa	<i>As pérolas</i>	Poesia	1909
Bento de Lavra Pinto	<i>Ao luar dos desenganos</i>	Conto	1911
	<i>Sombras errantes</i>	Conto	
Januário Coelho da Costa	<i>Helena</i>	Poemeto	1912
Frontino de Mesquita	<i>Folhas soltas</i>	Poesia	
Januário Coelho da Costa	<i>No templo</i>	Poesia	1914
José Cândido de Campos Neto	<i>Traída</i>	Drama	1915
Januário Coelho da Costa	<i>Do som, da cor e do perfume</i>	Poesia	1917
	<i>No altar da rima</i>	Poesia	
Antonieta Lisboa de Figueiredo Saldanha	<i>Rimas sem metro</i>	Poesia	1918
Mansueto Bernardi	<i>Terra convalescente</i>	Poesia	

Fonte: Adaptado de Bertussi, Zinani e Santos (2016, p. 205).

Apenas uma mulher... era preciso investigar.

Assim, a partir de fontes primárias, no caso, os periódicos que circularam em Caxias do Sul entre 1869 e 1919, verificou-se que o primeiro registro data de 14 de fevereiro de 1904, e cuja autoria é, ainda, desconhecida. Do que conseguimos saber, nos revela apenas o que o “Soneto”, em nota introdutória ao poema, intitulado “Despedida de Caxias”, publicado no jornal *O 14 de Julho* (Ano 2, n. 79, p. 2), nos forneceu: é de autoria de “uma distinta colaboradora e inspirada poetisa”, que partira há não muito tempo e que se encontrava em Belém Velho. Não encontramos colaboradoras mulheres arroladas na historiografia que tratasse desse periódico. Procuramos nele e vasculhamos em todos os outros. Nada. Questionamos qual dos “Beléns Velhos” à época. Ainda, por que razão não nomear tão distinta e inspirada mulher? Também não conseguimos revelar sua identidade, apesar dos esforços. A nossa (ilustre) desconhecida pode ser, ainda, reconhecida como a primeira colaboradora mulher em um periódico de Caxias do Sul. Eis o poema, conforme a Figura 1:

Figura 4 - "Despedida de Caxias" - Soneto
Primeiro poema de autoria feminina em Caxias do Sul (1904)



Fonte: *O 14 de Julho*, a. II, n. 79, p. 2.

O eu lírico, “a pobre forasteira”, que tão bem acolhida foi por Caxias, em um primeiro momento, lamentando a partida, presta sua homenagem à “terra gentil e hospitaleira”. Conforme segue seu caminho montada em sua “eguinha”, do sentimento de monotonia e tristeza nos dias em que segue a viagem, os “ares” da serra lhe proporcionam novo vigor: manifesta, ao final, em tom de humor, o seu apreço ao animal.

Esse não foi o único caso em que não foi possível determinar a identidade da autora. É, pois, recorrente, esse apagamento; o poema, embora publicado, e, se não denota silenciamento, carrega em si o fato de não se poder e/ou querer revelar a sua identidade. À época, Caxias já se tornara município emancipado desde 1890. A imprensa, já inaugurada no ano de 1897, embora recente, já havia contado com três outros periódicos. Assim, muito embora progresso e desenvolvimento econômico estivessem lado a lado, o cultural se mantinha arraigado no passado. Sobre tais casos, trataremos a seguir. É preciso falar sobre a

imprensa, meio pelo qual, pela inexistência e dificuldade de acesso a outros suportes de publicação, as ideias e ideais eram disseminados.

6.2 UMA BREVE ABORDAGEM DA HISTÓRIA DA IMPRENSA

A chegada de D. João VI ao Brasil, proporcionou diversas mudanças na configuração da colônia brasileira. Assim, a 8 de março de 1808 decide mover a corte e a sede do governo, da Bahia, para o Rio de Janeiro:

ao tempo em que se festeja a chegada, à Bahia, do grupo maior das naus, que trazem a corte lusa ao Brasil. Entre elas a que transporta a pessoa do Regente. A 24 de janeiro. A real majestade, como se sabe, decide mover a corte e a sede do governo para o Rio de Janeiro. A 8 de março do mesmo ano. Não sem antes assumir medida altamente significativa: abrir os portos às nações amigas. E pelos portos passam a transitar pessoas, mercadorias, ideias, idiomas. Com o príncipe transfere-se para a colônia a máquina administrativa: ministros, juizes da Suprema Corte, Conselheiros, militares da Marinha e do Exército, funcionários do Tesouro, dignitários da Igreja. Na carga, os arquivos governamentais, o real tesouro, uma máquina impressora e livros, base do acervo da biblioteca que logo será criada. Na comunicação, conseqüentemente, um reforço significativo de usuários da língua lusitana. (PROENÇA FILHO, 2008, p. 28).

Nesse período, de acordo com Domício Proença Filho, desde logo

se evidenciam, no âmbito da língua portuguesa falada no Brasil, realidades distintas: de um lado, a formação de grupos cujo repertório cultural e lingüístico possibilita um uso que, sem desfigurar-lhe a estrutura de origem, confere marcadamente novos matizes ao idioma; de outro, a utilização de um falar com características definidas, resultantes de alterações por vezes extremas. Paralelamente, a língua portuguesa escrita presentifica-se nos documentos, na arte literária. Em 1808, a população da colônia [Brasil] se faz de 68% de habitantes de etnias não-brancas. (PROENÇA FILHO, 2008, p. 27).

A princípio, foi a língua que começou a se delinear e a ter seus cruzamentos; a seguir, começam a se vislumbrar “virtudes urbanas e arquitetônicas”, desde bancos, entre eles o do Brasil, a Biblioteca Real, o Supremo Conselho Militar, o Jardim Botânico, teatros e a Imprensa Régia (PROENÇA FILHO, 2008), criada por Antonio de Araújo, futuro Conde da Barca. Isso, no Rio de Janeiro. A elite que se configura é “nostalgicamente europeia”, promovendo o surgimento de uma norma que viria a orientar a língua escrita no Brasil, posto que, como pode, vem a

adaptar à realidade brasileira padrões cortesãos de Lisboa, normas ditadas por Coimbra, na vida social como na língua, para cuja sedimentação e unidade irá contribuir a educação sistematizada das escolas, ainda que precária. E a imprensa. E a literatura, que se permite um que outro matiz brasileiro na temática ou no texto.

Bibliotecas e tipografias entram em atividade. Livros começam a ser imediatamente produzidos [...] (PROENÇA FILHO, 2008, p. 33).

De 1808 até 1822, Proença Filho expõe que tão somente 20 mil habitantes do território brasileiro sabiam ler e escrever²¹³, havendo poucos livros disponíveis, posto que a organização da biblioteca régia criada por D. João VI não considerou os disponibilizar aos leitores. À leitura, entretanto,

abrem-se, ao longo da centúria, jornais, revistas, panfletos. Data de 1808, para citar exemplos, o lançamento do primeiro jornal oficial: *A Gazeta do Rio de Janeiro*. Feito de informações sobre o estado de saúde de todos os príncipes europeus, de eventuais documentos, notícias de aniversários, poemas laudatórios à Família Real. Poucas folhas, preço baixo, curta periodicidade. (PROENÇA FILHO, 2008, p. 30).

Em 21 de abril de 1820, partem D. João VI e sua corte de volta a Portugal, para que fosse feita a manutenção do trono e, com ele, de acordo com Proença Filho (2008, p. 33), deixam as terras brasileiras 4 mil lusos. Todavia, aqui são deixadas “eleições de brasileiros, como deputados nas cortes do Reino. Indiretas, mas gerais. Na língua da capital as marcas da fala sedimentada, em que se configuram traços peculiares da pronúncia portuguesa, traços inovadores e, até aquele momento, sem presença no Brasil”. (PROENÇA FILHO, 2008, p. 33).

Já em tempos “independentes”, a língua portuguesa do Brasil, “sedimentada, ganha relevo como fator de unidade nacional e acentua, na dinâmica do processo cultural, a norma paritária que a peculiariza no concerto da língua portuguesa comum que une os povos da comunidade lusófona”, e seguirá, assim, acompanhando a dinâmica do processo cultural em que se insere. (PROENÇA FILHO, 2008, p. 33-34)

Lajolo e Zilberman (1998), no que tange à relação entre imprensa e literatura, enfatizam que há relações de interdependência entre elas e que, mesmo se constituindo em formações discursivas diferentes, emanadas de lugares sociais igualmente distintos, “ambas integram o mesmo sistema da escrita. Não se confundem, posto sejam intercomunicantes. E o fato de a imprensa, durante certos tempos e certos casos, financiar a literatura é, talvez, a manifestação mais visível desta intercomunicabilidade”. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1998, p. 87).

²¹³ Consoante Proença Filho, no mesmo período, em Portugal, com população de 200 mil habitantes, havia 80 mil letrados e um significativo número de obras disponíveis, fossem manuscritos ou impressos. (2008, p. 30).

Diversos são os momentos em que, ao longo da história da imprensa e da literatura, há intersecção entre as áreas. Historicamente, a imprensa periódica no Brasil, produzida no século XIX, pode ser considerada, de acordo com Marco Morel (2005),

um palpável agente histórico, com sua materialidade no papel impresso e efetiva força simbólica das palavras que fazia circular. Os agentes que a produziam e os leitores/ouvintes que, de alguma forma, eram receptores e também retransmissores de seus conteúdos, geravam o abstrato, mas com frequência invocado, Reino da Opinião Pública.

A partir da Independência, argumenta Morel (2005), várias redes de sociabilidade, dentro das condições da época, formaram-se pelo país que buscava se constituir em nação. Nessa perspectiva, o surgimento da imprensa em vários pontos do território propiciou abranger as diferentes regiões e províncias brasileiras, constituindo-se em elemento de articulação dos laços nacionais. A imprensa periódica, como não se constituía em mero veículo, era “mecanismo de participação política, espaço de produção de referências e campo de embates simbólicos”.

A teia de relações proporcionada pelo nascimento da imprensa e seu desenvolvimento, por intermédio das tipografias, por exemplo, as quais, como expõe Morel (2005), além de local de produção gráfica dos livros, jornais, revistas e folhetos, se constituíam, ao mesmo tempo,

em espaço de venda, de encontro entre redatores e leitores, porta de comércio de outras mercadorias, ponto de discussão política, disseminação cultural e rodas de amizade e até, eventualmente, residência do impressor, gerando assim novas significações nos espaços urbanos.

Como pretensão, a imprensa periódica tendia a marcar e ordenar uma cena pública que passava por transformações no âmbito das relações de poder e de suas dimensões culturais. Pozenato e Giron (2004, p. 13), ao reforçarem a importância do veículo, afirmam que "os periódicos, sobretudo os jornais, tornaram-se um dos mais importantes veículos de comunicação, ampliando, aos poucos, sua circulação, agregando novos leitores e, paulatinamente, penetrando nas mais longínquas regiões". Levando em consideração o contexto em que se desenvolviam esses jornais, e os quais diziam respeito a inúmeros setores da hierarquia da sociedade, em suas relações políticas e sociais, a circulação de palavras

– faladas, manuscritas ou impressas – não se fechava em fronteiras sociais e perpassava amplos setores da sociedade que se tornava brasileira, não ficava estancada a um círculo de letrados, embora estes, também tocados por contradições e

diferenças, detivessem o poder de produção e leitura direta da imprensa. (MOREL, 2005).

Como representante de um campo de disputas e mutações, em qualquer que fosse sua vertente – religiosa, política, comercial, científica ou literária –, a imprensa, ao longo do século XIX, teve como marca, além dos embates políticos e poderes econômicos, as criações culturais em suas mais variadas e diversas formas.

No Rio Grande do Sul, então Província do Rio Grande de São Pedro, por sua vez, a imprensa periódica, inicia em 1827²¹⁴, com o *Diario de Porto Alegre*²¹⁵, o primeiro jornal impresso em solo gaúcho. A partir desse momento, enseja-se, então, a publicação de uma série de periódicos que, de acordo com Gomes (2015, p. 135), entre 1827 e 1835, totalizaram 36 títulos por ela apurados.

De acordo com Jandira M. M. da Silva, Elvo Clemente e Eni Barbosa (1986, p. 15-16), considera-se a fase inicial da imprensa no Rio Grande do Sul (ainda Província – 1822-1835²¹⁶) aquela que compreende os jornais antecedentes ao movimento revolucionário farroupilha, a partir de 1827²¹⁷, com *O Diario de Porto Alegre*, até 1844, com o lançamento de *O Imparcial*²¹⁸, que foi o último publicado antes do Tratado de Ponche Verde; e, em seu segundo momento, com os jornais surgidos pós-Revolução, de 1845 a 1851, a partir da pacificação do estado, em fevereiro de 1845. Sem a desvincular das primeiras manifestações jornalísticas do restante do país, Silva, Clemente e Barbosa (1986, p. 17) asseguram que o fator propulsor das publicações consistia na “insatisfação política ante o regime monárquico”, o que veio a ser disseminado a partir do momento em que avolumaram os ditames e as obrigações das Províncias.

Como nas demais províncias, o periodismo gaúcho teve seu início marcado política e doutrinariamente, de forma que poucos não se posicionaram em relação à Revolução Farroupilha. Assim, definiram-se duas atitudes adotadas, pelos órgãos divulgadores e pela população: as de posição favorável ou contrária à contenda. Os jornais, em sua maioria,

²¹⁴ Conforme Jandira M. M. da Silva, Elvo Clemente e Eni Barbosa (1986, p. 75) e dados do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, a 1º de junho de 1827.

²¹⁵ Responsáveis pelo periódico: João Ignacio da Cunha, Vicente Ferreira Gomes, Cláudio Dubreuil, Estivalet, Lourenço de Castro Júnior (ou Lourenço Júnior de Castro), conforme Jandira Silva (1986, p. 22).

²¹⁶ Conforme o *Anuario Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul – 1924*, em sua divisão administrativa do estado, prevê, de 1835 a 1845, a “Republica Rio Grandense” e, após, de 1845 a 1889, da “Republica Riograndense ao Estado do Rio Grande do Sul” (1924, p. 205-207).

²¹⁷ Em 1827 também surge, em Porto Alegre, *Astro Liberal*, do qual não se dispõem maiores informações (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p. 22).

²¹⁸ Porto Alegre, de 22 out. 1844 ao 1º sem. 1848. Responsáveis: José Pedro de Carvalho Moreira, Joaquim José Quadrado, Cláudio Dubreuil (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p. 28).

tiveram duração de um ano²¹⁹ (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p. 19). Dos que circularam, subsistiram por mais tempo *O Commercio*²²⁰ e *O Imparcial*²²¹ – que deu continuidade a *O Analista*²²²; e, apesar das interrupções, ainda a *Sentinella da Liberdade*²²³, que foi publicada entre 1830 e 1837. Entre os primeiros jornais do interior estão *O Noticiador*²²⁴, de Rio Grande, fundado em 3 de janeiro de 1832, e *O Americano*²²⁵, de Alegrete, em 1842. Entre 1842 e 1843 circulou *O Americano*²²⁶, periódico oficial da República Rio-Grandense, cuja continuação ocorreu por meio da *Estrella do Sul*; e *O Amigo do Homem, e da Patria*²²⁷, primeiro jornal impresso na tipografia de Silveira & Dubreuil (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p. 30) e, de acordo com o IHGRGS, era vendido também em Pelotas, Rio Grande e Rio Pardo. Os responsáveis foram Tomás Inácio da Silveira e Cláudio Dubreuil (redatores e impressores), substituídos por Lourenço de Castro Junior, com o pseudônimo de Manuel Lander; e, “como publicava tudo que recebia, foi acusado de descumprir a Lei de Imprensa. O jornal era liberal e pregou a Revolução”

²¹⁹ Apontados como jornais de curta duração estão *Echo Brasileiro* (1842) e *Argos* (1844); com menos de três meses de duração: *Bellona [irada contra os sectários de Momo* (1833-1834), de Maria Josefa Barreto Pereira Pinto, a quem Jandira Silva nomeia Maria Josefa da Fontoura Pereira Pinto (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p. 24)], *O Quebra Anti-Evaristo* (1835-1836), *O Colono Alemão* (1836) e *Estrella do Sul* (1843), o qual, tudo indica, teve três números; além desses, com imprecisão de datas, são elencados: *O Pobre* (1834), *O Republicano* (1834), *O Justiceiro* (1836) e a *Gazeta Mercantil* (1836-1837). (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p. 19, 22-28).

²²⁰ Como responsáveis teve Isidoro José Lopes e Cláudio Dubreuil, circulando de 14 de fevereiro de 1840 a 6 de dezembro de 1848, em Porto Alegre. (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p. 27).

²²¹ De 22 de outubro de 1844 a 31 de dezembro de 1849, de Porto Alegre, cujos responsáveis foram José Pedro de Carvalho Moreira, Joaquim José Quadrado e Cláudio Dubreuil. (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p. 28).

²²² Circulou de 29 de julho de 1840, com interrupção, retornando em 7 de agosto de 1840 até 1844. (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA., 1986, p. 27).

²²³ Ou *Sentinella da Liberdade na Guarita ao Norte da Barra do Rio Grande de São Pedro do Sul*, editado em Porto Alegre até o número 546, de setembro de 1835; depois, continua no Rio de Janeiro até o número 575 e reinicia em Porto Alegre, em dezembro de 1836 e circula até 1837 (cujo último número “de que se tem notícia é o 622, conforme Gabriel P. Borges Fortes, datando de 30-05-1837”) (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p. 21-22) e, de acordo com o IHGRGS, “Não se sabe quando terminou o jornal, mas o último número conhecido é de 11 de agosto de 1837. O título, longo no seu início, ficou reduzido para *Sentinela da Liberdade*”. Disponível em:

https://www.ihgrgs.org.br/hemeroteca/cd_jornais_poa/CD/Sentinela_Liberdade/sentinela_liberdade0.htm.

Responsáveis: Lourenço de Castro Júnior, Francisco Luiz da Costa Guimarães (ou Luiz Antônio da Silva Guimarães), Cláudio Dubreuil, Thomás Ignacio da Silveira. (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p. 21-22).

²²⁴ Até o 1º semestre de 1836. Responsáveis: Guilherme José Correia, Francisco Xavier Ferreira, Matheus Gomes Vianna, Bernardo José Viegas (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p. 23). A 13 de agosto de 1832, também em Rio Grande, surge *O Observador*, até 1834, cujo responsável era Guilherme José Correia.

²²⁵ O responsável pelo periódico foi Sebastião Xavier do Amaral Sarmento Mena, e circulou de 24 de setembro de 1842 a 1º de março de 1843. (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p. 28).

²²⁶ Consta que Sebastião Mena foi seu colaborador assíduo, assim como no *Compilador*. (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p. 34).

²²⁷ “O nome do jornal apresenta uma vírgula [...], embora nem sempre observada”; circulou de 3 de julho de 1829 até o 2º semestre de 1830 (o último número consultado foi, de acordo com Jandira Silva, datado de 14-8-1830 – data também acatada pelo IHGRGS); ainda, o jornal mantinha um complemento intitulado “Correspondência” (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p. 34), em tom polêmico e com diversos assuntos.

(IHGRGS). Pós-revolução, são poucos os jornais que circulam em Porto Alegre, conforme explica Jandira Santos, “nessa fase de recessão. De uma forma geral, chegamos à metade do século XIX com a existência certa de apenas dois jornais: *O Mercantil*²²⁸ e o *Correio de Porto Alegre*²²⁹” (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p. 94). A partir de então, torna-se comum, ainda, a repetição de nomes de jornais.

Na fase de consolidação da imprensa, por sua vez, entre 1852 e 1884, subdivide-a Jandira Silva em três momentos: 1852-1868, o qual consistiria em um período intermediário – aqui surgem os primeiros jornais em língua alemã; 1869-1884, período inaugurado com a fundação d’*A Reforma*²³⁰ e término com *A Federação*²³¹, jornais que marcaram a história da imprensa, além do surgimento de outros jornais importantes em língua alemã *Deutsches Volksblatt*, de orientação católica, *Deutsche Post*, de orientação evangélica, e o *Koseritz’ Deutsch Zeitung*²³²; 1885-1895, período cujo início se estabelece com a fundação do *Correio do Povo*²³³ e que coincide com as comemorações do “Cinquentenário da Revolução Farroupilha”, culminando na proliferação de periódicos, políticos ou não, a partir de 1887.

²²⁸ Circulou de 1º de dezembro de 1849 a 1865, cujos responsáveis foram: João José de farias Villasboas, José Cândido Gomes, E. P. de P. Abreu, Francisco Xavier da Cunha, Florêncio de Abreu, Antônio Eleutério de Camargo, Eudoro Berlink, Aurélio Veríssimo de Bittencourt, Felix Xavier da Cunha (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p. 65).

²²⁹ Circulou de 6 de junho de 1849 a 13 de julho de 1852 (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p. 65).

²³⁰ *A Reforma* circulou de 16 de junho de 1869 a 15 de junho de 1912. Como colaboradores teve: Antônio Lara Fontoura Palmeiro, João Gonçalves de Oliveira, Adriano Nunes Ribeiro, A. C. Saibro Netto, Norberto A. Vasques, Manoel de Vasconcellos, Gaspar Silveira Martins, Carlos Ferreira Ramos, Francisco Maciel Júnior, Júlio Magalhães, Correa de Oliveira, Carlos Thompson Flores Inácio de Vasconcelos, Carl Von Koseritz, Florêncio de Abreu e Silva, Apollinário Porto Alegre, J. da S. Mello Guimarães, Antônio Eleutério de Carvalho, Felisberto Pereira da Silva, Timóteo Pereira da Rosa, Mário de Artagão, Francisco José Ferreira Camboim Filho, Carlos Rodrigues Chaves, Antônio Antunes Ribas, Aurélio Veríssimo de Bittencourt, Germano Hasslocher, Bernardo José Barbosa e outros. (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p. 152).

²³¹ *A Federação* circulou de 1º de janeiro de 1884 a 17 de novembro de 1937. Entre seus colaboradores constam: Venâncio Aires, Júlio Prates de Castilhos, Dionysio Porto, Lindolfo Collor, Arthur Pinto da Rocha, Evaristo Teixeira do Amaral, Carlos Penafiel, José Gonçalves de Almeida, Ernesto Alves, Othelo Rosa, Joaquim Francisco de Assis Brasil, Vieira Pires, Felicíssimo de Azevedo, Demétrio Ribeiro, Pedro Moacyr, Barros Cassal, Germano Oliveira, Ramior Frota de Barcellos, Antônio Augusto Bosrges de Medeiros, Germano Hossbacher, Otávio Rocha, João Pio de Almeida, Getúlio Vargas, Ildfonso Pinto, João Pinto da Silva, Augusto Uflacker, Pedro Verghara, Eduardo Guimarães, João Neves da Fontoura, Oswaldo Vergara, Moysés Vellinho, João José Cezar, Alfredo Varela, Antão de Faria, Plínio Casado, Alcides Maya, Fernando Miranda, Henrique de Casaes, Renato Costa, A. J. Pereira da Silva, João Bonuma, Benjamin Flores, Arthur Toscano, Fábio Barreto Leite, Alcides Gonzaga, James Darcy e outros. (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p. 169-170).

²³² O “Jornal Alemão de Koseritz” apresenta discrepâncias em sua data de surgimento, entre 1881 e 1883. Foi dirigido por Kosertiz até 17 de maio de 1890 e, após 1906, passa a se chamar *Neue Deutsch Zeitung*. (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p. 178).

²³³ *Correio do Povo*, Porto Alegre, circulou de 1º de outubro de 1895 a 16 de junho de 1984, quando foi suspenso. Como colaboradores e responsáveis, contou com: Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior, João Obino, Emílio Kemp< Francisco de Leonardo Truda, Fernando Caldas, Fabio de Barros, André Carrazoni, Breno A. Gonzaga, J. Avalone, Alexandre Alcaraz, Paulino Azurenha, Mário Tota, Sebastião Leão, Daniel Job, Germano de Oliveira, João Grave, R. Ribeiro, Juvenal Mendisco, Sertório de Castro, Alberto Juvenal do Rego Lins, José Carlos de Souza Lobo, Breno Caldas, Francisco Antônio Caldas, entre outros. (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p. 203).

De acordo com Santos, Clemente e Barbosa, quando a imprensa se consolida, a partir de 1852, surge uma multiplicidade de outros interesses e os jornais adquirem, ainda, novas modalidades de expressão além da política. Entre as novas publicações, que vão desde as humorísticas, ilustradas, joco-sérias, caricatas até as noticiosas, mais tarde, com eles “concorrem os órgãos representativos das diversas classes sociais – sociedades, grêmios literários, escolas” e clubes, os quais mantêm boletins, órgãos noticiosos e recreativos, mais restritos (1986, p. 123, 125). No que tange à política, antes e depois da luta entre legalistas e farroupilhas, a história da imprensa gaúcha

não deixa de ser a história da evolução política e também social do Rio Grande do Sul [...], tornam-se esses órgãos representativos dos diversos partidos políticos da província: o **conservador**, que teve o jornal *O CONSERVADOR*, como seu órgão máximo; o **liberal histórico**, que resultou da união entre “radicais” e “progressistas”, tendo *A REFORMA* como órgão oficial; e o **republicano**, cujas idéias se propagaram através do jornal *A FEDERAÇÃO*. (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p. 124, grifos dos autores).

Das tendências políticas, fossem elas favoráveis a Assis Brasil, Borges de Medeiros ou Júlio de Castilhos, avulta a maioria dos órgãos da imprensa política, até 1920. Como resultado das imigrações, entre a consolidação e a fase moderna, determinadas por Silva, Clemente e Barbosa, há o surgimento dos primeiros órgãos impressos em língua estrangeira. Dentre eles, os pioneiros são em língua alemã que, durante o Império, surgem em número de dez jornais na Província – o primeiro, bilíngue, surgido em 1852 foi *Der Colonist*²³⁴ (10 ago. 1852 – 30 jul. 1853); após, foram fundados muitos outros, “face à necessidade de atender à comunidade de imigrantes” (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p. 129). Em relação aos de língua italiana, em 1885, surge *La Colonia Italiana*²³⁵, o primeiro; e, depois, a partir de 1890 surgem

²³⁴ Primeiro jornal em língua alemã a circular na América do Sul, foi fundado por um brasileiro, José Candido Gomes, ex-redator do *Mercantil*; tratava-se de “um semanário para os interesses do comercio, da indústria e agricultura”. (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p. 131, 143).

²³⁵ Porto Alegre, início em 1885 e término indeterminado. Sob direção de F. Canessa. (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p. 183-185).

*L'Italiano*²³⁶, *L'Avvenire*²³⁷ e *Corriere Cattolico*²³⁸; em 1892, *Il Commercio Italiano*²³⁹, de Adelchi Colnaghi, e *L'Ecco delle Colonie*²⁴⁰, de Carlos Dell'Appa; em 1895, surge *L'Italia*²⁴¹.

Já em sua fase moderna, divide-a Jandira Silva (1986, p. 16) em dois períodos: 1896-1910 – no final do século XIX, momento em que surge a imprensa na Colônia Caxias com *O Caxiense* (1897) –, inicia com a fundação do *Correio do Povo*, em 1895, até o 75º aniversário da Revolução Farroupilha, em 1910; e 1911-1935, que se estende até o centenário da insurreição farrapa. Continuam as publicações nesse período de jornais em língua estrangeira, com decréscimo a partir de 1920; além dos jornais alemães que se multiplicam nas zonas de imigração, surgem, também, os poloneses – em Ijuí, em 1909, com *O Kolonist*. No que concerne aos italianos, expandem-se a partir de 1900. Nesse período, de acordo com Jandira Silva, “Os pequenos jornais continuam, principalmente os políticos, contrários ou favoráveis às primeiras candidaturas à presidência da República” (1986, p. 212).

No que se refere à Colônia Caxias, após a Proclamação da República²⁴², iniciam movimentos para sua emancipação municipal, uma vez que a condição de distrito não agradava aos habitantes de Caxias: “A divisão administrativa entre Comissão e São Sebastião, somada à distância da sede municipal, dificultava o bom andamento dos trabalhos” (GIRON, 1977, p. 71). Os moradores da Sede Dante, como se chamava a zona urbana de Caxias, organizaram-se e, com o apoio do Presidente da Província, conseguiram a emancipação municipal. (POZENATO; GIRON, 2004, p. 26). Pelo Recenseamento de 1880, comprovado que a população era de cerca de 16 mil habitantes²⁴³ e economicamente produtiva, dessa forma atestada a sua posição administrativa autônoma e, pelo Ato Estadual nº 257, em 20 de

²³⁶ Entre o 2º semestre de 1890 e 1893, em Porto Alegre, sob a responsabilidade dos irmãos Marsicano e Cesare Pelli. (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p. 193).

²³⁷ “O Porvir”; inicia a circulação em 1892, em Porto Alegre, e seu término é indeterminado. Responsáveis: Irmãos Giannini e Colombo Leoni. (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p. 198).

²³⁸ Responsáveis: Alfredo Clemente Pinto, Guido Carlo Pasini e Adelchi Colnaghi. Inicia em março de 1891 até 1895, em Porto Alegre. (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p. 195).

²³⁹ Porto Alegre. Início em 10 de novembro de 1892 e término indeterminado. (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p. 198).

²⁴⁰ Porto Alegre. Início em 4 de outubro de 1892 e término indeterminado. (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p. 198).

²⁴¹ Porto Alegre. Início em 1895 e término no mesmo ano; responsáveis: Cesare Pelli, Arzani e Carlo Dell'Appa. (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p. 202).

²⁴² Em 1889, com a Proclamação da República, a denominação de alguns distritos foi alterada. Assim, Dona Isabel, que tinha recebido o nome em homenagem à herdeira do trono, passou a chamar-se Bento Gonçalves, e Conde D'Eu passou a chamar-se Garibaldi: “os vultos do Império foram substituídos pelos heróis republicanos”. (POZENATO; GIRON, 2004, p. 25). Diferentemente de Caxias, que permaneceu nomeada com a alcunha imperial.

²⁴³ De acordo com Giron (1977, p. 71), “Em 1855 a população era de aproximadamente 10.000 habitantes, já havendo uma certa integração comercial com a capital”; e Pozenato e Giron (2004, p. 26), por ocasião de sua emancipação, “Caxias apresentava uma população de aproximadamente dez mil habitantes, com suas 120 pequenas empresas industriais e 38 casas comerciais”.

junho de 1890, é criado o município de Caxias – quando de sua emancipação como Vila de Santa Teresa de Caxias de São Sebastião do Caí, o município contava com quatro distritos: Caxias (sede), Nova Vicenza (Farroupilha), Nova Trento (Flores da Cunha)²⁴⁴ e Nova Pádua. Os limites foram fixados, em 1892, pela Lei Orgânica Municipal²⁴⁵. O nome Caxias²⁴⁶, pelo Decreto Estadual 457, do presidente General Cândido José da Costa, é escolhido em homenagem a Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias (1803-1880), principal militar brasileiro da guerra movida pelo Império no século XIX (GIRON, 2010, p. 319, 325), a Guerra do Paraguai²⁴⁷ (1864-1870).

Desde o início do povoamento da região, de acordo com Pozenato e Giron (2004, p. 20), houve interesse por parte dos imigrantes de se manterem informados, além do que acontecia na Itália, no Brasil, também, sua nova morada e, conseqüentemente, de “amigos e parentes que também viviam nesta terra, mas em lugares diferentes, o que provocou a necessidade do surgimento de jornais locais” (POZENATO; GIRON, 2004, p. 20).

A partir de 1891, com a naturalização em massa, de forma que os imigrantes se tornaram brasileiros por decreto, havia chegado o momento em que, de acordo com Pozenato e Giron (2004, p. 37), “puderam participar das lutas políticas numa situação de direito e não apenas de fato”, direito de votar e ser votados para cargos públicos. Em 1895, a 13 de dezembro, é inaugurada a linha telegráfica Porto Alegre-Caxias. Já próximo à criação do primeiro jornal caxiense,

em 1897, a 11 de março, quando aqui esteve o saudoso Presidente do Estado dr. Julio de Castilhos, o seu progresso era, tanto, que impressionou grandemente o espírito do grande estadista e o levou a proferir aquele famoso discurso, em que

²⁴⁴ Em 1924, Nova Trento, com 7.082 habitantes, atual Flores da Cunha, emancipa-se de Caxias. De acordo com Gardelin e Costa (1993, p. 65), pela tradição, colhida por Dom José Barea [primeiro Bispo da Diocese de Caxias do Sul, nomeado em 1º de novembro de 1935 e empossado a 11 de fevereiro de 1936 (ADAMI, 1966a, p. 107)], “dá conta de que os engenheiros do império previam uma grande cidade onde hoje se localiza Flores da Cunha. No Campo dos Bugres, no máximo, segundo eles, deveria haver apenas uma pequena povoação, tanto assim que no Começo Caxias se chamou Sede Principal e Sede Dante. Em Nova Trento, [...], teriam sido reservados mais de 1.000 hectares para a grande metrópole. O destino, entretanto, decidiu que a cidade surgiria aqui, ainda que as condições ideais não existissem”.

²⁴⁵ Já haviam sido vendidos 2.938 lotes, entre rurais e urbanos (GIRON, 1977, p. 71).

²⁴⁶ Pelo Decreto-lei nº 720, de 20 de dezembro de 1944, foi alterado o nome de Caxias para Caxias do Sul.

²⁴⁷ Travada entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai); também chamada Guerra da Tríplice Aliança (*Guerra de la Triple Alianza*), na Argentina e no Uruguai; e de Guerra Grande, no Paraguai. A guerra contra o Paraguai, como acontecimento central da história do Brasil da segunda metade do século XI, de acordo com Mário Maestri (2009): “Em sentido lato, as ações militares iniciaram-se em 16 de outubro de 1864, com a intervenção do Império no Uruguai contra o autonomismo *blanco*, exigida pelos criadores rio-grandenses instalados no Norte daquele país e pela política imperial no Prata, e concluíram-se, em 1º de março de 1870, com a morte de Solano López, com o Paraguai sob ocupação”. Vide: MAESTRI, Mário. A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*. Colloques. 27 mar. 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/55579>.

prometeu ligar Caxias a Porto Alegre com o «ramal da estrada de Ferro, afirmando que Caxias era a «Pérola das Colônias».
 E dessa data em diante parece que tudo começou a progredir mais intensamente, até tornar-se a urbe grandiosa da atualidade.
 O que afirmamos é, pois, um fato público e notório, um fato mais que obvio, um fato incontestável, um fato evidente (ADAMI, 1951, p. 1).

O conflito entre a Igreja Católica e a política local determinou o surgimento de duas linhas editoriais nos periódicos que circulavam na região: a católica, para “fazer frente tanto à Maçonaria quanto ao positivismo que dominavam o estado” (POZENATO; GIRON, 2004, p. 85), que consistiu na busca da Igreja Católica, por meio da imprensa, de um espaço para alertar os fiéis contra princípios considerados subversivos; e a político-partidária²⁴⁸ que, durante o período da República Velha (1889-1930), subsidiada pelo governo federal, destinava verbas aos jornais para a divulgação de atos oficiais e de leis. Assim, a maioria dos periódicos de cunho político era vinculada ao Partido Republicano Riograndense. (POZENATO; GIRON, 2004).

Após o término da Revolução Federalista (1893-1895), em Caxias, a imprensa que surgia era altamente política. Em 1897, com a população da Região de Colonização Italiana ultrapassando 80 mil habitantes, momento em que vários distritos já se encontravam emancipados e transformados em municípios, o que, aliado à existência de um bom número de possíveis leitores, viabilizou a fundação da imprensa regional.

O primeiro periódico que aqui surgiu foi *O Caxiense*, cujo primeiro número data de 15 de outubro de 1897, e era dirigido por brasileiros. De propriedade do Doutor Diana Terra, vinculado ao Partido Republicano, e dirigido por Júlio Campos, intitulava-se “Defensor das colônias e orgam republicano” e, em verdade, era órgão partidário e estava mais ligado à política do que, de fato, à região. De imediato, foi causada contrariedade à Igreja Católica, a qual afirmava serem eles porta-vozes da Maçonaria. Em resposta, a 1º de janeiro de 1898, data que representou “o nascimento de uma nova era para a cidade, a partir da qual os católicos imigrantes teriam vez e voz” (POZENATO; GIRON, 2004, p. 38), surgia *Il Colono Italiano*, apresentando-se como “Bolletino cattolico mensile”, fundado pelo padre Pedro Nosadini²⁴⁹. Ambos encerraram suas atividades em 1898.

²⁴⁸ Sobre as disputas na imprensa entre católicos e maçons, vide: VALDUGA, Gustavo. *Paz, Itália, Jesus: uma identidade para imigrantes italianos e seus descendentes: o papel do jornal Correio Riograndense (1930-1945)*. Porto Alegre: Edipucrs, 2008.

²⁴⁹ A querela existente entre *O Caxiense* e *Il Colono Italiano* pode ser, bem como o evento que culminou na expulsão do pároco de Caxias, em Pozenato e Giron (2004).

As primeiras composições publicadas na então Vila de Santa Teresa de Caxias constam n’*O Caxiense*. Em seu primeiro número, com seis páginas, de 15 de outubro de 1897, foram publicados três poemas e uma crônica. Datado de 22 de setembro de 1897, está impresso na capa o poema “Confissão”, dedicado a “H...”, e cuja autoria também é abreviada pelas iniciais “F. M. B.”, portanto ainda desconhecida; à página 2, o poema “Saudades”, dedicado a A. Sieben, é de autoria de José Michel, cujo pseudônimo é José Barros Cobra; à página 5, por sua vez, constam o “Poemento”, como o próprio título sugere, e é dedicado “A minha mulher”, além da crônica intitulada “Selvagem”, ambos datados de 25 de março de 1897 e de autoria de Henrique Vieira. Ainda, foi publicada a carta de despedida de Caxias, do padre Pedro Nosadine (Pietro Nosadine), intitulada “Cattolici Caxiensi”, redigida em Porto Alegre e datada de 9 de fevereiro de 1899 (!!!). Claro engano. No *Il Colono Italiano* encontramos um poema publicado na edição de número 5, a 15 de maio de 1898, intitulado “T’amo, Maria!...”, datado de janeiro de 1897 (gennaio 1897) e assinado ... Spes. Pode ser esse, então, o primeiro poema publicado em Caxias do Sul, cuja autoria ainda é desconhecida e o que se sabe é que foi redigido por “uma pena gentil” em comemoração ao mês de maio, consagrado a Maria pelos católicos.

Acerca dos poetas caxienses, Adami (1966a) considera Barros Cobra, cronologicamente, como o precursor, desconsiderando, de fato, a data das composições de Henrique Vieira e totalmente ignorando o fato de haver um poema anterior em *Il Colono Italiano*. Assim, portanto, pode-se estabelecer que este, e não aquele, seria o primeiro poeta caxiense, embora não se saiba quem o escreveu. Ainda, pela impossibilidade de se determinar com precisão a autoria de “Confissão”, fica mais um desafio imposto. De acordo com o pesquisador, Barros Cobra²⁵⁰ ausentou-se de Caxias (não é determinado exatamente quando) e retornou em 1917, “quando aqui estêve, durante algum tempo, tendo colaborado, em versos, nos jornais *O Estimulo* e *A Perola*, falecendo em Nova Milano, em 1919, mais ou menos”. (ADAMI, 1966a, p. 252).

Sobre Henrique Vieira, Adami comenta que, quase simultaneamente com Barros Cobra – na verdade, as composições são datadas anteriormente –,

aparece, no jornal *O Caxiense*, uma linda poesia, escrita especialmente para êsse órgão, pelo poeta Henrique Vieira, que também escreveu, no mesmo número de *O Caxiense*, uma linda crônica [“Selvagem”], silenciando, após.

²⁵⁰ Nasceu em Jaguari, RS, em 17 de setembro de 1878, e faleceu em Nova Milano, Farroupilha, RS, em 1919. Foi integrante do Grêmio Literário Caxiense. Bibliografia: *Noites de Sabat*. Poesia, São Leopoldo: Tipografia Rottermund, 1904. (BERTUSSI; ZINANI, SANTOS, 2006, p. 133).

Nada mais podemos adiantar, portanto, a respeito desse segundo poeta surgido em Caxias do Sul” (1966a, p. 252).

Nesse interim, no que se refere à administração da Vila de Santa Teresa de Caxias, com o tempo, e apesar dos “desmandos políticos”, entre 1892 e 1910 foram eleitos 10 conselhos municipais. A antiga colônia prosperou e enriqueceu, tornando-se o centro econômico da região. Em 1910, a elevação de vila a cidade, “conseguida na mesma data da chegada da estrada de ferro”, demonstra, de acordo com Giron (2010, p. 330), que o município se afirmava politicamente. Com o crescimento de Caxias do Sul, entre os anos de 1901 e 1913, surgiu uma série de jornais que, conforme Pozenato e Giron (2004, p. 44), teve curta duração e era de propriedade, em sua maioria, de brasileiros, o que ainda fomentava as lutas políticas entre católicos e maçons, ou entre brasileiros e estrangeiros. Alguns desses jornais foram *A Gazeta Colonial*, *A Folha*, *A Verdade*, *O Paladino*, *O Tagarela*, *Correio do Município*, *O Rosicler* e *O Orientador*.

Nesse período, os italianos começaram a participar do poder legislativo quando puderam, e foram, eleitos para o Conselho Municipal²⁵¹; todavia, o cargo de Intendente somente era ocupado por brasileiros – ou seja, o Poder Executivo estava centrado nas mãos. Dessa forma, concentravam o poder, posto que lhes cabia designar os vice-intendentes, as comissões eleitorais e a guarda municipal, entre outras atribuições (GIRON, 2010, p. 327).

A história de Caxias, nos 41 anos da Primeira República²⁵², de acordo com Giron (2010, p. 326), teve seus intendentes nomeados e todos, sem exceção, nomeados ou eleitos, nasceram fora do município: “Caxias, assim como os outros municípios derivados das colônias, tornou-se a terra dos outros, servindo aos interesses alheios” (GIRON, 2010, p. 329). A política, durante esse período, foi conduzida pelo Partido Republicano Riograndense – PRR –, que a dirigiu intelectual e moralmente. Quanto à que era praticada pelos seus governantes, os municípios estavam submetidos de forma direta à Província, uma vez que seus Presidentes tinham o poder de designar novos intendentes nos municípios que se formavam. Naqueles criados, todavia, a partir das antigas colônias, como é o caso de Caxias, maior se fazia sentir o poder, o cuidado e a ingerência, “tal cuidado até pode ser explicado, pois, em tempos de nacionalismo e do culto ao Estado Nacional e seus símbolos, ter o território nacional invadido por europeus pobres e incultos, em sua maioria, poderia

²⁵¹ Os conselheiros foram: Ernesto Marsiaj (Marsiaj), presidente; Hugo Luciano Ronca, vice-presidente; Benjamin Cortes Rodrigues, Agapito Cruz, Romano Lunardi, Salvador Sartori e Ângelo Chitolina. (GIRON, 2010, p. 327).

²⁵² 1889-1930.

representar algum perigo ao País”. (GIRON, 2010, p. 326). E o controle, de acordo com Giron, poderia ser justificado pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a qual colocou a Itália e o Brasil em campos opostos.

Entre o surgimento de *O Caxiense* e *Il Colono Italiano* e o término de suas circulações, em 1898, o próximo jornal de que se tem conhecimento a circular vem a público somente a 3 de agosto de 1902. De circulação dominical, o periódico em questão é *O Cosmopolita* – Orgam dos interesses coloniaes²⁵³ –, de propriedade do Tenente-Coronel Mauricio Nunes de Campos, e nele atuando como colaborador José de Campos Neto. Na edição de número 68, de 22 de novembro de 1903, é anunciada a venda do jornal, a mudança dos editores/proprietários, para Costa & Comp.; além do nome, *O 14 de Julho*²⁵⁴, que, a partir de 13 de dezembro de 1903²⁵⁵, passa a circular sob nova alcunha. É no *14 de Julho* que avulta a primeira composição de autoria feminina da também primeira colabora mulher em um periódico da Vila de Santa Teresa de Caxias. O soneto intitulado “Despedida de Caxias”, como já mencionado, data de 14 de fevereiro de 1904. Após a absorção d’*O Cosmopolita* por *O 14 de Julho*, torna-se, tão somente, “Orgão do Partido Republicano”, circulando até 31 de maio de 1904, quando, novamente, é retomada sua circulação como *O Cosmopolita*, a 12 de junho de 1904 até 17 de dezembro de 1904. Sobre *O Cosmopolita*, Adami menciona que “em terceiro lugar, com uma não menos linda poesia” está o Dr. Antônio Casagrande, jurista, escritor e poeta, também colaborador do periódico, com o poema “Despedida de Caxias”, de 1º de março de 1900 (1966a, p. 252), o que também consta em Bertussi, Zinani e Santos (2006, p. 60). O que vamos, também, corrigir: se *O Cosmopolita* teve seu primeiro número publicado em 3 de agosto de 1902, logo, é impossível ser de 1900 o poema. Então, o localizamos publicado a 1º de março de 1903, na edição número 31, página 1; e, se repararmos bem, o título “Despedida de Caxias” é o homônimo do soneto da nossa ilustre desconhecida, aquele poema publicado em 14 de fevereiro de 1904, só que n’*O 14 de Julho*. As composições, todavia, são diferentes.

²⁵³ Equívoco da parte de Pozenato e Giron, quando apontam que *O 14 de Julho* surgiu antes e incorporou *O Cosmopolita*, como também há engano quando dizem que: “Ao que tudo indica, houve uma incorporação de *O 14 de Julho* por *O Cosmopolita*, e a discrepância dos dados deve-se à ausência e registros precisos à época” (2004, p. 44-45).

²⁵⁴ Em clara homenagem à data em que foi decretada e promulgada a Constituição Política do Rio Grande do Sul, em 1891, por Júlio de Castilhos, em que “os representantes da sociedade rio-grandense, reunidos para organizar o Estado, decretaram e promulgaram a Constituição política do Rio Grande do Sul, em nome da Família, da Patria e da Humanidade”. (DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. *Anuario Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul – 1922, 1923*, p. 219).

²⁵⁵ Equivocadamente, João Spadari Adami data de 1º de janeiro de 1904 o seu surgimento (1966a, p. 207).

A partir de então, outros homens de letras da cidade foram figuras importantes no jornalismo local, entre eles, Bento da Lavra Pinto, sobre quem já fizemos uma breve abordagem. Radicado na vila de Caxias, participou da organização de vários jornais: *A Gazeta Colonial*, *A Folha*, *A Verdade* e *O Orientador*. Enquanto colaborava no *Gazeta Colonial*,

tornou-se diretor de *A Folha*, que circulou de 14 de abril de 1906 a 27 de abril de 1907. Em outubro do mesmo ano, fundou *A Verdade*, que circulou até 31 de novembro de 1908. Em 5 de fevereiro de 1909, começou a circular o jornal *O Orientador*, do qual se tornou colaborador. Era seu gerente José de Vargas, e nele colaboraram, entre outros, Manoel Peixoto de Abreu e Lima, Jerônimo Neves, Olavo Ferreira, Antônio Casagrande e Carlos de Lima Côrtes. (POZENATO; GIRON, 2004, p. 47).

Em 1906, o Grêmio Literário Caxiense é fundado e, entre os membros que fizeram parte dessa agremiação literária, “figuram, como poetas”, de acordo com Adami: Barros Cobra, Alcides Miller, Alfredo de Lavra Pinto e Artur de Lavra Pinto, secretário e presidente; “como professores e membros honorários”, fizeram parte: Antonio Casagrande, Bento de Lavra Pinto e Leonel de Vargas (ADAMI, 1966a, p. 253).

Na *Gazeta Colonial*, por exemplo, na edição de número 29, de 30 de junho de 1906, é publicado na capa o poema intitulado “A imprensa”, de Gonçalves Crespo. Na edição de número 157, de 19 de dezembro de 1908, foi publicada a primeira parte da crônica intitulada “Saber ser pobre”, cuja autoria consta da abreviação H. M.; a segunda parte, na edição de número 158, de 26 de dezembro de 1908²⁵⁶; e, em 2 de janeiro de 1909, na edição número 159, a terceira parte: atribuímos a autoria das crônicas (H. M.) ao redator e proprietário Herculano Montenegro; além disso, há a publicação de dois romances em forma de folhetim: o primeiro, intitulado “O Romance do Homem Amarello” (subintitulado “costumes chineses”), do General Tcheng-Ki-Tong, tradução de Luiz Cardoso, que começa a ser publicado, estimamos, na edição número 137²⁵⁷, e cujo término ocorre na edição de número 164, de 6 de fevereiro de 1909; e, em seguida, publica-se “Morta de amor”, de Albert Delpit, com a tradução de Augusto Peixoto, que foi publicado a partir da edição de número 168²⁵⁸, a 13 de março de 1909. Embora não tenham sido encontrados textos de autoria feminina neste periódico, foi possível verificar a profusão e a diversidade de textos publicados, além das

²⁵⁶ Nessa mesma edição, aparece publicado o soneto “Solidudo”, de Olavo Bilac. (*Gazeta Colonial*, n. 158, p. 1, 26 dez. 1908), o que demonstra que, na Vila de Santa Teresa de Caxias, já se liam os poetas parnasianos.

²⁵⁷ Indisponível na Hemeroteca da Biblioteca Nacional e no Acervo do Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul.

²⁵⁸ Havia sido anunciado, e prometido, na edição de número 164, que, com o fim da publicação de “O romance do Homem Amarello”, no próximo número, iniciaria a publicação de tal romance, o que veio a se concretizar apenas na edição de número 168 da *Gazeta Colonial*.

notícias e publicidades costumeiras. Os exemplos que aqui dispomos, e há muitos outros, apesar de não estarem abarcados no *corpus* a que nos propusemos trabalhar, trazem à tona as questões de apagamento e silenciamento da historiografia. Assim revela Adami (1966a, p. 253) a respeito das composições que ele encontrou:

Surge, agora, a 9 de dezembro de... 1905, o jornal *Gazeta Colonial*, onde aparecem os versos de Jerônimo Neves, poeta conceituado, que colaborou, mais tarde, nos jornais *O Orientador* e *O Momento*, e publicou, em 1888, o livro de versos intitulado *Esmeraldas*.

Aparecem, ainda, na *Gazeta Colonial*, os versos, em idioma italiano, do Sacerdote e Professor **Doménico Talotti**, poeta que aparece mais tarde, com seus versos, no jornal *La Libertà*. (1966a, p. 253, grifo do autor).

Depois de expormos a diversidade de composições, fossem elas romances, crônicas ou poemas, entre outros, não nos parece possível desconsiderar tantos autores. Agora, podemos imaginar o que foi feito, na verdade, deixou de ser, a respeito das composições de autoria feminina. O que fica aqui provado é que, pelos critérios que foram estabelecidos, e que ainda persistem, muitos textos, em sua “insustentável leveza”, sejam levados pelo sopro do tempo, as páginas encobertas na poeira da história. Até aqui, nenhuma vez é mencionada qualquer mulher. As primeiras mencionadas por Adami, no jornal *La Libertà*, são Henriqueta Ussuelli Ruzza²⁵⁹ e Ada Negri, momento em que o pesquisador acrescenta: “aparecendo, ainda, mais alguns versos, também em idioma italiano, de autoria [...]” das poetisas italianas. Antes delas, são mencionados os versos do poeta Manoel Peixoto Abreu e Lima no jornal *O Orientador* e alguns versos publicados no *La Libertà*, em idioma italiano, de autoria dos padres Francisco Baldassare, Antônio Marcelino, Demófilo²⁶⁰ e Cármine Fasulo²⁶¹, sob o pseudônimo de Niripo (ADAMI, 1966a, p. 253-254). Os poemas das italianas são “Sinite Parvulos...”, de Ada Negri, publicado em 8 de maio de 1909, e “A La Vergine”, de Enrichetta Ussuelli Ruzza, publicado em 11 de dezembro de 1909.

Em 13 de fevereiro de 1909 é a vez de *La Libertà* surgir em Caxias. Ligado à Igreja Católica, era de propriedade do padre palotino Carmine Fasulo, então Pároco do município²⁶². Franzina (1999) assevera que a imprensa italiana não teve papel secundário no contexto

²⁵⁹ Adami grafa “Henriqueta Ussuelli Ruzza” (1966a, p. 254).

²⁶⁰ Assina “Dem. Filo.” o poema “Vorrei veder il Papa”, publicado na edição de número 6, em 20 de março de 1909.

²⁶¹ É publicado o poema intitulado “Il potero cieco”, em 29 de maio de 1909, sob o pseudônimo Niripo.

²⁶² O jornal *La Libertà*, com risco de encerrar suas atividades em 1910, de acordo com Elvo Clemente e Maura Ungaretti (1993, p. 36), “para manter os católicos na boa leitura”, as atividades do periódico foram transportadas para Garibaldi, onde passou a ser impresso com um novo nome: *Il Colono Italiano*. Essa denominação foi utilizada até 5 de junho de 1917, quando os padres da Ordem dos Capuchinhos assumiram a edição e alteraram o nome para *Staffeta Riograndense*.

colonial. O edital do jornal *La Libertà* (1909) lamentava o fato de existirem tantos obstáculos à imprensa em língua italiana, enquanto circulavam vários jornais em alemão e, por isso, considerava uma vergonha que “a língua de Dante não fosse tão conhecida como deveria” e se constituiu como a segunda tentativa de se implantar um jornal católico em Caxias (e da região). (VALDUGA, 2008, p. 118). Circulou até 12 de março de 1910²⁶³. Assim como o fizera Pedro Nosadine, Cármine Fasulo abandonou a cidade e o jornal, passando-o, de acordo com Valduga (2008, p. 123), “às mãos do padre João Fronchetti, pároco de Conde d’Eu que, juntamente com mais dois sócios, Adolfo Moreau e João Carlotto, adquire o maquinário, transferindo-o àquela localidade”. A mudança de local também conduziu à mudança do nome, e foi rebatizado de *Il Colono Italiano*, já a partir de 12 de março de 1910 – o mesmo nome da antiga publicação de 1898: “a escolha do mesmo título era significativa, pois o jornal propunha-se a divulgar as mesmas idéias reformistas, reafirmando os propósitos de ser “o amigo, conselheiro e defensor do colono” (VALDUGA, 2008, p. 123). A única mudança, questão a ser acrescentada ao programa, consistia em, de acordo com Valduga,

agora, além das notícias mundiais (basicamente italianas) e estaduais (somente as das colônias), seriam incluídas as do Vêneto e Tirol – isso se explicava pelo fato de que João Fronchetti tinha nacionalidade austríaca, ocupando, inclusive o cargo de vice-cônsul da Áustria na região. (2008, p. 123-124).

No jornal *Il Colono Italiano* foram encontrados “I ricordi de me nona”, de Poiana; “Italia”, de Maria Berta; “Maria Leczinka”, de Giulia Gabrici; e “A certe frivole donnine... pensiere di una donna”, de M. L. Agosti. Os dois primeiros publicados em 1911; e o último, em 1916.

A *Folha*, que circulou de 14 de abril de 1906 a 27 de abril de 1907, bem como nos jornais *A Verdade*²⁶⁴ e *O Orientador*²⁶⁵, todos semanários, Adami menciona que aparecem “em todos os números desses jornais, versos de Bento de Lavra Pinto (1966a, p. 253). Ainda, em 1909, a 22 de julho, iniciou a circulação do jornal *A Tribuna Colonial*, cujo fundador era Alexandre Balestreri e, entre os colaboradores, estavam Artur e Alfredo de Lavra Pinto. Este periódico, também breve, circulou até 9 de dezembro do mesmo ano.

Em 1909, sucedendo aos poetas mencionados, Adami expõe que, por volta dessa época, vem residir em Caxias, procedente de Porto Alegre, “a poetisa Vivita [Laner] Cartier²⁶⁶, que aqui compôs e recitou muitas de suas belíssimas poesias, algumas dadas à

²⁶³ Adami (1966a), Pozenato e Giron (2004) apontam como 11/12/1909 o seu encerramento.

²⁶⁴ De acordo com Adami, circulou de 12 de outubro de 1907 a 31 de outubro de 1908. (1966a, p. 253).

²⁶⁵ De acordo com Adami, circulou de 5 de fevereiro de 1909 a 25 de fevereiro de 1910. (1966a, p. 253).

²⁶⁶ Nasceu em 12 de abril de 1893, em Porto Alegre. Neta de Rodolfo Felix Laner, um dos pioneiros colonizadores de Caxias. Neste ano, 2019, que marca o centenário da morte da escritora, foi lançada a obra *O*

publicidade no jornal *O Brasil*, vindo a falecer em Criúva, a 21 de março de 1919”. O poema que localizamos consta que fora escrito em Caxias e datado de 1917, trata-se de “Matinal” e publicado nesse periódico em 23 de março de 1918.

O Brazil, e posteriormente *O Brasil* (1920), circulou de 17 de janeiro de 1909 a 28 de junho de 1924. Intitulado “Orgam do Partido Republicano”, teve como criador do jornal Jacintho Godoy e, como diretores Manoel Peixoto de Abreu e Lima, Jerônimo Neves, diretores Américo R. Mendes e Emilio Fonini. Entre seus colaboradores, podem-se elencar: Antonio Trindade, Agnelo Cavalcanti, Demétrio Niederauer, Napoleão Sachis, Edmundo de Souza Gomes, e, acrescentamos, Maria Luiza (da Fontoura) Duclós, quem escreveu para o jornal em 1911 e 1912. No total, foram encontrados quatro textos de autoria de Maria Luiza: “As flores”, conto, publicado em 28 de fevereiro de 1911; “Justa indignação”, crônica, em 25 de junho de 1911; “Para o ‘Brazil’ (tradução), artigo/ensaio, publicado em 8 de abril de 1911; “A injúria e a maledicência”, artigo/ensaio, em 15 de junho de 1912. N’*O Brazil* ainda foram publicados textos de Julia Lopes de Almeida e de Anna Lisboa Saldanha. De Julia Lopes de Almeida foram publicadas uma crônica intitulada “Reflexões de um marido”, em 31 de dezembro de 1911 e uma epístola intitulada “Uma carta a meu filho”, a 22 de dezembro de 1917; de Anna Lisboa Saldanha aparece o conto “A paz da consciência”, publicado em 13 de dezembro de 1919.

Cidade de Caxias, de tendência republicana, foi criado por Artur de Lavra Pinto, iniciando sua circulação a 15 de junho de 1911 e encerrando a 14 de junho de 1912. Depois de um período conturbado e de ter sido realizada uma pausa, ressurgiu a 28 de dezembro de 1912 e circula até 13 de janeiro de 1914. Entre seus colaboradores estavam Caio Cavalcanti, Alfredo de Lavra Pinto e José de Campos Neto.

Em 4 de janeiro de 1913, após um período em que jornais de cunho político e editados por brasileiros surgiam e encerravam sua participação na imprensa caxiense, começa a circular *Città di Caxias*, “Periodico settimanale d’interesse coloniale”, primeiro periódico em que seus fundadores e diretores eram todos imigrantes – Emilio Fonini, gerente, e como diretores, Ernesto Scorza, José Buzzoni, Luís Bancalari, Hércules Donadio, e Ulisses Castagna, entre outros; contou, ainda, com a colaboração do Cel. José Penna de Moraes e Francisco Salerno. Impresso em tipografia própria, primeiro a vapor e depois elétrica, suas publicações constavam tanto de conteúdo em italiano quanto em português. Crítico e

ocaso da Colombina: a breve e poética vida de Vivita Cartier (São Miguel, com 812 páginas), bastante divulgada pela imprensa local e de Porto Alegre.

opinativo, o jornal tratava acerca de assuntos diversos, de rigor essencialmente local – sobretudo em seus primeiros momentos. De acordo com Bruno Brasil (2014):

Inicialmente, tiveram grande destaque em suas páginas questões relativas ao sistema de trabalho em cooperativas, aplaudindo-se o empreendedor cooperativista local Giuseppe de Stefano Paternò, e o deficiente transporte férreo regional, criticado na série “La compagnia della morte”. Em ocasiões em que grandes acontecimentos se desdobravam na Itália, esse foco local se voltava para o velho continente. Durante a Primeira Guerra Mundial, por exemplo, *Città di Caxias* noticiava os rumos do conflito sob o ponto de vista italiano – nesse sentido, acabou divulgando propaganda de guerra.

Com a colaboração de redatores diversos, de 1913 a 1922, alguns foram Giuseppe de Stefano Paternò, Octavia de Stefano Paternò, V. Bornancini, Guido d’Andrea, Antonio Casagrande, Mario Mariani, Silvio Becchia, Jacintho Godoy, Samorim Gustavo de Andrade, entre outros (BRASIL, 2004). De Octavia de Stefano Paternò, também colaboradora do periódico, foram localizados dois poemas e uma crônica, todos publicados em *Città di Caxias*, em 1913: “Mentre il sole gede ala note il suo dominio”, poema, em 25 de janeiro; “Fiori, fiori”, poema, em 19 de março; e “Cancrena sociale”, em 14 de abril. Nesse mesmo periódico há cinco poemas de Ada Negri publicados e um poema de Antonietta Lisboa Saldanha. Os poemas da poeta italiana nata são: “Emigranti”, publicado em 5 de fevereiro de 1917; “Il soldatino ignoto”, publicado em 12 de fevereiro de 1917; “La Madre”, publicado em 5 de março de 1917; “L’offerta”, publicado em 14 de agosto de 1917; e, em 1918, “Fiammetta vestita di verde”, a 19 de setembro. O poema intitulado “Alvorecer” foi publicado em 20 de abril de 1918. Vanda P. A.²⁶⁷ também teve duas novelas publicadas: “Lola”, em 7 de julho de 1913, e “Gemma”²⁶⁸, em 9 de fevereiro de 1914.

No entanto, nem tão somente de disputas políticas se compunha a imprensa regional. Circularam periódicos, também, de cunho humorístico, cujo escopo se traduzia nas pilhérias que se publicavam. Conhecida como a imprensa carnavalesca no Brasil,

Em Caxias, surgiu *O Tagarela*, que circulou, pelo levantamento que empreendemos, de 07 de dezembro de 1907 até 1908 e, após interrupção, reinicia em 07 de março de 1909 até

²⁶⁷ Publicada em *Città di Caxias*, a 1 de julho de 1913, edição número 24, p. 5, a nota “Signorina Vanda P. A.”: “Chiediamo venie, ala gentile damigella se, per affluenza di matéria, siamo stati costretti rimandare, al prossimo numero sua bellissima novela. Mandi altro...”.

²⁶⁸ Escrito em Porto Alegre e datado de 31 de janeiro de 1914.

data ainda desconhecida²⁶⁹. De circulação semanal, teve como diretor Félix Moro e como gerente Américo Mendes (ADAMI, 1966a, p. 207).

Na mesma proposta, aparece *A Encrenca*²⁷⁰, que circulou de 11 de outubro de 1914 a 9 de maio de 1915 – jornal impresso na gráfica de Honorino Sartori²⁷¹ –, o qual, em seu primeiro número, já estabelece o seu programa:

O Programma da nossa adorável filhinha “**A Encrenca**” synthetisa-se nas palavras que, como divisa, o arlequim Dominico mandàra pintar no pano de boca de seu theatro *0 Castigat ridendo mores*.

Realmente, è este o seu escopo: corrigir os costumes, debaixo de troça.

Assim, pois, está lançado no seio da carinhosa sociedade de Caxias, a nossa *Encrencazinha*, que rindo, surge sob um céu tetrico, pavoroso, tragico, coberto de nergas (*sic*) nuvens [página rasgada] e assoberbado [rasgado] terríveis conflagrações zonicas!

Será o Atila flagellico, para os ruins, como será, toda respeito, toda gentil, toda doce de côco, para os que procedem bem.

Com este modinho encrencado, será bem acolhida pela ilustre *negrada* de Caxias?

Em todo caso - *Alea jacta est*²⁷². (*A ENCRENCA. A Encrenca*, Anno Iº, n. 1, p.1, grifos do periódico).

"Corrige os costumes rindo" é a tradução da expressão tomada de empréstimo da divisa latina "Ridendo castigat mores", empregada freqüentemente nos frontispícios dos jornais pilhéricos, para o lazer e carnavalescos do século XIX (SILVA, M., 2005, p. 1). Paulo Ronái, consoante José Ramos Tinhorão (2000, p. 114), registra *ridendo castigat mores* como de autoria do poeta neolatino Jean de Santeuil (1630-1697), ao propor para dístico de um busto de Arlequim tal dito, o que o faz em explicação a própria *A Encrenca*, no trecho destacado supracitado. Ao traduzir a frase por

'Rindo castiga os costumes', o erudito autor romeno-brasileiro passa por alto o sentido original da palavra latina, que antes da idéia de punição privilegiava, com a

²⁶⁹ Consoante a *Gazeta Colonial*, em notícia de 21 de novembro de 1908 (n. 153, p. 2) acerca do início da circulação d'*O Tagarella*; e, em relação à interrupção, o mesmo periódico publica nota em 13 de março de 1919, n. 168.

²⁷⁰ A dissertação de Liliana Cainelli Cambruzzi Ferretti (2019), intitulada "*Castigat Ridendo Mores*": o humor costumbrista nas páginas do periódico *A Encrenca (1914-1915)*, de Caxias do Sul, defendida este ano na Universidade de Caxias do Sul, buscou desvelar de que forma o humor costumbrista se apresentava nesse periódico, em especial na coluna "Janellisces", e em que categorias de humor o jornal operava. Foi evidenciado como "a pena pilhérica do jornal fazia uso dos recursos humorísticos em sua produção textual com foco no costumbrismo, buscando por meio do riso colocar em discussão hábitos da sociedade". No acervo, das 31 edições que circularam de 11 de outubro de 1914 a 30 de maio de 1915, apenas 27 estão preservadas.

²⁷¹ As instalações da gráfica situavam-se à Rua Júlio de Castilhos, nº 37 (ADAMI, 1966a, p. 208); e, em dissonância, nº 38 (POZENATO; GIRON, 2004, p. 55), o que ainda carece de comprovação qual seria a verdadeira localização.

²⁷² Brado atribuído ao General Júlio Cesar (101-44 a. C.), quando passou o Rio Rubicão, contrariando as ordens do Senado Romano. *Alea jacta est* (grafia medieval) ou *alea iacta est* (grafia clássica): "a sorte está lançada", ou, literalmente, "o dado foi lançado".

palavra castigo, o sentido de obtenção da correção de algo errado pela repreensão ou censura. A melhor tradução de *castigat ridendo mores* seria, pois, corrige os costumes rindo, ou com o riso (ou ainda 'a rir', como preferem os portugueses e, de fato, tornaria a expressão ainda mais clara e expressiva).

“Com este modinho encrencado, será bem acolhida pela ilustre *negrada* de Caxias?”, com tal inquirição, torna-se sugestivo que havia muitas trocas de insultos e provocações entre italianos e luso-brasileiros, o que, a esse respeito, na obra “*Dall’Italia siamo partiti*”: *A questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945)*, Possamai (2005, p. 57) abarca uma parte da trajetória do imigrante Andrea Pozzobon²⁷³, a qual ilustra os atritos entre italianos e luso-brasileiros com a descrição do próprio que, no porto de Santos, menciona: “continuamente a ‘negrada’ nos apupava com os pouco honrosos nomes de carcamanos, gringos, ladrões, filhos das... e outras boas companhias”. Possamai assegura que os brasileiros demonstravam aversão aos imigrantes, uma vez que “os pobres viam o Estado patrocinar a colonização subvencionada com estrangeiros, enquanto os nacionais permaneceram destituídos dos meios de acesso à terra, e os que a ocupavam sem possuir o título de propriedade foram expulsos dela em proveito dos estrangeiros” (2007, p. 51). N’A *Encrenca* encontramos um único poema de Graciélla Aédon, pseudônimo, com o título “Natividade”, soneto, publicado em 7 de março de 1915.

Em 12 de novembro de 1916, começa a circular *O Estímulo*, intitulado “Orgam: Litterario, Critico e Noticioso, que teve como diretor Odorico Saldanha e, como redatoras, as irmãs Antonieta e Anna Saldanha, circulou por cerca de três anos (ADAMI, 1966a, p. 208); e, em 1917, mais ou menos, *A Perola*, a qual, também circulou por alguns meses, teve como redatores Alcy Nunes e Barros Cobra²⁷⁴ (ADAMI, 1966a, p. 208); *Olha o Poste*, em 1918, circulando, também, por alguns meses e cujo diretor foi Ernesto Bifignandi e colaboradores Deodato Cruz e Léo Dartagnan.

O Estímulo se faz importante veículo da imprensa, uma vez que é o primeiro jornal de Caxias em que se encontram duas mulheres como redatoras; aparecem, entretanto, Maria Luiza (da Fontoura) Duclós como colaboradora do jornal *O Brazil*, em 1911; e, em 1913, Octávia de Stefano Paternò, como colaboradora no *Città di Caxias*. A primeira, ainda, é a nossa desconhecida do soneto “Despedida de Caxias”, de 1904.

Embora fossem filhas do proprietário, talvez razão por estarem em tais cargos, ainda assim, merecem reconhecimento. De acordo com Aline Letícia Rech de Abreu (2015, p. 14),

²⁷³ Sobre a vida e a trajetória de Andrea Pozzobon, vide VENDRAME, Maíra. “Viva a Itália e seu glorioso exército!” A imigração italiana e as manifestações de italianidade nas memórias de Andrea Pozzobon (1885-1915). *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 8, n. 1, p. 21-41, jan./jun. 2015.

²⁷⁴ Pseudônimo de José Michel.

“as próximas mulheres na história da imprensa caxiense só aparecerão em 14 lançamentos de tabloide após *O Estímulo*, em 1933, com *O Momento*, periódico que terá como colaboradoras Sarah Dorneles e Helena Croco”. O jornal, publicado aos domingos, era comercializado na Livraria Saldanha, de forma avulsa e por assinatura.

Nesse periódico foram encontrados muitos textos de autoria feminina: das irmãs Lisboa Saldanha, Anna, Aracy e Antonieta; de Anna Aurora (do Amaral Lisboa); de Maria do Carmo do Castro; de Francisca da Rosa e de Charley d’Aubry.

Com vistas a sumarizar os periódicos que circularam em Caxias, de 1897 a 1919, elaboramos o Quadro 2, que segue, e procuramos atualizar as informações a partir dos próprios periódicos consultados:

Quadro 2 - Relação de periódicos que circulavam em Caxias do Sul entre 1897 e 1919

	Periódico / Jornal	Início da Circulação	Fim da Circulação	Observação
1	<i>O Caxiense</i> ²⁷⁵ Defensor das colônias e orgam republicano	15/10/1897	28/04/1898	Folha quinzenal. Chefe da redação: Dr. Diana Terra Gerente: Julio de Campos ²⁷⁶ .
2	<i>Il Colono Italiano</i> ²⁷⁷ Bollettino cattolico mensile	01/01/1898	21/08/1898	Periodicidade mensal. Língua italiana. Linha editorial: Boletim Católico Mensal Editor: Padre Pietro Nosadini
3	<i>O Cosmopolita</i> ²⁷⁸ Orgam dos interesses coloniais	03/08/1902	06/12/1903	Dominical Editor/proprietário: Advogado Mauricio Nunez de Almeida Colaborador: José de Campos Neto
		Interrupção ²⁷⁹		
		12/06/1904	17/12/1904	
4	<i>O 14 de Julho</i> ²⁸⁰	13/12/1903 ₂₈₁	31/05/1904	Periodicidade semanal Diretor/fundador: Octávio

²⁷⁵ Impresso na Tipografia a vapor da Livraria do Globo (POA).

²⁷⁶ Em nota de 15 de março de 1898, na edição de n. 07, consta que passa para Archimínio Gomes de Barros a gerência do periódico.

²⁷⁷ Havia, em Porto Alegre, em 1898, jornal homônimo, também intitulado Boletim católico mensal, dirigido por Antônio Moro. (SILVA, Jandira, 1986, p. 211, 217). Circularam, do jornal caxiense, 10 números desse periódico (faltam 3 edições – n. 6, 7 e 9 da Hemeroteca). No último número, n. 10, intitula-se “Bollettino dele Società Cattoliche Italiane dela Diocesi di S. Pietro di Rio Grande del Sud” (*Il Colono Italiano*, Anno I, n. 10, 1898).

²⁷⁸ Secção italiana a cargo do sr. Emanuele Lombardi. Edição de número 68, de 22 nov. 1903, anuncia a mudança dos editores/proprietários para Costa & Comp., e que mudará o nome para *14 de Julho*. Seu último número a circular como *O Cosmopolita*, corresponde à Edição 70, já impresso pela Typografia 14 de Julho.

²⁷⁹ Interrupção pela mudança de nome para *O 14 de Julho*.

²⁸⁰ Mudança de *O Cosmopolita* para *O 14 de Julho*, 13 dez. 1903, Edição 70 = n. 1, na “Secção Literaria”: “Os olhos”, conto; e poema em italiano, sem identificação de autoria. Não há a Ed. 81 disponível na Hemeroteca.

²⁸¹ Esta é a data correta. Adami (1966a, p. 207) data de 1º jan. 1904.

				Dias da Costa
5	<i>Gazeta Colonial</i> ²⁸²	09/12/1905	17/05/1909	Periodicidade semanal Linha editorial: republicano Diretor/fundador: Herculano Montenegro Colaboradores: Leonel de Vargas, Olavo Ferreira, Bento de Lavra Pinto e Jerônimo Neves.
6	<i>A Folha</i> ²⁸³	14/04/1906	27/04/1907	Diretor/fundador: Bento de Lavra Pinto; Gerente: José de Vargas
7	<i>A Verdade</i> ²⁸⁴	12/10/1907	31/10/1908	Diretor/fundador: Bento de Lavra Pinto; Gerente: José de Vargas
8	<i>O Paladino</i> ²⁸⁵	07/12/1907	09/01/1909	Diretor/fundador: Alfredo de Lavra Pinto/Aristeu Leitão
9	<i>O Tagarella</i> ²⁸⁶	07/12/1907	1909	Humorístico Diretor/Fundador: Félix Moro; gerente: Américo R. Mendes
10	<i>Correio do Município</i> ²⁸⁷	1909	27/12/1917	Periodicidade: semanal Linha editorial: republicano Diretor/Fundador: Octávio Dias Ferraz Língua portuguesa
11	<i>O Rosicler</i>	1908	1910	Inexistência de exemplares no acervo. Humorístico Diretor/fundador: Continentino Pereira Machado
12	<i>O Brasil</i> ²⁸⁸ Orgam do Partido Republicano	17/01/1909	1924	Diretor/Fundador: Manoel Peixoto de Abreu e Lima/Jerônimo Neves/Américo R. Mendes Língua portuguesa

²⁸² 30/06/1906 – Poema “A imprensa”, de Gonçalves Crespo.

²⁸³ Inexistência de exemplares no acervo.

²⁸⁴ Inexistência de exemplares no acervo.

²⁸⁵ Inexistência de exemplares no acervo. Consta que circulou em Vacaria jornal homônimo, que se intitula “periodico critico e humoristico”, sob a direção de Manoel Quitella e gerência de Virgílio R. Sobrinho (VISITA DOS COLLEGAS, *Gazeta Colonial*, Anno III, 24 out. 1908, p. 2).

²⁸⁶ Circulou por cerca de 1 ano. De acordo com a nota “Tagarella”, que foi publicada na *Gazeta Colonial*, n. 153, 21 nov. 1908, p. 2, é possível estabelecer que esse periódico começou a circular em 07 dez. 1907. Até então, todas as fontes consultadas utilizam apenas o que era o provável ano de início de circulação, ou seja, 1907. Em outra nota da *Gazeta Colonial*, n. 168, 13 mar. 1909, p. 2, intitulada “O Tagarella”, é mencionado que, depois de interrupção, em 07 mar. 1909 foram retomadas as publicações.

²⁸⁷ Surge, em 1901, em Montenegro.

²⁸⁸ Em 1920: *O Brasil*. Demétrio Niederauer, que já havia atuado em jornais de Santa Maria, de onde veio, em 1919, para assumir a secretaria-geral do Município e dirigir o jornal.

13	<i>O Orientador</i>	05/02/1909	25/02/1910	Inexistência de exemplares no acervo. Diretor/fundador: José de Vargas
14	<i>Correio Riograndense</i> ²⁸⁹	13/02/1909		Diretor/fundador: Décio Osmar Bombassaro e Aldo Colombo
15	<i>La Libertá</i> ^{290*} – Giornale Sttimanale del Popolo	13/02/1909	12/03/1910	Semanal Linha editorial: Ordem dos Capuchinhos Diretor/fundador: Padre Carmine Fasulo/Francesco Baldassare
16	<i>Il Colono Italiano</i>	12/03/1910	21/06/1917	Língua: Italiano/Português até 1941 e, a partir de então, <i>Correio Riograndense</i> ²⁹¹
17	<i>Staffeta Riograndense</i> ²⁹²	21/06/1917	10/09/1941	
18	<i>Tribuna Colonial</i>	22/07/1909	09/12/1909	Inexistência de exemplares no acervo. Diretor/fundador: Alexandre Balestrevi
19	<i>Cidade de Caxias</i>	15/06/1911 28/12/1912	14/06/1912 13/01/1914	Semanal. Linha editorial: Orgam Republicano Diretor/fundador: Francisco Salerno/Arthur de Lavra Pinto Língua: Italiano/Português
20	<i>O Parnazo</i>	1913	1913	?
21	<i>L'Agriculatore</i>	1914	?	Jornal que circulou em Nova Trento, 2º Distrito de Caxias do Sul.
22	<i>A Encrenca</i>	11/10/1914	30/05/1915	Semanal. Linha editorial: Crítico, humorístico e noticioso Diretor/fundador: Ludovico Sartori/Honorino

²⁸⁹ De acordo com Jandira M. M. da Silva (1986, p. 238), com o nome de “CORREIO RIOGRANDENSE circula, em Caxias, a partir de 13-02-1909, o jornal de Décio Osmar Bombassaro e Aldo Colombo, publicação essa que pode se confundir com o jornal de Garibaldi”.

²⁹⁰ Surgiu em Caxias, em 1909, e depois passou a ser editado em Garibaldi até maio de 1952; em 04 de junho de 1952 volta, definitivamente, a Caxias do Sul. Em 1917 foi passada a direção para os padres capuchinhos (SILVA, Jandira, 1986, p. 237).

²⁹¹ De acordo com o Acervo do MusCap (Museu dos Capuchinhos), acerca do *Correio Riograndense*, os períodos do jornal compreendem a seguinte cronologia e as conseqüentes mudanças de nomenclatura: *Là Liberta* (1909); *Il Colono Italiano* (1910-1917); *Staffetta Rio-Grandense* (1917-1921); *Staffetta Riograndense* (1921-1927); *La Staffetta Riograndense* (1927-1940); *Estafeta Riograndense* (1940-1941); *Staffetta Riograndense* (1941) e *Correio Riograndense* (1941-2014). Disponível em: <https://www.capuchinhos.org.br/muscap>.

²⁹² *Il Corriere d'Italia*, editado em Bento Gonçalves de 1913 a 1927, circulou em conjunto com o jornal *Staffetta Riograndense* de julho a agosto de 1927.

				Sartori
23	<i>Città di Caxias</i> Periodico Settimanale D'Interesse Coloniale	01/01/1913	27/12/1923	Semanal Linha editorial: Republicano Diretor/fundador: Ernesto Scorza/Emilio Fonini Língua: Italiano/Português Tipografia própria ²⁹³ .
24	<i>O Evolucionista</i>	07/09/1915	1916	Semanal. Linha editorial: Órgão independente Diretor/fundador: João Garibaldi Rolim/Francisco Paula Leitão
25	<i>A União</i>	1915	?	Inexistência de exemplares no acervo. Curta duração. Diretor/fundador: Antônio Brandão
26	<i>O Estímulo</i> Orgam: Litterario, Critico e Noticioso	12/11/1916	1918	Semanal. Linha editorial: literário, crítico e noticioso Diretor/fundador: Odorico Saldanha/Anna Saldanha
27	<i>A Perola</i> ²⁹⁴	07/04/1918 ²⁹⁵	?	Semanal (Dominical). Linha editorial: “Humorismo, Critica, Litteratura, Sciencias e Artes, Modas, etc. Curta duração Diretor/fundador: Alcydes José Nunes Gerente: Attilio Emilio Menegotto Língua: Português
28	<i>Olha o Poste</i>	1918	1919	Inexistência de exemplares no acervo. Linha editorial: Humorístico. Diretor/fundador: Ernesto Bifignandi/Deodato Cruz

Fonte: Adaptado e atualizado de Pozenato e Giron (2004).

²⁹³ Movida a vapor.

²⁹⁴ Disponível apenas um exemplar de *A Perola*, de 19 de maio de 1918 (Anno I, n. 7), no acervo.

²⁹⁵ De acordo com Adami (1966a, p. 208), o jornal teria surgido, mais ou menos, em 1917, o que não se confirma. Pelo exemplar disponível de 19 de maio de 1918, Anno I, n. 7, se de periodicidade dominical, o início se estabelece, de fato, em 1918, como foi apontado em nosso Quadro. Se manteve a periodicidade semanal, podemos fazer a regressão temporal e a data de seu primeiro número se estabelece a 7 de abril de 1918 e data que consideramos e estabelecemos de fundação do periódico.

6.3 AS PÉROLAS DA COLÔNIA

Nesse universo de disputas políticas e religiosas do periodismo caxiense, entre 1897 e 1919, ainda nos resta saber que mulheres escreviam e o que escreviam. De acordo com Michelle Vasconcelos Oliveira do Nascimento,

podemos refletir que existe uma produção literária feminina considerável antes da estética Romântica. Logicamente, não devemos nos esquecer de que as sociedades no início dos Estados Modernos eram extremamente patriarcais. E que havia grande dificuldade de inserção intelectual por parte das mulheres. Isso não quer dizer que não existia, apenas que a quantidade de autores masculinos era maior por essa razão. (NASCIMENTO, 2015, p. 3).

A partir da Escola dos Annales e da emergência da História Cultural é que se propiciou aos sujeitos antes esquecidos, tais como as mulheres, que suas vozes pudessem se tornar, pela primeira vez, objetos de pesquisa e de uma História. Assim, a escuta direta de sua voz depende, essencialmente, do acesso permitido aos meios de expressão.

O âmbito do privado constituiu-se como o local de desenvolvimento da escrita feminina em oposição ao público-privado, permeando a construção da “relação com o social-individual e o masculino-feminino, o que deixa clara a esfera de produção feminina”. Permitiam-se à mulher, inicialmente, as cartas e os diários; depois, as poesias e os romances. Ciência, História e Filosofia caracterizavam-se como campos proibidos, deixando a produção feminina restrita aos campos do privado (cartas) e íntimo (diários). Ainda, havia os quartos como o local de produção feminina. (NASCIMENTO, 2015, p. 4-6).

Na vida real, bem como na literatura, previamente determinados por uma perspectiva de dominação masculina, os papéis sociais e a condição geral das mulheres têm sido construídos, de acordo com Márcia Hoppe Navarro (2013, p. 12), “a partir de um conjunto de pressupostos, de valores e de uma moralidade ética”, cujos resultados, nas sociedades reais e concretas, bem como em termos ficcionais, são aqueles responsáveis por limitar “a ação social autônoma das mulheres; criar mitos justificadores; enraizar uma ideologia dominante e, finalmente, atribuir um lugar coadjuvante, secundário e menor, quase sempre irrelevante, às mulheres no desenvolvimento social.”

A desconstrução do discurso patriarcal pode ser feita na medida em que a mulher se apropria do discurso e busca expressão própria, constituindo-se como autora. Assim, no que tange à transformação social, assim como a mudança pessoal,

referente à situação da mulher, é perpassada pelo discurso, uma vez que normas e modelos, através dos quais se criam as redes de dominação, são estabelecidos na e pela linguagem. Assim, por meio da desconstrução do discurso patriarcal, a voz da figura feminina passa a ser ouvida, possibilitando-lhe revelar a sua experiência e expressar uma nova ordem social e simbólica, cujos parâmetros desvelam o universo da mulher, com a intenção de projetar uma estética com caráter feminino, na medida em que esse universo é representado na literatura, e que pode se converter em elemento político influente na transformação dos sistemas de poder existentes. (ZINANI, 2013, p. 17).

Ao se considerar a crítica feminista, buscam-se evidenciar os aspectos mais importantes e significativos de uma concepção que está centrada na representação das experiências da mulher, por intermédio de sua própria linguagem. Ainda, tal crítica visa definir o sujeito-mulher, verificar as práticas culturais através das quais esse sujeito se apresenta e é apresentado, além de que se reconheçam as marcas de gênero que especificam o modo de ser masculino e feminino, bem como de sua representação na literatura.

Quando lhe é concedido o acesso, não há razão para se desconsiderar o lugar de onde “se fala”. Se assim o for, “é não compreender o processo histórico em que essas mulheres estavam inseridas e não as compreender como mulheres de seu tempo”. (NASCIMENTO, 2015, p. 8).

Com a chegada da imprensa em Caxias, em 1897, deveria ter chegado o momento em que as mulheres principiariam a tomar o seu lugar no âmbito público. Todavia, ainda seria um longo percurso. De acordo com Valduga, a mulher era o ponto fraco da sociedade colonial, posto que, diminuía a

seu modelo ideal, tornava-se o exemplo de perfeição. No entanto, a trajetória e a vida das mulheres imigrantes eram reduzidas a um papel secundário em uma sociedade profundamente paternalista: além disso, havia sobre elas o estigma do pecado original. Economicamente elas encaravam uma função dupla, trabalhando durante o dia no auxílio aos homens na lavoura e, pela noite, entregues aos afazeres domésticos e com atividades de complemento para a renda familiar. (2008, p. 135-136).

Em sua maioria analfabetas, muito pouco, ou nada, puderam produzir; e, se produziram, devem estar ainda em alguma gaveta antiga; se não foram descartas, em mãos de algum familiar ou colecionador e, de repente, à espera de que sejam descobertas.

A imprensa caxiense, regida pela disputa entre os campos político e religioso, em que cada qual expressava, constantemente, o modelo ideal de mulher a ser seguido. Conformadas ao seu papel, tendiam as mulheres a se comportarem com “docilidade e submissão, desempenhando fora do ambiente familiar o que aprendiam no seu meio” (VALDUGA, 2008, p. 136).

Em pesquisa nas fontes primárias, nos 28 (vinte e oito) periódicos elencados na pesquisa, compreendidos no período de 1897 a 1919, cujo número também ampliamos, não encontramos nenhuma composição feminina de autoria de uma imigrante italiana. No entanto, nos foi grata surpresa termos encontrado, além de Antonieta Lisboa Saldanha, vinte outras escritoras, cujas proveniências, pelo menos seus locais de origem e/ou nascimento, quando conseguimos identificá-los, foram todas de outros lugares que não da então cidade de Caxias. No total, foram elencados quarenta e três textos/composições de autoria feminina, de gêneros diversos, além da já mencionada escritora Antonieta Lisboa Saldanha e de sua obra, *Rimas sem metro* (1918), que serviram de guia durante a pesquisa, com base na “Planilha cronológica das obras literárias publicadas pelos escritores da RCI”, que consta no *Dicionário Biobibliográfico dos Escritores da Região de Colonização Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul* (BERTUSSI; ZINANI; SANTOS, 2006).

Em ordem cronológica, o Quadro 3, a seguir, foi elaborado com as obras/composições das escritoras encontradas, a partir da pesquisa realizada nas fontes primárias (28 periódicos), as quais consistiram nos jornais que circularam em Caxias do Sul, entre 1897 e 1919:

Quadro 3 - Ordem cronológica de autoras e suas publicações em periódicos de Caxias do Sul - 1904-1919

Autora	Título da obra/composição	Gênero	Periódico	Data de publicação
Autoria desconhecida	Despedida de Caxias	Poema	<i>O 14 de Julho</i>	14/02/1904
Ada Negri	Sinite Parvulos...	Poema	<i>La Libertà</i>	08/05/1909
Enrichetta Uselli Ruzza²⁹⁶	A La Vergine	Poema	<i>La Libertà</i>	11/12/1909
Poiana	I ricordi de me nona	Crônica	<i>Il Colono Italiano</i>	25/02/1911
Maria Luiza (da Fontoura) Duclós	As flores	Conto	<i>O Brazil</i>	28/02/1911
Maria Luiza (da Fontoura) Duclós	Para o “Brazil” - Tradução -	Artigo/ensaio ²⁹⁷	<i>O Brazil</i>	08/04/1911

²⁹⁶ A grafia de Uselli (CORRISPONDENZA. Da Castelfranco. *La Libertà*, Ano I, n. 15, 22 maio 1909, p. 3) aparece “Ussuelli” em. *La Libertà*, Ano I, n. 44, 11 dez. 1909, p. 1.

²⁹⁷ Assunto: Casamento

Maria Luiza (da Fontoura) Duclós	Justa indignação	Crônica	<i>O Brasil</i>	25/06/1911
Maria Berta	Itália ²⁹⁸	Notícia/reportagem	<i>Il Colono Italiano</i>	08/07/1911
Giulia Gabrici	Maria Leczinka	Biografia	<i>Il Colono Italiano</i>	29/07/1911
Julia Lopes de Almeida	Reflexões de um marido	Crônica	<i>O Brazil</i>	31/12/1911
Maria Luiza (da Fontoura) Duclós	A injúria e a maledicência	Artigo/ensaio	<i>O Brazil</i>	15/06/1912
Octavia de Stefano Paternò	Mentre il sole gede ala note il suo dominio	Poema	<i>Città di Caxias</i>	25/01/1913
Octavia de Stefano Paternò	Fiori, fiori	Poema	<i>Città di Caxias</i>	19/03/1913
Octavia de Stefano Paternò	Cancrena sociale	Crônica	<i>Città di Caxias</i>	14/04/1913
Vanda P. A.	Lola	Novela	<i>Città di Caxias</i>	07/07/1913
Vanda P. A.	Gemma	Novela	<i>Città di Caxias</i>	09/02/1914
Graciélla Aédon	Nactividade	Poema: Soneto	<i>A Encrenca</i>	07/03/1915
Antonieta Lisboa Saldanha	Deus	Poema narrativo	<i>O Estímulo</i>	12/11/1916
Ada Negri	Emigranti	Poema	<i>Città di Caxias</i>	05/02/1917
Ada Negri	Il soldatino ignoto	Poema	<i>Città di Caxias</i>	12/02/1917
M. L. Agosti	A certe frivole donnine... pensiere di uma donna	Crônica	<i>Il Colono Italiano</i>	16/03/1916
Maria Heloiza Pinto de Moraes	- Sem título ²⁹⁹ -	Texto argumentativo	<i>O Estímulo</i>	17/12/1916
Ada Negri	La Madre	Poema	<i>Città di Caxias</i>	05/03/1917
Aracy Lisboa Saldanha	Saudade	Poema: Soneto	<i>O Estímulo</i>	29/04/1917
Anna Aurora (do Amaral Lisboa)	Passado, presente e futuro (Allegoria)	Poema narrativo, dividido em três partes	<i>O Estímulo</i>	20/05/1917

²⁹⁸ Datado de 29 de maio de 1911.

²⁹⁹ Da “Secção para os escolares” d’*O Estímulo*, “Perguntamos aos nossos leitores: <<Qual a qualidade mais necessaria a um escolar?>> E pedimos justificarem a resposta, dizendo porque razão consideram esta ou aquella qualidade a mais necessaria”. (SECCÃO PARA OS ESCOLARES, *O Brazil*, n. 4, 17 dez. 1916).

	O presente	Poesia		20/05/1917
	A esperança (Canto)	Poesia		20/05/1917
	A alegria	Poesia		20/05/1917
	A saudade	Poesia		20/05/1917
Antonieta Lisboa Saldanha	Allegoria ao Hospital de Caridade	Poema	<i>O Estímulo</i>	20/05/1917
Ada Negri	L'offerta	Poema	<i>Città di Caxias</i>	14/08/1917
Maria do Carmo do Castro	O trabalho	Crônica	<i>O Estímulo</i>	02/09/1917
Francisca da Rosa	A flor	Crônica	<i>O Estímulo</i>	02/09/1917
Antonieta Lisboa Saldanha	A relíquia do condenado	Conto	<i>O Estímulo</i>	02/09/1917
Antonieta Lisboa Saldanha	Á noite	Poema: Soneto	<i>O Estímulo</i>	09/09/1917
Anna L. Saldanha	A magia dos milhões	Conto	<i>O Estímulo</i>	09/09/1917
Julia Lopes de Almeida	Uma carta a meu filho	Epístola	<i>O Brazil</i>	22/12/1917
Vivita Cartier	Matinal	Poema	<i>O Brazil</i>	23/03/1918
Antonieta Lisboa Saldanha	Alvorecer	Poesia	<i>Città di Caxias</i>	20/04/1918
Ignácia Gomes da Silva	Confidências	Questionário	<i>A Perola</i>	19/05/1918 300
Charley d'Aubry	Violetas	Poema	<i>O Estímulo</i>	19/05/1918
Ada Negri	Fiammetta vestita di verde	Poema	<i>Città di Caxias</i>	19/09/1918
Antonieta Lisboa Saldanha	<i>Rimas sem metro</i>	Poesia	Obra	1918
Anna Lisboa Saldanha	A paz da consciência	Conto	<i>O Brazil</i>	13/12/1919

Fonte: A autora (2019).

O próximo subcapítulo, por sua vez, visa desvelar a razão da inexistência de composições de autoria de imigrantes italianas e ou de mulheres nascidas na cidade de Caxias do Sul até 1919. Além disso, tecemos algumas considerações a respeito dos textos nos contextos em que foram encontrados.

³⁰⁰ Escrito em Alegrete, 10 de maio de 1918 (*A Perola*, Anno I, n. 7, p. 2).

6.3.1 O papel social da mulher enquanto entidade sócio-histórico-cultural em Caxias do Sul e as produções de autoria feminina

O desenvolvimento da região, de colônia a município de Caxias, também decorreu da participação feminina, muito embora seu apagamento, talvez muito mais que o seu silêncio, não lhes tenha dado vez e voz. Identificar em que consistia o trabalho feminino realizado na pequena propriedade, sua condição na estrutura familiar e na sociedade colonial propiciam apreender em que contexto estavam inseridas as mulheres – da Colônia, da Vila e do Município Caxias.

Nesse sentido, as pesquisas realizadas por Loraine Slomp Giron e Heloisa Eberle Bergamaschi, empreendida entre 1989 e 1990, e intitulada “A mulher e o trabalho na pequena propriedade”, girou em torno do levantamento de dados a respeito do trabalho realizado pela mulher na pequena propriedade e sua condição na estrutura familiar da antiga região colonial, no período compreendido entre 1875 e 1975, o que revelou o fato de que milhares (aproximadamente três mil) mulheres foram proprietárias ou responsáveis pelas propriedades e pelos negócios familiares, além das tarefas domésticas e da criação dos filhos, e ainda as que se ocuparam com outros setores da produção, tais como comércio, artesanato e, posteriormente, a indústria. A partir de 1994, dividido em duas fases, de 1875 a 1925 e de 1925 a 1975, o estudo, intitulado “Mulheres proprietárias: histórias de vida” culminou na publicação da obra homônima³⁰¹. No total, apesar dos percalços e das dificuldades (na segunda fase do projeto, pelo fato de não ter sido possível levantar dados sobre mulheres casadas, cujos maridos eram incapazes física ou mentalmente, e ainda as mulheres abandonadas pelos maridos ou separadas deles), foram elaboradas vinte histórias de vida de mulheres viúvas que trabalharam nas propriedades agrícolas, no artesanato, no pequeno e grande comércio e na indústria -

Dentre o período abarcado pela presente pesquisa, conjuga-se com a empreendida por Giron e Bergamaschi (1997), ao compreender o último quartel do século XIX e a primeira década do século XX, da qual nos baseamos para desvelar em que contexto e papéis essas personagens da história configuraram.

³⁰¹ *Mulheres proprietárias: histórias de vida – 1875/1975* (1997). Foram levantados dados acerca do trabalho da mulher em livros de registros do Imposto Focolar, no de Conservação de Estradas e no de Indústrias e Profissões, além da leitura dos requerimentos enviados à Intendência Municipal de Caxias do Sul pelos colonos, de forma que foram distinguidas três tipologias de mulheres proprietárias: as que ficaram com a terra pela morte do marido, as abandonadas e as responsáveis pela propriedade devido à incapacidade física ou mental do cônjuge. (GIRON; BERGAMASCHI, 1997, p. 14).

No que tange ao trabalho, mulheres e filhos participavam ativamente e, lado a lado, com o homem, e não se constituíram em meros espectadores. Pensando acerca das dificuldades já enfrentadas, assim como as decorrentes da viagem à América o foram, a chegada consistia em outros episódios de infortúnios e de dificuldades a serem transpostos. E, mais uma vez, as cenas repetiam-se:

Homens caminhando pela mata e carregando seus pertences e sua numerosa família nas poucas mulas postas a serviço do transporte, crianças morrendo nas estradas e mães parindo ao relento.
[...] a imundície do barracão, a falta de comida, a derrubada das matas, as picadas a serem abertas, as árvores virando tábuas e a casa precária sendo erguida. (GIRON; BERGAMASCHI, 1997, p. 19).

Responsável pela criação de propriedades agrícolas, artesanatos, pousadas e casas de negócios, foi essa família, ocupada de sol a sol, desprovida de alimento e sem descanso, que deu início à ocupação da Colônia Caxias – Sede Dante. Em relação às mulheres, é assinalada a sua exploração na sociedade colonial, haja vista que, comumente, além de subjugadas, conforme assinalam Giron e Bergamaschi (1997), as mulheres também eram submetidas ao papel de *capo famiglia*, de forma que viriam a se comportar como os falecidos maridos, ou seja, assumiam a responsabilidade perante a família e atuavam na manutenção do *status quo*.

Ignorantes e dependentes em sua maioria, analfabetas, mesmo participantes do trabalho, foram excluídas da tarefa de gerir os poucos recursos da propriedade, além de viverem suas vidas “submetidas à autoridade masculina”. Consoante levantamento realizado por Giron (1977, p. 36), com base nos Mapas Estatísticos da Colônia Caxias, entre 1885 e 1886 cerca de 97, 31% das mulheres, vieram na condição de casadas, não recebendo lotes; as solteiras, da mesma forma, também não receberam. As viúvas, por sua vez, em geral, haviam perdido o marido durante a viagem. Houve um caso, todavia, em que uma imigrante recebeu um lote por motivo ignorado, constando seu marido como dependente.

Sucediam-se na tutela das mulheres pais, maridos e filhos (GIRON; BERGAMASCHI, 1997, p. 20). Eram, pois, excluídas de um grupo de excluídos – brutalizadas pelo meio, pelo trabalho e pela figura masculina, a qual, também, era submetida ao mesmo processo de brutalização.

No que tange à produção familiar, as mulheres participavam de todas as atividades que se destinavam à cultura principal, especialmente a da uva e a do trigo, assim como tinham seu papel estendido às atividades complementares, as quais consistiam em alimentar os animais, tirar o leite das vacas e realizar todas as lides domésticas. Às crianças, também lhes eram

atribuídas tarefas definidas, as quais podiam iniciar bem antes dos seis anos de idade; cabia-lhes, geralmente, o recolhimento dos ovos, a condução dos animais aos seus abrigos, o corte do pasto e o cuidado com os irmãos menores.

No gerenciamento da produção, comercialização e aplicação do dinheiro, cabia às mulheres todas as atividades não-lucrativas e outras deveras onerosas; recaía a elas a responsabilidade da venda dos derivados das atividades complementares – frutas, verduras, galinhas, ovos, etc.; aos homens, incumbidos das atividades lucrativas, tais como a comercialização dos produtos principais e a aplicação financeira da venda realizada, que era revertida “na propriedade, na amortização da dívida pela compra das terras e no pagamento de impostos. O rendimento da atividade complementar, era despendido nas necessidades básicas da família”, conforme explicam Giron e Bergamaschi (1997, p. 22).

O colono, como chefe da família, detinha o papel de administrador “dos seus bens e ainda o de arbítrio das questões familiares”. Considerava e demandava que se cumprissem suas ordens e demandas – as necessidades da propriedade sobrepunham-se às da família. Senhor da terra, chefe da família e dono da casa: “Como senhor da terra não redistribuía os bens; como chefe da família vai determinar as obrigações do grupo familiar; como dono da casa deveria contar com atenções especiais dos familiares”. (GIRON; BERGAMASCHI, 1997, p. 22). Assim, pelo menos, sua propriedade era seu reino, era o senhor absoluto no desempenho de todos os preceitos patriarcais, traduzidos na dominação e no controle supremos.

No que concerne às mulheres, a sua principal função consistia em servir a família e desempenhar o papel primordial da reprodução. O seu dever, como serviçal, era a obediência ao marido e a alimentação da família, bem como sobre ela recaía a responsabilidade por todos os trabalhos e tarefas destinados ao bom andamento do lar. Em seus papéis desempenhados, também havia um cronograma a ser cumprido:

Como mãe, deveria gestar, parir, criar, alimentar, vestir e educar os filhos. O único lazer da mulher era o trabalho. O seu lazer era um outro tipo de trabalho, como o de bordar, costurar, remendar, fazer tranças de palha ou realizar outros trabalhos mais necessários ao uso doméstico. (GIRON; BERGAMASCHI, 1997, p. 22).

O nascimento de um filho, o que deveria ser um fato a ser celebrado, não o era quando ocorria o de uma filha. Considerado ônus para a produção agrícola, era, ainda, o princípio de uma vida de trabalho, posto que à mãe e à filha (que deveria se casar em um

futuro nem sempre muito distante ou “na idade certa”³⁰²) incidia a responsabilidade por todas as despesas com o dote e o enxoval. Para tanto, ambas tinham de dobrar suas atividades – plantavam roças extras, dobravam e trançavam palhas, vendiam mais ovos e verduras – e, com o que arrecadavam de seu trabalho, o dinheiro era destinado à compra de peças de algodão para a confecção do enxoval, composto essencialmente de roupas de cama, mesa e banho, além de algumas peças de uso pessoal para a noiva. Em relação ao dote, consistia em “um bem móvel ou um animal cuja aquisição dependia também de trabalhos extras das mulheres”, consoante acrescentam Giron e Bergamaschi (1997, p. 22).

No tocante à distribuição dos bens, do mesmo modo que era realizada a dos trabalhos e das tarefas, ocorria em regime de desigualdade, posto que, aos filhos, homens, era dado um pedaço de terra; às mulheres, um bem móvel, o “dote”, que as pesquisadoras ilustram com a máquina de costura. Simbolicamente, ao filho era concedida a terra como pagamento pelo trabalho que realizava na propriedade; a filha, figura de ônus familiar, deveria trabalhar em dobro para poder receber o enxoval e o dote.

Quando ocorria o fato de se tornarem proprietárias das terras e dos “negócios”, especialmente pela morte do marido, proprietário do lote, da mesma forma que ele, então, assumiam e incorporavam tal papel na hierarquia por intermédio do poder patriarcal, o que perpetuou o poderio masculino e as relações de dominação: “não partilharam os bens com os filhos; guardaram zelosamente as terras; exploraram a mão-de-obra familiar, legaram os bens aos filhos e deserdaram as filhas” (MAESTRI, 1997, p. 11). Garantiam as mães a exclusão e a submissão das filhas, além da “desigual divisão dos bens e do trabalho” já mencionados. (GIRON; BERGAMASCHI, 1997, p. 20, 23). Ainda, as filhas, quando não totalmente destituídas de qualquer direito à terra, que era destinada a um dos filhos, recebiam determinada quantia em dinheiro “a título de compra de sua parte na propriedade”, posto que se supunha que teriam a terra através do casamento (GIRON; BERGAMASCHI, 1997, p. 23).

A partir do desenvolvimento do comércio, Battistel e Costa avaliam que foi o propulsor da diferenciação e da estratificação social, posto que, entre os próprios colonizadores, foram estabelecidos parâmetros

de defasagem da própria condição de colonizadores. Começaram a se estabelecer comparações entre as pessoas da cidade e da colônia: aquelas sabiam falar e tinham o poder, estas não sabiam falar e tinham que obedecer. O próprio ex-colono, isto é, o

³⁰² De acordo com Giron, pela idade média dos filhos primogênitos, a partir de levantamento dos dados constantes no Mapa Estatístico da Colônia Caxias – 1875 a 1886, permitiu a conclusão de que os casamentos não eram realizados entre casais extremamente jovens: “A moça, em média, deveria ter 23 anos e o rapaz 25 ou mais. A diferença de idade entre os cônjuges era bastante variada, sendo que a maior parte dos casais possuía, entre o marido e a mulher, uma diferença de dois anos.

colono que há pouco tempo abandonara a colônia, vendendo suas terras para morar na cidade, voltar-se-ia aos que ficaram na colônia e os indigitaria como ‘colonos grossos’, que não sabem falar, não sabem portar-se (*sic*), não têm os mesmos hábitos da ‘gente da cidade’. Exatamente, o sucesso do ex-colono, na cidade, através das atividades comerciais livres, protegidas por leis favoráveis, passou a ser o explorador mais pernicioso ao colono, constituindo-se um convite à cidade e tornando-se, em grande parte, responsável pelo êxodo rural, impondo ao agricultor preços arbitrários para seus produtos, enriquecendo em breve tempo e com atividade que o colono não considera trabalho. (BATTISTEL; COSTA, 1982, p. 6).

Nesse cenário delineado pelos autores, já excluídos dos círculos do poder em sua condição de imigrantes, havia, entre eles próprios, diferenciação enquanto habitantes da zona urbana e rural e, no que se refere às mulheres, sobre elas é possível conceber que a estratificação se tornava ainda mais acentuada. Pela crença e pelo valor mítico, o trabalho consistia em alcançar e materializar a *cuccagna* que tanto almejavam e, sob tal aspecto, trabalhavam tanto quanto os esposos para que se tornasse real o sonho que eles, os homens, perseguiam; e elas, como não viam outra alternativa, lhes restava acompanhá-los.

Mesmo que o interesse pela educação não fosse expressivo, havia pedidos de abertura de escolas públicas desde o início da colonização, além das escolas particulares existentes. De acordo com Zinani, em Caxias do Sul, no relatório de 1886, de M. M. de Carvalho, na Colônia Caxias havia o registro de duas escolas públicas e seis particulares, com 410 alunos. (ZINANI, 2016, p. 127). As atividades na lavoura ou no trato dos animais, corriqueiras do cotidiano dos imigrantes, bem como a manutenção do lote adquirido, que era seu patrimônio, definiram os obstáculos que determinariam a escolha do trabalho. Portanto, em detrimento da educação, “sendo uma atividade alheia ao sistema de produção, a escola não se configurava como uma necessidade de primeira ordem, como ocorreu na região de colonização germânica, onde desfrutava de prestígio e consideração” (ZINANI, 2016, p. 127).

Diferentemente das ideias que circulavam ainda muito antes na capital da Província, momento em que já se disseminavam as reivindicações dos direitos das mulheres, fosse por Nísia Floresta em seus textos; ou na tribuna da Sociedade Partenon Literário, com Luciana de Abreu, na Colônia Caxias, por sua vez, o universo em que se encontravam os imigrantes se restringia à fé, à família e ao trabalho.

O colono não percebia utilidade na escola; tampouco almejava qualquer reconhecimento que não fosse aquele proveniente de seu trabalho e que se convertesse em remuneração para, assim, continuar a manutenção da vida que havia escolhido quando partira. Para poder dar sustento à família e, quem sabe, guardar algum dinheiro para ampliar o patrimônio e mandar trazer a família que ficara na Itália. Sob esse aspecto, Zinani menciona o que João Spadari Adami, quem melhor ilustra a preferência pelo trabalho, concebe acerca da

educação entre os colonos: “Os nossos colonizadores não emigraram de suas terras para, em outra parte da orbe, aprenderem a ler e a escrever, e, sim, para que seus filhos e eles próprios tivessem um viver de menos dificuldades econômicas do que tinham no seu país de origem”. (2016, p. 127). Em relação à religião, de acordo com Zinani, interessava, “isso sim, a Igreja que funcionava como centro agregador dos valores culturais do imigrante. Por esse motivo, havia sempre solicitação do padre e não do professor” (2016, p. 128).

Ainda, é importante ressaltar que, se havia desinteresse pela escola, no entanto, não significava desapareço pela cultura (ZINANI, 2016, p. 129). A esse respeito, deve-se considerar que havia uma literatura oral que se relacionava ao folclore e cujos gêneros mais expressivos consistiam na poesia cantada e na narrativa, além das adivinhações e dos provérbios³⁰³ (POZENATO, 1979). Essa literatura oral dos imigrantes italianos, que existiu concomitantemente à, já mencionada, dos funcionários da Comissão de Terras da Colônia, exemplificadas nos rimances, as quadrinhas de José Bernardino dos Santos e de Bento de Lavra Pinto, por volta de 1884, podem ter se influenciado mutuamente em algum momento.

Dessa forma, quando da Proclamação da República, momento em que o Rio Grande do Sul já contava com uma capital desenvolvida, em termos materiais e intelectuais, os ideais republicanos, que convergiam com as crenças progressistas da vila e, depois, do município de Caxias, serão os mantenedores do progresso, planejado e executado, tal como fora a cidade em sua colonização.

A mudança de sistema político é, também, acompanhada pela econômica – a industrialização, conforme Giron e Bergamaschi, que principia na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), é responsável por sufocar “as atividades artesanais, substituindo-as paulatinamente por empresas mecanizadas e companhias limitadas”, razão pela qual, asseguram as pesquisadoras, com a mudança do caráter das empresas e a mudança de razão social, “o nome das mulheres deixa de aparecer como titular do empreendimento, mas não o seu trabalho” (GIRON; BERGAMASCHI, 1997, p. 20). Ainda a título de exemplo, diferentemente do que esperavam como resultado da pesquisa, Giron e Bergamaschi (1997, p. 23) atestaram que somente algumas das mulheres viúvas que se tornaram proprietárias se revelaram incapazes de gerir e dirigir a propriedade; a maioria, porém, não só manteve a terra

³⁰³ Vitalina Maria Frosi, em sua obra *Provérbios Italianos: Pérolas na Educação Informal dos Ítalo-brasileiros* (2015), focaliza a função monitoria desempenhada pelos provérbios dialetais italianos, na educação informal dos ítalo-brasileiros, do nordeste do Rio Grande do Sul, em que avultam dois aspectos importantes do material registrado: o das mensagens transmitidas e o das características formais dos principais dialetos italianos, manifestadas nas formulações dos provérbios – os do grupo vêneno e os do lombardo.

como ampliou e diversificou a produção.³⁰⁴ No período compreendido entre 1884 e 1924, de acordo com as pesquisadoras, “existiram, pelo menos, 1.515 mulheres proprietárias registradas nos livros de lançamentos de impostos. Outras 36 mulheres abandonadas e responsáveis pela propriedade se apresentam nos requerimentos à Intendência no mesmo período, e ainda 54 cujos maridos são incapazes”.

Esses números são importantes, e nos interessam, porque traduzem, não só uma parte desconhecida de que as mulheres também foram agentes do aclamado progresso imigrante, outros dados acerca da exclusão da mulher da história regional: por intermédio da reconstrução das histórias de algumas dessas mulheres (20, no total), empreendido por Giron e Bergamaschi (1997), foi revelado que: “Negada sua participação social durante a vida, é excluída da memória familiar após a morte. [...] demonstrou que existem mais lacunas que informações. Poucos dos entrevistados lembram de suas avós, e a maioria não tem recordações precisas de suas progenitoras” (1997, p. 121). O verdadeiro papel da mulher na construção da sociedade, assim, fica relegado à generalização. Das 1.515 mulheres registradas por Giron e Bergamaschi (1997), fizemos a seleção e a contagem de quantas teriam sido proprietárias entre 1884 e 1920, o que totalizou 731. Nos é surpreendente que mais da metade, nos quatro anos posteriores à delimitação temporal de nosso estudo, obtivessem seus títulos, o que significa que tiveram atuação marcante no que tange às conquistas patrimoniais, reconhecimento que no âmbito familiar e social é ignorado. Venceram, se colocarmos de uma forma bem sucinta. Assim, no Anexo A, colocamos o nosso quadro adaptado e construído a partir de Giron e Bergamaschi (1997), com os nomes das 731 proprietárias, ainda com vistas de que suscitem novas pesquisas, como foi fonte importante de consulta e reflexão para a presente investigação, que ajudem a reconstruir essa parte da história regional, que ainda tem muito a ser resgatado e explorado.

Das proprietárias de terras, voltamos às mulheres que contribuíram com seus textos, para que possamos fornecer subsídios à uma futura construção, não apenas da história, como também e especialmente, da literatura regional, a partir do resgate a que nos propusemos fazer nos periódicos que circularam em Caxias do Sul.

Primeiramente, apresentamos o Quadro 4, a seguir, que foi elaborado a partir do agrupamento das composições e definido a partir do nome de cada uma das vinte e uma mulheres/escritoras/autoras encontradas, em que, como já expusemos, a primeira composição é, ainda, de autoria desconhecida:

³⁰⁴ Observaram, ainda, que a partir de 1930 não configuraram mais nos registros as mulheres ocupadas na agricultura. (GIRON; BERGAMASCHI, 1997, p. 20).

Quadro 4 - Autoras e suas publicações em periódicos de Caxias do Sul - 1904-1919

	Autora	Título da obra/composição	Gênero	Periódico	Data de publicação
1	Autoria desconhecida	Despedida de Caxias ³⁰⁵	Poema	<i>O 14 de Julho</i>	14/02/1904
2	Maria Luiza (da Fontoura) Duclós³⁰⁶	As flores ³⁰⁷	Conto	<i>O Brazil</i>	28/02/1911
		Justa indignação ³⁰⁸	Crônica		25/06/1911
		Para o “Brazil” - Tradução -	Artigo/ensaio		08/04/1911
		A injúria e a maledicência ³⁰⁹	Artigo/ensaio	<i>O Brazil</i>	15/06/1912
		A dedicação	Crônica	<i>O Brazil</i>	30/05/1914
3	Poiana	I ricordi de me nona	Crônica	<i>Il Colono Italiano</i>	25/02/1911
4	Maria Berta	Italia	Reportagem	<i>Il Colono Italiano</i>	08/07/1911
5	Giulia Gabrici	Maria Leczinka	Biografia	<i>Il Colono Italiano</i>	29/07/1911
6	Julia Lopes de Almeida³¹⁰	Reflexões de um marido ³¹¹	Crônica	<i>O Brazil</i>	31/12/1911
		Uma carta a meu filho	Epístola		22/12/1917
7	Octavia de Stefano Paternò	Mentre il sole gede alla note il suo dominio	Poema	<i>Città di Caxias</i>	25/01/1913
		Fiori, fiori	Poema		19/03/1913
		Cancrena sociale	Crônica		14/04/1913
8	Graciélla Aédon	Nactividade	Poema: Soneto	<i>A Encrenca</i>	07/03/1915
9	M. L. Agosti	A certe frivole donnine... pensieri di una donna	Crônica	<i>Il Colono Italiano</i>	16/03/1916
10	Maria Heloiza Pinto de Moraes	Exercicio de redacção	Parábola	<i>O Estímulo</i>	17/12/1916

³⁰⁵ Em consulta às fontes primárias, foi encontrado o poema homônimo de Antonio Casagrande, jurista, o qual foi juiz de comarca de Caxias (cuja sede era em Bento Gonçalves à época), escritor e poeta. “Despedida de Caxias”, poema de sua autoria, foi publicado n’*O Cosmopolita*, em 01 mar. 1903. É apontado como o primeiro poeta nascido em Caxias por João Spadari Adami (1966a, p. 252) - que, erroneamente, datou a publicação (e a aponta por duas vezes) em 1º de março de 1900 (ADAMI, 1966a, p. 252).

³⁰⁶ Assina Marize Duclos. *O Brazil*, n.

³⁰⁷ Caxias, 11-03-1911.

³⁰⁸ Caxias, 19-06-1911.

³⁰⁹ Escrito em Caxias, 8 maio 1912. (DUCLÓS, Maria Luiza. A injuria e a maledicencia. *O Brazil*, n. 181, 16 jun. 1912).

³¹⁰ Crônica “Saber ser pobre”, publicada no jornal *O Brasil*, Anno XIV, n. 25, 25 jun. 1920.

³¹¹ Extrato.

11	Aracy Lisboa Saldanha	Saudade	Poema: Soneto	<i>O Estímulo</i>	29/04/1917	
12	Anna L. Saldanha	A magia dos milhões	Conto	<i>O Estímulo</i>	09/09/1917	
		A paz da consciência	Conto	<i>O Brazil</i>	13/12/1919	
13	Anna Aurora (do Amaral Lisboa)³¹²	Passado, presente e futuro (Allegoria)	Poema narrativo, dividido em três partes	<i>O Estímulo</i>	20/05/1917	
		O presente	Poesia		20/05/1917	
		A esperança (Canto)	Poesia		20/05/1917	
		A alegria	Poesia		20/05/1917	
		A saudade	Poesia		20/05/1917	
14	Maria do Carmo do Castro	O trabalho	Crônica	<i>O Estímulo</i>	02/09/1917	
15	Francisca da Rosa	A flor	Crônica	<i>O Estímulo</i>	02/09/1917	
16	Charley d'Aubry³¹³	Violetas	Poema	<i>O Estímulo</i>	19/05/1918	
17	Enrichetta Ussuelli Ruzza³¹⁴	A La Vergine	Poema	<i>La Libertà</i>	11/12/1909	
18	Ada Negri	Sinite Parvulos...	Poema	<i>La Libertà</i>	08/05/1909	
		Emigranti	Poma		05/02/1917	
		Il soldatino ignoto	Poema		12/02/1917	
		La Madre	Poema		05/03/1917	
		L'offerta	Poema		14/08/1917	
		Fiammetta vestita di verde	Poema		19/09/1918	
19	Antonieta Lisboa Saldanha	Deus	Poema narrativo	<i>O Estímulo</i>	12/11/1916	
		O natal de Dadá	Conto infantil		24/12/1916	
		Allegoria ao Hospital de Caridade ³¹⁵	Poema		20/05/1917	
		A relíquia do condenado	Conto		02/09/1917	
		Á noite	Poema: Soneto		09/09/1917	
		Alvorecer	Poesia		<i>Città di Caxias</i>	20/04/1918
		<i>Rimas sem metro³¹⁶</i>	Poesia		<i>O Estímulo</i>	1918

³¹² Supostamente Anna Aurora Lisboa do Amaral. Local indicado na publicação: Rio Pardo.

³¹³ Suposto pseudônimo.

³¹⁴ Ussuelli, na edição n. 15, 1909, *La Libertà*.

³¹⁵ Escrito em 08 abr. 1917. (SALDANHA, Antonieta Lisboa. Allegoria ao Hospital de Caridade. *O Estímulo*, Ano I, n. 28, 20 maio 1917).

³¹⁶ SALDANHA, Antonieta Lisboa. *Rimas sem metro*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1918.

20	Vivita Cartier	Matinal ³¹⁷	Poema	<i>O Brazil</i>	23/03/1918
21	Ignacia Gomes da Silva	Confidências	Questionário	<i>A Perola</i>	19/05/1918 ³¹⁸ (Alegrete, 10/05/1918)

Fonte: A autora (2019).

Do grupo das escritoras de que temos posse do nome ou pseudônimo, com poucas ou nenhuma outra informação, embora empreendidos muitos esforços em tentar elucidar suas identidades, encontra-se a maioria.

Tendo publicado apenas uma composição no *Il Colono Italiano*, Poiana, Maria Berta, Giulia Gabrici, em 1911, e M. L. Agosti, já em 1916, ainda nos parece que é proibido revelar a identidade de qualquer mulher que seja, o que daria a subentender que, por trás deles, poderia haver um homem. As composições, embora de gêneros diversificados, vêm a atender à linha editorial do periódico católico, uma vez que

A base rural de seu projeto social visava a manter o catolicismo romano afastado do perigo maçônico, mais incrustado nas localidades urbanas. A cidade era vista como símbolo da perdição, do progresso desagregador, do laicismo, do pecado corruptor, enquanto o mundo rural era reconhecido como o local da pureza. A manutenção de uma identidade italiana voltada ao catolicismo romano acabou por retardar a integração dos colonos à nova pátria. Os desejos de se criar “pequenas Itálias” mais dificultaram do que facilitaram a vida das populações do interior, prejudicando ainda mais os relacionamentos com a sociedade urbana nascente. (VALDUGA, 2012, p. 150).

As composições, em ordem estabelecida pelas autoras supracitadas, embora algumas pudessem parecer inocentes, têm como fundamento enaltecer a inocência, como “I ricordi de me nona”, que em tom nostálgico, recupera os temas Românticos bastante recorrentes da infância e o saudosismo; fortalecer as bases com a Pátria-Mater, por intermédio de “Italia”, reportagem que abarca os últimos acontecimentos na terra natal, elo que precisa ser mantido; com a biografia “Maria Leczinka³¹⁹” e a crônica “A certe frivole donnine... pensieri di una donna”, por meio do exemplo e das lições moralizantes, visam ordenar e doutrinar como a mulher deve se portar, a que deve valorizar e a que exemplo seguir e ser. À época em que foram publicados, com o município de Caxias já estabelecido administrativamente, em 1911;

³¹⁷ Escrito em Caxias e datado de 1917. “N. R. – Estes lindos versos de Vivita Cartier tiramo-los, *data venia*, do ultimo numero da <<Mascara>>, que se publica em Porto Alegre. É um delicioso brinde que ofertamos aos nossos leitores. Significa, tambem de nossa parte, uma singela homenagem a essa poetisa graciosa e expontanea, que, como uma avezinha canora, veio refugiar-se neste recanto da serra, para cantar o deslumbramento de nosso sol e a pureza de nossas flores...” (*O Brazil*, Anno XII, n. 11, 23 mar. 1918, p. 1).

³¹⁸

³¹⁹ O exemplo a ser seguido é o de Maria Carolina Sofia Felícia, esposa do rei Luís XV e rainha consorte da França, de 1725 até 1768, quem teve de suportar as traições do marido e que, por isso, passou a viver exclusivamente dedicada à religião.

e, em 1916, em meio à Primeira Guerra Mundial, era preciso manter “o rebanho” restrito ao universo católico original.

De Maria do Carmo do Castro, Francisca da Rosa, Charley d’Aubry temos, também, tão somente como registro as assinaturas com que foram identificados os textos nos periódicos. Todos publicados no jornal *O Estímulo*, de Odorico e das irmãs Saldanha, em 1917, “O trabalho” e “A flor”, crônicas; e, em 1918, “Violetas”, soneto. Como referência ainda temos o estudo realizado por Aline Letícia Rech de Abreu (2015), quem perscrutou as páginas disponíveis do jornal e, a partir de alguns textos selecionados, compôs o artigo intitulado “A escrita feminina na imprensa caxiense até 1920 em *O Estímulo*”, e sobre quem já mencionamos anteriormente. Alguns dos textos que trazemos aqui elencados também foram analisados pela autora, que, em relação às crônicas, expõe que a visão moralizante e nada emancipadora “de que se precisa educar a mulher para que ela seja uma boa esposa e uma mãe competente, obediente ao marido, à sociedade e trabalhando para auxiliar sua família também serve de temática para as crônicas femininas encontradas [...]”, está especialmente em “O trabalho”, de Maria do Carmo de Castro. (ABREU, 2015, p. 27). Em “A flor”, em tom mais lírico, a crônica traz, em tom melancólico a flor como elemento que sintetiza, através dos tempos, sua simbologia.

Ainda n’*O Estímulo*, encontramos o nome de Maria Heloiza Pinto de Moraes que, na “Secção para os escolares” do jornal tem publicado o texto da então aluna do colégio “Lisboa Saldanha”, cujo título é “Exercício de redação”, e que consideramos uma parábola. O texto em questão trata da história de um menino chamado Alberto, que auxilia a família na atividade cotidiana do plantio. Segundo Abreu (2015, p. 31): “No texto, essa sementeira vai trazendo outro sentido ao lembrar metaforicamente os ensinamentos cristãos sobre a colheita. Duas lições moralizantes são expostas claramente no texto e têm o intuito de auxiliar o jovem leitor a entender as situações da vida”, e que culminam, no último parágrafo, “na moral da história”. Apreende-se que não são as falas de uma criança, mas “a repetição de um ensinamento cristão que está embutido nessa escritora estudante” (2015, p. 31). Ensinamentos que serão perpetuados e passados aos leitores. Sobre “Violetas”, soneto de Charley D’Aubry, possível pseudônimo, na mais tradicional das composições românticas, as violetas, já envelhecidas, lembram ao eu lírico a mágoa que carrega. Mesmo mirrado, lhe foi ofertado, o que traduz o amor de quem, recolhido, tem apenas como lembrança as flores que lhe foram mandadas.

Acerca das irmãs Lisboa Saldanha, a maioria dos textos femininos publicados são de suas autorias. Como redatoras e colaboradoras d’*O Estimulo*, ainda em princípios do século

XX, vieram a ser destaque em um período marcado pelo fato de a grande maioria das mulheres ainda ser analfabeta e “em que o sistema patriarcal então vigente somente permitia às figuras femininas o desempenho dos papéis de filha, esposa, dona de casa e mãe, permanecendo na órbita da influência, primeiro do pai e, depois, do marido” (ZINANI, 2016, p. 130). Oriundas de uma família cuja estirpe era composta de intelectuais, cresceram sob o privilégio de conviver em meio às Letras e às Artes. Antonieta, entre 1917 e 1919, teve seus poemas publicados, ainda, no *Corymbo*, de Rio Grande. Anna Aurora do Amaral Lisboa também teve seus poemas publicados em ambos periódicos e, embora não seja objeto específico da presente pesquisa, o periódico feminino de Rio Grande, assim como *O Estimulo*, em parte, foram incentivadores das publicações de autoria feminina. Acerca do *Corymbo*, a tese de Mírian Steffen Vieira, intitulada *Atuação literária de escritoras no Rio Grande do Sul: um estudo do periódico Corimbo, 1885-1925* (1997), faz o mapeamento de todas as escritoras que publicaram em tal jornal, estabelecendo uma rede de intercolaboração.

Graciélla Aédon, pseudônimo, teve apenas um poema publicado, intitulado “Natividade”, no periódico *A Encrenca*, em 7 de março de 1915. O que se conseguiu obter acerca da escritora é que Graciélla Aédon é o pseudônimo usado pela esposa de um general que fora presidente na Bolívia. Ainda, assim, não conseguimos desvendar de quem se tratava. Ainda, há poemas da autora publicados no Rio de Janeiro, e outro publicado n’*O Phanal*, de Porto Alegre, que foi órgão dos alunos da Escola Brasil, que circulou a partir de 1 de janeiro de 1893 e cujo término é desconhecido.

Representantes da literatura italiana, apareceram Ada Negri, lembrada por ser a primeira e única mulher a ser admitida na Accademia d’Italia, e Enrichetta Usuelli Ruzza, primeiramente no *Il Colono Italiano*, em 1909, com os poemas de temática religiosa, em tom laudatório, traduzidos nos poemas “Sinite parvulos” e “A La Vergine”, respectivamente; este último, uma ode a Maria. Ainda de Ada Negri, são publicados cinco poemas entre 1917 (4) e 1918 (1) no jornal *Città di Caxias*, nos anos em que estava prestes a terminar a Primeira Grande Guerra, o que alude à busca pela identidade italiana na figura de uma de suas ilustres filhas. Os poemas, com temáticas que se concentram nas figuras do imigrante, do soldado, da Itália – Terra-Máter.

Ainda cabem ressaltar as contribuições de Maria Luiza (da Fontoura) Duclós, entre 1911 e 1912, para o periódico *O Brazil*; e de Octávia de Stefano Paternò, para *Città di Caxias*, em 1913, as quais consideramos as personagens precursoras nas redações de periódicos de Caxias do Sul, uma vez que, até então, excluída a participação da autora do soneto intitulado

“Despedida de Caxias”, também colaboradora, sendo a primeira, ainda em 1904, para *O 14 de Julho*, pioneiramente se inseriram em um universo de total domínio masculino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que serve a literatura? Essa é a pergunta que também encerra a presente investigação que, de todo, não tem um fim decretado. Foi a partir desse questionamento que Umberto Eco (2011, p. 10-11) lhe atribuiu funções, tanto para o individual quanto para o social e, as quais, com vistas a entender que as manifestações literárias se constituem em elementos de suma importância para configurar, não tão somente, mas também, a história de uma região, é por intermédio da literatura que se mantém em exercício a língua, como patrimônio coletivo, e que na presente tese culminou no resgate de autoras e de seus textos.

Da pluralidade de saberes, da história e da cultura que existia em Caxias nos momentos anteriores à colonização, atestou-se que, com o passar do tempo, as diversas manifestações acabaram por ser apagadas, cerca de 50 anos de história, uma vez que a atualização do mito da italianidade, estabelecido e reforçado pelos sucessivos álbuns em comemoração à imigração, momentos datados que repetem o culto à saga de um povo que, da

Itália, saíram sem nada e vieram desbravar Caxias do Sul e a fizeram prosperar, e que se traduzem no *Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul*; no *Álbum do Centenário da Imigração Italiana* e, finalmente, no *Álbum Cultura Italiana - 130 anos*.

Podemos ainda lembrar de obras que são sempre referenciadas na historiografia e consideradas as bases de uma literatura caxiense, como é o caso de *Nanetto Pipetta, nassuo in Italia e vegnudo in Mérica per catar ela cucagna*, de Aquiles Bernardi, obra que foi veiculada, primeiramente, em episódios semanais no *Correio Riograndense* e editada pela primeira vez em livro, em 1937, com o título *Vita e stória de Nanetto Pipetta: nassuo in Italia e vegnudo in Mérica per catar ela cucagna*, considerada a obra mais importante, mais lida e conhecida (SANTOS, S., 2016, p. 147). De acordo com Santin, Aquiles Bernardi, ao criar a personagem Nanetto Pippeta, “traçou o perfil antropológico-cultural dos imigrantes italianos da região, mesmo não tendo sido esse o seu objetivo ao escrever as histórias” (1996, p. 103).

Outra obra que também é considerada “um divisor de águas” na produção poética da Região de Colonização Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul foi a publicada por “um grupo de poetas que se autointitulou Reunião, porém eles ficaram mais conhecidos pelo nome da obra que se chamou *Matrícula*” (ZINANI, 2016, p. 132). Tal grupo era formado por Oscar Bertholdo, José Clemente Pozenato, Jayme Paviani, Ari Nicodemus Trentin e Delmino Gritti, os quais, com exceção do último, foram professores universitários e tiveram uma carreira literária “com uma produção muito significativa tanto em poesia quanto em prosa ou na área ensaística” (ZINANI, 2016, p. 132). A temática abordada pelo grupo, considerado um trabalho não apenas inovador, mas coerente e constante por Schüler (1987), foram as raízes da região.

Esses são exemplos que se atualizam na historiografia existente sobre a literatura produzida na região e, pelo fato de não se dispor de historiografia satisfatória que abarcasse mais especificamente as produções de autoria feminina, nos questionamos como teriam visibilidade se nunca fossem investigadas e trazidas à luz. Ao se tomar conhecimento sobre, é possível ensejar que, de alguma forma, se propicie acesso a determinada produção. A esse respeito, Rita Terezinha Schmidt refere-se ao conhecimento como algo vinculado, explicitamente, ao interesse, sendo caracterizado este como ideologia:

ao mesmo tempo que a ideologia do objeto, isto é, os interesses investidos e configurados em seus processos de significação interpelam o sujeito sujeitando-o à sua autoridade, ela aciona mecanismos de resistência através dos quais o sujeito toma consciência e organiza sua relação vivida com o objeto. A forma dessa relação

vivida é definida de acordo com os interesses do sujeito, os quais irão determinar a forma do conhecimento. (1994, p. 28-29).

A partir do momento em que se considera o estabelecimento de um cânone literário regional, avulta a questão de ser ele, por conservar seu caráter exemplar, o responsável por fornecer modelos e inspiração, legitimar as teorias estéticas, oferecer perspectiva histórica e, muito comumente, limitar a pluralidade de produções literárias que circulam em determinada região. Nesse sentido, pela tradição, podemos atestar que muitas das pesquisas historiográficas e literárias que se dedicaram a investigar a produção da RCI também focalizaram como elemento basilar o imigrante italiano e o recorte temporal sempre se fizeram a partir do ano estabelecido, oficialmente, em 1875.

Dessa lacuna temporal e da perspectiva de que a cultura italiana se constitui como o marco civilizatório relevante na região, é possível estabelecer que foram os aspectos culturais constituintes do universo do imigrante que se sobrepuseram e foram sendo transmitidos às gerações posteriores, constituindo-se, como assevera Zinani, “uma espécie de inconsciente coletivo” (2016, p. 137), o qual é reavivado e atuante até presentemente. Com base nesses argumentos, aliada à perspectiva dos estudos culturais de gênero, além do suporte metodológico da estética da recepção de Jauss, a presente tese buscou organizar subsídios para que, futuramente, seja escrita uma história da literatura sob outra perspectiva.

Assim, percebeu-se que a própria fundação da cidade de Caxias, e muito antes ainda, as bases se estabeleceram a partir da multiplicidade interétnica, mas com predominância da cultura e dos interesses luso-brasileiros que, aos poucos, foi cedendo lugar à atuação dos imigrantes italianos. Anteriormente, pelo nosso estudo, verificou-se que, apesar do poder estar centrado nas mãos de luso-brasileiros, os funcionários da Comissão de Terras, os imigrantes principiaram a sua organização e diferenciação desde que conseguiram estabelecer seu lugar na política e se estendeu aos periódicos, como, a exemplo, *A Encrenca* – cujos donos eram italianos.

No que tange ao processo colonizatório empreendido pelo Estado Imperial, o qual, depois passou aos domínios da Província, o planejamento realizado consistiu na dominação e ocupação de um espaço estratégico e desprotegido. Como alternativa à manutenção do território e pela necessidade de que se tornasse rentável, empreendeu-se a imigração com vistas à colonização, cujo intuito recaía no branqueamento étnico como também na intenção de que se desenvolvesse em território gaúcho o que acreditavam ser uma cultura superior.

Se, no princípio, existia a disputa entre igreja e maçonaria no ambiente cultural e político, quando do surgimento da imprensa na Vila de Santa Teresa de Caxias, a partir de

1897, ela se impôs como uma vigorosa forma de retórica, como reforço das tribunas já existentes, sendo ela própria o palco para as disputas de poder. Foi o pensamento político marcante em suas páginas, não apenas como reflexo de ideias já definidas, mas como espaço de produção de concepções das vertentes de cunho republicano e das de orientação religiosa, para, quase no final do período abarcado, entrasse em cena os periódicos cujos donos eram os imigrantes que vieram colonizar a região. A imprensa aqui apresentou-se, na maioria das vezes, como espaço de coerção, controle, conservadorismo e manipulação na manutenção dos interesses.

Como maioria analfabeta, os ideais de italianidade nos periódicos não partiram dos próprios imigrantes; foram, antes, estabelecidos e concebidos dentro dos próprios periódicos, especialmente os de linha editorial religiosa, que procuraram manter o controle sobre a manutenção da memória de uma Itália já distante em termos temporais e, especialmente, espaciais, bem como os preceitos religiosos mantinham sob constante vigilância os comportamentos e os pensamentos. Em relação ao trabalho, os órgãos republicanos foram os disseminadores dessa concepção da veia imigrante nascida para o sacrifício em prol do progresso.

Foi, ainda, a partir do próprio planejamento da colonização que ensejou e permitiu os imigrantes aqui se estabelecessem e se desenvolvessem; todavia, o que não estava previsto e nem nos planos era que tudo o que fora construído e feito anteriormente à imigração fosse deixado para trás, de insustentável leveza se constituíram os primeiros feitos e as primeiras manifestações históricas, sociais e culturais.

À medida que o discurso hegemônico patriarcal foi colocado em questão, ao focalizar o papel social da mulher enquanto entidade sócio-histórico-cultural, como produtora de textos, em contribuição, a presente investigação traz à luz as produções de 20 outras mulheres, além de Antonieta Lisboa Saldanha, com a obra *Rimas sem metro* (1918), que serviu de guia durante a pesquisa – porque não se acreditava existir apenas uma única manifestação feminina. Com base na “Planilha cronológica das obras literárias publicadas pelos escritores da RCI”, que consta no *Dicionário Biobibliográfico dos Escritores da Região de Colonização Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul* (BERTUSSI; ZINANI; SANTOS, 2006), é possível, então, ampliar de uma para o total de vinte e uma escritoras.

Não encontramos nenhuma composição feminina de autoria de uma imigrante italiana, como se esperava. No entanto, nos foi grata surpresa termos encontrado um número muito maior do que se imaginava à época. As autoras, cujas proveniências, pelo menos seus

locais de origem e/ou nascimento, quando conseguimos identificá-los, foram todas de outros lugares que não da então cidade de Caxias

Dos textos que avultaram, podemos estabelecer que a publicação daqueles cuja autoria é feminina em Caxias do Sul foi orientada por dois propósitos essenciais: os de autoria estrangeira que, por sua vez, selecionados, serviram aos propósitos exclusivos do periódico, não se constituindo em publicação espontânea da autora. Esses textos serviram como manutenção dos interesses da linha editorial. De outra forma, também emergiram os textos cuja produção e publicação foram espontâneas, especialmente com vistas à divulgação do texto literário, cujo exemplo mais expressivo se encontra no jornal *O Estimulo*, de redação das irmãs Lisboa Saldanha: Antonieta, Anna e Aracy. Tal periódico merece uma atenção especial de investigação.

A partir do resgate realizado, espera-se contribuir para que sejam lançadas novas perspectivas nos estudos historiográficos e literários. Outra lacuna que carece ser preenchida está nos textos publicados em língua portuguesa, sejam eles de autoria masculina ou feminina. Pode-se pensar, ainda, que os diversos periódicos que circularam em Caxias do Sul constituem-se em riquíssimas fontes para futuras pesquisas em várias áreas do conhecimento, todas ainda inexploradas.

Como perspectivas futuras, planeja-se continuar as pesquisas nos periódicos publicados em Caxias do Sul, estendendo o período a ser abarcado. Pretende-se, ainda e futuramente, construir uma história da literatura de autoria feminina em Caxias do Sul, cujo *corpus* já se encontra delineado pela presente investigação. Se possível, continuar a presente pesquisa em âmbito de pós-doutoramento e proceder a publicações sobre as pesquisas na área. Como alternativa, também contribuir com a divulgação da pesquisa em meios eletrônicos, junto à Prefeitura Municipal de Caxias do Sul e, nos moldes do que a Universidade Federal de Rio Grande se propõe com o projeto “Fontes”, também se desenvolver um sítio com vistas à divulgação dos escritores e escritoras caxienses.

REFERÊNCIAS

ADAMI, João Spadari. Caxias do Sul. **O Momento**, Caxias do Sul, ano XIX, n. 950, 30 jun. 1951, p. 1.

_____. **Dicionário dos intelectuais caxienses**. Caxias do Sul, RS: São Miguel, 1960.

_____. **História da poesia caxiense**. Caxias do Sul, RS: São Miguel, 1960.

_____. **História de Caxias do Sul**. Caxias do Sul: EST, 1966a-1981. v. 1.

_____. **História de Caxias do Sul**. (Educação). Caxias do Sul: EST, 1966b-1981. v. 3.

_____. **História de Caxias do Sul**. Caxias do Sul: EST, 1966c-1981. v. 4.

ALVES, Francisco das Neves; PÓVOAS, Mauro Nicola. **Periodismo e literatura no Rio Grande do Sul do Século XIX**. Lisboa; Rio Grande: 2018.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI. Setor Arquivo Público. **Livro de Registro de Entrada dos Imigrantes na Colônia Caxias**. Fundo da Diretoria da Colônia Caxias e Comissão de Terras e Medição dos Lotes em Caxias. Mapa Estatístico 1875-1882. BR RS APMCS DIR-D-08-I. Disponível em:

_____. Setor Arquivo Público. **Livro de Registro de Entrada dos Imigrantes na Colônia Caxias**. Fundo da Diretoria da Colônia Caxias e Comissão de Terras e Medição dos Lotes em Caxias. Mapa Estatístico 1876-1888. BR RS APMCS DIR-D-08-I.

_____. Setor Arquivo Público. **Livro de Registro de Entrada dos Imigrantes na Colônia Caxias**. Fundo da Diretoria da Colônia Caxias e Comissão de Terras e Medição dos Lotes em Caxias. Mapa Estatístico 1876-1884. BR RS APMCS DIR-D-08-I.

AZEVEDO, Thales de. **Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: A Nação, 1975.

BARROS, E. C.; LANDO, Aldair M. **Capitalismo e Colonização – os alemães no Rio Grande do Sul**. In: LANDO, Aldair M. et al. (Org.) RS: imigração & colonização. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996, p. 9-46.

BASCHEIRA, Deise Angélica Pasquali; GIRON, Loraine Slomp. **Colônia Caxias e a área dos Campos de Cima da Serra: encontro e cooperação entre duas culturas – sociedade pastoril e imigração em Fazenda Souza, século XIX**. 2002. iii, 83 f. Monografia de Pós-Graduação (Especialização em História) - Universidade de Caxias do Sul, 2002.

BATTISTEL, Arlindo Itacir; COSTA, Rovílio. **Assim vivem os italianos - 1**. Vida, história, cantos, comidas e estórias. Porto Alegre: EST, 1982.

BATTISTEL, Arlindo Itacir. **Colônia italiana: religião e costumes**. Porto Alegre: Esc. Super. Teol. S. Lourenço de Brindes, 1981.

BLAKE, Augusto Victorino Alves do Sacramento. **Dicionário bibliographico brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. Reimpressão fac-símile, 1970. 7 v.

BERGAMASCHI, Heloisa Délia Eberle. **A força das mulheres proprietárias: histórias de vida - 1875/1975**. Caxias do Sul, RS: Educus, 1997.

BEUTIN, W. *et al.* História da literatura: porquê e para quê? In: BARRENTO, João (Org.). **História literária: problemas e perspectivas**. 2. ed. Lisboa: Materiais críticos, 1986. p. 111-118.

BOEIRA, Luciana Fernandes. **Entre História e Literatura: a formação do Panteão Rio-Grandense e os primórdios da escrita de história do Rio Grande do Sul no século XIX**. 2009. 196 f. Mestrado. Universidade do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17662/000721014.pdf>.

BORDINI, Maria da Glória. Fenomenologia e Hermenêutica: impactos sobre os estudos literários. In: SEDYCIAS, João (Org.). **Repensando a teoria literária contemporânea**. Recife: UFPE, 2015. p. 179-216.

CAMPOS, Maria Consuelo Cunha. Gênero. In: JOBIM, José Luis (Org.). **Palavras da crítica**. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 111-125.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. A cidade. Origem do nome. 2018. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/a-cidade/origem-do-nome>. Acesso em: 02 fev. 2018.

_____. ARQUIVO HISTÓRICO; HENRICHES, Liliana Albertini (Org.). **Histórias da imprensa em Caxias do Sul**. Caxias do Sul, RS: Museu Municipal, 1988.

CENNI, Franco. **Italianos no Brasil: "andiamo in 'Merica"**. São Paulo: EDUSP, 2003.

CESAR, Guilhermino. Poesia de qualidade. In: POZANATO, José Clemente. **Mapa de viagem**. Caxias do Sul: Educus, 2000, p. 191-195.

_____. **História da literatura do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1971.

_____. **História da literatura do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Globo, 1957.

CUNHA, Jorge Luiz da. Os colonos alemães de Santa Cruz e a fomicultura: Santa Cruz do Sul; Rio Grande do Sul – 1845-1881. 1988. 229 f. (Dissertação) Pós Graduação em História do Brasil, opção História Social. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba, 1988. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27080/D%20-%20CUNHA%2C%20JORGE%20LUIZ%20DA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

_____. Do livro à leitura. In: _____. (Org.). **Práticas da leitura**. Tradução Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 77-105.

_____. O leitor entre limitações e liberdades. In: _____. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: UNESP, 1998. p. 75-95.

_____. As práticas da escrita. In: _____. (Org.). **História da vida privada, 3: da Renascença ao Século das Luzes**. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 114-159.

COELHO, Nelly Novaes. **Dicionário crítico de escritoras brasileiras: 1711-2001**.

COMPAGNON, Antoine. A história. In: _____. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão, Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: UFMG, 2001. p. 195-223.

CONFORTO, Marília. Revisitando as cartas dos primeiros imigrantes italianos: *La Mérica de Paulo Rossato*. FROSI, Vitalina Maria; MISTURINI, Bruno (Org.). **Imigração italiana: estudos e pesquisas**. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 54-73.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Redes sociais e ocupação de espaços econômicos: imigrantes italianos em Porto Alegre. In: FAY, Claudia Musa; RUGGIERO, Antonio de. (Org.). **Imigrantes empreendedores na história do Brasil: estudos de caso**. Porto Alegre: Edipucrs, 2014. p. 33-42.

_____. Estudos de imigração italiana: tendências historiográficas no Brasil meridional. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH**, São Paulo, jul. 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=779.

_____. Italianos no Processo Revolucionário. In: FLORES, Moacyr (org.). **1893 - 1895: A Revolução dos Maragatos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

_____. Italianos, maragatos e pica-paus. In: DE BONNI, Luís A. (org.). **A presença italiana no Brasil**. Vol. III, Porto Alegre: EST / Fondazione Giovanni Agnelli, 1995.

COSTA, Rovílio Frei; MARCON, Itálico. **Imigração italiana no Rio Grande do Sul: fontes históricas**. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul, RS: Educs, 1988.

DAL BÓ, Juventino; IOTTI, Luiza Horn; MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro (Org.). **Anais Simpósio internacional sobre imigração italiana**, 1996 abr. 24-27, Caxias do Sul. Caxias do Sul, RS: Educs, 1999.

DAMO, Luiz. **Elo de uma história: 135 anos: 1880-2015**. Caxias do Sul, RS: Ed. do Autor, 2015.

DARNTON, Robert. O beijo de Lamourette. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio, Frei. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul, RS: EST/UCS, 1979. 280 p.

DE BONI, Luis Alberto. **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia - Biblioteca, 1990. 2 v. (Coleção Imigração Italiana; 100).

_____. **La Merica: escritos dos primeiros imigrantes italianos**. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Educs, 1977.

DUARTE, Constância Lima. O cânone e a autoria feminina. In: SCHMIDT, Rita Terezinha (Org.). **Mulheres e literatura: (trans)formando identidades**. Porto Alegre, 1997, p. 53-60.

_____. *O Corymbo*. In: _____. **Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX: dicionário ilustrado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 277-281.

_____. **Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX: dicionário ilustrado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

ECO, Umberto. **Sobre a literatura**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

FAY, Claudia Musa; RUGGIERO, Antonio de. (Org.). **Imigrantes empreendedores na história do Brasil: estudos de caso**. Porto Alegre: Edipucrs, 2014.

FILIPPON, MARIA ISABEL. **A casa do imigrante italiano, a linguagem do espaço de habitar**. 2007. 156 f. (Dissertação) Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura Regional, Universidade de Caxias do Sul - UCS, Caxias do Sul, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/241>

FISCHER, Steven Roger. **História da leitura**. Tradução Claudia Freire. São Paulo: UNESP, 2006.

FRANZINA, Emilio. Parábolas empreendedoras, culturas territoriais e imigração italiana no Brasil, entre 1800 e 1900. In: FAY, Claudia Musa; RUGGIERO, Antonio de. (Org.). **Imigrantes empreendedores na história do Brasil: estudos de caso**. Porto Alegre: Edipucrs, 2014. p. 15-32.

FROSI, Vitalina Maria. Os logradouros de Caxias do Sul: seus nomes, suas interconexões. **II Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa**, 2010, Évora. A Língua Portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas. Évora: Universidade de Évora, 2010. p. 50-73. Disponível em: <http://www.simelp2009.uevora.pt/pdf/slg23/06.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2016.

_____; MIORANZA, Ciro. **Imigração italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul: processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira**. 2. ed. Caxias do Sul: Educs, 2009.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. **Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul: processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira**. Porto Alegre: Movimento, 1975. 83 p. (Coleção documentos brasileiros ; 6).

FROSI, Vitalina Maria; MISTURINI, Bruno (Org.). **Imigração italiana: estudos e pesquisas**. São Leopoldo: Oikos, 2016.

GARDELIN, Mário. A contribuição de Vacaria para o desenvolvimento da região dos Campos de Cima da Serra. **Raízes da Vacaria - VII Encontro dos Municípios Originários de Santo Antônio da Patrulha**, Prefeitura Municipal de Vacaria, 1996). Disponível em: <http://www.paginadogaicho.com.br/turi/0002/009.htm>.

_____. **Imigração italiana no Rio Grande do Sul: fontes literárias**. Porto Alegre: EST, 1988.

_____; COSTA, Rovílio Frei. **Colônia Caxias: origens**. Caxias do Sul, RS: Edições EST, 1993.

_____. **Colônia Caxias: Primórdios**. Caxias do Sul, RS: Livros Pouso Alto, 1998.

GIRON, Loraine Slomp; NASCIMENTO, Roberto R. F. Do. Caxias e a disputa pela infraestrutura (1898-1941). **MÉTIS: história & cultura**, v. 8, n. 15, p. 33-47, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/724/529>.

_____; _____. **Caxias centenária**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2010.

GIRON, Loraine Slomp. **Caxias do Sul**: evolução histórica. Caxias do Sul, RS: Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, 1977.

_____. **Caxias do Sul**: evolução histórica. Caxias do Sul, RS: Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, 1977.

_____. **As sombras do littorio**: o fascismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Parlanda, 1994.

GIRON, Loraine Slomp; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **História da imigração italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 2007.

GIRON, Loraine Slomp. A imigração italiana no RS: fatores determinantes. *In*: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius. (Org.) **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p. 47-67.

GIRON, Loraine Slomp; CORSETTI, Berenice. As companhias de colonização - A reprodução do sistema colonial. *In*: BONI, Luis A. de (Org.). **Presença italiana no Brasil**. v. 2. Porto Alegre: EST; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. p. 483-502.

GIRON, Loraine Slomp; NASCIMENTO, Roberto R. F. Do. Caxias e a disputa pela infraestrutura (1898-1941). **MÉTIS: história & cultura**, v. 8, n. 15, p. 33-47, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/724/529>.

HOHLFELDT, Antônio. **Literatura e vida social**. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e colonização**. 2003.

_____. A política imigratória brasileira e sua legislação. *In*: GIRON, Loraine Slomp; NASCIMENTO, Roberto R. F. (Org.). **Caxias centenária**. Caxias do Sul: Educs, 2010a. p. 9-20.

_____. Os estados brasileiro e italiano e a imigração italiana no RS. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH**, São Paulo, jul. 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299600613_ARQUIVO_textoanpuhsaopaulo.pdf.

_____. **Imigração e poder**: a palavra oficial sobre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914). Caxias do Sul, RS: Educs, 2010b.

_____. A política imigratória brasileira e sua legislação. *In*: GIRON, Loraine Slomp; NASCIMENTO, Roberto R. F. (Org.). **Caxias centenária**. Caxias do Sul: Educs, 2010a. p. 9-20.

_____. Os estados brasileiro e italiano e a imigração italiana no RS. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH**, São Paulo, jul. 2011. Disponível em:

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299600613_ARQUIVO_textoanpuhsaopaulo.pdf.

JAUSS, Hans Robert. O texto na mudança de horizonte da leitura. In: LIMA, Luiz Costa. **Teoria da literatura em suas fontes**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983. p. 305-358.

_____. **A história da literatura como provocação à teoria literária**. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.

_____. A estética da recepção: colocações gerais. In: LIMA, Luiz Costa (Sel. Coord. Trad.). **A literatura e o leitor: textos de estética da recepção**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 67-84.

_____. **Caminos de la comprensión**. Tradução de Nuria Sara Miras Boronat. Madrid: Machado Libros, 2012. [Título original, *Wege des Verstehens*, 1994].

KLEIN, Caroline Rippe de Mello. A imigração francesa no Rio Grande do Sul (Século XIX). **Revista Historiador**, Porto Alegre, n. 7, jan. 2015. Disponível em: <http://www.historialivre.com/revistahistoriador/sete/>.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998.

LEMAIRE, Ria. Repensando a história literária. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses**. O feminismo como crítica da cultura. Tradução de Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 58-71.

LEONHARDT, Katja. Aspectos de gênero na literatura regional: o caso das poetisas sarrenses. In: ARENDT, João Claudio; Neumann, Gerson Roberto (Org.). **Regionalismus – Regionalismos: subsídios para um novo debate**. Caxias do Sul: Educs, 2013.

LOPES, Rodrigo. História local ampliada no site da Biblioteca Nacional. **Pioneiro**, Memória. 7 mar. 2019. Disponível em: <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/cidades/noticia/2019/03/historia-local-ampliada-no-site-da-biblioteca-nacional-10815182.html>

LUCHESE, Terciane Ângela. As Sociedades de Mútuo Socorro e suas Escolas Étnicas Italianas: a circulação de saberes e as conformações identitárias. **Anais do 17º Congresso de Leitura do Brasil**. Campinas, Unicamp, 20-24 jul. 2009. Disponível em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem12/COLE_807.pdf.

_____. *Jornal Il Corriere d'Itália: um periódico católico em língua italiana no Rio Grande do Sul*. In Site TRANFOPRESS Brasil. Disponível em: <http://transfopressbrasil.franca.unesp.br/verbetes/jornal-il-corriere-ditalia-um-periodico-catolico-em-lingua-italiana-no-rio-grande-do-sul/>. Publicado em: 22 nov. 2017.

MACHADO, Maria Abel. **Mulheres sem rosto: operárias de Caxias do Sul / 1900-1950**. Caxias do Sul: Maneco, 1998.

MAESTRI, Mário. A região colonial italiana do Rio Grande do Sul: a construção da memória. *In*: TEDESCO, João Carlos; ZANINI, Maria Catarina C. (Org.). **Migrantes ao sul do Brasil**. Santa Maria: UFSM, 2010. p. 85-118.

MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul**: implicações econômicas, políticas e culturais. Porto Alegre: Grafosul, 1975.

MIORANZA, Ciro. De Canal Del Mis a Nova Veneza: 80 anos depois. *In*: FROSI, Vitalina Maria; MISTURINI, Bruno (Org.). **Imigração italiana**: estudos e pesquisas. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 22-44.

MOREIRA, Maria Eunice. Cânone e cânones: um plural singular. **Letras**, Universidade Federal de Santa Maria, n. 26, jan./jun. 2003a. Disponível em: http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r26/artigo_8.pdf. Acesso em: 13 mai. 2014.

_____. História da literatura: problemas e perspectivas. *In*: ZILBERMAN, Regina *et al.* **As pedras e o arco**: fontes primárias, teoria e história da literatura. Belo Horizonte: UFMG, 2004. p. 167-198.

_____. Hibridismo e alteridade: estratégias para repensar a história literária. *In*: _____ (Org.). **Histórias da literatura**: teorias, temas e autores. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003b. p. 95-114.

NASCIMENTO, Michelle Vasconcelos Oliveira do. Escrever como homem ou escrever como mulher?: relações entre a autoria feminina e o cânone literário. **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História** – Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios, Florianópolis/SC, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), conjuntamente com a diretoria da ANPUH, 27 a 31 jul. 2015, p. 1-14. Disponível em: [http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1450120827_ARQUIVO_Escrevercomohomemouescrevercomomulher\(texto\).pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1450120827_ARQUIVO_Escrevercomohomemouescrevercomomulher(texto).pdf).

NASCIMENTO, Roberto Revelino Fogaça do. **A formação urbana de Caxias do Sul**. Caxias do Sul: Educs, 2009.

OLINTO, Heidrun Krieger. Interesses e paixões: histórias da literatura. *In*: _____. **História da literatura**. As novas teorias alemãs. São Paulo: Ática, 1996. p. 15-45.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PAIXÃO, Sylvia. A literatura feminina e o cânone. *In*: SCHMIDT, Rita Terezinha (Org.). **Mulheres e literatura**: (trans)formando identidades. Porto Alegre: Palloti, 1997. p. 71-78.

PASSOS, Alvoni Prux dos; HERÉDIA, Vania. Luso-açorianos e imigrantes ítalos no interior de Caxias do Sul: influências culturais presentes na memória coletiva de uma comunidade local. *In*: RADÜNZ, Roberto; HERÉDIA, Vania (Org.). **140 anos da imigração italiana no Rio grande do Sul** [recurso eletrônico]. Caxias do Sul, RS : Educs, 2015. p. 317-328. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/140-anos-ebook.pdf>

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imigrante na política riograndense. *In*: LANDO *et al.* **RS: Imigração & Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 156-194.

PERKINS, David. História da literatura e narração. **Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, mar. 1999. (Série Traduções).

POSSAMAI, Paulo César. O processo de construção da identidade ítalo-sul-riograndense (1875-1918). **História**, Unisinos, v. 11, n. 1, p. 49-57, jan./abr. 2007.

_____. "**Dall'Italia siamo partiti**": A questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2005.

_____. O processo de construção da identidade ítalo-sul-rio-grandense (1875-1918). **História Unisinos**, v. 11, n. 1, p. 49-57, jan./abr. 2007.

PASSOS, Alvoní Prux dos; HERÉDIA, Vania. Luso-açorianos e imigrantes ítalos no interior de Caxias do Sul: influências culturais presentes na memória coletiva de uma comunidade local. In: RADÜNZ, Roberto; HERÉDIA, Vania (Org.). **140 anos da imigração italiana no Rio grande do Sul** [recurso eletrônico]. Caxias do Sul, RS: Educs, 2015. p. 317-328. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/140-anos-ebook.pdf>

PÓVOAS, Mauro Nicola. **Uma história da Literatura**: periódicos, memória e sistema literário no Rio Grande do Sul do século XIX. Porto Alegre: Buqui, 2017.

_____. **Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, maio 2001.

POZENATO, Kenia M. Menegotto; GIRON, Loraine Slomp. **100 anos de imprensa regional**. Caxias do Sul: Educs, 2004.

POZENATO, José Clemente; Seminário Processos Culturais: estudo da dinâmica cultural da região de colonização italiana 1988 ago./nov., Caxias do Sul, RS). **Processos culturais na região de colonização italiana do Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul, RS: Educs, 1990.

_____. **Processos culturais**: reflexões sobre a dinâmica cultural. Caxias do Sul: Educs, 2003.

PROENÇA FILHO, Domício. Dom João e a língua portuguesa no Brasil. In: **Revista da Academia Brasileira de Letras**, Fase VII, Ano XIV, n. 54, p. 23-34, jan./fev./mar. 2008. Disponível em: <http://www.academia.org.br/sites/default/files/publicacoes/arquivos/revista-brasileira-54.pdf>

RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz; ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio (Org.). **Festas, comemorações e rememorações na imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

RALLO, Élisabeth Ravoux. Sociologia da leitura. In: _____. **Métodos de crítica literária**. Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 100-119.

RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio Ribeiro. **A celebração da festa**: conhecer e de dar a conhecer a própria identidade. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, 1998.

_____. Nanetto Pipetta - do texto escrito à história oral. **Chronos**, Caxias do Sul, n. 14, ano 1980, p. 11-13, ago. 1980.

RIO GRANDE DO SUL. **Rio Grande do Sul: centenario della immigrazione italiana**. Porto Alegre: [s.n.], 1975. 26 p.

ROTHER, Arnold. O papel do leitor na crítica alemã. Tradução de Vera Teixeira de Aguiar. **Letras de Hoje** – Estudos e debates de assuntos de linguística, literatura e língua portuguesa, PUC-RS, n. 39, ano 13, p. 07-18, mar. 1980.

SALDANHA, Antonieta Lisboa. **Rimas sem metro**. Caxias: [s.n.], 1918.

SANTOS, Salete Rosa Pezzi do. Apontamentos sobre a literatura da imigração italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul. In: FROSI, Vitalina Maria; MISTURINI, Bruno (Org.). **Imigração italiana: estudos e pesquisas**. São Leopoldo: Oikos, 2016. P. 139-158.

SCARPIM, Fábio Augusto. **Bens simbólicos em laços de pertencimento: família, religiosidade e identidade étnica nas práticas de transmissão de nomes de batismo em um grupo de imigrantes italianos** (Campo Largo – PR, 1878-1937). 2010. 244 f. Dissertação (Mestrado em História), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Historia/dissertacoes/3scarpim_dissertacao.pdf.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Da ginolatria à genologia: sobre a função teórica e a prática feminista. In: FUNCK, Susana Bornéo (Org.). **Trocando idéias sobre a mulher e a literatura**. Florianópolis: UFSC, 1994. p. 24-32.

_____. A crítica feminista na mira da crítica. **Ilha do Desterro**, Florianópolis, n. 42, p.103-125, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/viewFile/7462/6843>.

SCHMIDT, Siegfried J. Sobre a escrita de histórias da literatura. Observações de um ponto de vista construtivista. In: _____. **História da literatura**. As novas teorias alemãs. São Paulo: Ática, 1996. p. 101-132.

SEYFERTH, Giralda. Memória coletiva, identidade e colonização: representações da diferença cultural no Sul do Brasil. **MÉTIS: história & cultura**, v. 11, n. 22, p. 39, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewFile/1574/1241>

SILVA, Jandira M. M. da; CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni. **Breve histórico da imprensa Sul-Rio-Grandense**. Porto Alegre: CORAG - Cia Riograndense de Artes Gráficas, 1986.

SILVA, Marco Aurélio Ferreira da. Corrige os costumes rindo”: humor, riso e vergonha na cidade de Fortaleza (1850-1900). Anais ANPUH – **XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, Londrina, 2005. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.23/ANPUH.S23.1378.pdf>.

SOUZA, Roberto Acízelo de. História da literatura. In: _____. **Iniciação aos estudos literários: objetos, disciplinas, instrumentos**. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 90-109.

SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). **Tendências e impasses**. O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 23-57.

SCHÜLER, Donaldo. **A poesia no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

STORMOWSKI, Marcia Sanoki. Manufatura, artesanato e mercado em Caxias: um período de formação. **MÉTIS: história & cultura**, v. 4, n. 8, p. 307-331, jul./dez. 2005.

TINHORÃO, José Ramos. **A Imprensa Carnavalesca no Brasil: Um Panorama da Linguagem Cômica**. São Paulo: Hedra, 2000.

VALDUGA, Gustavo. **Paz, Itália, Jesus: uma identidade para imigrantes italianos e seus descendentes: o papel do jornal Correio-Riograndense (1930-1945)**. Porto Alegre: Edipucrs, 2008.

VENDRAME, Maíra. **Ares de vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910)**. Tese (doutorado em história) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre, 2013. Disponível em:
<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2451/1/446790.pdf>

_____. A trajetória de dois imigrantes italianos no Brasil Meridional (1878-1900). **Revista Latino-Americana de História**, PPGH-UNISINOS, v. 3, n. 11, p. 167-185, set. 2014. Disponível em:
<file:///C:/Users/User/Downloads/Dialnet-TrajectoriaDeDoisImigrantesItalianosNoBrasilMeridi-6238513.pdf>

_____. “Viva a Itália e seu *glorioso exército!*” A imigração italiana e as manifestações de italianidade nas memórias de Andrea Pozzobon (1885-1915). **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 8, n. 1, p. 21-41, jan./jun. 2015.

_____. ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Imigrantes italianos no Brasil meridional: práticas sociais e culturais na conformação das comunidades coloniais. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 40, n. 1, p. 128-149, jan./jun. 2014.

VENDRAME, Maíra. **“Lá éramos servos, aqui somos senhores”**: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). Santa Maria: UFSM, 2007. Dissertação
<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2447/1/388364.pdf>

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular da imigração alemã**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

ZANINI, Maria Catarina C.; SANTOS, Miriam de Oliveira. O trabalho como “categoria étnica”: um estudo comparativo da ascensão social de imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1975) **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana - REMHU**: "Migrações e desenvolvimento", Brasília, Ano XVII, v. 17, n. 33, p. 177-198, jul./dez. 2009. Disponível em:
<http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/178>.

ZILBERMAN, Regina. Dom Casmurro no horizonte de sua recepção. In: _____. **Brás Cubas autor Machado de Assis leitor**. Ponta Grossa: UEPG, 2012. p. 199-218.

_____. Recepção e leitura no horizonte da literatura. **Alea**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 85-97, jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/alea/v10n1/v10n1a06.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2017.

ZILBERMAN, Regina. **Roteiro de uma literatura singular**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

_____. **Do mito ao romance**: tipologia da ficção brasileira contemporânea. Caxias do Sul, RS: UCS, 1977.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. História da literatura: discussões alternativas. In: _____.; SANTOS, Salete Rosa Pezzi dos. (Org.). **Mulher e literatura**: história, gênero, sexualidade. Caxias do Sul: Educs, 2010. p. 15-26.

_____. Educação e cultura na Região de Colonização Italiana: algumas reflexões. In: FROSI, Vitalina Maria; MISTURINI, Bruno (Org.). **Imigração italiana**: estudos e pesquisas. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 124-138.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert; BERTUSSI, Lisana Teresinha; SANTOS, Salete Rosa Pezzi dos. **Dicionário biobibliográfico de escritores da Região de Colonização Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul**: das origens a 2005. Porto Alegre: EST, 2006.

ANEXOS - PÉROLAS DA COLÔNIA

ANEXO A – RELAÇÃO DE MULHERES PROPRIETÁRIAS (1875 A 1920)

Nome	Desde / até	Local	Lote nº
Adami, Dorothéa	1910	Trav. Thompson Flores	81
Adami, Dorothéa	1924	Trav. Thompson Flores	49
Adami, Dorothéa	1927/1929	Trav. Thompson Flores	79
Albé, Maria	1915	Ana Rech	
Aloise, Maria	1884/1895	Trav. Santa Rita	37
Alquati, Angelina	1884	Trav. Cremona	23
Alquati, Angelina	1893	Trav. Vittorio Emanuele	5
Alves, Castorina	1920/1924	Cidade	
Ambrogio, Stella	1915/1924	Trav. Cristal	19 e/ou 20
Andreatta, Maria	1884/1905	Trav. Tirolês	23
Andreloa, Maria	1910	Trav. Cavour	
Andreola, Maria	1915	Trav. Henrique D'Ávila	
Andrighetti, Dômenica	1900/1910	Trav. Vittorio Emanuele	20
Andrighetti, Margarida	1915/1928	Trav. Vittorio Emanuele	22
Angeli, Catarina	1910/1920	Trav. São Virgílio	52
Angeli, Tereza	1902	Trav. Tirolês	17
Antonelli, Josephina	1900/1915	Trav. Santa Rita	50
Araldi, Adalgisa	1915/1920	Trav. Acioli	1
Argenta, Corona	1900	Trav. Lagoa Bela	55
Argenta, Corona	1900/1924	Trav. Vittorio Emanuele	33
Ascaran, Amália	1920	Sede	
Aurella, Ana	1920	Trav. Diamantina	14
Fermínia	1902	Trav. Diamantina	9
Azevedo, Lúcia	1915	Alencastro	
Azevedo, Vva.	1920	Nova Vicenza	
Bacca, Catarina	1910	Trav. Pedro Américo	
Bacca, Rosa	1902/1910	Trav. São José	66
Baccega, Maria	1900/1915	Trav. Martins	24
Bachi, Catarina	1915	Ana Rech	
Baldisera, Ana	1915	Trav. Riachuelo	23
Baldisera, Eugênia	1910	Nova Trento	
Balem, Júlia	1915	Trav. 13 de Maio	14
Balem, Luiza	1910	Trav. 13 de Maio	14
Balestro, Adelaide	1910	Linha Feijó	1
Bandiera, Úrsula (Randon?)	1884	Trav. Cremona	5

Baptistini, Amália	1915	Caxias	
Baraon, Ângela	1890	Trav. Paredes	33
Barbieri, Irene	1902/1920	Trav. Milanês	16
Barbieri, Madalena	1890/1895	Trav. Trentino	6
Barcaro, Vva. Luiz	1900/1905	Trav. Divisa	6 e/ou 7
Barone, Cândida	1886	Trav. São João	16
Basso, Domênica	1902	Trav. Barreira	2
Basso, Felicitá	1900/1905	Trav. 13 de Maio	19
Basso, Giácoma	1920/1924	Trav. Gablontz	48
Basso, Júlia	1910/1932	Trav. Solferino	48
Basso, Maria	1915	Trav. Vittorio Emanuele	
Basso, Maria	1928/1933	Ana Rech	
Battasini, Maria	1900/1905	Trav. Santa Tereza	32
Bebber, Rachel	1910	Trav. Camargo	18
Begnini, Rosa	1890/1895	Trav. Felisberto P. da Silva	31
Bellincanta, Ursolina	1915/1924	Trav. Martins	8
Benetti, Catarina	1915	Trav. Alfredo Chaves	
Bergamaschi, Helena	1910/1915	Trav. Thompson Flores	8
Bergamo, Pavola	1884	Trav. São José	69
Berlanda, Maria	1910/1915	Trav. Humberto I	8
Bernardet, Filomena	1915	Trav. Pedro Américo	
Bernardi, Augusta	1884	Trav. Thompson Flores	105
Berti, Josephina	1920	Trav. Carvalho	9
Bertolini, Carolina	1915	Trav. Thompson Flores	
Bertot, Ana ou Bertuol	1900/1905	Trav. Hortência	51
Bertotti, Amábile	1910	Trav. São Virgílio	59
Bertuol, Filomena	1915	Nova Vicenza	
Bertuol, Filomena	1924	Nova Milano	
Berwanger, Mathilde	1910	Trav. Solferino	
Bet, Maria	1915	Trav. Cavour	
Bettiato, Catarina	1893	Linha Feijó	17
Biazus, Maria	1890/1910	Trav. Rondelli	8
Bisol, Celestina	1920	Trav. Solferino	66
Bisol, Maria	1915/1924	Trav. Solferino	63
Boff, Joanna	1910/1932	Trav. Vittorio Emanuele	34
Boff, Joanna	1924	Trav. Pedro II	35
Boff, Margarida	1915/ 1920	Trav. Santa Tereza	4 e/ou 25
Boff, Margarida	1924	Galópolis	45
Boff, Maria	1920/1924	Trav. Solferino	49
Boff, Maria	1925/1928	Trav. Solferino	48
Boff, Tereza	1884/1886	Trav. Henrique D'Ávila	165

Bolzanelli, Tereza	1900/1915	Trav. Diamantina	10
Bolzani, Ângela	1915	Trav. Felisberto P. da Silva	4
Bolzani, Clementina	1900/1924	Trav. Pedro II	17 e 20
Bombardelli, Maria	1900/1905	Trav. Carvalho	23
Bombardelli, Vva.	1890	Trav. Cremona	24
Bombiero, Eliza	1902	Trav. Rondelli	33
Bombiero, Maria	1884/1900	Trav. Rondelli	19
Bonatto, Carolina	1915/1920	Trav. Cremona	50
Bonatto, Catarina	1915	Trav. São Virgílio	
Bonella, Madalena	1893	Trav. 7 de Setembro	2
Bonetto, Madalena	1890	Trav. 7 de Setembro	10
Bonfanti, Amália	1920/1928	Trav. Milanês	23
Bonfanti, Grazia	1902	Trav. Carlos Gomes	10
Boni, Maria	1915	Trav. Solferino	60
Boniatti, Catarina	1902/1910	Trav. Trentino	20
Boniatti, Giacomina	1910	Trav. Trentino	21
Bonotto, Madalena	1915/1924	Cidade	
Borges, Maria	1920	Trav. Solferino	61
Boscaro, Elvira	1920	Cidade	
Boscatto, Maria	1915	Nova Trento	
Bossardi, Tereza	1902/1924	Trav. Diamantina	11
Bossardi, Tereza	1927	Trav. Cremona	10
Boz, Rosa	1910/1915	Trav. Vittorio Emanuele	
Brachetto, Margarida	1900/1902	Trav. Henrique D'Ávila	165
Braga, Regina	1915/1920	Nova Trento	
Bragagnolo, Maria	1920/1928	Cidade	
Braghini, Anita	1920	Estrada Rio Branco	2
Braghrirolli, Lúcia	1884/1886	Trav. Cremona	54
Brambatti, Filomena	1920	Trav. Pedro Américo	122
Brambatti, Francesca	1890	Trav. Pedro Américo	117
Brambilla, Ângela	1910	Trav. Milanês	12
Brambilla, Letícia	1910/1915	Trav. dos Boêmios	26 e/ou 51
Brancher, Antônia	1890/1910	Trav. Aliança	1 ou 2
Brandalise, Amábile	1920/1924	Trav. 7 de Setembro	28 e/ou
Brandalise, Maria	1915/1924	Trav. Gablontz	23
Brandalise, Maria	1920	Trav. Garibaldi	3
Brandalise, Maria	1924	Trav. Esmeralda	1
Brazolini, Maria	1893		
Bridi, Maria	1915	Trav. São José	
Brustolin, Catarina	1893/1905	Trav. 7 Colônias	2
Brustolin, Justina	1884	Trav. Santa Tereza	35
Buratti, Tereza	1902	Trav. Milanês	1

Buratti, Tereza	1902/1910	Trav. São José	73
Burtet, Maria	1915	Trav. Tirolês	
Burtet, Maria Cesa	1902	Trav. Tirolês	30
Busatti, Tereza	1902	Trav. Vittorio Emanuele	1
Cadore, Joanna	1910	Trav. Martins	
Cagnini, Adelaide	1915	Nova Trento	
Cagol, Margarida	1910	Trav. Trentino	4
Cagol, Tereza (Bridi)	1910/1928	Trav. Trentino	3 e/ou 5
Calegari, Pierina	1910/1928	Trav. Henrique D'Ávila	153
Calera, Rosa	1884/1886	Trav. Milanês	38
Calza, Àghata	1920	Nova Trento	Sede
Camatti, Luiza	1915/1924	Trav. Santa Tereza	4
Camazolla, Maria	1893/1915	Trav. Pedro Américo	144
Cambruzzi, Polônia	1915	Trav. Jacinta	7
Canani, Cecília	1900/1915	Trav. Aquidabam	10 e 13
Capeletti, Lúcia	1895/1902	Trav. São João	32
Capelli, Ângela	1902	Trav. Solferino	55
Cappelletti, Carlotta	1902	Trav. Trentino	5
Cappelletti, Margarida	1910/1924	Trav. Trentino	4
Carletti, Virgínia	1915/1920	Nova Trento	
Carlo, Maria	1893/1895	Linha Feijó	6
Carpegiani, Líbera	1920/1924	Nova Trento	Sede
Casagrande, Judite	1900/1910	Trav. São Virgílio	4
Casanova, Adelaide	1902	Trav. Serro Largo	17 e 19
Casanova, Maria	1890	Trav. Carvalho	12
Casaroto, Caetana	1910	Trav. Riiachuelo	
Casarotto, Luiza	1900/1910	Trav. Aliança	1 e/ou 50
Casiraghi, Ângela	1902	Trav. Cristal	58
Casiraghi, Enricheta	1900/1915	Trav. Cristal	36
Cassarotto, Caetana	1920	Benevides	5
Cassol, Líbera	1900/1905	Linha Feijó	1
Cassol, Tereza	1920/1928	Trav. Aliança	43
Castagnara, Ana	1893/1895	Trav. Aquidabam	1 ou 3
Castagnara, Ana	1900/1905	Trav. Rondelli	35
Castagnara, Luígia	1902/1920	Trav. 7 de Setembro	7 e 11
Castagnara, Luígia	1902/1910	Trav. Camargo	7, 15 e 10
Castagnara, Madalena	1895/1910	Trav. Camargo	9 e 12
Castagnara, Madalena	1902/1915	Trav. Rondelli	35
Castelli, Josephina	1900/1910	Trav. São Virgílio	44
Catelli, Josephina	1902	Trav. Trentino	4
Cavagnolli, Catarina	1900/1915	Trav. Felisberto P. da Silva	45 e 51
Cavalione, Santa	1890	Trav. Henrique	150

		D'Ávila	
Cavalli, Maria	1915	Trav. Garibaldi	
Ceccato, Giovanna	1900	Trav. Esmeralda	7
Ceccato, Josephina	1886/1895	Trav. Thompson Flores	43
Cecconello, Bôrtola Toigo	1920	Trav. Vittorio Emanuele	23, 35
Celli, Catarina	1915	Trav. Santa Rita	
Celli, Maria	1915	Trav. Santa Tereza	
Celli, Maria	1920/1924	Trav. Santa Rita	65
Cembrani, Ana	1900/1920	Trav. Trentino	9
Cembrani, Maria	1910/1915	Trav. Trentino	9
Cembrani, Maria	1915	Trav. São João	2
Cembrani, Maria	1920/1924	Forqueta	
Cembrani, Maria	1920	Trav. Trentino	7
Cemin, Judite	1900/1924	Trav. 4 Colônias	1
Cengatti, Cristina	1920	Nova Trento	
Ceolato, Tereza	1902	Trav. Vittorio Emanuele	6
Cero, Maria	1884/1886	Trav. Vittorio Emanuele	28
Cesa, Maria	1884/1932	Trav. Carlos Gomes	2, 4 e 6
Cesa, Maria	1900/1905	Trav. Hermínia	7
Cesa, Maria	1915	Trav. Pedro Américo	144
Cesare, Cecília	1910	Trav. Diogo F. dos Santos	
Cescon, Maria	1915	Nova Pádua	
Chiaradia, Rosa	1915	Caxias	
Chieli, Filomena	1915	Trav. Henrique D'Ávila	
Chinali, Regina	1905	Trav. Henrique D'Ávila	164
Chiodi, Rosa	1900/1910	Trav. Leopoldina	88
Chisini, Anunciata	1900/1910	Trav. Cremona	73
Cholomosvichi, Berta	1920	Cidade	
Cini, Ângela (ou Zin)	1893/1905	Trav. Cavour	30
Ciotta, Clementina	1902	Trav. Marquês do Herval	18
Colatto, Maria	1900/1905	Trav. Rondelli	33 e/ou 35
Colletti, Elizabeth	1900/1905	Trav. Esperança	2
Collin, Ana	1893/1895	Núcleo Louro	2
Colombo, Ângela	1920/1924	Trav. São José	57/59
Colombo, Ângela	1927/1928	Trav. São José	58
Colombo, Luiza	1915/1924	Trav. Milanês	4
Comerlato, Catarina	1905	Trav. Tirolês	20
Comerlatto, Tereza	1893/1910	Trav. Santa Rita	63 e 74
Conceição, Isolina M.	1920	Trav. Cristal	

Concer, Rosa	1900	Trav. 15 de Fevereiro	19
Concer, Rosa	1910	Trav. Solferino	
Copelli, Ângela	1890/1905	Trav. Solferino	55
Corso, Madalena	1915/1924	Nova Trento	
Corso, Maria	1902/1910	Trav. Rondelli	91
Corso, Maria	1910	Trav. 13 de Maio	
Corso, Maria	1920	Trav. Riachuelo	91
Corso, Maria	1927/1928	Trav. Vittorio Emanuele	12
Corso, Sebastiana	1890	Trav. Vittorio Emanuele	12
Cortez, Maria	1920	Nova Vicenza	
Cortez, Maria	1924	Nova Milano	
Costa, Elizabeth	1910	Trav. Rondelli	48
Costamilan, Maria	1910/1929	Trav. São João	41
Costamilan, Maria	1915	Trav. São Virgílio	42
Covolán, Maria	1915	Trav. Thompson Flores	
Crippa, Tereza	1915/1928	Trav. Milanês	6
Crippa, Tereza	1920	Trav. São José	4
Curzel, Lúcia	1893	Trav. Alfredo Chaves	
Curzel, Margarida	1886	Trav. Cristal	8
Daga, Luiza	1915	Trav. Esperança	8
D'Agnes, Vva.	1902	Trav. Lagoa Bela	
D'Agostini, Corona	1915	Trav. Pedro II	
D'Agostini, Santa	1890/1920	Trav. Solferino	53
Dal Bosco, Amália	1910	Trav. Santa Tereza	
Dal Cortivo, Giovanna	1900/1924	Trav. Thompson Flores	2
Dal Médico, Maria	1902/1915	Trav. Santa Rita	71
Dal Médico, Maria	1924	Galópolis	
Dal Moro, Lúcia	1890/1902	Trav. Müzzel	19
Dal Piva, Antônia	1900/1902	Trav. Vêneto	38
Dal Piva, Vva.	1910/1920	Trav. Tirolês	38
Dal Sochio, Joanna	1910	Trav. Thompson Flores	
Dal Sochio, Lúcia	1890	Trav. Solferino	36
Dal Zotto, Catarina	1915/1924	Trav. Porto	16
Dal Zotto, Catarina	1927	Trav. Cremona	10
Dalla Costa, Catarina	1893/1895	Trav. Claro	40
Dalla Costa, Luiza	1910/1915	Trav. Rondelli	2
Dalla Grave, Josephina	1915	Trav. Portugal	
Dalla Pasquali, Domênica	1890	Trav. Hortência	93
Dalla Riva, Maria	1900/1910	Trav. Santa Rita	41
Dalla Rosa, Carlotta	1900/1905	Trav. Hermínia	20
Dalla Rosa, Giacomina	1910/1915	Trav. São João	39

Dalla Santa, Rachel	1915	Trav. Aliança	
Dall'Alba, Maria	1902	Trav. Claro	49
Dalmolin, Maria	1890/1895	Trav. Solferino	51
Dalmonte, Tereza	1915	Linha Julieta	
Dalros, Maria	1900	Trav. Entre Rios	17
Daltoé, Catarina	1890/1895	Trav. Diogo F. dos Santos	8
Dalzotto, Maria	1902/1928	Trav. Leopoldina	73
Dambroz, Amábile	1915	Trav. Gavioli	3
Dambroz, Amábile	1920	Trav. Cavour	13
Dambroz, Antônia	1910	Trav. José Bonifácio	13
Dambroz, Maria	1905	Trav. Vêneto	50
Danni, Ângela	1920	Linha Feijó	20
David, Vva. Antônio de	1905	Trav. Aliança	1
De Antoni, Catarina	1915	Trav. Vittorio Emanuele	
De Bastiani, Catarina	1915	Trav. Aliança	
De Boni, Polônia	1900/1905	Trav. Jacinta	2
De David, Rosa	1886	Trav. Alfredo Chaves	8
De David, Rosa	1890/1895	Trav. Vittorio Emanuele	3
De David, Rosa	1893		
De David, Rosa	1900	Trav. Thompson Flores	1
De Luchi, Albertina	1890	Trav. Thompson Flores	69
De Luchi, Bertina	1893/1905	Trav. Thompson Flores	38
Della Giustina, Ângela	1890/1910	Trav. Milanês	16
Destefano, Rosa	1915/1920	Trav. Pinhal	6 e 18
Dezorzi, Elizabeth	1900/1915	Trav. Carlos Gomes	11 e 14
Dietrich, Carolina	1893	Trav. dos Boêmios	12
Dotti, Tereza	1884/1890	Trav. Lagoa Bela	27
Drago, Irene	1920	Trav. José Bonifácio	36
Drago, Irene	1924	Trav. Leopoldina	107
Eisenbarth, Ana	1890/1895	Trav. Pedro Guedes	4
Erlo, Madalena	1890	Trav. Barata Goes	2
Fabris, Tereza	1902	Trav. Vittorio Emanuele	10 e/ou 16
Facchim, Ana	1915	Linha Feijó	
Facchin, Margarida	1920/1928	Linha Feijó	11
Facchin, Vva. Santo	1890	Trav. Garibaldi	83
Faccioli, Sylvia	1920/1965	Ana Rech	
Fantin, Rosa	1915	Trav. Acioli	11
Farina, Josephina	1884/1895	Trav. Marcolino Moura	3, 13 ou 14
Favero, Benedicta	1920	Nova Trento	

Favero, Maria	1900/1915	Trav. Rondelli	91
Fedrizzi, Ângela	1910/1928	Trav. Santa Tereza	38
Felicita, Rosa	1920	Trav. 13 de Maio	2
Fellini, Elizabeth	1910/1920	Trav. Cremona	58
Fellippe, Carolina	1900/1910	Trav. Santa Tereza	24
Fermo, Maria	1890	Trav. Oeste Leonel	24
Ferrari, Tereza	1902	Trav. Leopoldina	94
Ferreira, Maria R.	1910	S. Glória	2
Ferreira, Regina	1920	Trav. Cremona	21
Fiorelli, Luiza	1902/1915	Trav. Thompson Flores	13
Fiorio, Josephina	1920	Cidade	neg. 4ª classe
Foazzi, Rosa	1895/1900	Trav. 7 Colônias	2
Foazzi, Rosa	1910	Trav. 14 Colônias	9
Folle, Maria	1900/1905	Trav. Cavour	23
Fontana, Amábile	1910/1915	Nova Trento	s/n
Fontana, Maria	1900/1905	Trav. Rondelli	80
Fontanevi, Vva. Giuseppe	1900/1902	Trav. Acioli	4
Fontenella, Ângela	1920/1924	Linha Vicentina	14 ou 19
Formolo, Maria	1920	Trav. Hermínia	21
Formolo, Maria	1924	Trav. Carlos Gomes	11
Foscarini, Francesca	1890	Trav. Thompson Flores	49
Franceschi, Elizabeth de	1902	Picada Perao	2
Franchetti, Maria	1902/1905	Trav. Serro Largo	13
Franzoi, Luiza	1900/1905	Trav. Thompson Flores	67 e/ou 68
Fregonese, Lúcia	1893	Trav. José Bonifácio	10
Fruet, Rosa	1915	Trav. São Virgílio	55
Fulcher, Maria	1920/1924	Trav. Pedro Guedes	1 ou 4
Gabrielli, Fidella	1900/1920	Trav. Tirolês	15
Gaier, Maria	1915	Benevides	
Gaio, Maria	1900/1910	Trav. Aliança	23
Galietti, Ângela	1902	Núcleo Louro	11
Galiotto, Ângela	1895/1902	Trav. Marcolino Moura	28
Gallas, Alberta	1920	Trav. Cristal	18
Gallas, Lourena	1910	Trav. Acioli	
Gandolfi, Justina	1895	Trav. Divisa	23
Garbin, Maria	1884/1895	Trav. Vittorio Emanuele	1
Gardato, Ana	1890	Trav. Claro	28
Gardelin, Catarina	1910	Trav. Henrique D'Ávila	
Gardelin, Joanna	1910/1915	Trav. Cremona	29
Gasparetto, Antônia	1915	Trav. 13 de Maio	
Gasparetto, Maria	1915/1924	Cidade	

Gasparetto, Maria	1929	Trav. Thompson Flores	28
Gasparetto, Vva. Giovanni	1890	Trav. José Bonifácio	7
Gasparin, Madalena	1890/1915	Trav. Riachuelo	5 e/ou 6
Gasperin, Anna	1920/1928	Linha Sertorina	6
Geanferrari, Ângela	1890	Trav. Cremona	51
Gelatti, Rosa	1910/1924	Trav. Claro	25
Generosi, Tereza	1910/1915	Trav. Vittorio Emanuele	
Ghiotto, Cecília	1905	Trav. Diogo F. dos Santos	25 e 26
Ghiotto, Regina	1884	Trav. Diogo F. dos Santos	21
Giacomelli, Maria	1893/1895	Trav. Cremona	12
Giacomelli, Maria	1900/1910	Trav. Hermínia	12
Giacomin, Maria	1886	Trav. Garibaldi	7
Giglioli, Luiza	1920	Trav. Claro	28
Giminiano, Joanna	1910	Trav. Cremona	
Giotta, Regina	1890	Trav. Felisberto P. da Silva	20
Giovenardi, Jacinta	1900	Trav. Santa Tereza	1
Giovenardi, Maria	1902/1910	Trav. Santa Rita	71
Giovenassi, Joanna de	1915	Caxias	
Girardi, Catarina	1902	Trav. Cavour	13
Gobatto, Emma	1920	Linha Azevedo	3
Gobbato, Ana	1902/1915	Linha Azevedo	15
Gramoschi, Antônia	1910	Trav. Hermínia	15
Granetto, Rosa	1910	Trav. Diogo F. dos Santos	30
Granzotto, Ana	1895	Trav. Claro	20
Granzotto, Ana	1902/1910	Trav. Claro	9 e/ou 56
Granzotto, Ana	1915	Trav. Claro	21 e 54
Granzotto, Rosa	1915	Trav. Salgado	
Grazziotin, Ângela	1900/1902	Trav. Carlos Gomes	17
Gregori, Ana de	1900/1920	Trav. Humberto I	19,20 ou 30
Gresele, Tereza	1893/1905	Trav. Marcolino Moura	17
Griz, Celestina	1902/1905	Trav. Rondelli	63 ou 65
Guazzelli, Maria	1910/1915	Trav. Diamantina	20
Guazzelli, Maria	1920/1928	Trav. Diamantina	36
Gubert, Judite	1910	Trav. Pedro II	21
Gubert, Maria	1910	Trav. Pedro II	13
Guder, Verônica	1900/1910	Picada Perao	10
Guizelli, Anunciata	1900/1902	Trav. Pedro II	32
Guizzardardi, Marsília	1900/1905	Trav. Lagoa Bela	14 e 15
Guizzo, Cândida	1910	Núcleo Louro	

Hildebrand, Maria	1884/1886	Trav. dos Boêmios	3, 14 e 15
Hipólito, Assunta	1915/1920	Ana Rech	
Inocente, Onorata	1890	Trav. Thompson Flores	111
Isoton, Augusta	1890/1910	Trav. Vêneto	49
Isoton, Líbera	1915	Trav. Barata Goes	2
Isotton, Justina	1915	S. Glória	48
Keller, Catarina	1884/1886	Trav. Cristal	31
Kraemer, Judite	1920	Trav. Milanês	25
Kraus, Augusta	1884	Trav. dos Boêmios	21
Laghetto, Emília	1920	Trav. Jacinta	8
Lammel, Bárbara	1884/1905	Trav. dos Boêmios	25
Lampert, Laura	1920/1928	Linha 19	4
Lamperti, Filomena	1886	Trav. São José	55
Lazzaretti, Maria (Mattana)	1900/1910	Picada Perao	1
Lazzarini, Bárbara	1902/1924	Trav. Thompson Flores	23
Lazzarini, Maria	1920	Trav. Humberto I	11
Lazzarini, Tereza	1920/1924	Trav. Thompson Flores	23
Lazzarotto, Maria	1915	Trav. Gablontz	
Lazzarotto, Maria	1920	Trav. Garibaldi	12
Lazzarotto, Maria	1924	Trav. Carvalho	12
Leminato, Regina	1920	Trav. Paredes	17
Leonardi, Domênica	1900/1905	Trav. Cristal	33
Letti, Tereza	1900/1905	Trav. Salgado	1
Letti, Vva.	1920/1924	Nova Trento	
Letti, Vva.	1924	Trav. Rondelli	16
Lira, Margarida	1890/1910	Trav. Vittorio Emanuele	36
Lira, Maria	1915/1924	Trav. Vittorio Emanuele	36
Lisi, Ana	1915	Trav. Cremona	37
Lisot, Maria	1910/1920	Trav. Aliança	12 e/ou 48
Lolato, Giovanna	1902/1924	Trav. Curuzu	21
Longhi, Cândida Baroni	1884/1905	Trav. Trentino	16
Longo, Ângela	1884	Trav. Marcolino Moura	24
Longo, Vva.	1920	Trav. Portugal	3
Lora, Gionna	1895	Linha Feijó	15
Lora, Gionna	1905	Trav. Rondelli	1
Lorenzet, Joanna	1920	Trav. Carvalho	8
Lorenzi, Maria	1915	Trav. Cristal	
Lorenzi, Vva. Pedro	1915	Trav. Cristal	2
Lorenzoni, Maria	1915	Trav. Rondelli	12
Lovatel, Maria	1920/1928	Trav. Barreira	3
Loz, Ana	1915	Linha Azevedo	

Luchese, Vva.	1900	Trav. Thompson Flores	13
Luciani, Ana	1900/1905	Trav. Esmeralda	18
Luciano, Luiza	1915	Benevides	
Lucion, Vva.	1902	Trav. Garibaldi	18
Luhemeister, Tereza	1915	Trav. dos Boêmios	16
Lunardi, Josephina	1910	Trav. Cristal	16
Lupparini, Cecília	1900/1905	Trav. Milanês	5
Magnabosco, Lúcia	1884/1886	Trav. Marcolino Moura	5
Magno, Madalena	1920	Nova Vicenza	
Maioli, Maria	1920/1924	Nova Trento	
Maioli, Santa	1910/1920	Nova Trento	
Malaguti, Adelaide	1884	Trav. Lagoa Bela	12
Malinverno, Clementina	1920	Nova Vicenza	
Maliverne, Palma	1915/1928	Trav. Milanês	3
Manfroi, Madalena	1915	Nova Vicenza	
Manozzo, Rosa	1900/1905	Trav. Santa Rita	40
Manuzatto, Maria	1920	Nova Trento	
Mappelli, Maria	1900/1902	Trav. Vêneto	42
Marcante, Ângela	1910	Linha Feijó	1
Marcanti, Sílvia Tartari	1915	Ana Rech	
Marcarini, Francesca	1900/1905	Trav. Thompson Flores	90
Marcarini, Josephina	1910/1924	Trav. Thompson Flores	90
Mardelo, Luiza	1910	Trav. José Bonifácio	2
Mari, Madalena	1920/1924	Trav. Cremona	27
Mariani, Massima	1884/1886	Trav. Santa Rita	69
Martha, Maria	1915	Linha Feijó	5
Martini, Maria	1910/1928	Trav. Thompson Flores	7 e 53
Martino, Rita	1890	Trav. Santa Rita	57
Mascarelo, Amália	1890	Trav. 7 de Setembro	19
Maschio, Marcolina	1895/1905	Trav. Santa Tereza	14
Maschio, Margarida	1915	Trav. Cremona	
Massignani, Maria	1910/1920	Linha Feijó	10
Mattana, Catarina	1893/1895	Trav. Garibaldi	5
Mattana, Guilhermina	1915	Caxias	
Mattana, Maria	1890/1895	Picada Perao	1
Mattana, Regina	1900/1902	Trav. Garibaldi	25
Mazzochini, Vva.	1915	Trav. Leopoldina	
Mazzolin, Graciema	1910	Trav. Cremona	
Mazzotti, Luiza	1910/1924	Trav. Santa Rita	65 e/ou 70
Mazzurana, Adelaide	1920	Trav. Tirolês	40
Melotto, Vva.	1902/1920	Trav. Gavioli	8
Melotto, Vva.	1924	Trav. Esmeralda	8

Menegaz, Vva.	1905	Trav. Thompson Flores	54
Menegazzi, Maria	1910	Trav. Portugal	11
Menegon, Maria	1900/1920	Trav. Claro	48 e/ou 49
Menegon, Maria	1928	Linha Edith	65
Meneguzzo, Lúcia	1915	Trav. Solferino	66
Meneguzzo, Tereza	1920/1924	Trav. Riachuelo	38
Merighi, Carlotta	1900	Trav. Thompson Flores	86, 87 e 85
Merighi, Carlotta	1902	Trav. Thompson Flores	76 e 87
Merighi, Carlotta	1905	Trav. Thompson Flores	168
Michelin, Maria	1910	Trav. Vittorio Emanuele	8
Michelin, Vva.	1902	Trav. Aliança	49
Milani, Ângela	1920/1928	Trav. Cristal	13
Milani, Maria	1900/1910	Trav. Santa Rita	60 (em 10:59)
Mioranza, Ana	1900/1905	Trav. Acioli	18, 23, 25
Mioranza, Joanna	1910	S. Glória	
Miotto, Antônia	1890/1905	Trav. Martins	39
Mischehileri, Ângela	1920	Trav. Cremona	5
Miusso, Úrsola (ou Miusson)	1900/1905	Trav. Riachuelo	43
Modena, Vva.	1902	Trav. Diamantina	22 e 24
Moeller, Wanda	1920	Cidade	
Molon, Hermínia	1920	Trav. Carvalho	18
Molon, Tereza	1915	Trav. Marcolino Moura	
Monteiro, Maria Q.	1920	Cidade	
Morandi, Anunciata	1886	Trav. garibaldi	45
Morando, Justina	1890/1905	Trav. Divisa	23
Moré, Ana	1900	Trav. Claro	54
Morelli, Luiza	1884/1886	Trav. Vittorio Emanuele	23
Moreschin, Maria	1920	Trav. 7 de Setembro	46
Moreto, Vva.	1910	Linha Feijó	
Moretti, Amália	1905	Picada Perao	4
Motta, Mariana	1910	Trav. Diamantina	22
Munaretto, Catarina	1902	Trav. Claro	43
Munaretto, Maria	1920/1924	Linha Feijó	26
Munari, Margarida	1884/1905	Trav. Thompson Flores	102
Muraro, Augusta	1890	Trav. Vittorio Emanuele	34
Mussoi, Libera	1915	Trav. Esperança	
Nardi, Concetta	1910	Trav. Camargo	
Nardi, Lúcia Venz	1900/1924	Trav. Camargo	13
Nardi, Maria de	1915	Nova Vicenza	
Negri, Amábile	1915/1920	Nova Trento	Sede
Negri, Catarina	1890/1900	Trav. Tirolês	22

Negrini, Prima	1890	Trav. Cremona	10 e 11
Neroni, Romilda	1905	Trav. Milanês	5
Neroni, Úrsola	1900/1902	Trav. Milanês	5
Nez, Carolina	1915	Trav. Camargo	12
Nova, Santa	1920	Trav. Santa Rita	46
Novello, Ana	1920/1924	Trav. José Bonifácio	40
Novelo, Catarina	1893/1910	Trav. Claro	31
Oliboni, Cesira	1910	Nova Trento	
Oliva, Angelina	1900/1905	Trav. Thompson Flores	58
Oliveira, Maria Magdalena de	1902	Trav. Leopoldina	86
Onzi, Domênica	1890	Trav. São João	33
Onzi, Luiza	1915/1924	Trav. São João	33
Oppelt, Virgínia	1902	Picada Perao	6
Orlandi, Corina	1884/1886	Trav. Claro	38/39
Orlandini, Amélia	1905	Trav. 7 Colônias	6
Orlandini, Maria	1920	Trav. 7 Colônias	6
Orsolin, Bárbara	1884/1905	Trav. São João	37
Orsolin, Bárbara	1895	Trav. Trentino	7
Os Emer, Filomena	1900/1902	Trav. Hermínia	2
Oss, Catarina	1915/1920	Alphabeto	J
Ottobelli, Maria	1910	Trav. Felisberto P. da Silva	41
Paccati, Luiza	1915	Trav. Santa Rita	67
Pacheco, Miloca	1920	Cidade	
Paganin, Filomena	1915	Trav. Rondelli	59
Pagliarin, Dosolina	1910	Trav. Hermínia	9
Pagno, Lúcia	1910/1924	Trav. Rondelli	53
Pagno, Lúcia	1915	Trav. 7 de Setembro	20
Pagno, Maria	1886	Trav. Müzzel	23
Pagno, Rosa	1884/1895	Trav. Rondelli	55
Palavro, Adelaide	1920	Trav. São José	72
Palavro, Maria	1915	Trav. Vittorio Emanuele	
Palpella, Maria	1915	Trav. Henrique D'Ávila	
Pandolfo, Adelaide	1884/1895	Trav. Thompson Flores	29
Pandolfo, Fortunata	1884/1895	Trav. Thompson Flores	31
Pandolfo, Giovanna	1884/1886	Trav. Thompson Flores	31
Pandolfo, Virgínia	1884/1905	Trav. Thompson Flores	31
Paniz, Rosa	1915/1928	Trav. São João	28
Panizzon, Oliva	1890	Trav. Bonito	14
Paoletti, Vva.	1910	Trav. Humberto I	8
Paroboni, Bambina	1920/1932	Nova Vicenza	
Pasqual, Rosa	1884/1886	Trav. Rondelli	22

Pasqual, Rosa	1920	Trav. Riachuelo	112
Pasqual, Rosa	1924	Trav. Rondelli	19
Pasquale, Cristina	1920	Nova Vicenza	
Pasquali, Dijanira	1920	Nova Vicenza	
Passoni, Virgínia	1900/1905	Picada Perao	6
Paternoster, Maria	1915	Caxias	
Pauletti, Giovanna	1895	Trav. Solferino	59
Peccati, Ermínia	1902/1915	Trav. Bonito	13
Pedroni, Tereza	1915/1920	Linha Feijó	9
Pedrotte, Francesca	1890	Trav. Esmeralda	40
Pegoraro, Speranza	1900	Trav. Riachuelo	14
Peirot, Rosa	1915	Trav. São José	
Pellanda, Joanna	1900/1910	Trav. Pedro Américo	132/137
Pellin, Maria Domênica	1900/1910	Trav. Vittorio Emanuele	32
Pellin, Vva.	1915	Trav. Cremona	57
Pellizzari, Maria	1900/1905	Trav. Riachuelo	17 e 19
Pellizzari, Maria	1927/1928	Trav. Rondelli	24
Pelosi, Maria (Relosi)	1915/1924	Trav. Oeste Leonel	1
Pelz, Catarina	1902	Trav. Pedro Guedes	1
Peretti, Ana	1920	Trav. Cavour	22
Peretti, Joanna	1915	Trav. Cavour	42
Peretto, Maria	1915	Trav. Riachuelo	
Perez, Isabela	1902/1915	Trav. São José	59/60
Pergher, Bárbara	1893/1895	Trav. Cremona	4
Pergher, Josephina	1915/1932	Trav. São José	52
Peri, Adalgisa	1920	Nova Pádua	Sede
Perin, Joanna	1910	Trav. Cavour	20
Perini, Joanna	1915	9 Colônias	7
Perini, Joanna	1920/1924	Trav. Cavour	18
Perini, Josephina	1886	Trav. Marcolino Moura	13
Perondi, Maria	1890/1895	Trav. Leopoldina	9 ou 91
Perot, Maria	1902/1920	Trav. Pedro Guedes	1
Perotoni, Ângela	1884/1886	Trav. São Virgílio	57
Perotti, Rosa	1902/1910	Picada Perao	12
Perotto, Giovanna	1902/1920	Trav. Cavour	49
Peterlini, Judite	1902/1920	Trav. Trentino	18
Petri, Carolina	1890	Trav. dos Boêmios	12
Petrobelli, Santa	1884	Trav. Santa Tereza	3
Petry, Vva.	1920	Ana Rech	
Pezzi, Ângela	1884/1920	Trav. Santa Tereza	39
Pezzi, Madalena	1893		24
Pezzi, Tereza	1915	Trav. Santa Tereza	
Pezzi, Vva.	1920	Trav. Solferino	33

Pezzi, Vva. Emílio	1905	Trav. Santa Tereza	34
Piazza, Ana	1900/1905	Trav. Marcolino Moura	46
Piazza, Ana	1920/1924	Trav. Martins	24/56
Piazza, Felicita	1915	Trav. Marcolino Moura	45
Piazza, Judite	1884/1886	Trav. Marcolino Moura	42
Piazza, Regina	1920	Trav. Marcolino Moura	45
Piccoli, Lúcia	1910	Trav. Cristal	24
Pieri, Rosa	1900/1905	Trav. Rondelli	18
Pilatti, Maria	1915/1924	Trav. Bonito	26
Pilone, Vva.	1890	Trav. Humberto I	23
Piva, Antônia	1890	Trav. Vêneto	38
Poleta, Catarina	1884	Trav. Thompson Flores	65
Polletti, Catarina (Poletto, Politta)	1886/1905	Trav. Felisberto P. da Silva	65
Polli, Maria (ou Pollo)	1900/1910	Trav. Riachuelo	35
Poloni, Rosa	1920	Trav. Barreira	11
Poloni, Rosa	1924/1928	Trav. São Virgílio	51
Pontalti, Antônia	1920	Trav. Solferino	
Pontalti, Antônia	1924	Ana Rech	
Portolan, Tereza	1910/1920	Trav. Hermínia	14
Potter, Catarina	1910	S. Glória	
Pozzer, Josephina	1920	Trav. Riachuelo	75
Pozzer, Catarina	1910/1920	Trav. Felisberto P. da Silva	87
Pozzer, Luiza	1910/1924	Trav. Santa Tereza	3
Pozzer, Marcelina	1915/1927	Cidade	
Pozzer, Tereza	1920	Estrada Rio Branco	3
Pozzer, Vva. Fioravante	1910	Trav. Rondelli	75
Prandi, Vva. Francesco	1890	Trav. Rondelli	29
Pranzo, Catarina	1890	Trav. Cristal	16
Prigol, Josephina	1915/1928	Trav. Thompson Flores	18
Pyro, Maria	1915	Trav. 7 Colônias	7
Radaeli, Pavola	1890	Trav. São José	61
Radaelli, Luiza	1884	Trav. Milanês	5
Randon, Ângela	1910	Trav. Santa Rita	115
Randon, Úrsula (Bandiera?)	1886	Trav. Cremona	5
Ranghetti, Catarina	1890	Trav. Cristal	16
Ravizoni, Elizabeth	1884	Trav. Felisberto P. da Silva	13
Rech, Ana	1884/1915	Trav. Leopoldina	99 e 104

Rech, Antônia	1902	Trav. Aliança	10
Rech, Antônia	1924/1927	Trav. Gablontz	58
Rech, Catarina	1920	Linha Feijó	13
Rech, Domênica	1886	Trav. Pedro Américo	115
Rech, Ema	1920/1928	Linha Feijó	24
Rech, Florinda	1915/1928	Trav. Santa Tereza	11
Rech, Giacobba	1890	Trav. Henrique D'Ávila	166
Rech, Joanna	1910/1920	Trav. 15 de Fevereiro	15
Rech, Josefina	1910/1920	Trav. José Bonifácio	8
Rech, Josefina	1927/1928	Trav. José Bonifácio	25
Rech, Lúcia	1915	Trav. Pedro II	
Rech, Luiza Martha	1915/1928	Linha Feijó	1
Rech, Margarida	1910/1915	Trav. Gablontz	64
Rech, Thereza	1910/1928	Trav. Henrique D'Ávila	147
Reginato, Ana	1900/1905	Trav. Riachuelo	15
Renato, Maria	1910/1915	Trav. Humberto I	19
Renato, Maria	1915	Trav. Aliança	56
Renato, Maria	1915	Trav. Henrique D'Ávila	6
Rifhez, Joanna	1902	Trav. Pedro Américo	117 e 118
Righetti, Joanna	1900/1915	Trav. Pedro Américo	117
Rigon, Amábile	1915	Nova Trento	
Rigotto, Amália	1884	Trav. 7 de Setembro	16
Riquesi, Tereza	1910	Trav. Diamantina	112 e/ou 113
Rizzo, Líbera	1920	Estrada Rio Branco	8
Roldo, Tereza	1915/1920	Linha Feijó	34
Roldo, Tereza	1924	Forqueta	35
Romani, Romilda	1920	Nova Vicenza	
Roncato, Regina	1890	Trav. Paredes	28
Ronghi, Ana	1915	Nova Trento	
Rosa, Luiza	1920	Trav. Riachuelo	10
Rosa, Tereza	1910	Trav. São João	30
Rosato, Ângela	1884	Trav. Marcolino Moura	32
Rosetti, Madalena	1902	Trav. Rondelli	46
Rosseta, Madalena	1900	Trav. Rondelli	28
Rossetti, Vva.	1920	Trav. Vittorio Emanuele	3
Rossi, Amália	1915	Caxias	
Rossler, Helena	1915	Trav. Portugal	1
Rossler, Helena	1920/1924	Trav. Pedro Guedes	1 ou 2
Roveda, Carolina	1915/1924	Trav. Lagoa Bela	34
Ruzzarin, Joanna	1920	Trav. Carlos Gomes	9
Sacarga, Catarina	1893/1895	Trav. José Bonifácio	34

Salanti, Catarina	1905	Trav. Felisberto P. da Silva	25
Salanti, Rosina	1900	Trav. Felisberto P. da Silva	29
Salvador, Maria	1902/1910	N. Friedrichs	2 e/ou 7
Salvador, Maria	1902	Trav. Carlos Gomes	15
Salvador, Maria	1915	Trav. Barata Goes	2
Salzet, Catarina (Sasset)	1890/1895	Trav. Cremona	16
Sandi, Cecília	1900/1905	Trav. Jacinta	15
Santagiuliana, Lúcia	1893/1895	Trav. Santa Tereza	24
Sartor, Adelaide	1920	Trav. Santa Tereza	29
Sartor, Ana	1886	Trav. José Bonifácio	25
Sartor, Ângela	1900/1905	Trav. Santa Tereza	2 e 19
Sartor, Ângela	1910	Trav. Vittorio Emanuele	s/n
Sartor, Juliana	1920/1924	Trav. Humberto I	5 e/ou 8
Sartori, Ana	1884/1895	Trav. Humberto I	21
Sartori, Ângela	1902	Trav. Santa Tereza	18
Sartori, Ângela	1920/1924	Trav. Santa Tereza	20
Sauer, Ana	1900/1905	19 Lotes	3
Savegnago, Cláudia	1920	Linha Feijó	9
Savegnago, Maria	1920	Trav. Rondelli	34
Savegnani, Domênica	1905	Trav. Salgado	17
Sbabo, Rosa	1884/1890	Trav. José Bonifácio	37
Scalcon, Tereza	1915/1924	Trav. Lagoa Bela	35
Scaliera, Úrsula	1920	Trav. 15 de Fevereiro	16
Scapinello, Úrsola (Sacampinello)	1900/1905	Trav. Acioli	18
Scariot, Catarina	1884/1929	Trav. Gablontz	49
Scariot, Maria	1886/1915	Trav. Pedro II	9
Scariot, Maria	1910	Trav. Gavioli	16
Schio, Úrsola	1915	Trav. 15 de Fevereiro	10
Scholtz, Ana	1902/1924	Trav. Pedro Guedes	8
Scholtz, Ana	1915	Trav. Barata Goes	8
Scolaro, Santa	1893	Trav. Carvalho	1
Scopel, Ângela	1900/1905	Trav. Aliança	18
Scopel, Luiza	1902/1910	Trav. Esmeralda	6
Scopel, Pelegrina	1890	Trav. Cremona	6
Sebben, Francesca	1910/1928	Trav. Vittorio Emanuele	18
Sebben, Giovanna Boff	1902/1910	Trav. Vittorio Emanuele	34
Seben, Carolina	1915/1920	Trav. Lagoa Bela	67
Segat, Maria	1884/1905	Trav. Portugal	3
Segato, Vva.	1905	Trav. Sul Curuzu	7

Sganzerla, Maria	1900/1905	Trav. Felisberto P. da Silva	58
Sganzerla, Maria	1905	Trav. Cavour	23
Shiavenin, Maria	1920	Trav. Carvalho	35
Silva, Maria Joaquina da	1905	Trav. Rondelli	18
Silvestre, Luiza	1915/1920	Linha Julieta	6
Silvestre, Vva.	1915	Linha Julieta	
Simonetto, Maria	1890	Trav. Vittorio Emanuele	24
Sirena, Antônia	1890	Trav. Santa Tereza	28
Sironi, Josephina	1902	Trav. Milanês	36
Sirtori, Maria	1893/1900	Trav. Santa Rita	54
Slaviero, Emília	1920/1924	Trav. Carvalho	31
Soeretto, Caterina	1884	Trav. Martins	29
Soldatelli, Antônia	1893/1895	Trav. Cavour	c
Solet, Amália	1884	Trav. Vittorio Emanuele	4
Soriani, Corilla	1900/1902	Trav. Claro	29/39
Soriani, Maria	1915	Trav. Rondelli	99
Sossin, Tereza	1900	Trav. Garibaldi	13
Spada, Justina	1920	Cidade	
Spada, Maria	1900/1905	Trav. Santa Tereza	32 e/ou 33
Spada, Maria	1957/1962		
Spari, Tereza	1920/1924	Trav. Pedro Américo	112
Spido, Amábile	1920	Trav. Hermínia	10
Spinazzato, Andreona	1900	Trav. 7 de Setembro	30
Stalivieri, Josephina	1910	Trav. Diogo F. dos Santos	
Stalivieri, Madalena Grippa	1890	Trav. Diogo F. dos Santos	3
Stanga, Catarina	1895	Trav. Norte Curuzu	4
Stanga, Catarina	1900/1905	Trav. Müzzel	14
Stedile, Ana	1900/1902	Trav. Vêneto	46
Storchi, Elisabetta	1890/1900	Trav. Solferino	66
Storchi, Hermenegilda	1910/1924	Trav. Solferino	66
Strada, Ângela	1884/1895	Trav. Cristal	6
Stralioto, Lúcia	1890/1915	Trav. Solferino	40 ou 46
Susin, Adélia	1915	Trav. Henrique D'Ávila	21
Susin, Ângela	1893/1900	Trav. Vittorio Emanuele	26
Susin, Antônia	1910	Trav. Thompson Flores	90
Susin, Corona Toigo	1920/1924	Trav. Vittorio Emanuele	28
Susin, Joanna	1910/1915	Trav. Vittorio Emanuele	117 e 118

Susin, Lúcia	1884/1915	Trav. Vittorio Emanuele	13
Susin, Maria	1910/1928	Trav. Vittorio Emanuele	12
Susin, Maria	1924	Trav. Pedro II	12
Susin, Thereza	1915/1928	Trav. Vittorio Emanuele	3
Tartarotti, Rosa	1884/1895	Trav. Milanês	34
Tauffer, Joana	1920/1932	Trav. São João	38
Thomé, Líbera	1915	Trav. Barreira	7
Tiemn, Elizabeth	1886	Trav. Pedro Guedes	6
Tieppo, Giovanna	1902/1915	Trav. Marquês do Herval	13
Tisot, Maria	1910	S. Glória	12
Tisott, Maria	1893/1928	Núcleo Louro	12
Tissot, Maria	1905	Trav. Entre Rios	13
Tizotta, Luiza	1910	Trav. Cristal	20
Toigo, Ana	1900/1910	Trav. Vittorio Emanuele	25 e 28
Toigo, Maria	1890/1900	Trav. Vittorio Emanuele	28
Toigo, Tereza	1920	Trav. Vittorio Emanuele	25
Toigo, Vva. João	1910	Trav. Garibaldi	3
Tomasi, Ângela	1920/1925	Trav. Thompson Flores	104
Tomasi, Maria	1910/1915	Trav. Vêneto	31 e 48
Tomasi, Maria	1915	Trav. Carlos Gomes	4
Tomazelli, Irene	1920/1924	Trav. Santa Tereza	37
Tonello, Rosa	1902	Trav. Thompson Flores	49
Tonello, Tereza	1915	Trav. Diamantina	17
Tonett, Tereza	1900/1910	Trav. Diamantina	11
Tonietto, Catarina	1905	Linha Feijó	17
Tonietto, Catarina	1915	Linha Feijó	40
Tonietto, Catarina	1920/1924	Linha Feijó	18
Tonietto, Maria	1900/1928	Linha Feijó	15
Tonietto, Virgínia	1915	Linha Feijó	32
Tonin, Ana	1920	Trav. Acioli	24
Tonioli, Cecília	1915	Trav. Vêneto	37
Tonioli, Vva.	1910	Trav. Tirolês	41
Toniollo, Ângela	1893		
Tormen, Jacinta	1905	Trav. Müzzel	7
Trentin, Ana	1915	Linha Azevedo	15
Trentin, Ângela	1884/1886	Trav. Solferino	45
Trentin, Catharina	1910/1928	Trav. Cristal	4 e 16
Trentin, Josephina	1915/1924	Trav. Marcolino Moura	36/37

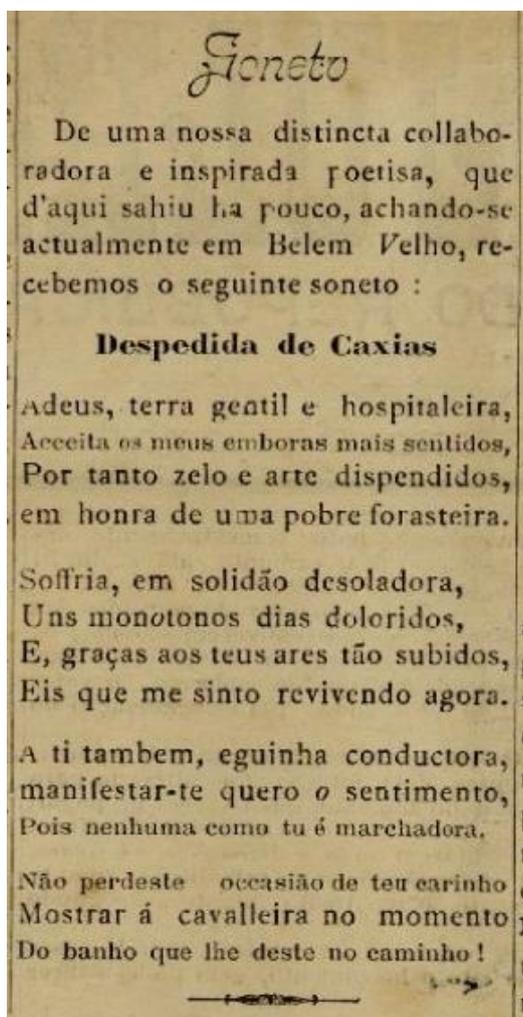
Trentin, Olinda	1915/1920	Trav. Cristal	9
Trentin, Tereza	1915/1924	Trav. Marcolino Moura	36
Troian, Maria	1910/1924	Trav. Cremona	53
Troian, Maria	1920	Trav. Barreira	33
Turcatti, Maria	1900/1905	Trav. Milanês	37
Turella, Francesca	1890	Trav. José Bonifácio	231
Turella, Germinia	1900/1910	Trav. Diamantina	9
Ulian, Adelaide	1910	Trav. Thompson Flores	89
Vaccari, Ana	1915	Trav. Humberto I	5
Vaccari, Margarida	1900/1905	Trav. Esmeralda	16
Vaccari, Vva.	1905	Trav. Milanês	5
Valanzin, Maria	1884/1924	Trav. Vittorio Emanuele	8
Valina, Fiorina	1893	Trav. Entre Rios	20
Vannin, Catarina	1893/1895	Trav. Aliança	7
Vareschini, Maria	1902/1915	Trav. dos Boêmios	29
Varisco, Judite	1902/1915	Trav. Milanês	29
Vasco, Maria	1910	Trav. Vittorio Emanuele	
Vazzatta, Ângela	1886	Trav. Müzzel	24
Vecchi, Maria	1915	Trav. 7 de Setembro	
Venturini, Pasqua (Cassol)	1886/1905	Trav. Aliança	25
Venz, Carolina	1920	Trav. 7 de Setembro	13
Venz, Maria	1905	Núcleo Louro	14
Verdanese, Hermínia	1920	Linha Azevedo	23
Verdi, Luiza	1910	Trav. Garibaldi	6
Vergani, Virgínia	1902	Trav. Carlos Gomes	16
Vergani, Virgínia	1902/1915	Trav. Humberto I	18
Veus, Maria	1915	S. Glória	
Viecceli, Batolomea	1910	Trav. Vittorio Emanuele	10
Viecceli, Domênica	1884/1902	Trav. Thompson Flores	12
Vieccelli, Antônia	1902	Trav. Victor Emmanuel	10
Vigano, Adele	1910	Trav. 15 de Fevereiro	15
Viganó, Maria	1915/1928	Trav. 15 de Fevereiro	4
Vigano, Maria	1920	Trav. José Bonifácio	41
Volpato, Lúcia	1886	Trav. Thompson Flores	4
Weber, Maria	1890/1895	Trav. Pedro II	13
Weiss, Amália	1902/1915	Núcleo Louro	19
Zacaron, Vva.	1910	Trav. Cavour	
Zago, Virgínia	1920/1924	Trav. Pedro II	20 e/ou 57
Zamboni, Fiorina	1910/1915	Trav. Trentino	13
Zamboni, Fiorina	1920	Trav. Tirolês	16

Zanandrea, Justina	1910/1920	Trav. Esmeralda	8
Zancheta, Vitória	1900/1902	Trav. 15 de Fevereiro	13
Zanchetta, Antônia	1910	Trav. 15 de Fevereiro	15
Zangali, Luiza	1915	Trav. Milanês	
Zangali, Rosa	1920	Nova Vicenza	
Zanini, Maria	1915/1920	Nova Pádua	
Zanol, Amália	1910/1915	Trav. Santa Rita	51
Zanol, Luiza	1900/1905	Trav. Santa Tereza	15
Zardo, Santa	1900/1905	Trav. Alfredo Chaves	26
Ziglio, Luiza	1884	Trav. José Bonifácio	32
Zorzi, Fortunata	1905	Trav. Paredes	26
Zorzi, Maria	1902	Trav. Hermínia	5
Zorzi, Regina	1900/1905	Trav. Paredes	28
Zorzin, Francesca	1890	Trav. Marcolino Moura	26
Zorzo, Catarina	1890	Trav. Oeste Leonel	3
Zucolotto, Maria	1900	Trav. Riachuelo	20
Zuffo, Tereza	1902	Trav. Pedro Américo	112

ANEXO B – TEXTOS DE AUTORIA FEMININA ENCONTRADOS NOS PERIÓDICOS

Autoria desconhecida

Poema “Despedida de Caxias” (1904) - *O 14 de Julho* - 14/02/1904 - edição nº 79



Ada Negri

Poema "Sinite Parvulos..." (1909) - *La Libertà* - 08/05/1909 - edição nº 13

Sinite Parvulos...

Se nel crocicchio d'una via deserta
O in mezzo al mondo gaio e spensierato
Incontraste un bambino abbandonato,
Pallido il viso e la pupilla incerta;

Che d'una Madre il bacio ed il consiglio
Abbia perduto, e pianga su una bara
La memoria più santa e la più cara,
Oh, portatelo a me!... Sarà mio figlio.

Io lo terrò con me, per sempre. — A sera
Gli metterò le sue manime in croce.
Con lui, per lui dicendo a bassa voce
De' miei anni più belli la preghiera.

La parola che eleva e che conforta
Io gli dirò con placida fermezza;
La gelosa e veggente tenerezza
Avrò per lui de la sua mamma morta.

Io gli dirò che la vita è lavoro,
Gli dirò che la pace è nel perdono;
Di tutto ciò che è giusto e grande e buono
Farò nella sua mite alma un tesoro.

La forza di pensier che Dio m'ha data
Tutta trasfonderò ne la sua mente;
Presso a lui sfiorirà tranquillamente
La mia vita raccolta e scolorata.

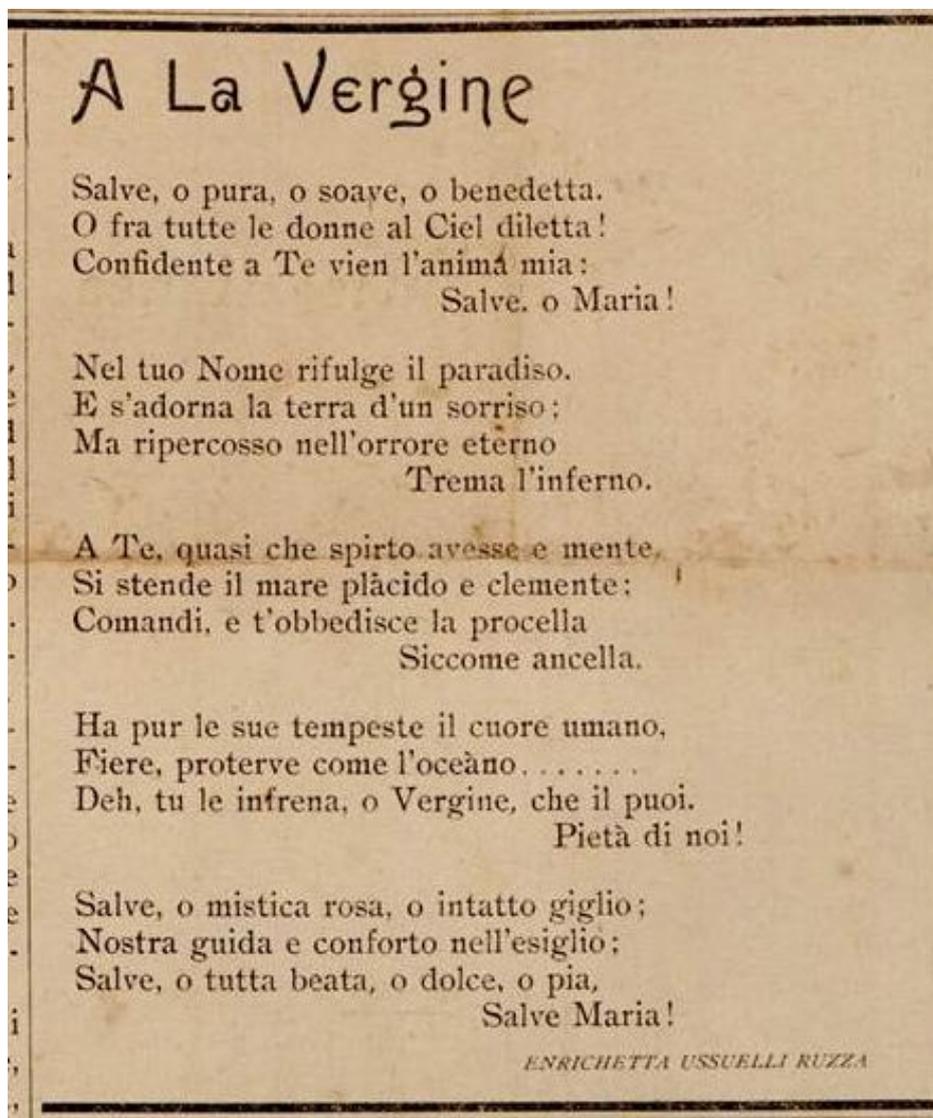
Mentr'io declinerò verso l'oblio,
E avrò la cuffia e metterò gli occhiali,
Ei salirà, lo spirto agl'ideali,
Le braccia alla fatica e il cuore a Dio.

E in pace io morirò.... poichè sofferto
Non avrò indarno, e non indarno amato;
E da un petto di figlio e di soldato
Cadrà un sospiro su l'avello aperto

Ada Negri.

Enrichetta Usuelli Ruzza³²⁰

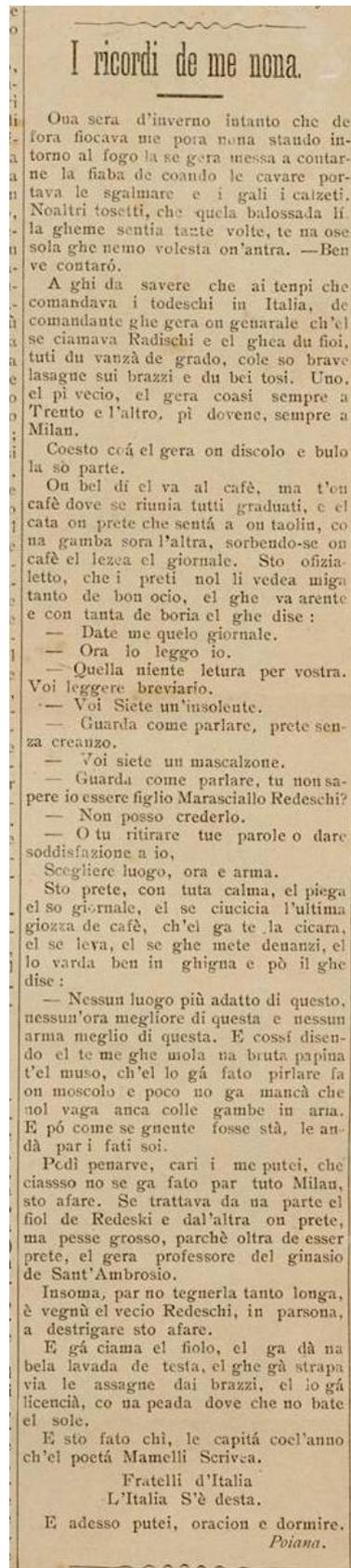
Poema "A La Vergine" (1909) - *La Libertà* - 11/12/1909 - edição nº 44



³²⁰ Grafado "Ussuelli" no jornal *La Libertà*, n. 15, 1909.

Poiana

Crònica “I ricordi de me nona” (1911) - *Il Colono Italiano* - 25/02/1911 - edição nº 51, página 02.



Maria Luiza (da Fontoura) Duclós

Conto "As flores" (1911) - *O Brazil* - 18/03/1911 - edição nº 97

As flores

Outr'ora as flores fallavam, e por um accidente imprevisto, emudeceram. Havia um jardim maguifico situado á frente de mimosa cabana.

A' tarde, quando os ardentissimos raios do sol se occultavam no horizonte e eram substituidos pela doce luz de uma estrella, as flores entravam em franca e intima conversação. Aconteceu que em uma dessas tardes saudosas as flores todas do jardim foram testemunha de um juramento... de uns ternos projectos de amor. As flores foram invocadas como testemunhas desse amor eterno. Passaram-se os tempos e o juramento foi quebrado. Com admiravel descripção, as flores reprovaram a acção dos homens e juraram não mais fallar para não serem invocadas por quem não sabe o preço de um juramento. Por isso as flores ouvem, sentem, comprehendem, choram... suspiram, e... morrem n'um sorriso — mas não fallam!

Maria Luiza Duclós

Caxias, 11—3—911.

Maria Luiza (da Fontoura) Duclós

Artigo/ensaio "Para o "Brazil" –Traducção –" (1911) - *O Brazil* - 08/04/1911 - Edição nº 100

Fazer mais do que tem feito e está fazendo o honrado administrador, dadas as circumstancias desfavoraveis em que assumio S. S. o governo municipal, circumstancias que ainda continuão actuando como um embaraço á solução de problemas administrativos de maior vulto, que exigem consequentemente maior somma de despezas, em emergencias taes, diziamos, duvidamos outro conseguisse ir alem, levando mais longe o resultado de seu esforço em prol dos interesses deste municipio.

E' um facto positivo e insophismavel o extraordinario desenvolvimento de Caxias nestes ultimos tempos, notadamente da epocha da inauguração do trafego da via ferrea para cá.

Esse espectaculo lisongeiro e confortante, que a todos impressiona, de nossa vida local, deriva em grande parte muito logicamente, da ordem permanente e estavel, a cuja sombra benefica expande-se proveitosamente a operosidade tenacissima e fecunda do colono italiano.

E, sendo a ordem a condição primaria de todo progresso humano, de nada valendo os melhores esforços de uma boa administração, quando campeia a anarchia e a demagogia revolucionaria se compraz em contrariar-lhe e inutilisar-lhe os mais bellos planos, a sua manutenção e estabilidade deve ser o anhelado constante de quantos estão sinceramente empenhados em conservar esta terra na altura dos credits invejaveis a que se tem ella imposto e que lhe têm grangeado aquelles a quem a confiança popular investio da suprema missão de dirigir-lhe os publicos negocios.

Para o "Brazil" Traducção

O dr. Cariveaud divide a raça humana sob o ponto de vista do casamento em quatro classes, as quaes apresentamos a apreciação dos leitores, respeitando os conceitos do auctor.

1.º Os «Imaginativos» ou a morosos pelas ideias, cujos typos vivos ou imaginados seriam Petrarcha, D. Juan, Lord Byron, Selia, Alfredo de Musset etc.; e de um modo geral todos os heroes de romances cuja formula amorosa é esta palavra de Alphonse Kar: «o amor está todo naquello que ama» objecto amado não é mais do que um pretexto.

2.º Os «Instinctivos» ou amorosos pela carne: Francisco I, Henrique IV, Panurgio, Sove-lae, etc. O sentimento que caracteriza esta classe foi descripto por Voltaire.

3.º Os «Fusionista» ou conjuges, que se poderiam chamar tambem amorosos amigos para os quaes o amor se

realiza pela fuzão de dois seres em um, e pela absoluta comunidade dos prazeres e das penas. E' a classe privilegiada, ainda que a menos conhecida, os romancista e os poetas pouco se tem occupada, pela razão simples: que a felicidade completa dos dois que a compõem, sendo realzada na união que escolheram —elles realisam o seu proprio romance e cantam em seu coração a poesia que os outros imaginam na sua cabeça.

4.º Os «Neutros.» Esta quarta cathogoria que seu nome designa claramente, compoese da immensa multidão dos seres que seguem seu destino sem grande prazer, desconhecidos, ignorados ignorantes de si mesmo: é a ganga fecunda e nutritiva da humanidade.

Marize Duclós.

Vinhos

Por interessar directamente à industria vinicola deste municipio, transcrevemos d'«A Federação» de 31 de Março p. p. a local abaixo:

«Esteve, hoje, pela manhã, em conferencia com o nosso eminente amigo dr. Carlos Barbosa, Presidente do Estado, o nosso amigo dr. Ricardo Machado, director da hygiene, tratando do memorial dos viaicultores, que está no dominio publico.

A informação da directoria de hygiene sobre esse memorial diz:

Não haver a fraude attribuida aos exportadores de Porto Alegre.

Que a unificação do typo de vinho e o reembarrilamento são necessarios, devido: 1º) á desigualdade dos vinhos que do-cem; 2º) ao mau estado em que chegam os cascos.

Cita as cantinas de Braghioroli e Franzoni que bem trabalhando e importando cascos novos, não se vêm na necessidade de beneficiar seus productos aqui.

Concorda com a fiscalisação do productor e, sobretudo, insiste na criação das cooperativas como meio do agricultor se libertar do intermediario.

O governo do Estado attenda, em parte, ás reclamações contidas no memorial e providenciara para que se estenda até as colonias a fiscalisação do vinho.

Quanto á parte em que o memorial se refere a Porto Alegre, não poderão os reclamantes ser attendidos, pois são insubsistentes os motivos expostos no referido memorial.»

Cinema Juvenil— Este agradavel centro de diversões continua a exhibir interessantes fitas ao publico que frequenta seu vasto e confortavel salão.

«O Brazil» felga em ver attendido pela delicada directoria o justo appello que inserio em suas columnas.

Maria Luiza (da Fontoura) Duclós

Crônica "Justa indignação" (1911) - *O Brazil* - 24/06/1911 - edição nº 111

Justa indignação

Caxias em peso, num grito unisono, fremiu e protestou indignada, com a desleita que, como uma bofetada, vibrou-lhe um padre impiedoso e ingrato, negando-se a assistir uma moribunda, porque era — brasileira! — filha desta terra que acolheu o carinhosamente dando-lhe o pão da subsistência!

Não menos indignado deve sentir-se o povo italiano com o insolito procedimento desse padre que em sua falta de caridade atingiu (que fatalidade!) uma patriota sua que morreu sem assistência religiosa — por julgar a brasileira!

Nos espíritos obcecados pelo fanatismo intransigente, deve ecoar, dolorosamente, neste momento, esse brado de indignação, e todo esse clamor contra os falsos ministros de Deus, que fazem da religião de Christo — o balcão de suas ganancias!

Christo, na sua divina misericórdia, não dividiu os povos, não distinguiu nações, e sob a sua branca de sua incommensurável piedade, abrigava todos, chamando á si os pobres e os pequeninos, que eram os preferidos de Deus!

Nós, os brasileiros, somos o unico povo (*ambora e longevi*) que damos guarida em nossa patria, á todos esses religiosos expulsos do mundo civilizado; por isso fazemos jus da maior gratidão por parte desses senhores.

Ainda ha pouco, o Rio Grande do Sul, sempre generoso e forte, pela voz de seu chefe, protestou contra o governo da União, que negou hospitalidade, prohibindo com a força, o desembarque de jesuitas expulsos de Portugal!

Padre Angelo! Quem te falla desta columna, é filha de um estrangeiro, mas que ensinou-lhe sempre, que nesta terra o pão como as lagrimas — é tudo brasileiro!...

Não sou atheista, como não sou carola, e por entre as vacillações do meu espirito, para certos dogmas absurdos, como pelo mysterio insondavel do incognoscivel, não deixo de acatar a santa religião na qual fui educada e me foi transmitida por meus paes! Só os espíritos obcecados pelo fanatismo ou pelo interesse é que usam da intolerancia, sem respeito pelas crenças e as opiniões dos outros. — E, é por isso que sinceramente, confesso que commungo com L. Bourdieu na sua «Theorie des Sciences»: Arrêtois par un éternel mystère, la raison n'a plus le droit d'affirmer ou de nier et ne peut que se prosterner.»

Que a religião é um freio para o povo rustico, ignorante, que não tem outro principio, outra lei, outra moral, que o proprio instincto, é uma verdade — mas que ella serve como um meio de exploração por

certos expertos — não é menos verdade!

Todas as religiões são boas, tendo a moral por principio e a caridade por fim. Todas as ideias são bellas — os factores é que são os eternos *iniquités* de fragilidade humana, e por isso não podem, não devem arrogar-se attribuições divinas!...

Não deixo de reconhecer, entretanto, o merito de muitos desses religiosos que, pela sua virtude, se impõe ao respeito e á consideração, como verdadeiros apóstolos da caridade, no cumprimento dos deveres ao culto que professam e entre elles, aqui mesmo, em Caxias, é por todos acatado e consideradissimo, pelo seu trato de cavalheiro de elevados dotes intellectuaes, o rev. padre Timotheo, assim como, d. Estevam e outros.

Mas tu, padre Angelo, si com essas *angelicas* virtudes pretendes transpôr os umbraes do Paraizo, que te não pezo a lata de kerozene que te prego o povo de Caxias, em um impeto de irreprimivel indignação.

Maria Luiza Duclós.

Caxias, 19-6-1911.

Club Juvenil

6.º anniversario

As festas realisadas pelo sympathico «Club Juvenil», apesar de não ter sido possivel preencher todo o programma, foram esplendidas.

O máo tempo reinante não permittiu que se realizasse «raide» que os socios do Club Alliança de Bento Gonçalves pretendiam levar a effecto, em homenagem ao Club Juvenil.

No dia 19, pela madrugada, a população foi despertada por innumeradas salvas que partiam da sede do Club Juvenil e ao som da banda musical «Independente» que percorria as ruas da cidade em alegres marchas.

As 10 horas da manhã o club incorporado, com as directorias de todas as sociedades locais, dirigiu-se para o hotel Bella Vista, onde se achavam hospedados os representantes dos clubs «Recreio Juvenil» de P. Alegre e «Alliança» de Bento Gonçalves, afim de coavidal-os a assistir os festejos.

As 11 horas teve lugar o lançamento da pedra fundamental da nova sede do Club Juvenil, cujo acto revestiu-se de toda solemnidade.

Assignada a respectiva acta por todo os presentes, foi collocada dentro de uma caixa de zinco e depositada entre os alicorcoés, ao espocar de foguetes e ao som da musica, fallando nessa occasião o sr. Amaya Gusmão, orador do «Club Alliança» e o nosso companheiro Americo Mendes pelo «Club Juvenil»

Maria Berta

Notícia/reportagem "Italia" (1911) - *Il Colono Italiano* - 08/07/1911 - edição nº18

R. Card. Merry Del Val

ITALIA

A Riese. Lo scorso Maggio le Altezze Reali la Duchessa di Madrid e la Contessa di Trani, nata Duchessa di Baviera, si sono recate a Riese, dove hanno fatto visita alla famiglia del Santo Padre e alla casa natale di Sua Santità. Oltrecchè dalle loro dame d'onore, le Principesse erano accompagnate dal signor Guglielmo Fromm dell'Univers di Parigi, che onorato già, da lunghi anni, dalla stima e considerazione personale di Don Carlos, stima e considerazione conservatagli dall'augusta vedova del Duca di Madrid, da qualche settimana è ospite di S. A. R. al Palazzo Loredan.

Le Altezze Reali furono ossequiate alla stazione di Castelfranco dal sig. Domenico Moretti, assessore, il quale aveva dato avviso a Riese dell'arrivo delle due Principesse. Giunte a Riese con un tempo bellissimo, furono incontrate da molta gente che l'avviso dell'arrivo aveva fatto accorrere.

Le carrozze, fermatesi dapprima alla casa del Signor Antonio Parolin, primogenito dei nipoti del Santo Padre, si recavano poi alla casa natale di Sua Santità, dove le principesse discendevano di carrozza. Il signor Fromm, già conosciuto dalla famiglia, presentava il signor Angelo Parolin, la moglie e il figlio Giuseppe alle LL. AA. RR. la Duchessa di Madrid e la Contessa di Trani, e così pure il Sindaco di Riese signor Andreazza ed il pro-sindaco signor Monico che si trovavano presso la famiglia Parolin.

I due rappresentanti del paese, dopo aver ossequiato le LL. AA. RR., facevano colla famiglia Parolin gli onori della casa natale di Pio X. Dopo la visita della casa e del giardino, un rinfresco venne offerto alle auguste Signore e al loro seguito nella stanza del pianterreno che dà sul giardino.

Le Loro Altezze Reali firmarono il registro della casa natale in questa forma:

29 Maggio 1911
Maria Berta

CRONACA ITALIANA

VATICANO

Il S. Padre al Presidente dell'Unione Popolare fra i cattolici d'Italia: SEGRATERIA DI STATO di Sua Santità

N. 50.753 Dal Vaticano 23 maggio 1911
Preg.mo Sig. Dott. Necchi

Mi do piacevole cura di ritornare alla S. V. l'esemplare dello Statuto dell'Unione Popolare fra i Cattolici d'Italia nuovamente redatto in quei punti che l'esperienza ha fatto vedere bisognosi di qualche opportuna modificazione. Sua Santità ha preso ben volentieri conoscenza, e fa i migliori voti che, mercè la pratica operosità della modesta S. V. e di quanti la coadiuvano nel grave compito affidatole, l'Unione Popolare raggiunga felicemente quelle alte finalità per le quali è sorta e milita nel campo dell'azione cattolica italiana.

E perchè questi voti abbiano felice compimento, l'Augusto Pontefice benedice di cuore la S. V. e quanti sono gli aderenti all'Unione Popolare ed esorta tutti a proseguire con crescente alacrità nell'intrapreso cammino, sempre fiduciosi nell'aiuto di Colui alla cui gloria è e deve essere diretta, come a fine ultimo, l'opera loro.

Mi valgo dell'incontro per riaffermarmi con sensi di ben sincera stima di V. S. Ill.ma.

Aff.mo per servirla
R. Card. Merry Del Val

ITALIA

A Riese. Lo scorso Maggio le Altezze Reali la Duchessa di Madrid e la Contessa di Trani, nata Duchessa di Baviera, si sono recate a Riese, dove hanno fatto visita alla famiglia del Santo Padre e alla casa natale di Sua Santità. Oltrecchè dalle loro dame d'onore, le Principesse erano accompagnate dal signor Guglielmo Fromm dell'Univers di Parigi, che onorato già, da lunghi anni, dalla stima e considerazione personale di Don Carlos, stima e considerazione conservatagli dall'augusta vedova del Duca di Madrid, da qualche settimana è ospite di S. A. R. al Palazzo Loredan.

Le Altezze Reali furono ossequiate alla stazione di Castelfranco dal sig. Domenico Moretti, assessore, il quale aveva dato avviso a Riese dell'arrivo delle due Principesse. Giunte a Riese con un tempo bellissimo, furono incontrate da molta gente che l'avviso dell'arrivo aveva fatto accorrere.

Le carrozze, fermatesi dapprima alla casa del Signor Antonio Parolin, primogenito dei nipoti del Santo Padre, si recavano poi alla casa natale di Sua Santità, dove le principesse discendevano di carrozza. Il signor Fromm, già conosciuto dalla famiglia, presentava il signor Angelo Parolin, la moglie e il figlio Giuseppe alle LL. AA. RR. la Duchessa di Madrid e la Contessa di Trani, e così pure il Sindaco di Riese signor Andreazza ed il pro-sindaco signor Monico che si trovavano presso la famiglia Parolin.

I due rappresentanti del paese, dopo aver ossequiato le LL. AA. RR., facevano colla famiglia Parolin gli onori della casa natale di Pio X. Dopo la visita della casa e del giardino, un rinfresco venne offerto alle auguste Signore e al loro seguito nella stanza del pianterreno che dà sul giardino.

Le Loro Altezze Reali firmarono il registro della casa natale in questa forma:

29 Maggio 1911
Maria Berta

fisiale del paese, sopravveniva Mons. Settin, Arciprete di Riese. Il sig. Fromm lo presentava alle Principesse, le quali esprimevano il dispiacere di non poter fermarsi più a lungo, perchè erano aspettate a Castelfranco, dove volevano visitare la chiesa, nella quale il Santo Padre ricevette l'Ordinazione Sacerdotale.

Paderno d'Adda. 800.000 lire di danni. A Paderno d'Adda sorgeva lo stabilimento cotonificio Alta Italia, la cui amministrazione ha la propria sede nella città di Bergamo. Era composto di cinque grandi campate, contenenti 180 telai, e le sale per il macchinario e per la trasformazione dell'energia elettrica. Dava lavoro a 200 operai.

Eso fu distrutto da un incendio. Andarono completamente distrutti i telai, le trasmissioni, i motori elettrici e tutto quanto conteneva lo stabilimento. Pochissimo filato si poté salvare. I danni si aggirano sulle 800.000 lire. Lo stabilimento però è assicurato.

Le cause che determinarono l'incendio sono per ora ignote. Sembra che un corto circuito sia da escludersi giacché dove si iniziò l'opera distruggitrice non esiste alcuna conduttura elettrica né per energia motrice né per illuminazione. Dicesi che la guardia notturna dell'opificio poche notti or sono dovette fuggire a colpi di rivoltella degli sconosciuti che tentavano di introdursi nell'interno del fabbricato, ed essi pure riposero con colpi di arma da fuoco. Appigliandosi a questo fatto la guardia aveva chiesto una mercede superiore che le era stata negata ed in seguito a tal diniego aveva abbandonato il posto, e non si sa se sia stata surrogata da altra persona.

Rolignano (Bari). Un grave disastro, in cui lasciarono la vita a molte persone, avvenne nel comune di Rolignano. Nella larga piazza della bella cittadina è stato costruito per cura del Municipio un gran cisternone per l'acqua potabile dove si recava alla sera la popolazione di ritorno dai lavori campestri ad attingere acqua. Per riparare dalla pioggia era anche stata costruita a modo di tettoia, una vasta volta sovrapposta al cisternone. Molti s'erano recati ad attingere acqua.

Ad un tratto, per causa della poca stabilità della volta, il muro sovrapposto crollò, facendo sprofondare con gran fracasso la volta del cisternone, seppellendo sotto le macerie entro la cisterna i disgraziati che vi si trovavano. All'immenso fracasso prodotto dalla rovina della volta la popolazione uscì nelle vie emettendo grandi grida. La scena che nacque fu veramente spaventevole nella triste oscurità della piazza si osservava una profonda larghissima buca ove era il cisternone, mentre fiocchi lamenti e grida di aiuto e gemiti di moribondi partivano dalla profondità del cisternone. Il popolo, dapprima terrorizzato, ha poi cercato di portare soccorso ai disgraziati.

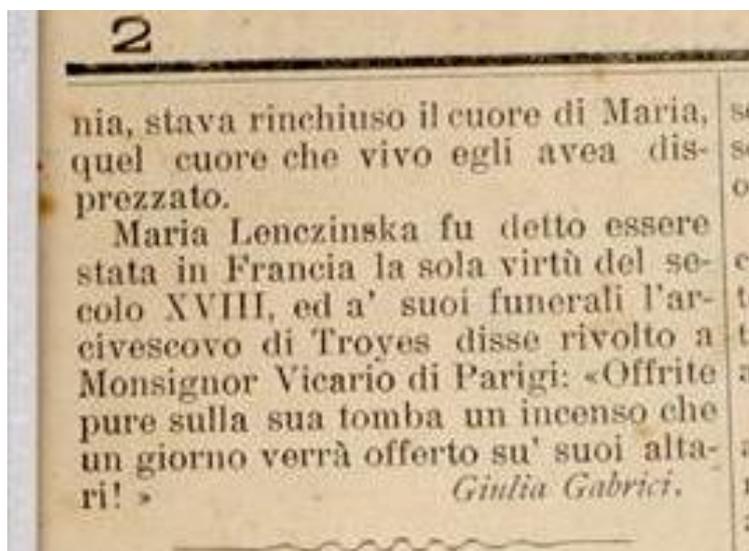
Vennero estratti undici cadaveri dalle macerie e trasportati al cimitero tra la vivissima commozione della popolazione. Continua la vuotatura della cisterna che oramai è quasi completamente esaurita.

Il lavoro di spostamento delle macerie per la ricerca di tre persone mancanti, presenta difficoltà e si prevede debba durare più giorni.

Il bilancio di grazia e giustizia è uno di quelli sui quali è più facile l'occasione per lo spunto anticlericale; e perciò parecchi deputati di estrema sono al loro posto fin dall'inizio della seduta, e ciò anche per far onore all'anticlericalismo dell'on. Finocchiaro Aprile. Appena i vari presentatori hanno ritirato i loro ordini del giorno si inizia la discussione dei vari delitti del clero.

Giulia Gabrici

Biografia "Maria Leczinka" (1911) - *Il Colono Italiano* - 29/07/1911 - edição nº 21, páginas 1 e 2.



Julia Lopes de Almeida

Crônica "Reflexões de um marido" (1911) - O Brazil - 31/12/1911 - edição nº 153

Reflexões de um marido

... Foi muito bom minha mulher não terido as crianças para dizer-me adeus... Seria muito difficil, nessa hora sensível, eu guardar a minha impassibilidade; e não ha nada que eu mais deteste que os espectaculos sentimentaes em plena rua... De mais a mais que hontem tambem embarcou gente... e entre essa gente tantas moças... se ellas me vissem lacrimejar, eu estaria com o prestigio perdido para todo o resto da viagem... e minha mulher, coitada, embora não me dê a honra de ter ciumes de mim, como ella diz, talvez não voltasse para casa muita satisfeita por me deixar em perturbadora companhia... isto de mulheres tem uma imaginação tão perigosa!...

A verdade é que o desprendimento estou... nunca os bracinhos de minha filha me pareceram tão doces e fortes... mesmo de minha mulher eu tive uma saudade subita e antecipada a apertar-me o coração, quando a abracei... talvez porque a vi debulhada em lagrimas... E era ella quem teimava por ir ao cães, para estar a meu lado até a ultima hora!... Deus me livrasse!...

Assim foi muito bom; neste momento, em vez de estarem chorando ao sol, no meio da poeira e dos basbaques, estão já de olhos enxutos sentadas á roda da mesa para o café do "lunch"... e os proprios cuidados com os filhos a distrairão... minha mulher... que terá seus defeitos, mas é inegavelmente uma excellente mãe!

Se o não fosse, iria eu tão tranquillo... tão... satisfeito por estes mares fóra, allegando uma necessidade de que não é mais do que um pretexto, para ver essas afamadas civilizações que ainda desconheço?

Não... se «ella» fosse mais egoista, mais imperativa, mais quero dizer... menos bondosa, teria eu coragem de a abandonar por quatro mezes com seis filhos menores e fugir da gaiola sosinho, como um canario livre?!

Saber aproveitar das qualidades do proximo nunca foi covardia; mas não doixo de ter perante o jury dos proximos pensamentos uma especie de pudor por este acto, em que me forço a ter uma razão que não tenho.

A verdade é que eu morria por ir á Europa, e que execute a minha vontade sem a soberania da independencia, antes fingindo um certo constrangimento e uma obediencia á necessidade de negocios, de que não seria difficil encarrregar um outro...

Um homem casado tem de explicar ponto por ponto as suas escapadas do lar, se não quizer ser visto pela sociedade com os olhos maliciosos e terríveis da desconfiança...

Por mim não me importaria numa posição expositiva abandonada... e abandonada pelos «boulevards»... o «Bois»... o tumulto de Napoleão... o Pantheon! Lá pelos negocios... ella... e toda gente me perdôa que eu saia de casa... mas pela curiosidade que me faz cecegar a alma com as suas unhazinhas afiladas e impacientes... a!... isso não!

Embora minha mulher não tenha pruridos de ver isto ou aquillo, nesta ou aquella terra, e eu os tenha, não se podendo ella mexer, está claro que não me devo mexer eu tambem, sob pena de passar por um marido ingrato!

Por si só, com a sua boa alma e claro entendimento, Lili comprehenderá o irresistivel da situação; mas estou bem certo de que tanto as amigas lhe haverão de zumbir malicias e perversidades sobre a minha ausencia, que a pobre acabaria por acreditar que abaixo do Rio para a França só para me queimar nos olhos das parisienses!

Os negocios afortunados de todas as suspeitas, terão até talvez o poder de me fazerem lamentado pelos amigos commodistas pelos amigos commodistas... E o prestigio?!

O prestigio de um homem quem tem os raios dos seus negocios espalhados por varios continentes, é de assombrar a burguezia... Na minha volta hei de parecer mais alto e mais bonito... Ah!... como se está bom nesta cadeira... em face deste mar azul... grande como a liberdade!... como é bom saber que num cantinho cada vez mais afastado, mas perto do coração, temos meia duzia de almas só occupadas em pensar em nós... em seguirmos em pensamento, sem de modo nenhum embarcar-nos com exigencias e trabalhos... viajar com a sua mulhere seis filhos deve ser uma tragedia shakspearanea! Basta olhar para aquelle pobre coitado que ali vai arrastando a mulher enjoada para o camarote... Vendendo-a enjocar, elle acabará por enjocar tambem. A commuidade do amor tem as suas desvantagens... e toda a viagem o infeliz passará a exercer funções de aio, mais do que de marido... a abandonar os seus jantares... a interromper as suas partidas de jogo... para abotoar de joelhos as botinas da sua esposa debilitada... a pentear-lhe a gaforina, que os braços molles da doente não tem coragem de alisar... e a passear com ella pelo tombadilho em molles passeios sem rythmo... E eu aqui apreciando tudo, com o meu charuto na bocca... sarcastica, como definiu o Tobias, o meu bondésinho de seda macia, sombreando-me a vista... as pernas estendidas pregui-

osamente... O livro aberto sobre os joelhos, o pensamento, livre como o vento, girando pelo ar, a todo o momento, as almas... a cada qual melhor... cada qual melhor!

Lá vem outro viajante feliz, que vá á Europa em viagem de recreio com a mulher e, nada mais, nada menos, de tres filhos e duas criadas... Vi-os embarcar... elle procurava dominar a sua impaciencia desde que pôz os pés na lancha... as crianças penduravam-se... as criadas tinham medo... a senhora cheirava saes com os olhos em alvo... elle, o misero, tinha de olhar por tudo, como um pastor de rebanhos espavorido... e eu, apreciando... dando-me ares... todo conforto e elegancia... Logo à noite poderei prolongar a minha estadia ao ar livre, dormir sobre a lona macia da cadeira... cantarolar... ou ir para o «smoking room» jogar, o que me der na veheza... entretanto, esses dois felizardos que ali viajam com a prole terão, para acompanhar a familia, de ir para a gaiolinha branca do beliche, acudir a uns e a outros na angustia dos vomitos e das torturas...

Como é bom... como é bom viajar sozinho, depois de oito annos de casamento, e de sete annos de paternidade trabalhosa!

O meu Quinquim, tão acostumado a adormecer no meu collo, deve ter estranhado a minha ausencia... e a Lena, quando hoje me tivesse ido acordar á cama, que espanto deve ter sentido ao encontrar o meu logar vazio... deliciosa, Lena!... hei de trazer-lhe uma bofeça bonita... Oh! a doçura de se sentir a gente amada sem ter de se embarçar com certas occupações creadas pelo proprio amor! A ternura fatiga... a vigilancia continua pelos actos moraes e materiaes dos outros extenuam as almas fortes... os pais de familia extremosos precisam, de vez em quando, algumas férias... contanto que nenhuma das crianças adoça na minha ausencia... Não adoeçerão... e tambem se isso acontecer lá tem a mamãe ao pé de si... estão muito bem entregues, porque não ha mulher mais carinhosa nem mais assidua nos cuidados com os filhos do que a minha... nem dorme direito... só para ver se as crianças estão descobertas... se em má posição... por isso tambem está magrinha... Hei de trazer-lhe um vestido bonito!... Lá vem o pobre diabo outra vez com a mulher enjoada, aos trancos e barrancos... não puderam supportar o camarote... que inveja teria elle desta saudade que me consume, da minha Lili, se pudessem perceber o regalo que me dá este abandono da minha pessoa, esta sensação de liberdade, que permite ao meu corpo as attitudes que lhe aprouverem sem constrangi-

mento de consciencia, porque, enfim, que faço eu? Sacrifico-me a uma separação da familia, para ir tratar de negocios que interessam mais a ella do que a mim!...

Julia Lopes de Almeida (Ext.)

Dr. De Stefano Paternó— Pelo trem de segunda-feira, veio, com precedencia de Bento Gonçalves o esforçado paladino do cooperativismo, cujo nome encima estas linhas. S. Sia, que já era esperado, foi recebido na «gare» da Estrada de Ferro, pelo Cel. Tancredo Feijó, acatado chefe local, Amaro Bello da Silva, Sub-intendente do 1.º districto, no exercicio do cargo de intendente, Adalgisio Zanellato, auxiliar da Inspectoria Agricola, autoridades e povo. «O Brazil» apresenta-lhe os seus cumprimentos cordiaes

Major Penna de Moraes— Por carta recebida pelo nosso amigo Cel. Tancredo Feijó, é que nos foi gentilmente mostrada, sabemos que em principios do proximo mez de Janeiro, estará de regresso entre nós, reassumindo as funções de seu cargo, o nosso illustre amigo Sr. Major Penna de Moraes.

Em companhia do digno intendente virá sua Exma. familia.

PARTICIPAÇÃO
Julietta Fay Neves e Jeronymo de O. Neves participão aos parentes e pessoas com quem mantem relações de amizade, o nascimento de sua filha JULIETTA occorrido nesta cidade, a 14 do corrente mez. Caxias, 26 de Dezembro de 1912.

«O Brazil»
deseja a seus colaboradores e assignatarios, felicidades no ANNO NOVO
Caxias, 1.º — 1 — 1912.

Maria Luiza (da Fontoura) Duclós

Artigo/ensaio "A injúria e a maledicência" (1912) - *O Brazil* - 15/06/1912 - edição nº 191

A injúria e a maledicência

« O odio é perspicaz e, quando sua vigilância é illudida não lhe escassa a faculdade da invenção. Onde faltam factos para accusações verdadeiras, a calúmia accode-lhe tirando accusações do nada ».

Alexandre Herculano.

Segundo Roquette o «mal-dizente» é por indole ocioso, parlapatão ignorante e mal educado. O «detractor» é mordaz, villão, perverso na intenção de deprimir, depreciar o merecimento de alguém; movido pela inveja e despeito.

O «calumniador» é mais malvado que os precedentes: na sua sede de odio e de vingança, accusa maliciosa e falsamente para infamar e impuntar delictos, accões e ditos, que offendem a honra e cobrem de opprobrio a victima de seu furor.

E' dessa trindade malfica que se multiplica a legião de demozios aos quaes os genios do Inferno emprestaram seus furores para espalharem sobre a terra; mais victimas e damnos e dores que todos os flagellos infligidos á especie humana.

Como diz Herculano, o calumniador do nada tira partido; inventa, insinua e espalha intenções perversas nas accões mais simples e indifferentes; cria versões degradantes e torpes ao sabôr de seu nivel moral; é o ceifador do Inferno que arraza as cearas para fazer medrar o espinho e a urze.

O detractor não tem era n'um sitio especializado; pertence a todas as epochas e a todos os lugares; desenvolve a sua accão envenenada nos grandes centros, como nos lugares; não usa uniforme, nem tem aspecto proprio; pôde vestir o mais rafado paletot, como o mais irreprehen-sível frae; a educação e a intelligencia não serve mais do que mascara para occultar a indole perversa e baixa de certos individuos; encontra-se menos malignidade entre gente simples e rustica, de que em certas pessoas que devem a apparencia de «gente limpa» ao amaneirado de arremedo, e ao esforço de um alfaiate ou de uma modista.

O proverbial «dizem» é a modca corrente de que se servem sempre, para fazer circular uma vilieza na praça equívoca da maledicência.

Mas «o dito» é como um insecto immundo que cahe em liquido precioso, e que repugna a pessoa honesta levar á bocca. A calúmia pois é a arma do cobarde que conta sempre com a impunidade, porque resvala na sombra para morder e inocular a peçonha; é hybridó da hyena com a vibora. Mais nocivo do que um cão hydrophobo do qual nos livramos a tiro, anda solta essa fera humana, passa por nós, cruza o olhar que sustenta o nosso, com revoltante cynismo; somente a sua

aproximação nos previne o offacto com a mesma impressão de quando avistamos um suino.

O seu meio de accão é sempre entre a gentalha e a «gentinha», cuja ignorancia e sentimentos quasi instinctivos explora porque não pôdem fazer o estudo real da psychologia dessa «specie».

Em sua expansão canalha, nada respeitam, e tudo profanam: dão á um fumante uma flôr para cheirar: arregaça o beigo e trinca a flor na confusão com o pasto: vão lá explicar para certa gente, o que é afinidade de caracter, de sentimentos, de educação; qual só pôdem comprehender as grosserias, do meio em que estão affeitos.

Maria Antonietta, a desventurada rainha, é um exemplo frisante do que pôde a calúnia lançando como isca no meio da gentalha boçal; antes de subir ao patibulo, desceu ao peloirinho da diffamação; e a ativa rainha, que não havia cedido ao declínio de seu prestigio, as privações, aos insultos, ao opprobrio, cedeu a profanação de seus sentimentos maternaes, quando accusada pelo tribunal da Revolução, de perversão moral, com seu proprio filho de 5 annos, em um brado de dolorosa revolta e angustia suprema, respondeu:

«Appello para todas as mães francezas». Foi o unico traço que poudo existir entre a activa austriaca, filha de Maria Thereza e a plebe — a maternidade!

Entretanto era preferivel, parece-me, mil mortes, a equiparar-se ás mães daquelle canalha: monstros daquelles só podiam ser gerados por outros monstros!

Não precisamos ir tão longe, á historia, para provar o rebaixamento humano, quando movido por sentimentos inconfessaveis — ahí estão revelados os dous recentes casos; um em Paris, com a celebre chimica Mme Curie, e outro no Rio, com a italiana de 14 annos apenas, que apunhalou o detractor de sua honra.

O «Paiz» em vibrante artigo com a epigraphie «Mulher que mata» assim se refere ao caso da italiana:

«Tem proporções de heroína essa criança que leva a defeza de sua honestidade, a ultima consequencia logica de matar o seu diffamador.

Rouba-se e mata-se a cada passo, não com a adaga de Oihelo, mas com a lingua de Yago: envenena-se a todos os momentos com a «acqua tofana» de um «gelado» offerecido a proposito e de proposito.

Mil vezes, um sorriso, uma phrase trivial, são genesis desses «homicidios», sementes de uma insinuação que ha de germinar e crescer, e alastrar e fructificar, poluindo reputações, empegonhando vidas, desmoranando e estiolando entidades moraes ainda mais preciosas. Mas a fara nos bandidos é invulneravel, não morre nunca porque a lama não morre. Qual o meio de infectar o esterquilinio?

A unica defeza possivel, para os que pela sua posição ou circumstancia, não pôde descer a certas objeções, é o desprezo, o unico chicote da dignidade, — não ha offensas a que possamos descer; o escarro que nos salta as vestes não nos fere, não nos offende; causa-nos repugnancia e nojo; é o que sente-se ao extravasamento moral de certas vasilhas humanas!

Caxias, 8-5-1912.

Maria Luiza Duclós.

UNA CORSA A CAXIAS

Do «Bento Gonçalves».

Appena una punta e di sfuggita abbiamo fatto alla fiorente cittadina della Serra; ma quale intima compiacenza ne venne, quanta soddisfazione!

Lassú é tutto un rifiorire di belle energie, è tutto un aprirsi, un sorgere di iniziative, un affermarsi di forze nuove, di fresche attività; é in somma un motto caldo di vita, di azione che tutti prende e sospinge incalzando, urgendo, quasi pressando.

Pare che un soffio nuovo animatore tutti accenda e mova concordati alla bella impresa del lavoro, del progresso!

Piazza Dante, la vasta piazza e magnifica, tutta sgombra ormai è livellata e fatta giardino, cui fanno corona tutti intorno belli edifici, e taluno anche grandioso; piú lá campeggia snello ed elegante il palazzetto del «Juvenil» e in fondo alla spianata, di quà della stazione ferroviaria, sorge imponente il grandioso stabilimento della Iª cantina cooperativa, sorge e impone come la prima solenne affermazione della solidarietà italiana nel campo fecondo del lavoro, sorge ed attesta tutta la genialità tutto l'impulso generoso dell'Uomo che a tanta opera,

Octavia de Stefano Paternò

Poema "Mentre il sole cede alla note il suo dominio" (1913) - *Città di Caxias* - 25/01/1913 - edição n° 04

MENTRE IL SOLE CEDE ALLA NOTE IL SUO DOMINIO



Eppure sento che il mio cervel pensa, erèa,
in misterioso sognar vedo la bionda Déa
ma l'azzurra tunica densa nuvola imita
il bel volto traduce nostalgia infinita.
Domandai — perché, Déa, mi vieni sempre mesta,
terna, malanconia favelli, mai di festa?

Ogni cosa al mondo regge il suo destin, disse:
Novembre ti dié il cammin, dolor ti benedisce.
Corsero molt'anni dal dì che venisti al sole....
i raggi smorti, freddi, baciavan le viole;
la nebbia, i nudi alberi di grigio vestia
la festa dei morti, nel Camposanto finia.
Primavera di luce, di soave elemezza,
negotti fra i fiori, il più bel fior dell'esistenza!

Allor che di giallo e rosso il campo si copria
in nera cassa dorata Mammuccia partia;
quando nel tuo ciel natio l'occhio cercava...,
entro fredda fossa madre tua riposava...
Mancotti le carezze che al cuor danno sollievi,
sola, negl'affanni, molte lagrime scioglievi...

Sentivi il tetrico vuoto del bene materno;
il biondo estate portarti il freddo dell'inverno.
Il sonno dolente fra le braccia te ingeva,
solamente allor il labbro tuo sorrideva.
Forse vision gaudiosa, ingemmata, ben vestita,
cantavati l'inno di primavera fiorita!
ma... hoime! tutta cosa scrive destin nel mondo
e tu vivesti caduta in autunno profondo...

Nel sen che mai non cangia, là dove brilla il sole
riposa Madre mia; canta alla tua prole.

OCTAVIA PATERNÓ

Octavia de Stefano Paternò

Poema "Fiori, fiori" (1913) - *Città di Caxias* - 19/03/1913 - edição nº 11, página 02.

Fiori, fiori

Piccoli fior ch'entro l'erba molle spiccato
pastosa materia in corolle varietate,
fragranti coppe di tangibili forme,
profum esalate alla casa che dorme!...

Voi, solamente, inneggiar potete la vita
dopo ancora la vostra fragranza finita;
vedervi morti, o fiori, fra il libro amico
presto vola il pensier, là, al passato antico...

Le bianche case nell'inverno abbandonate
come rondine in primavera ritornate;
vostro profum rinnova il pensier caduto
nelle battaglie del cuor ardente e muto...

Analoghi siete a lo spirito de' poeti,
ai raggi di luna infiltrati fra gli abeti,
sì gl'ideali, figli di fantasia
riprendete, a primavera la poesia.

Cuor che v'avvicina cortesia infondete,
dita che voi toccano di roseo tingente;
ruggiada celeste che a goccia libate
sublime nettare alle farfalle date!

La fragrosa cascata che d'argento sfuma,
più di voi non conta baci d'amante alcuna,
più di voi non dice degl'amori alati,
perché... gl'amanti parlan d'amor ne' prati!..

Sol voi testimoniate i baci, e conoscete
de' palpiti l'immensità de' lor segreti;
gl'ardenti baci, le giura d'eterno amor...
sol voi sapete quante restano nel cor...

Ma voi ch'estasiare lor cervel a ora bruna
taciti fate complice la bianca luna...
dovreste, quando l'alba svegliasse il sole,
degli'amanti il viso svanirgli il rossore...

Eppur siete gl'omaggi di madre Natura,
perchè adornar si possa la dona più pura;
di Dio il sorriso, degl'angeli le gesta,
perché inneggiar possiate ai santi la festa.

OCTAVIA DE STEFANO PATERNÓ.

Octavia de Stefano Paternò

Crônica "Cancrena social" (1913) - *Città di Caxias* - 14/04/1913 - edição nº 14

tem deante de si um quadro claro, mais do que nítido, de tudo o que se passou, e a vida administrativa de Caxias, no exercício findo.

A preocupação maxima de todos os administradores, que tem sciencia e consciencia dos deveres de seu cargo e das responsabilidades que pesam sobre seus hombros, para bem servir o publico, são sempre as finanças.

O povo sabe que sem dinheiro não pôde haver melhoramentos.

Na arrecadação, parece, dos impostos, que, primeiro que tudo, devem ser bem empregados, é necessario conciliar o interesse geral com o dos contribuintes, de modo a manter um equilibrio, sem sacrificios de quem quer que seja.

Examinando-se a receita ordinaria do municipio de Caxias e descontando-se della o saldo de de.8:463\$719 do exercicio de 1911, vê-se que ella attingiu, em 1912, a elevada somma de 158:275\$141.

Se adicionarmos ainda a receita extraordinaria de . . . 64:024\$720, incluindo o saldo de 1911 verifica-se que a receita geral do nosso municipio, em 1912, alcança a quantia de 239: 227\$299.

Por isto pôde-se dizer que o estado das finanças municipaes é assaz propicio e promissor, attento o augmento sensivel das rendas, sem que houvesse novas tributações orçamentarias para acrescels-as.

O que houve, na administração do Major Penna de Moraes, foi uma arrecadação devidamente fiscalizada e esrupulosamente executada, que deu um augmento de impostos de qualquer especie, 31:740\$863 mais do que no exercicio de 1911, sem falar na receita extraordinaria.

Logo porem, que se fala em receita, acode ao espirito de qualquer sem ver o impulso do dinheiro arrecadado.

Deixando, por ora, de parte a amortização da divida de exercicios anteriores, e outras despesas, o municipio de Caxias, só no exercicio de 1912, gastou, em melhoramentos materiaes, a somma de . . . 47:848\$574, sem aproveitar a bem dizer, para isto, a receita extraordinaria.

Vê-se, pois, que, entre nós os dinheiros publicos, são agora bem empregados, attendendo aqui, em um municipio agrila como é o nosso, as estradas são tudo; facilitam a circulação dos productos, impulsionam o commercio, dão logar a novas industrias, representando a riqueza publica e particular.

(Continua)

CANCRENA SOCIAL

Non mi atteggia a intraprendere una propaganda con-

tro l'alcoolismo e il giuoco, perché me ne riconosco incompetente.

Però, queste poche righe, scrivo mosca, dalla triste impressione di un deplorabile stato di rachitismo in un infelice bambino di tre anni, il dieui padre morì alcoolico, or sono pochi giorni, e la dieui povera madre, rimasta vedova, narrommi la depravata psicologia del morto.

Vero è che alcoolismo e giuoco, quasi sempre, si completano.

Esisterettero in tutti i tempi leggi di repressione a tali vizi s'imposero gravi pene, ma come spinti da forza irresistibile i giuocatori perdettero sul tavolo anche il pane per disfamare i figli derelitti, come i bevitori, bevendo atrofizzarono il cervello.

Bene i medici, sentinelle della salute pubblica, unanimi combattono l'abuso dell'alcool, protestando, quanto possono contro il lento suicidio umano.

Sul proposito il dr. Jaquet scrisse:.

Quelli che riconoscono la necessità di una azione energica contro l'alcoolismo, sono nel dovere di rinnovare con costanza i loro consigli sino a far decidere e reagire vigorosamente contro un male, che compromette non solo il benessere degl'individui, ma anche l'onore e la dignità delle nazioni civilizzate.

Ma a nulla valgono le leggi penali, le censure e i consigli medici, giacchè come le case di giuoco tengono i loro assidui *abitùs* in *frack* che vanno demolendo il benessere della famiglia, così le taverne tengono i loro clienti che poscia barcollanti se ne escono per andare a infelicitare le moglie disgraziate e i poveri figliuoli.

Il vizio attrae; è come l'abisso che affascina e perde.

Per resistere all'uno e per sottrarci all'altro, occorre che la volontà sia la suprema dominatrice nell'uomo, però se essa cede e dimostrasì fiacca, il corpo diviene come una navicella senza timone in balia della voragine delle onde.

Nel 1903, nell'Assemblea che si celebrò a Parigi nel Moseu Sociale i savi affermarono che l'alcoolismo non limita la sua azione solamente nell'individuo che avvassalla, ma le triste conseguenze trasmette agli esseri che da lui derivano.

Cosicché i figli degl'alcoolisti, vittime innocenti, vengono al mondo in condizione di inferiorità fisiologica, intossicati dalla intemperanza dei loro padri; sono i predestinati alle più gravi malattie che rendono maggiormente infelice l'umanità.

L'ubbrachezza è l'abitudine più odiosa, è il vero suicidio morale, essa è la fonte pubblica della miseria.

Montaigne la definì: un vizio che distrugge corpo e pen-

siero e forza inconscientemente alla rivelazione dei più intimi segreti.

Fournier descrisse l'ubbrico: apatico, indifferente, senza iniziative, senza energie, vigliacco, non curante di se e del prossimo.

Lessi in un giornale, ora è poco tempo, che in un ospedale di Parigi il dr. Blandin fece l'amputazione di una gamba ad un ubbrico senza che il disgraziato avesse avuto coscienza della grave operazione!

Ben quindi si può affermare che l'alcoolista è un morto senza però aver la fortuna di far marcire sotto terra le proprie vergogne.

Ma non ostante le lotte al vizio, l'alcoolismo si sorregge e propaga come il giuoco?

E' perciò al dire di Tarde:

L'imitazione attinge tanto più intensamente, quanto più prossimo dell'imitatore sta l'imitato.

Da ciò ne viene il timore dei genitori riguardo ai figli cercando di deviarli dalle cattive compagnie.

Ora, quanto maggior disgrazia non è per i figli, quella di avere i propri genitori, nell'ambiente, come funesto esempio della loro educazione?

Ed è strano che alcuni bevono molto, perché sono convinti che l'alcool rinfresca quando fa caldo, e li scalda quando fa freddo; altri credono, dovendo molto lavorare, rinforzare col vino le forze; alcuni accasciati, credono trovar l'energia spenta nell'alcool ristoratore; in sostanza esso dovrebbe servire per sodisfare tutti i gusti, per le varietà del clima e per tutte le età, giacchè ebbi, più volte, ad osservare in famiglie amiche, bambini prendere caffè, addizionandovi una parte eguale di grappa!

L'uso invalso è semplicemente orribile, e sappiano le madri che l'alcool tiene un'azione diretta sul sistema nervoso, esso pregiudica l'organismo dei bambini ne altera la digestione e ne debilita il cuore.

Si combatta da tutti il giuoco e l'alcoolismo; vizi che vanno sempre più inutilizzando le attività in tutti gli ambienti sociali.

Così come la cancrena che distrugge e marcisce i tessuti, il giuoco e l'alcoolismo disorganizzano e sfascelano la società.

Octavia De Stefano Paternò.

Avviso

Laboratorio d'analisi
DELLA DIREZIONE D'IGIENE
DELLO STATO

Il laboratorio d'analisi proviene i produttori e negozianti di vino, della regione coloniale, che è rigorosamente proibito aggiungere al vino qualsiasi sostanza estranea alla sua

Vanda P. A.

Novela "Lola" (1913) - Città di Caxias - 07/07/1913 - edição nº 25

<p style="text-align: center;">LOLA</p> <p>Il sole, il magnifico sole di un giorno di maggio, di quel mese suggestivo e mistico che rafforza la fede ed in cui i cuori giovanilissimi si schiudono all'amore con voluttà passionale ed ardente, ed i fiori, sbocciando vividi e freschi nei loro mille variopinti colori, profumano l'aria mite e dolcissima, come una carezza di donna bella e gentile, stava per cadere il suo scettro alla notte, avvolgendo le cose create nel profondo caos della notte, rischiarata da milioni di stelle lecenti come placche argentei, sul firmamento, di un azzurro smagliante.</p> <p>In quel tramonto, che aveva scintilli di luce abbagliante e che tingeva di oro e di porpora la natura fatta mesta per l'ora paurosa che avanzava, una fanciulla bella, di una bellezza di regina, di una bellezza che lascia impressioni che gli antri non cancellano, capace di suscitare amore e passioni che non si dimenticano, camminava lentamente per il viale del parco, circondato da secolari alberi di tiglio, dalle folte foglie, appena mosse da un zefiro freschissimo.</p> <p>Era Lola, la bella figlia del castellano che imperava da tirranno sulla signoria, orgoglioso e fiero del suo blasone che gli antenati avevano nobilitato in tanti tornei e in tante battaglie.</p> <p>Lola pareva non facesse attenzione alla sontuosità dell'immenso parco, adornato di mille opere d'arte che lo rendevano un luogo degno di ammirazione.</p> <p>Quell'immenso giardino rivestito di mille e mille alberi, di mille e mille fiori rarissimi e di tutte le flore che pareva creazione di fate, non esercitava sul momento nessuna influenza sull'animo del vergine che mesta continuava a camminare, con andare lento e monotono, come di persona stanca o sofferente.</p> <p>In una panchina, dalla spalliera di verzura, la nobile figlia del castellano si sedette e pensosa guardava il lago che in quell'ora di tramonto presentava l'aspetto di un grande specchio, tingente l'acque cristalline di un meraviglioso color di cobalto, fosforescenti ai raggi del sole morente.</p> <p>Quanta meschinità in quella faccia di madonna dagli occhi grandi, di un azzurro cupo, del color del mare, sotto ciglio di velluto che in quel momento parevano stanchi e come non avessero brilo; le braccia perfetti, come usciti dallo scalpello di uno scultore maestro, aveva abbandonate penzolini, il petto opulento non aveva fremiti o non aveva palpiti.</p> <p>Nell'immobilità di statua antica che non ha vita e non ha</p>	<p>fremite Lola, la candida Lola, pareva il fantasma del dolore e della disperazione deprimente, annichilente il pensiero e le più belle facoltà di quest'angelo, che si chiama donna.</p> <p>Povera Lola!! a che pensava la figlia del superbo e temuto signore perché era tanto triste e tanto dolorosa?</p> <p>Quale mistero nascondeva la sua anima, dal candor di giglio? quale mistero avvolgeva la sua giovane vita di 20 anni?</p> <p>Se la sfinge non parlò, d'un tratto parlarono i suoi occhi che incominciarono a diventare luminosi come i fuochi di cento fari.</p> <p>La sua personcina slanciata elegante, nelle seriche e candidi vesti si scosse, la statua si animò di vita possente e dominatrice, e di scatto si orse, e, nell'imponente maestà di fanciulla bella apparve, la sua bellezza di regina, di donna giovane e malitricce che innanzi a se un regno e nel regno i sudditi ribelli da soggiogare col fascino del sorriso che inebria e seduce, col fascino degli sguardi che lanciano dardi che colpiscono l'anima, senza speranza di poter sfuggire alla sua potenza micidiale.</p> <p style="text-align: center;">**</p> <p>Lola, la bella ereditiera dell'altero feudatario che disconosceva autorità più elevate della sua, amava, e la giovanetta amava con la forza dell'amore che, per la prima volta strappa le bende che coprono il sempre grazioso folletto, benchè millenariamente vecchio, che si chiama amore...!</p> <p style="text-align: center;">**</p> <p>Lola, la casta vergine del temuto castellano si abbandonava, nei suoi sogni giovanili, all'amore con l'energia e la passione che i 20 anni sanno ispirare ed una fanciulla inesperta, incosciente dei suoi atti e delle responsabilità di donna e di casta.</p> <p>Aveva visto Nandi, in un giorno che la tempesta la sorprese sul mare, guidare la gondola stemmata con perizia che era audacia e coraggio tenerario, lottare con le onde furiose che minacciavano sommergerla nei profondi ed impenetrabili gorgi del mare in tempesta.</p> <p style="text-align: center;">**</p> <p>E Nandi con tutto orgoglio poteva ispirare passioni ardenti nell'animo di regine e di duchesse, perchè incarnava in se l'espressione della bellezza maschia e verile degli eroi antichi.</p> <p>Era il tipo della forza e del coraggio eroico, era uno di coloro che buttano la vita altruisticamente, purchè possa giovare ad una causa, od aver per base un ideale.</p> <p>Sotto la sua fronte livellata come il marmo, incorniciata da finissimi e lucenti capelli neri luccicavano due grandi</p>	<p>occhi neri pieni di fuoco e di passione.</p> <p>Era il proto-tipo, dell'audacia spensierata, incurante e sprezzante il pericolo.</p> <p style="text-align: center;">**</p> <p>L'amore di Lola, sorse come fuoco indomabile nel tumultuar della tempesta, alla quale Nandi disputò trionfante la preda.</p> <p>Nacque un'idillio, alimentato di un amore intenso, profondo ed immenso come l'oceano che molte volte, sull'aristocratica barca, li cullava in un abbandono tenero e dolce come carezze di sirena.</p> <p style="text-align: center;">**</p> <p>Il superbo barone intransigente nel suo orgoglio di feudatario ed inflessibile nei suoi principii di casta decretò nel suo furore e nella sete di vendetta implacabile la sentenza che condannava Nandi...!</p> <p style="text-align: center;">**</p> <p>Un giorno, triste come le tenebre che oscuravano il sole, il corpo di Nandi penzolava dalla torre maggiore del castello; e Lola? Lola, la povera ed infelice Lola veniva rinchiusa in un convento vittima del suo amore profondo e tenace che non seppe resistere alla mistica vita dei conventi, che racchiudono tanti dolori e tanti spasimi, e dove le passioni mondane non trovano spesso l'oblio di esse e la pace che i cuori vorrebbero sperare, la calma suprema, l'oblio del passato.</p> <p style="text-align: center;">VANDA</p> <p style="text-align: center;">~~~~~</p> <p style="text-align: center;">L'origine del Caffè</p> <p>Non si sa, nè gli storici seppe dire con esattezza e precisione assoluta l'origine dell'uso del caffè, e tanto meno venne classificato quando la magica bevanda venne usata per la prima volta.</p> <p>Come sarebbero orgogliosi e superbi i nostri illustri avi se potessero spingere uno sguardo attraverso i secoli ed arrivare sino ai nostri tempi, in cui se no fa un consumo abbondantissimo, che può dirsi sperpero.</p> <p>La celestiale bevanda, il preziosissimo nettare serve per tutti gli usi e come rimedio salutare e miracoloso che agisce beneficamente su tutti gli organismi, e come calmante di tutti i mali che travagliano l'umanità del secolo in cui noi abbiamo la ventura di vivere.</p> <p>Se ne servono le donne isteriche per calmare i loro nervi malfermi, se ne servono coloro che hanno guasto lo stomaco per abusi inveterati, se ne servono coloro che sono torturati da dolori colici e serve per equilibrare lo stomaco o per eccitare i nervi depressi e le facoltà stanche da un dolore continuo e deprimente.</p>
--	---	---

Vanda P. A.

Novela "Gemma" (1914) - Città di Caxias - 09/02/1914 - edição nº 52, páginas 1 e 2.

vere, nel vostro unico interesse, di affermare il vostro vino e sui mercati di consumo valorizzarne stabilmente il prezzo. Non bisogna illudersi, le persone tecniche adibite al laboratorio, che verrà istituito nello stabilimento che la cooperativa destinava a fabbrica di grasso-strutto e prodotti suini agiamo, nell'analisi del vino, con tutta severità, assolutamente necessaria oggi, per disciplinare la vostra industria vinicola pericolante.

Spetta a voi, produttori ed industrialisti di vini cooperare di buona voglia col potere costituito, che agisce nel vostro interesse.

GEMMA

Lavorava a scatti attorno al telaio, un piccolo telaio da ricamo intarsiato di madreperla che stranamente contrastava con la semplicità severa, quasi monacale di quella stanzetta imbianchita da poco.

Nei suoi occhi, di un color carico di cobalto, fosforescenti sotto le folte ciglie bionde, si notava uno scintillio strano, misto d'ira malamente repressa e di scoraggiamento, amicheggiante ogni facoltà pensante.

Lavorava febbrilmente attorno al telaio, intarsiato di madreperla, mentre che un ghigno feroce le deturpava la bella faccia di madonna tizianese.

D'un tratto, in quella stanzetta quasi tetra che pareva, di chiusura severa, inerte spavento e disperazione eruppe un sospiro acuto, lunghissimo che pareva un lamento ed uno strazio penoso; la quiete di quella stanza che pareva la dimora di chi geme sotto dolori che non si scordano o di chi soffre mali che distruggono esistenze liete, già tripudianti nella gioia, godenti la felicità che promette una vita giovane, spensierata, felice nei suoi godimenti e nelle sue attrattive venne turbata da maledizioni furanti.

Povera Gemma!! il suo esvito depresso, fiaccato dalla sventura che inesorabile e spietata la colpiva, si ribellava innanzi alla crudele ingiustizia degli uomini e del destino che vollero provarla si amaramente.

Ricca, giovane e bella, indipendente e padrona assoluta della sua bellezza e della sua libertà fu vittima di queste due acerrime nemiche delle fanciulle inesperte ed impreparate alle insidie della vita tumultuosa del mondo, bugiardo ed ipocrita, che sotto angelici sorrisi nasconde le sue infami brutture.

Gemma la si vedeva brillante alle passeggiate eleganti,

fatte vicino al mare, ora dolce e sorridente, echeggiante le note armoniosamente suggestive delle sirene, ed ora cupo e tetra, inerte spavento, nella sua colossale potenza distruttrice; si vedeva nella società fine, aristocraticamente mondana, dove tanti idilli nascono e muoiono, restando retaggi di una vita che la ventura circonda di gioia, o di lagrime, di sospiri e di sventure, che inesorabili sfrendono le giovanili illusioni.

In una delle «soirees» solite a frequentare, Gemma, la fanciulla dolce, bella e ricca, indipendente e libera incontrò un ufficiale di marina, Armando: Bello anch'egli, anche egli libero e padrone di un bel nome e di una grande fortuna, che amava la carriera, come si ama la donna cui si vuole un bene dell'anima; che, più della donna forse amava il mare che lo cullava dolcemente, quando in bonaccia e lo impensierava quanto la tempesta scatenava furente le sue onde, sui fianchi del soloso che comandava da sovrano.

I loro occhi parlarono il linguaggio soave, dolcissimo del cuore e... si amarono con la impetuosità irresistibile, che proviene dagli anni, quando ci si sente giovani, forti e robusti; quando tutto si spera dalla giovinezza gaia, immensamente bella; dalla giovinezza che ci proietta le dolcezze infinite del vivere.

La felicità, pur troppo è fragile, essa è cosa che passa come la tempesta, lasciante, molte volte, tracce le cui stimate il tempo conserva, per gridare osanna o maledire per sempre la vita, che uggiosa si trascina, espiente una colpa che il cuore o il destino impo- sero.

Tutto passa, tutto finisce, e, così, come finiscono le cose di questo mondo, l'amore parve si spinse, parve morire nell'animo di Armando, per la fanciulla che gli aveva dato tutta se stessa, che gli aveva fatto provare gioie e carezze intense.

Troppo fiera, superbamente orgogliosa nel suo animo di donna bella, Gemma mostrò non curarsene, ma nel suo animo ruggiva straziante la tempesta del dolore e nei suoi occhi balenavano lampi, ora supi, sinistri di vendetta, ed ora di sconforto di morale depressione, per l'abbandono che non poteva sopportare.

Aveva scatti violenti di ribellione contro se stessa, contro il sesso cui apparteneva; sulla sepoltura dei ricordi che tumultuosi, le torturavano la mente, scagliava una maledizione; echeggiava nella stanza severa, quasi monacale, il grido possente e lacerante di un cuore che si sfascia e che dal-

la vita non spera più sorrisi né gioie.

Visse così, per molto tempo, sola, abbandonata nella solitudine di quella stanzetta senza chiedere il conforto delle persone amiche che invano chiedevano notizie di lei al palazzo di sua sontuosa dimora, le cui pareti parevano testimoni come l'animo di lei che piangeva e gemeva, per il suo amore perduto.

Passarono giorni tristi e cupi, come la procchia, e l'animo di Gemma se non recuperò la calma antica, diventò indifferentemente passivo al suo dolore che non lo inerte più paura e che guardava sogghegnerando in faccia, come in segno di sfida; Gemma ritornò alla sua vita quotidiana senza entusiasmo e senza gioia, perché essa non le prometteva più carezze, perché essa non aveva più gioie né sorrisi per essa, che della vita provò tutte le amarezze, e ne sfrendò tutte le seducenti illusioni che allietano e beano le fanciulle, il cui cuore si pasce e vive di poesia e di amore.

Una sera, un'amica di collegio le disse che era stata a Monte Carlo e che aveva provato là, giocando forti somme, emozioni imperiose, non mai provate e che forse l'amore più intenso, più violento non potevano suscitare né produrre.

Un velo fitto squarciossi, una luce vivissima balenò negli occhi di color di cobalto di Gemma.

La vaporiera, mostro immane di acciaio, sbruffante fumo dai suoi larghi camini, la trasportava, come in un sogno fantastico, attraverso le fraterie coperte di mille fiori silvestri, emananti un profumo aere, di bosco. I superbi panorami di quel lembo di paradiso non appagavano i suoi occhi bambolanti e non facevano tacere i palpiti del cuore torturato da mille angosce; sempre desta la mente, bersagliata, dai ricordi di un passato felice, che non poteva dimenticare. Essa pensava alla sua vita infantile, al suo amore onnipotente che aveva ancora vibrazione armoniose; pensava al suo amore il cui ultimo addio suonava un'eco sinistra, il funerale della sua passione ardentissima, che mai si sarebbe spenta.

Arrivò a Monte Carlo; sola si recò nel Casino, dove il gioco fa tante vittime, incoscienti della rovina, del disonore che, spesso, con la morte, piomba sul disgraziato che nella roulette cerca l'oblio o la fortuna capricciosa e brutale.

L'ingresso di Gemma nella sala di gioco, rilucente di oro e profusamente circondata di fiori, fece un'impressione

straordinaria, per la sua bellezza di regina, velata da una malinconia quasi tetra, che accresceva quella bellezza che, per lei, non aveva più pregi.

Si assise e prese parte al gioco infernale, con una voluttà quasi feroce, incurante dell'enormi perdite che faceva.

La passione del gioco s'impadronì di lei con impeto irresistibile, i suoi grandi occhi di un color carico di cobalto si animarono sotto le ciglia folte, luccicanti come i monti d'oro posati sul tappeto verde; il suo cuore provava un'emozione strana, forbitissima, intensa che non sapeva definire se fosse più impetuosa di quella che le dette l'affetto.

Continuava a giocare perdendo sempre, con ostinazione tenacissima.

All'amore, per un momento, subentrò la passione che s'impadronì del giocatore impudente che nella «roulette» trova attrattive di paradiso.

E si rovinava l'incerta! Come credeva aver perduto il suo affetto, il suo unico affetto, perse la sua ricchezza, sino al punto d'impoverirsi; ma, ad essa parve aver dimenticato... aveva visto cessare per poco le punture amare e dolorosissime che le procuravano la sua passione addormentata...

Aveva tutto perduto, non le restava che un medaglione circondato di grosso brillanti e lo vendette per ritornare ancora in quelle sale maledette, dove l'oro ed i biglietti di banca danzavano una ridda infernale; dove scioccamente si dilaniavano fortune immense, per andare di cozzo contro la rovina, il disonore, la morte.

Era assorta talmente nel gioco che non vide neppure un giovane ufficiale, vestito della sua fiera ed elegante divisa di comandante di marina che fissamente e con profonda mestizia la guardava negli occhi di un color di cobalto, affascinati dai monti d'oro e di biglietti di banca.

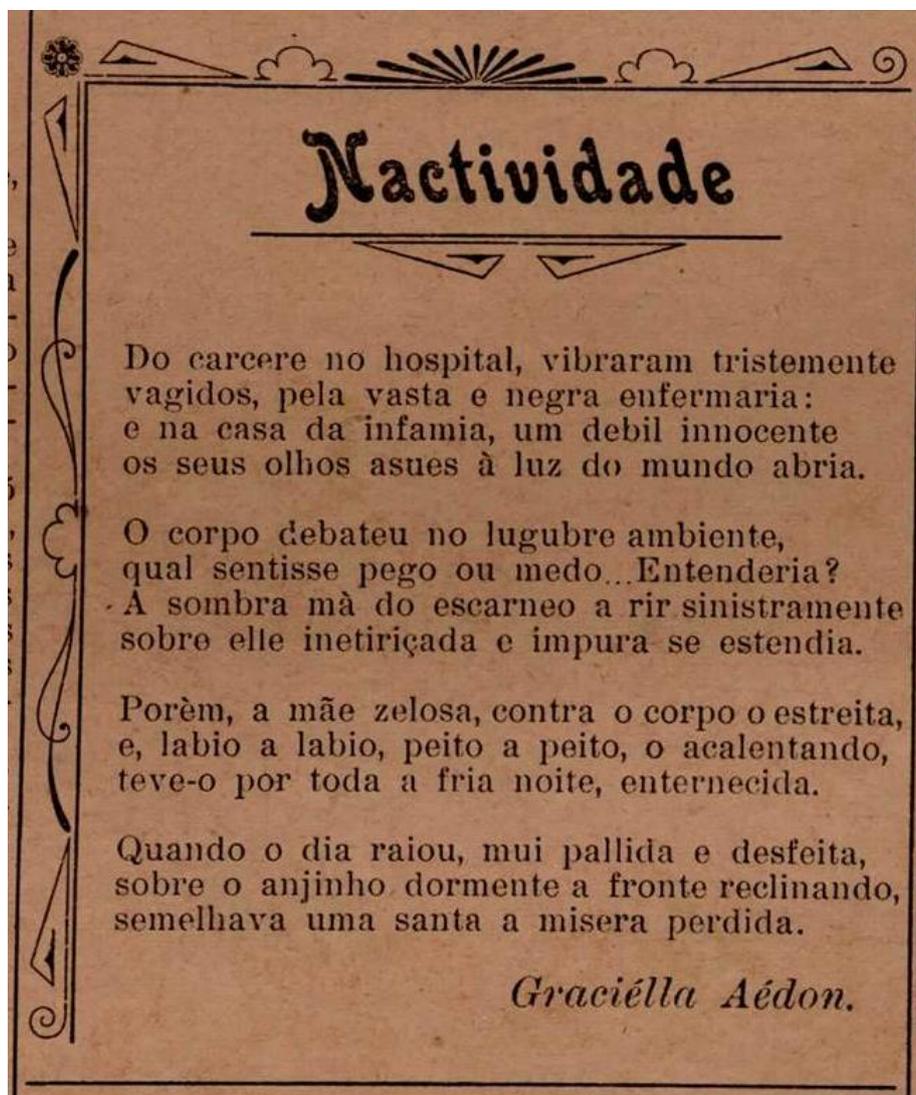
Perse tutto; la rovina finanziaria era completata, come la fine del suo unico affetto che, alla vista di Armando che le tendeva le braccia, risorse più luminoso, irraggiando la sua bellezza di madonna tizianese.

P. Alegre, 31-1º-914.

Vanda.

Graciélla Aédon

Poema: Soneto "Nactividade" (1915) - *A Encrenca* - 07/03/1915, Edição nº 22.



M. L. Agosti

Crônica "A certe frivole donnine... Pensiere di una donna" (1916) - *Il Colono Italiano* - 16/03/1916,

Edição nº 52

**A certe frivole donnine...
Pensieri di una donna**

Quali saranno le foggie della stagione? Quali stoffe, quali disegni godranno il favore del pubblico? Vestiti gialli, rossi, azzurri e con quali guarnizioni? Quali cappelli inaugureremo? Le camicette saranno sempre in voga? E le sottane, che disegnano mirabilmente la figura, aperte sul fondo davanti da lasciar apparire il piede stretto nella scarpina di vernice e la rotondità della gamba, calzata a righe orizzontali o verticali secondo... la circonferenza, daranno, come per lo passato, una grazia provocante alla persona attirando sempre gli stessi sguardi?

La vita di certe frivole donnine dei giorni nostri si riduce solo a questo; studiare la forma di vestiario più appariscente; e si aggirano per le vie, compariscono nei pubblici passeggi, nei ritrovi, nei caffè più frequentati, e rano perfino nelle chiese, scollate in modo indecente, coperte, a mala pena le braccia d'un velo leggero, corta e stretta la gonna, pavoneggiandosi, beate di mettere in mostra le loro forme, che sono spesso ridicole, poiché certi colli da giraffa, certe cavità sotto-stanti, certi stinchi di braccia destano un senso che confina talora con la pietà. È inutile: non hanno altra cura, altro pensiero che farsi belle, mentre

si può dir delle donne quasi tutte che per belle poveri si fan più brutte...

È intanto alla madre manca il tempo di educare nobilmente i figliuoli, di occuparsi della casa, di esercitare la sua missione di creatura modesta e pia, compresa de' suoi sacri doveri. Alla giovinetta manca il tempo di dedicarsi ad una seria istruzione, d'informare l'animo a forti e gentili affetti, di agguerrirsi contro le difficoltà, contro il dolore, di prepararsi ad una vita di dedizione, di fede per essere premio e conforto all'opera d'un compagno amato, la provvidenza dei piccini e la gioia dei vecchi, e nessuno può negare che la leggerezza, la vanità, l'indifferenza in materia di religione, la sete dei piaceri contribuiscono potentemente al dissolvimento della famiglia, che è quanto dire, alla sua demoralizzazione.

La mania del nuovo, che dà alla moda la goffaggine e l'esagerazione, all'arte lo strambo e l'artificioso, alla vita la irrequietezza e l'infelicità, domina pur troppo tanti piccoli cervelli femminili, e i tempi volgono per necessità più tristi di quello che a prima vista non sembri. Sotto l'orpello d'una educazione superficiale si nasconde la putredine d'ogni leggerezza, d'ogni prepotenza, d'ogni egoismo, d'ogni viltà; dietro il giocondo alterarsi del lusso sproporzionato al censo che la moda prescrive la rovina prepara le sue valan-

ghe e... i segni precursori della *débacle* non mancano.

Un tempo i veluti, i rasi, i panni fini, a strassissimi colori, le pelliccie, le gale, le trine ed i pizzi, le toelette e tutto ciò che inventa la piaceria muliebri o la testa vanerella e balzana d'una crestaia parigina, erano cose dei nobili e dei grandi signori; ora invece l'ambizione ha sfondato ogni diga di casta, vuol gareggiare ed emulare, anche fra le classi che devono tirare il vitto da loro lavoro, magari a costo di rovinare fisicamente e moralmente.

A questa fiumana di distruzione, ove miseramente naufraga ogni residuo di fede, di gentilezza, d'idealità, di poesia, potrebbe ancora mettere un argine la virtù della donna, il suo ingegno, lo spirito di sacrificio di cui è fornita, il profumo di modestia, di delicatezza, di bontà che tanto la innalzano e la rendono meritevole di rispetto e di venerazione.

Non si esige che essa, come la matrona antica, si chiuda in casa a filare e a far la calza, ma che intenda più degnamente l'alto significato dell'esistenza e non trascuri la sua persona in modo da offrire allo sguardo una inestetica disposizione di di cenci, e al giornale di mode preferisca quello che insegna ad allevare i figli nel timore di Dio e nelle soavi speranze d'una vita migliore.

Ma a tutte queste cose manca il tempo. L'abbigliamento, il diletantismo artistico assorbono tutta la giornata delle nostre amabili donne moderne.

E la famiglia? E le pratiche di pietà? E la religione? E Dio? Oh! Dio c'è sempre quando fa comodo o può servire di decorazione! E intanto la fanciulla di quarta elementare pensa già al vestito bello, ai futuristi ricciolini, magari al bellimbusto che la guarda e sorride... e intanto il giovane che non ha mai sentito uscire il nome di Dio dal labbro materno e non lo ha mai trovato nella scuola, né sui libri di lettura, scoraggiato e disilluso, senza un raggio di luce soprannaturale, che lo conforti e lo inciti a sperare, volge in mente tristi pensieri che fanno capo al suicidio o all'ergastolo.

Oh! quante cose nella società odierna si dovrebbero raddrizzare! E tocca alle donne il campo arduo, ma sublime; a noi, cui la provvida natura ha posto in mano delle armi invincibili fatte di amore, di fascino, di bontà; a noi su cui incombe santa e terribile la responsabilità d'una educazione, d'un esempio. Serbiamo l'intelligenza, la grazia, l'energia, per il faticoso dovere, per l'amore che eleva e che nobilita; non le disperdiamo vanamente così!

M. L. Agosti

Antonieta Lisboa Saldanha

Poema narrativo "Deus" (1916) - *O Estimulo* - 12/11/1916 - edição nº 01 páginas 1 e 2.

 **Deus** 

Se me perguntassem a mim porque creio em Deus, porque o amo, um turbilhão de respostas me acudiria á mente e, na impossibilidade de formulal-as a um tempo, na perplexidade da escolha de uma que bem traduzisse o meu sentir e plenamente justificasse a um atheu toda a minha adoração pelo Omnipotente, limitar-me-ia a dizer: Creio em Deus porque sinto em mim, a animar-me o ser, alguma coisa superior á materia vil que em terra se converte, e, isso que me eleva ás alturas do infinito, me arrebatava aos astros que brilham no firmamento, me transporta ás regiões mais longinquas no espaço de um segundo; isso que se extasia na contemplação de uma flor, que admira tudo que é bello, nobre, grande o treme e se revolta ante uma covardia, uma baixesa; isso que é bem distincto da materia e que muitas vezes chora quando o labio ri e tanta vez exulta quando o labio é mudo; isso que nós chamamos «alma» «espírito», que sobrevive ao aniquilamento do corpo e que não sabemos definir, mas que nos separa profundamente dos irracionaes e nos approxima da Divindade, não póde ser sinão uma particula da Luz Eter-

na, emanada do seio do Creator, para animar por momentos o envolvero que a comporta.

Porque o amo? Porque o considero o Factor Maximo de todas as bellezas do Universo, a Maxima Clemencia, o Summo Poder.

Quando comecei a amalo, não sei. Talvez quando recebi o primeiro beijo de minha mãe, as primeiras caricias de meu pai.

E o atheu dirá: Não se póde amar um ente imaginario

Sophisma! mero sophisma!

Amo, venero, invoco o nome do Senhor como um filho ama, venera invoca o nome, a memoria da mãe a cujos carinhos lhe foram roubados ao nascer.

E quantos aqui na terra amam a vida inteira uma imagem que phantasiaram em sonho, um ideal porque suspiram a todos os momentos e baixam ao tumulo, amando-o sempre, sem jamais tel-o visto ou encontrado?

Sei que elle existe e o seu poder nol-c patentea: no sol que rutila e na gota que se desprende inisada das petalas da flor; no ribombar do trovão e no gorgear dos passaros; no esplendor da aurora e no sorrir do infante; na estrella que brilha e na perola que dorme no fundo do oceano; na catadupa que se despenha escachote, aterradora, e na lagrima que rola silenciosa pelas faces do que chora; existe na onda, na planta, no insecto, no raio que fulmina e a sua justiça imutavel attesta-a de sobejo o estigma indelevel que estampa na fronte do cri-

minoso, o remorso que o atormenta, e que o aponta, como um reprobato, ao tribunal da propria consciencia que o condemna á execração de si mesmo, tornando-o o mais miseravel e desgraçado dos seres; a sua clemencia manifesta-se na tranquillidade daquelles que teem a consciencia pura e que, no meio das vicissitudes da vida, encontram nessa tranquillidade a compensação de todos os soffrimentos.

Sim: Deus existe, mil vezes o proclamo; existe em tudo que me cerca!

Amo-o em tudo que amo, respeito, venero e admiro!

Antonieta L. Saldanha



Triolet

O primoroso perfil
De Antonieta Agostinelli,
A deusa terna e gentil,
Tentei fazer. Mas, perfil
Assim, a lyra gazil,
Por muito que se desvele,
Oh! não consegue o perfil
De Antonieta Agostinelli!

Dio

Pela infancia

Tendo os redactores desta folha, como ficou dito em as singelas linhas de apresentação da mesma, o ardente desejo de contribuir para o engrandecimento intellectual de Caxias, estimulando ao estudo a juventude desta terra, resolveram crear uma se-

Maria Heloiza Pinto de Moraes

Texto argumentativo – Sem título - (1916) - *O Estimulo* - 17/12/1916 - edição nº 06

ANNO 1

O ES MULO

Triplet

A Sta. G. Botelho

E's bella como a florinha
Que perfuma o ambiente
Só ao ver-te, moreninha,
Tão bella como a florinha,
De sonhos minh'almasinha
Então repleta se sente
Pois, tu és como a florinha,
Que perfuma o ambiente.

H.

E contenha-se uma creatura de Deus sem se indignar com essas cousas!... Mlle., aquella encantadoira Mlle. de olhos azues, que tão terna e gentil era para com Mr. . . ., trata-o agora com o maior desdem. Evita cumprimental-o e já tenho visto mesmo Mlle. virar, desdenhosamente, o rosto quando Mr. . . . a cumprimenta.

É demais . . .

Seção para os escolares

EXERCICIO de REDACÇÃO

Alberto tinha seis annos; era filho de um jardineiro. Seu pae era muito trabalhador e honesto, vivia de seu trabalho laborioso.

Alberto vira muitas vezes de um grão de feijão plantado por seu pae, nascerem cento e tantos feijões, de uma batata muitas batatas.

Um dia, Alberto encontrando uma libra em cima da mesa de seu pae, agarrou-a e, incontinentemente, foi plantal-a. Dizia elle comsi-

go mesmo: Com esta moeda quantas não nascerão?! Levarei todas a papae que ficará muito contente. Pensava o ingenuo Alberto que, plantando uma libra, nasceria um pé de libras, como plantando um feijão nascem muitos feijões. Entretanto o pae de-ra falta da libra e perguntava a todos de casa se não a tinham visto; respondiam-lhe todos negativamente.

Então, lembrou-se elle de perguntar a Alberto se não tinha visto a libra. «Sim, papae, eu a vi em cima de sua mesa e fui plantal-a para que nascesse um pé de libras; mas ainda não nasceu nada».

O pae ficou muito zangado e mandou que elle fosse desenterrar a moeda immediatamente.

E o pobre Alberto foi castigado por mexer em cousas que não lhe pertenciam.

Ha, com tudo, um modo de semear ouro aqui na terra que é dando-o aos pobres; se assim o semearmos, no ceu faremos a colheita de fructos muitissimo mais preciosos que os da terra.

MARIA HELOIZA PINTO DE MORAES.
(Alumna do Collegio «Lisboa Saldanha»)

E ntão, Mlle. zangou-se com aquella ligeira caçoada? Que havia nella de offensivo?

Não acham os leitores que Mlle. é por demais susceptivel? . . . Que motivo havia para que ficasse zangada e se retrahisse tanto?

Nem uma sensitiva é susceptivel assim! . . .

Antonieta Lisboa Saldanha

Crônica "O natal de Dadá" (1916) - *O Estimulo* - 24/12/1916 - edição nº 07

ANNO I ^o Caxias, 24 de Dezembro de 1916. NUM. 7

Assignatura :
Mez . . 1\$000
Venda avuls.
na Livraria
SALDANHA

O ESTIMULO

Publica-se
aos domingos
Redacção e
officinas: Rua
Sinimbú n. 26

ORGAM LITTERARIO, CRITICO E NOTICIOSO

Gerente: *Oderico Saldanha* Redactores: Diversos

O natal de Dadá

Para os amiguinhos do «O Estimulo».

Havia um mez quasi que Dadá, prostrada por pertinaz febre, jazia em seu pobre leito, naquella mansarda humida e fria. Era em Dezembro. Approximava-se o dia de Natal tão anciosamente esperado pelos pequenitos.

A mãe de Dadá, que fôra rica e vivera na opulencia, sentia o coração torturado de dôr: se tudo faltava-lhe então, que poderia ella dar como natal ao seu anjinho enfermo?

Um pouco de seu sangue, annos de sua vida, ella daria satisfeita para ver desabrochar nos labios descorados de Dadá o sorriso que, outr'ora, como raio de crystallino sol, antas vezes lhe illuminara a noite pesada da viuvez. E a pobre mãeolveu o olhar dorido pelo aposento vazio: nada, nada lhe restava que podesse reduzir a dinheiro para dar a Dadá alguma cousa que a distrahisse daquelle dormir continuo.

Eis que uma restea de luz, penetrando por uma estreita janella do quarto, veiu bater em cheio nas madeixas bastas e louras dos cabellos da desditosa mãe que os trazia negligentemente cahidos. Ella baixou a cabeça perturbada pela luz e uma onda de cabellos que o sol doirava cobriu-lhe o seio.

«Oiro! oiro!» balbuciou ella, enfeixando avaramente, com ambas as mãos a basta cabelleira. Havia em seus olhos a irradiação de um pensamento sublime. Pé ante pé, ella sahiu do aposento, transpoz a soleira da porta e achou-se na rua, tonta, perturbada, sem saber bem para onde ir.

Alguns paravam admirados ao vel-a, julgavam-na louca outros; e ella seguiu depois, apressada, ligeira, como quem leva em mente um grande designio a cumprir sem demora.

Momentos apóz voltou: a cabeça desfigurada, desguarnecida de cabellos, daquelles cabellos soberbos que faziam a admiração de quantos os contemplavam! Mas que importava-se trazia com todo o cuidado, como se fôra um thesouro precioso, uma grande caixa para Dadá? Quando encontrava na rua um grupo de creanças, risonhas, alegres pelas festas de Natal, um sorriso de satisfação e orgulho pairava-lhe nos labios: sua filha ia ter tambem o seu natal!

Chegou e, devagarinho, aproximou-se do leito da filhinha, abriu a caixa e tirou della uma soberba boneca que collocou cautelosa, aos pés da cama.

Aquella boneca vestida de seda, a repousar sobre os andrajos do pequenino leito, era uma triste irrisão alli, onde tudo faltava: remedios, pão e a propria luz!

A creança, como que presentindo em sonhos a ancia da pobre mãe para que ella despertasse, abriu os olhos mas, vendo-lhe a cabeça desfigurada e desconhecendo-a, o medo de senhou-se-lhe no olhar e, soltando um grito de horror, a pequenita escondeu o rosto nos travesseiros.

A infeliz mãe, afflicta, desesperada, fallou-lhe meigamente, acariciando-lhe os cabellos.

Dadá, conhecendo-lhe a voz, não sem susto ainda, voltou a cabeceira, e, vendo a boneca que a mãe lhe apresentava, estendeu para ella soffrega, os bracinhos descarnados e um sorriso de contentamento veiu illuminar-lhe o semblante pallido e abatido.

A mãe de Dadá estava bem paga: conseguira distrahir-a daquelle dormir sem fim, que tanto se assemelhava ao somno eterno, conseguira fazel-a sorrir novamente!

E foi assim, graças ao oiro dos cabellos de sua mamã, que Dadá teve, naquelle anno, o seu presente de Natal, soberbo, magnifico como o de uma creança rica.

Caxias, 23—12—1916.

Antonieta L. Saldanha

A esperança é o doce lititivo dos que soffrem.

Ada Negri

Poema "Emigranti" (1917) - Città di Caxias - 05/02/1917 - edição nº 195, página 2.

CITTÀ DI CAXIAS

azione
enna de Moraes
del municipio
Caxias
a consiliare del 15
bre 1916
s e impostos.

sustento para os presos pobres, já distraído larga quantia do seu orçamento para a melhor diffusão do ensino rural. Da União temos o serviço postal e o telegraphico, aquelle insufficiente e falho, obrigando-nos a despendere também com o transporte de correspondencia para pontos populosos do municipio, ainda não dotados de linha postal: este, o telegraphico, e a parte já supprido pelas linhas telephonicas, é, não obstante, o unico serviço publico que não pesa sobre o erario municipal! Mas, tanto um, como o outro—unicos beneficios directos que recebe mos da União—não estão em relação com a elevada contribuição que ella, em forma de imposto, exige da nossa industria e do nosso commercio. Portanto, è do municipio que o contribuinte recebe os beneficios mais directos e immediatos referentes às exigencias, sempre crescentes da vida urbana e rural dos seus habitantes.

Entretanto são os impostos passíveis de mais reclamações e que se pagam com mais relutância! Fallam os algarismos. Enquanto o municipio arrecadou, de 1º de Janeiro a 31 de outubro, a quantia de rs. 168.345.855, o Estado collectou, no mesmo periodo, rs. 179.481.819, e a União rs. 271.640.8913.

Quer dizer que cada habitante, dos 30.000 a que attinge a população do municipio, pagou, naquélle periodo, de imposto ao erario local, a importancia de rs. 5.611; ao Estado, a quantia também diminuta de rs. 5.882, e contribuindo para a União com a quota de rs. 9.8054, isto è quasi com tanto como para o municipio e o Estado; pagando, conseguintemente, de imposto, durante o actual exercicio, nos tres erarios a quantia de rs. 208.647. Portanto, dos rs. 619.4108 que o municipio de Caxias pagou de impostos em dez mezes do corrente anno, cabe-lhe, para os seus serviços indispensaveis, a parte minima, enquanto que as suas despesas são aqui, incomparavelmente mais avultadas. E não são somente as despesas de correntes de sua onerosa vida administrativa, propriamente; mas ainda as que promanam das variadas exigencias do seu progresso social e economico. Não vos proponho, entretanto, aumento algum de impostos, a não ser o restabelecimento do imposto de exportação de quem ficaram, individualmente, isentos alguns productos exportaveis e de alto valor mercantil.

Continua.

Emigranti.

Sul gelido registro del Notturmo
 Asilo, trema la tua mano grossa,
 tracciando il nome; — Paolo Gibilrossa,
 muratore, lombardo. — E taciturno

mi guardi, con quegli occhi così amari
 nella faccia di bronzo; e attendi.— Anch'io
 scrivo, se vuoi, sotto il tuo nome il mio:
 —Ada Negri, poeta. — Ecco. Siam pari.

E questa casa, ch'è d'ognun, — mi senti,
 compagno?...—è nostra — Hai freddo. E lunge
 la patria. Per l'angoscia che ti punge
 più che pel freddo, forse, batti i denti.

La vecchia storia sempre nuova io tutta
 leggo nei solchi e solchi che ti scavano
 il volto, e nella dura orbita cava
 degli occhi, ove ogni luce par distrutta.

Porti, nel sacco a spalla, ogni tuo bene;
 ma raccolto sul petto aver vorresti
 il tuo bambino, e dargli, se si desti
 e pianga, un bacio, o il sangue delle vene!...

In sua culla di legno il bimbo dorme
 laggiù, nella casuccia in riva al fiume:
 la madre aguechia aguechia sotto il lume,
 ma in cuor cammina sulle tue tristi orme.

Pósati, adesso!... Getta il sacco a terra.
 C'è un po' d'Italia, qui. Spezza il mio pane.
 Io parlerò con te delle lontane
 messi che splendon sulla nostra Terra.

Esule al par di te, che di calcina
 fimbriati a cementar le case altrui,
 e pietra a pietra ammucchi in squadra, sui
 palchi eretto ovo morte è più vicina;

strofa su strofa io costruisco i palchi
 eretti contro il ciel, del mio pensiero:
 tutte le imbevo del mio sangue nero
 perchè ben l'una contro l'altra calchi.

E tutta vale a me, nulla a te vale
 il paziente sforzo diuturno:
 oggi, stranieri, in questo Asil Notturmo:
 donna, forse, stranieri, all'ospedale.

Ma poi che nostro fato è andar pel mondo,
 tu con la tua cazzuola e col secchiello
 di calce, io col pensier che m'è coitello
 infisso ovo lo spasmo è più profondo:
 andavo ander, fin che la morte a schianto
 ci abbata colla faccia sulla pietra,
 per consolar la tua tristezza tetra
 ti tesserò col canto un dolce incanto.

... Non vedi?... Dalla porta spalancata
 entrano, o... taciati fratelli.
 Hanno... ar mano, hanno fardelli
 sul dorso, hanno la fronte unifiata.

Dalle basso finestro, anche: dai muri
 fenduti a un tratto, e poi richiusi, un dietro
 l'altro, irrompono: in quegli occhi di vetro
 ti riconosci, ed in quei volti duri.
 Tutti di qualche patria esuli figli
 sono, e in cuore ne portano crochisso
 il rimpianto; e di notte, a buio fiso,
 i lor fardelli sono i lor giacigli.

E tutti vanno e vanno; e dopo giorno
 è sera, e dopo notte è l'alba, e lunge
 la cassa è sempre più: sol la raggiunge
 il cuor, che sa la strada del ritorno.

Strada del sogno, strada, ah, così corta
 che in un attimo è vinta; ed ecco, il tetto
 dei padri spunta, e in esso il benedetto
 capo dell'ava che non è ancor morta!...

Tu che, firmasti Paolo Gibilrossa
 da Lombardia, — fratello in Cristo: — noi
 il nostro pane romperem, se vuoi,
 con questa gente squalida e commossa.

Poco, tu dici?... Guarda: amor lo spezza
 in cento parti e cento; e il bianco sale
 vi asperge, e l'acqua versa nel boccale
 che a cento bocche dà la sua freschezza.

Nella pace dell'ágape fraterna
 ritroverem la patria; o nell'amorò
 che il tuo pallor fa uguale al mio pallore,
 celebriamo la sua bellezza eterna.

Poscia, r avvolto nel mantello, al suolo
 con essi, in fascio, dormirai.—Non io.—
 Io poeta, a colloquio col mio Dio
 sol visibile a me, veglierò solo:

chinata in atto d'umiltà la macra
 faccia verso i dormenti, infin che sgombra
 l'alba apparisca, reggerà nell'ombra
 sul lor riposo la mia torcia sacra.

Ada Negri

Epitaffio per Francesco Ginseppe

Per inchiodarlo alfin sul cataletto
 dovettero lottar quasi cent'anni,
 poiché all'assalto dei più atroci affanni
 Ei sempre oppose.... stomaco perfetto.

Stirpe di boia, fin da giovanetto
 intera seppa l'arte dei tiranni.
 Dividere coll'odio e cogli inganni,
 per poi schiacciare.... con paterno affetto....

Dal Vaticano paladino fu
 ghignando: «Così Caxias e Gesù
 nell'imperiale mia perscna aduno!».

E fu giusto pastor del vario gregge,
 ché ad ogni agnel largì l'unica legge:
 «Forca per tutti o libertà a nessuno!»

J. FONTANA.

Este não tomou
Bromil...

Os leitores que se
 acautelem. As tos-
 ses chronicas con-
 duzem á essa mi-
 seria physica. Decórem:

Bromil cura Tosse

Daudt & Lagunilla — Rio



Ada Negri

Poema "il soldatino ignoto" (1917) - *Città di Caxias* - 12/02/1917 - edição nº 196, página 2.

Il soldatino ignoto

Sotto la grigia acquerugiola,
lungo le vie dell'urbe
fuliginosa,
lentissimo passa
il carro che fiori
non porta, ma porta
i tre colori
come ghirlanda
su piccola cassa.
Soldati lo seguono,
volto composto impassibile,
fucile prono:
fanciulle lo seguono
anch'esse in assetto di guerra,
croce rossa su tunica blu.
L'asfalto bagnato riflette,
in scorie di trasparenze
gelide livide,
l'ombre del triste corteo
che pare navighi navighi
su l'acque di un fiume
ch'abbia per riva il silenzio,
per fare la morte.

Da vani oscuri di porte,
dai marciapiedi lucenti
pallide rapide genti
guardano: e gli uomini
con reverenza si scoprono
il capo, e abbozzan le donne
un segno di croce,
fra un sospiro ed un brivido

Chi è?...
Un soldatino ignoto.
Ancor quasi un bambino:
la cassa é così piccola
sotto il vessillo sì grande!....
Forse laggiù al paese,
la madre che lo aspetta
ch'egli sia morto non sa,
ancora non sa.
E sferruzza una calza sull'uscio,
e sorride: A Natale verrà...

... Un soldatino ignoto!
Vano é chiedere della sua culla,
o del suo nome e del tempo
che visse. Sappiam dove e come
morì. Ciascun passante
lo riconosce fratello,
e mormora: Addio!... con la semplice
tristezza che in cuore ne scava
la morte di quegli che nacque
da nostra madre. Il suo sangue
nostro era, ed il nostro era in lui.
Sangue tornato alle pure
sorgenti donde zampillano
le forze degli uomini. Nome
Divino: Patria.

Ada Negri.

Ada Negri

Poema "La Madre" (1917) - Città di Caxias - 05/03/1917 - edição nº 199, página 3.

CITTA' DI CAXIAS

La Madre

Non piango, no.—So ben che tu non vuoi,
figlio. Il cuore impietró sotto le bende
nere, il tacito cuor che non t'attende
piú. Non si piango sui caduti eroi.

Un nome s'incavò nella memoria:
.....—Lá piombasti, in una pozza
di sangue; e ti fu poi la testa mozza,
figlio!...—Non piango, no.—Questa è la gloria.

Tante madri a quest'ora hanno il mio cuore,
di pietra, e la mia faccia d'agonia!...
... Tacciono. Cosí volle,—e cosí sia,—
la Patria, amor che vince ogni altro amore.

O figlio, io ti creai colla mia carne
giovine, io ti nutrì colle mie rosse
vene, e la forza che per te mi mosse
unica or regge le mie membra scarne.

Arde in te la sostanza di mia vita,
e tu con fibra e fibra ancor t'aggrappi
a me, come nell'ora in cui gli strappi
del tuo corpo al mio corpo eran ferita.

Porto, grondanti sotto la gramaglia,
le piaghe tue; pur io la testa mozza
rotolare mi sento nella sozza
terra, ed il sangue fino a Dio si scaglia.

Muoio due morti, in me agonizzo e in te.
Ma lacrime non ho. Tu non le vuoi.
Passa la guerra, e i giovinetti eroi
nella raffica invola, ed il perché

non dice a noi, pallide madri. Passa
e prende. A rullo di tamburo, a squillo
di tromba, all'ombra ardente del vessillo,
a ritmo d'inni e di mitraglia, ammassa

e lancia a torme i figli nostri, i figli
nostri, ove un sol fulgore han vita e morte:
fide vegliamo noi per questa sorte
le culle d'oro e gli un'iti giacigli.

Fásciami di silenzio, o bocca pia,
crocifiggiti in petto, o cuor demente:
non invocare Iddio, ché Iddio non sente:
cosí volle la Patria.—E cosí sia. —

Che altro io potrei darti, o Patria grande?...
Vuota é la casa, spento il focolare:
la cenere io raccolsi sull'alare,
e con essa formai le mie ghirlande.

Irrigidii per te la fronte stanca
nella bellezza dell'orgoglio sacro.
Madre d'eroe non piange.—A volte il macro
volto, per aria che al respir le manca,

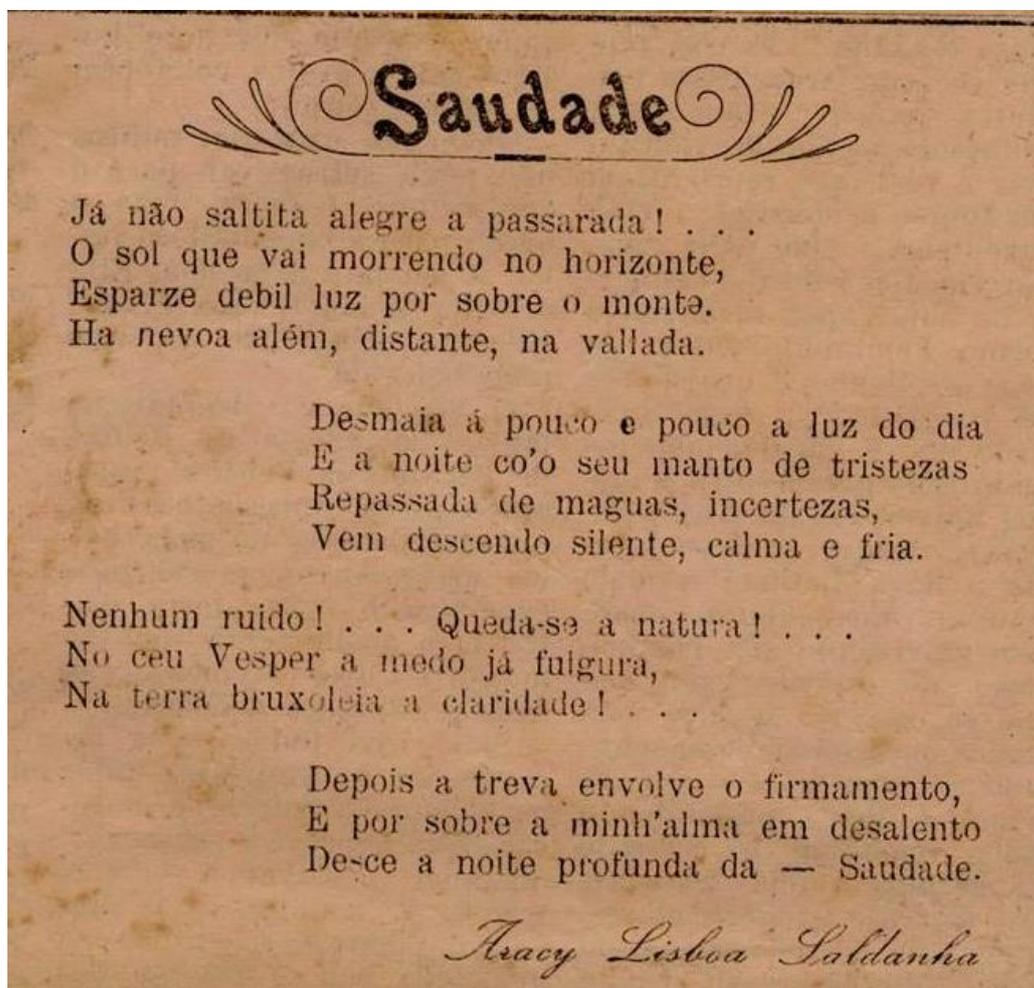
tende, ed il labbro; e il sangue a goccia a goccia
sgorga dalla ferita che s'incava
nelle profonde viscere, e ne scava
la vita, come fa stilla da roccia;

ma singhiozzar con disperata voce
sul figlio morto, non sarà chi l'oda:
sta, di fronte alla gloria, che l'inchioda
al suo materno amor come a una croce.

A. NEGRI.

Aracy Lisboa Saldanha

Poema: Soneto "Saudade" (1917) - *O Estimulo* - 29/04/1917 - edição nº 25



Anna Aurora (do Amaral Lisboa)

Poema narrativo, dividido em três partes "Passado, presente e futuro (Allegoria)" (1917); Poesia "O presente"; Poesia "A esperança (canto)"; Poesia "A alegria"; Poesia "A saudade" - *O Estimulo* - 20/05/1917 - edição nº 28

Passado, Presente e Futuro

(ALLEGORIA)

O Passado

Ninguém me pôde amaldiçoar, porque, entre as recordações que deixam no coração humano os acontecimentos que constituem a historia de cada um, eu escolho de preferencia as mais felizes e guardo-as, como em precioso relicario na memoria dos velhos e dos moços.

Todos voltam para mim os olhos d'alma, enternecidos e gratos; si faço correr lagrimas ellas são doces e consoladoras, porque são produzidas pela evocação de dias felizes, são filhas da Saudade.

O velho, despido de ambições e de esperanças, revê em mim, percorrendo as paginas do livro que lhe apresento, todos os seus triumphos, os traços brilhantes de suas glórias, o cortejo radioso de seus sonhos, de seus entusiasmos, de suas esperanças, de suas conquistas na senda do dever e do trabalho; e, revivendo tudo isso, dedica-me um termo sentimento de gratidão e abençoa-me do fundo d'alma.

O moço que, comprehendendo já as responsabilidades da vida, se apresta para a conquista do futuro, vê-me também os olhos, relembrando as desceidas dias da infância, a inconsciente e maleável alegria d'aquella idade em que tudo soava, tudo cantava, tudo irradiava, tudo é festa!

Todos me perdõem as tristezas que por ventura lhes recordo, porque serei sempre e sempre melhor do que o Presente e tenho a offerecer-lhe, não a taça do prazer que muitas vezes esconde no fundo as fézes amargas das desillusões, mas um escripto de doces recordações, lembranças consoladoras e saudades abençoadas!

Eu sou o «Passado» e a fiel companheira que me acompanha é a «Saudade»!

O Futuro

Sou eu quem dá coragem ao homem no meio das amarguras da vida: caridoso e ter-

Supplica de um enfermo

Nossa Senhora, Mãe dos peccadores,
Rogai por mim, ao vosso Filho amado,
Afim de que se abrandem minhas dores
E eu possa orar um dia socegado!

Nossa Senhora, Mãe dos soffredores,
Rogai por mim, que vivo desolado,
E livrai-me de espiritos traidores
Que me fazem, crueis, tão desgraçado!

Rogai ainda ao Lyrio de Bethlehem
— Com Elle eu me confesso arrependido —
Que me livre de todo o mal. Amem.

OBLAÇÃO:

Salve Rainha dos celestes paços!
Aceitai o meu corpo envelhecido
E um triste coração feito em pedaços!

São Paulo.

Francisca Suspan

no, eu lhe faço entrar ver dias luminosos quando o sol do «Presente» se lhe occulta sob as negras nuvens da desdita.

Ai do infeliz se eu lhe não acenar com as promessas da Esperança!

Eu sou o phanal dos que aspiram á gloria, o conforto dos que trabalham, lutando contra a adversidade; a consolação dos povos que gemem sob o peso execrando da tyrannia. Sou eu quem diz — Avante! — ao viajor fatigado e lhe aponto ao termo da jornada o pouso almejado, o oasis no meio do deserto, a fonte que o ha de refrigerar dos ardores da calma.

Si a «Fatalidade», a immutável «Fatalidade», reserva ao triste mortal uma vida de dores e soffrimentos; si a estrada que elle tem de percorrer é erigida de espinhos e abrolhos, compassivo e misericordioso, eu guardo no mais profundo segredo os decretos da «Fatalidade», e sempre sorrindo, sempre mostrando-lhe flores, procuro com as mais doces promessas dar-lhe coragem nos momentos de fraqueza e desalento, escondendo-lhe com o verde sendal da Esperança, as nuvens escuras que lhe toldam o céu da vida.

Eu sou o «Futuro» e a ri-

sonha amiga que me segue á «Esperança»!

O Presente

Eu sou a unica realidade da vida! Que importa o dia de hontem, si elle já passou? Para que cuidar do dia de amanhã, si o amanhã não existe? Para que chorar pelo «Passado», si o «Passado» não volta mais?

Só eu tenho direito ao culto dos mortaes, porque só eu lhes posso offerecer gosos; só eu lhes posso chegar aos labios sequiosos a taça cheia do mel por que suspiram; só eu tenho flores para esparzilhes nos caminhos da existencia.

Eu sou o sol a illuminar em pleno meio dia a alma dos moços, dizendo-lhes que a vida é fugaz como um sonho, e que é melhor colher as flores que se lhes deparam no caminho antes que as crescente o vento enregelado da morte e ellas peream, com a frota, o perfume que faz o seu encanto.

Sou eu quem então os hymnos do triumpho nas grandes batalhas da vida; sou eu quem tece as cordas de rosas que cingem as fronteiras dos moços e que o «Passado» trans-

forma, pelo prestigio encantador da «Saudade», em rosas impereciveis.

Como bando multicolor de bellas e irrequietas borboletas, disputando-se em torno de esplendida rosa o goso de sugar-lhe o delicioso nectar, assim, em volta de mim, a mocidade, entregue á doce alegria de viver, busca alcançar com os labios a taça que lhes apresento a transbordar a ambrosia do prazer.

As crianças, essas flores vivas que são o encanto dos lares e das festas, essas só vivem para mim, e os seus cantos, e os seus risos, são hymnos de amor e gratidão entoados ao meu poder.

Eia! mocidade! a vida é o dia de hoje: não percas as horas que te proporeio!

Eu sou o «Presente» e a minha radiante companheira é a «Alegria»!

A Esperança

(CANTO)

Do «Futuro» risonha companheira
Sou a «Esperança» que vos [guia os passos,
E que sempre na sombra dos [espaços
Vos aponta uma estrella a re- [fugir.

Consolo os tristes,
Os desgraçados,
Ergo os prostrados,
Sempre a sorrir!

A Alegria

Mocidade! a vida é bella,
Juncada estrada de flores;
Risos, luzes, esplendores,
Tudo diz: — Vivei! Cantai!
Eia! o «Presente»
Fuige, irradia!
Sou a «Alegria»
Cantai! cantai!

A Saudade

Cantai, embora, se o «Presente» [te é bello!
Cantai, cantai ao mando da [Alegria!
Ha de chegar, mortaes, o triste [te dia
Em que ao «Passado» os olhos [volveteis!

Então amiga
Fiel, constante,
A todo instante
Me invocareis!

Rio Pardo,

Anna Aurora

Antonieta Lisboa Saldanha

Poema "Allegoria ao Hospital de Caridade" (1917) - *O Estimulo* - 20/05/1917 - edição nº 28, página 2.

O ESTIMULO

Allegoria ao Hospital de Caridade

Dedicada ás Damas de Caridade: Ex^{mas}. S^{ras}. D^{as}. Ignez Parolini, Miloca Rosa, Amália Pinto de Moraes, Luiza Ronca e Maria Labourdette. Levada á scena pelos jovens Maria Heloiza Pinto de Moraes e Emilio Pezzi.

(Um mendigo, entrando pela mão de um menino)

Ai! filho, falta-me o alento!
Deixa-me aqui descansar (senta-se sobre uma pedra)
Ai! que soffrer duro e lento!
Dia e noite a mendigar! . . .

A miseria . . . a invalidez . . .
Outr'ora, forte, ao trabalho
Dediquei-me, e hoje . . . vês? . . .
Pobre e enfermo! . . . nada valho!

Ai! filho meu, que canceira! . . .
A estrada é cheia de abrolhos . . .
Vae-se a esperança derradeira . . .
Ai! foge-me a luz dos olhos! . . .

Se ao menos tivesse um tecto
Protector que me acolhesse . . .
Uma palavra de affecto . . .
Se um leito ao menos tivesse . . .

Essa febre me devóra . . .
Mas vamos, filho: Jesus
Só teve na extrema hora
Por leito os braços da Cruz! . . .

Ai! meu Deus! mal posso andar! (ergue-se a meio
e senta-se novamente, sem forças)

O anjo da Caridade, apparecido ao fundo:

Alguem padece aqui: aos meus ouvidos
Soaram tristes «ais», fundos gemidos!

O mendigo:

Dá-me, filho, a tua mão. (estende a mão ao menino)
Vamos pedir, mendigar
Por piedade o nosso pão!

A Caridade, encaminhando-se lentamente para o mendigo
e abrindo os braços como para protegê-lo:

Não partas, filho meu! Aqui me tens!
Sou mãe da desvalida humanidade!
Jamais desamparei o que padece!
— Eu sou a Caridade.

Quando Jesus baixou do Ceu á terra,
Com Elle vim. Fui sempre Amor e Luz.
E tive por asylo immaculado
— O seio de Jesus.

E quando o doce Filho de Maria
Volveu á eterna e sideral mansão,
Deixou-me por abrigo aqui na terra
O seio do christão!

(Aproximando-se mais do mendigo)

Escuta, filho meu: era possível
Que aqui, neste torrão abandonado,

Em que a vida palpita inexaurível
De seiva e de legria,
Alguem soffresse ás sóas, abandonado,
A' clara luz do dia?!

Não! não era possível, filho! Aqui
Almas piedosas, christans,
Velam constante por ti!

Espera! E em breve terás
Para o corpo fatigado
Um leito, e allivio acharás
Para a dura enfermidade,
Sob o tecto abençoado
Do «Hospital de Caridade».

(O mendigo, erguendo-se e pondo as mãos)

Filho, ouvistes? Cobra alento!
Vae ter fim esse tormento!
Pela triste humanidade
Vela a meiga Caridade!

Ajoelha-se com a creança emquanto a Caridade por traz
do grupo dos dois abre os braços como para protegê-los.

(O mendigo, de joelhos e mãos postas)

Deus, terno Pae, e Senhor
Que os nossos destinos rege,
Protege com teu amor
A quem aos pobres protege!

Caxias, 28-4-1917.

Antonieta Lisboa Saldanha

Em reverencia

que teve a nimia gentileza
de nol a enviar.

Agradecidos, osculamos a
mão da illustre patria.

Do «Club Juvenil», rece-
bemos gentil convite para as
festas do Sport Club Juvenil,
a realisarem-se hoje.

Summamente penhorado
pela distincção, o «O Estimulo»
far-se-á representar pelo
seu proprietario-gerente.

Solicitou-nos, gentilmente,
uma assignatura deste semanario
o distincto joven que
ora reside nesta terra. En-
dorge Resin.

Gratos.

Fitas por ataca- do

— que o Moura desistiu, em
favor do Dinarte, da sua can-
didatura á agencia da esta-
ção ferrea desta cidade;

— que uma Mile, da rua
Visconde de Pelotas acha o
Humberto Jordão «um rapaz
muito sympathico»;

— que o Vévelo, sendo ago-
ra «anti-barbantifero», hanta-
se, no cinema, a fiscalisar a

Da repartição de estatística
do Estado, proficiente-
mente dirigida pelo nosso
amigo, major Nathaniel Cun-
ha, recebemos dois exem-
plares da estatística pecua-
ria, organizada com o fim de
patentear no grande certa-
mem nacional, o extraordinário
desenvolvimento da pecu-
aria e seus derivados no
nosso amado Rio Grande.

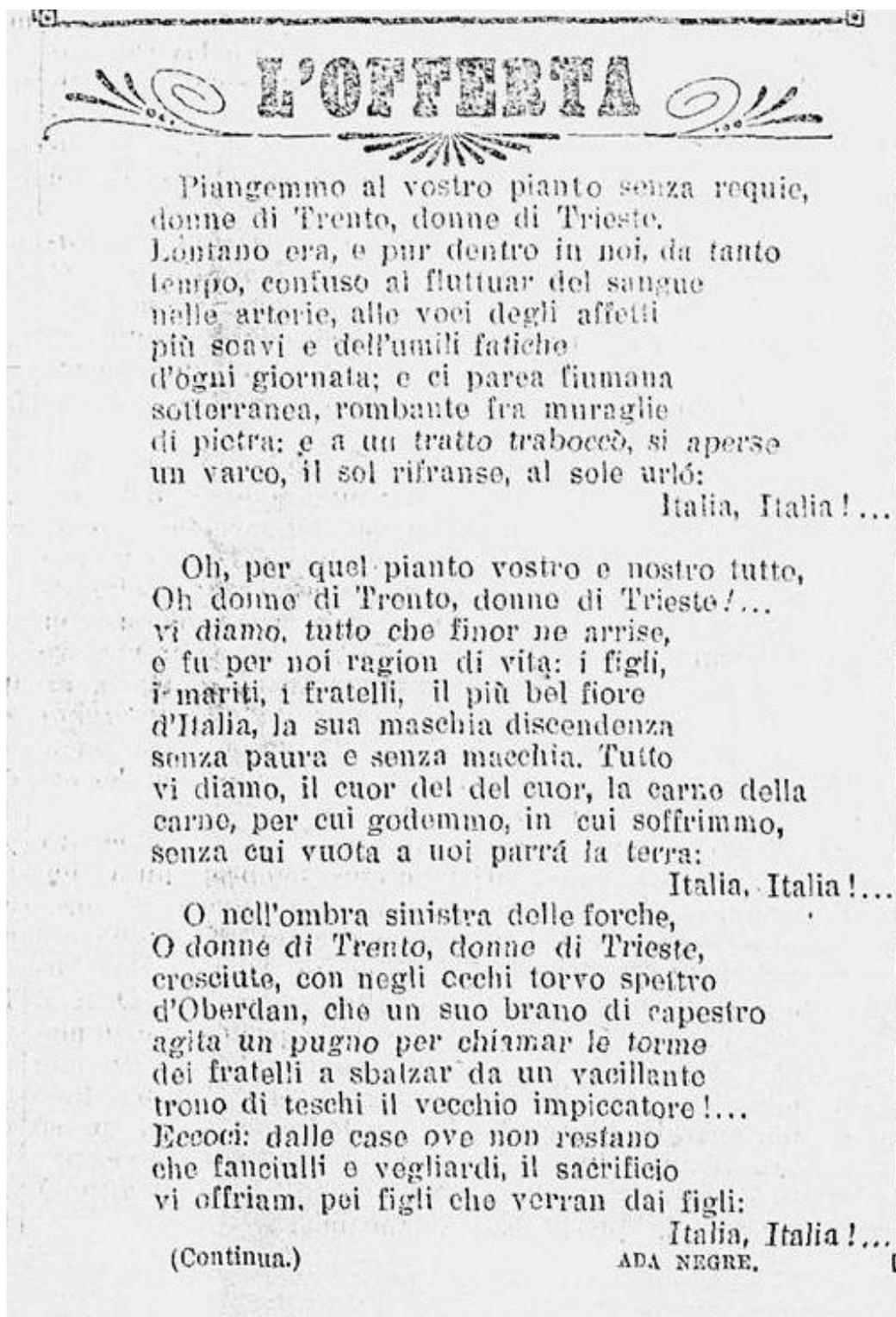
E, a despeito da exiguidade
de tempo, aquella reparti-
ção conseguiu, graças á com-
petencia e patriotismo dos
seus servidores, apresentar
um excellento trabalho, de-
monstrativo da promissora
evolução pastoril do Rio Gran-
de! E' sem duvida um bom
serviço que a repartição de
estatística presta ao Estado,
merecendo, pois, louvores o
seu digno director e mais
auxiliares.

Agradecidos nos confessa-
mos pela gentil offerta.

Honra, hoje, as columnas
do nosso modesto jornalzi-
nho, uma bella producção da
brilhante escriptora, D^a. An-
na Aurora do Amaral Lisboa,

Ada Negri

Poema "L'offerta" (1917) - *Città di Caxias* - 14/08/1917 - edição nº 221, página 3.



Maria do Carmo do Castro

Crônica "O trabalho" (1917) - *O Estimulo* - 02/09/1917 - edição nº 43, página 2.

A reliquia do condemnado

O velho carcereiro lhe lhe affeioara: talvez porque lhe recordasse o filho que deixara em longes terras, talvez compadecido por vêr no jovem condemnado mais uma victima da fatalidade que um criminoso por instineto.

Um dia, alguem vindo de longe, um mendigo esfarrapado, coberto de pó, com os pés a sangrar, entregára-lhe pelas grades da prisão um pequenino embrulho. Depois disso, muitas vezes o velho carcereiro fóra encontral-o a soluçar, estreitando contra o peito alguma cousa que não pudera ver. Nunca o interrogára; respeitava a dôr daquelle desgraçado, temia tortural-o mais, procurando conhecer o segredo daquelle mensagem mysteriosa. Nunca mais o velho conseguiu fazel-o sorrir ou fallar: o infeliz, aniquillado de dôr, procurava os cantos mais escuros da prisão, nunca mais se approximou das grades para receber sol ou vêr a claridade do dia, recusava os alimentos, não dormia: passava as noites a caminhar.

Numa manhã de inverno, em que um lençol de neve cobrira os montes visinhos, estendendo-se pelos campos, pelos telhados, cobrindo de poeira branca os troncos hirtos das arvores, que semelhavam espectros a erguerem para o ceu os braços des carnados numa blasphemia, ao abrir a porta da cela n. 3 em que habitava o joven condemnado, co louco-, como o chamavam ultimamente os outros presos, o velho carcereiro foi encontral-o morto sobre as lages da prisão, apertando com ambas as mãos de encontro aos labios, num ultimo beijo, uma touquinha azul, — a touca do primeiro filho que lhe mandára a esposa idolatrada.

Antonieta L. Saldanha

O Trabalho

— Ennobrece e exalta a creatura: quem trabalha cumpre a sua missão, e abedece a vós do seu Creador. Depois da castidade, o amor do trabalho é o primeiro que o homem deve procurar na companheira da sua vida.

Dote incomparavelmente superior aos bens da fortuna que uma eventualidade qualquer dissipa; enquanto a

mulher laboriosa e economica, não só conserva pequena ou grande fortuna, mas de dia em dia augmenta, ajudando o esposo, se a sua posição é mediocre, ou tornando o duplicadamente rico, se é abastado.

Concedendo-lhe Deus a ventura de ser mãe, seus filhos e filhas educando-se por ella com o bom exemplo, principal incentivo para uma educação serão algum dia copias de tão bello original.

Elles habilitados para serem uns dignos chefes de familias, saberão escolher a mulher que como tal lhe convem: ellas farão, como sua mãe, a ventura d'aquelles a quem se liguem.

MARIA DO CARMO DO CASTRO

A Flôr

A flôr dá o mel, é a filha da manhã, o encanto da primavera, a origem dos perfumes, a graça das virgens, o amor dos poetas: a sua existencia é ephemera como a do homem. porem deixa docemente suas petalas á terra.

Entre os antigos, ella coreava as taças do banquetes os cabellos brancos do sabio; os primeiros christãos cobriam com ella os martyres e o altar das catacumbas; hoje, e como recordação d'esses antigos dias, collocamola em nossos templos.

No mundo atribuímos nossas affeições ás suas côres, a esperanza ao seu verdor, a innocencia á sua brancura, e pudor á sua côr rosada: ha nações inteiras onde ella é o interprete dos sentimentos, e livro encantador que não contem nenhum erro funesto, e que não guarda senão a historia fugitiva das revoluções do corações.

FRACISCA DA ROSA

Dizeres do povo

— A Culpa ficou solteira — Não a quer niuguem que a tem: Logo ao nascer engeitada, E' filha mas sem ter mãe...

Francisca da Rosa

Crônica "A flor" (1917) - *O Estimulo* - 02/09/1917 - edição nº 43, página 2.



Antonieta Lisboa Saldanha

Conto "A relíquia do condenado" (1917) - *O Estimulo* - 02/09/1917 - edição nº 43, página 2.

A relíquia do condenado

O velho carcereiro 'se lhe affeiçoara : talvez porque lhe recordasse o filho que deixara em longes terras, talvez compadecido por vêr no jovem condemnado mais uma victima da fatalidade que um criminoso por instineto.

Um dia, alguém vindo de longe, um mendigo esfarrapado, coberto de pó, com os pés a sangrar, entregára-lhe pelas grades da prisão um pequenino embrulho. Depois disso, muitas vezes o velho carcereiro fôra enconral-o a soluçar, estreitando contra o peito alguma cousa que não pudera ver. Nunca o interrogára; respeitava a dôr daquelle desgraçado, temia tortural-o mais, procurando conhecer o segredo daquella mensagem mysteriosa. Nunca mais o velho conseguiu fazel-o sorrir ou fallar: o infeliz, aniquilado de dôr, procurava os cantos mais escuros da prisão, nunca mais se approximou das grades para receber sol ou vêr a claridade do dia, recusava os alimentos, não dormia: passava as noites a caminhar.

Numa manhã de inverno, em que um lençol de neve cobrira os montes visinhos, estendendo-se pelos campos, pelos telhados, cobrindo de poeira branca os troncos hirtos das arvores, que semelhavam espectros a erguerem para o ceu os braços descarnados numa blasphemia, ao abrir a porta da cela n. 3 em que habitava o joven condemnado, «o louco», como o chamavam ultimamente os outros presos, o velho carcereiro foi enconral-o morto sobre as lages da prisão, apertando com ambas as mãos de encontro aos labios, num ultimo beijo, uma touquinha azul, — a touca do primeiro filho que lhe mandára a esposa idolatrada.

Antonieta L. Saldanha

Antonieta Lisboa Saldanha

Poema: Soneto "Á noite" (1917) - *O Estimulo* - 09/09/1917 - edição nº 44

A' Noite

«E' Deus: mas quem é Deus ninguém o entende
Que a tanto o engenho humano não se estende».

CAMÕES

(Canto ultimo dos «Lusiadas» Estancia LXXX.)

Contemplo scimadora a téla sideral:
Astros . . . e astros, de fulgor diverso . . .
E além, mais! . . . inda mais! . . . Fragil mortal,
Esmaga-me a grandeza do Universo!

Assombra me o Infinito e esse trigal
De tanta luz lá pelo azul disperso.
Remonto-me ao principio universal,
E o espirito assombrado, em pasmo immerso,

Aturdido, interroga: "Qual não é
A Força que os creou e que os conduz?!
— E's pó — diz-me a Razão — e tanta luz

Não busques desvendar, triste galé:
«É Deus: mas quem é Deus ninguém o entende
Que a tanto o engenho humano não se estende».

Caxias, 10—6—917.

Antonieta Lisboa Saldanha



Anna L. Saldanha

Conto "A magia dos milhões" (1917) - *O Estimulo* - 09/09/1917 - edição nº 44, páginas 1 e 2.

A magia dos milhões

O jovem millionario mirou-se ao espelho . . . Realmente a sua figura era sympathica e tornava-se attrahente, a envergar aquelle traje impecavel. . .

Olhou o relógio: faltavam 30 minutos para ás 8 horas em que devia comparecer ao baile que lhe offercia o abastado capitalista Lemos.

Reclinou-se, pois, o jovem millionario, na macia poltrona e poz-se a murmurar consigo tristemente: «Consegui o que tanto almejava! E quantos annos de vida eu daria para ser o que era! . . . Todos as portas se abrem, os homens disputam a minha amizade; as damas dão-me seus mais doces sorrisos . . . E o que me foi preciso para isso? Que me apresentasse rigorosamente vestido e possuisse um milhão! Ninguem indaga ao millionario como adquiriu tanto dinheiro e fascinados pelos dourados reflexos do ciro, prestam-lhe todas as homenagens.

Outr'ora olhavam-me com desdém, fugiam de mim e eu era um homem de bem! . . . Senti-me um dia revoltado contra a sorte, cansado do desprezo dos homens e jurei ser rico; gozar o que via outros gozarem, e parti para longinquoas terras. Lá cometi, sobre um nome supposto, todas as baixezas. Roubei, a horas mortas assaltei os transeuntes incutidos a pedir-lhes — bolsa ou vida — e conseguia sempre juntar mais uma migalha ao meu thesouro. Quando me achei satisfeito, tomei precauções e voltei á minha terra. E-- oh! miseria! — as portas que outr'ora se fechavam ao pobre honrado, abriram-se de par em par ao ladrão opulento; as damas, que reusariam mortificadas apertar a mão callosa do humilde

trabalhador, aceitam a sorrir desvanecidas, o braço do millionario sem honra!»

Pelos seus labios deslizou um sorriso de amarga ironia. Depois continuou:

— «Mas de que me serve tudo isso? A felicidade não está na opulencia, na riqueza; infeliz, só agora o comprehendo. Se eu pudesse ter a tranquillidade de outros tempos e a cada desprezo repetir commigo, erguendo altivo a fronte: — Sou um homem de bem! Como seria feliz!»

Consegui negar a Deus, reneguei o meu nome, mas não posso negar a consciencia, abafar esta voz implacavel que me esta sempre a condemnar, que torna inquieto sobresaltado o meu somno. E o que é a consciencia? Uma particula da divina justiça! Se a nossa vida tão curta termina na gelidez do túmulo, porque á mais leve culpa nos condemna a consciencia?

Talvez que seja a voz de Deus que está sempre severa a nos avisar que a nossa missão não termina aqui e que um dia teremos de prestar contas de nossos erros. . . »

Comprimiu a fronte:

— «E julgam-me feliz e... invejam-me!»

E quantas vezes suffoco uma voz que me brada cá dentro: Ladrão! Miseravel!»

O rumor de um automovel veio despertalo de tão cruéis pensamentos.

Ergueu-se rapidamente,

Na sala o relógio dava compassado 8 badaladas.

Mirou-se novamente ao espelho, pegou a cartola, as luvas, deu uma expressão jovial ao semblante e desceu apressado as escadarias.

.

Momentos depois, no salão, profusamente illuminado, do palacete do capitalista Lemos, correu um murmurio de admiração: no limiar da porta curvava-se, numa mesura galante, a figura sympathica do jovem millionario.

Os cavalheiros ergueram-se apressados, as damas suspendendo por momentos o oscilar dos leques scintillantes, dirigiram para a porta os seus olhares languidos, avelludados instinctivamente levaram as mãos aos setinosos cabellos

para certificarem-se se não lhes fugira algum fio rebelde.

Emquanto todos olhos para elle convergiam, pelo pensamento do millionario passava rapido o pobre desprezado de outros tempos, o homem honrado, cuja entrada naquelles salões era vedada e a seus labios assomou um sorriso de desprezo, acaso talvez que elle experimentava em face daquella sociedade corrompida que elle sabia cortejar nelle sómente o brilho dos milhões.

Anna L. Saldanha

Secção para os

escolares

A Leitura

Para que serve a leitura? A leitura serve para illustrar o espirito humano.

Não é só preciso saber ler, mas, tambem comprehender o significado das palavras das phrases, dos periodos. E' preciso tambem reter bem na memoria o que lemos, interpretar bem palavra por palavra, sentença por sentença, e depois é necessario que escolhamos as obras dos melhores escriptores.

Os livros mais uteis são os de sciencia, os dictionarios, as enciclopedias. Nos dictionarios achamos o significado das palavras que não conhecemos.

Lendo, aprende-se muito: aprende-se a conhecer o mundo, a vida dos pobres, e a vida dos ricos; aprende-se muitas cousas necessarias e uteis ao nosso espirito; a escrever com estylo etc. etc.

Tudo o que quizermos saber está descripto nos livros: viagens, factos, dramas, feitos historicos e modernos.

A leitura é muito necessaria. Quem não lê, não conhece nada, nem mesmo sabe se existem outras partes do mundo, além daquella onde vive.

Devemos ler para nos instruírmos, interpretar tudo minuciosamente.

Sem a leitura nada se pôde conseguir.

B. BARBIERI.

O coração descrente é um asylo de soffrimentos e dolorosas queixas sentidas.

Julia Lopes de Almeida

Epístola "Uma carta ao meu filho" (1917) - *O Brazil* - 22/12/1917 - edição nº 339, página 2.

O Brazil na Guerra

UMA CARTA DE JULIA LOPES DE ALMEIDA

Pouca gente no Brazil conhece de todo os brilhantes trabalhos da talentosa patriota Julia Lopes de Almeida, romancista de nomeada e autora de numerosos escriptos publicados nas columnas dos jornaes.

Pois é dessa escriptora a carta que abaixo transcrevemos, na qual Julia Lopes dirige a seu filho, alistado como voluntario nas fileiras do exercito, os conselhos ditados pelo seu coração de mãe e pelos seus sentimentos patrioticos. E' esta a missiva :

A meu filho

Faço justiça ao teu caracter e ao teu coração, de pensar que não são necessarios, nesta hora grave e solemne, os conselhos de tua mãe. Até há dias tu eras um brasileiro, apenas. Hoje és um «soldado brasileiro». Perante Deus, que lê na minha alma e conhece as minhas acções, posso erguer a minha humilde cabeça, convicta de que cumpro o meu dever de brasileira, creando-te e educando-te em condições de fazer de ti um patriota.

Esse amor que deves á tua Patria, meu filho, deve ser, tem de ser semelhante, na capacidade de sacrificio e de abnegação, ao amor que tenho por ti. O amor patriótico só é comparavel ao amor maternal. Cada fraca mulher está prompta a dar a vida pelo seu filho, como cada homem deve estar sempre preparado a dar a vida pela sua Patria. A nenhum outro amor elle pode comparar-se porque todos os amores estão na dependencia da inconsciencia, do capricho, do prazer, do ciúme e do interesse, e o amor da Patria não fadiga e se sobrepõe a todas as considerações do egoismo e dos baixos instinctos humanos.

A tua Patria sobre todas as cousas, pois que nada seria mais do que um pátria, se a Patria não fizesse de ti um cidadão, se ella não te houvesse concedido, na comunidade humana, o nobre direito de ser «alguem» sobre a terra e se não tivesse dado a familia immensa e poderosa dos teus concidadãos. Ser meu filho é ter, apenas, uma pequena familia limitada pelos laços do sangue. Ser brasileiro é ter uma familia de trinta milhões de irmãos, solidarios no mesmo dever imprescriptivel, beneficiarios das mesmas glorias, associados no mesmo destino.

A tua mocidade e o teu nascimento fizeram de ti um soldado brasileiro. Eu, que sou tua mãe, que te criei e te defendi, colloco-me, hoje, sob a tua protecção, abrijo-me á tua força, considero-me sob a tua defesa.

A honra de nossa Patria é tambem a honra de tua mãe, e não hesito crêr que tu sabrás, em qualquer campo, defendel-a de qualquer ameaça e vingal-a de qualquer offensa.

Olho, hoje, para ti, com outros olhos. Esqueço que te vi, pequenino e fragil, no meu regaço, que te embalei nos meus braços e te protegi com o meu amor. Vejo em ti, apenas um homem: uma força activa e consciante, uma energia resoluta — um «soldado». O quartel é, hoje, teu lar. A tua mãe é, hoje, a tua Patria.

Para ser um digno soldado, não basta, porem, que a tua coragem e a tua dedicação estejam, incondicionalmente, ao serviço do nosso querido Brazil, que foi o nosso berço e que, espero em Deus, abrigará os nossos restos mortaes para serem dissolvidos e integrados na belleza da terra brasileira. Não, meu filho. Não basta a coragem, não basta o amor. E' preciso tambem, que, sendo um soldado, tu tenhas o culto apaixonado da honra, a consciencia immaculada, e que professes a religião varonil do cavalheirismo.

E' necessario que te estimes a ti proprio, que a tua alma limpa tenha a belleza das almas dos paladinos. Quanto honrada for a mão que empunha a espada, tanto mais forte e invencivel ella será. Sê leal e generoso, embora energico e inflexivel.

Não abuses da tua força contra os fracos. Não desampares nunca a innocencia. Assim serás o digno soldado de uma Patria magnanima, que nunca fez a guerra senão para desafrontar a sua honra e salvaguardar a sua dignidade. Uma Patria honrada precisa de que a honra dos seus soldados seja inatacavel, e antes eu quizeria ver-te morto do que manchasses com uma acção indigna, do que tu tivesses de corar, á tua farda de soldado. Ella deve revestir a tua honra immaculada, como o vestido de noiva de tua mãe revestia a honra da sua castidade.

O que eu te digo estarão a dizel-o connigo, embora poucas outras palavras mais simples, e mais bellas, todas as mães brasileiras aos seus filhos, nesta hora em que o Brazil nos reclama a ddiva mais que todas sagrada, que nenhum pode recusar á sua Patria e que de tão augusta magostado reveste a nossa maternidade.

A mão tom que te abençoou não treme ao indicar-te o caminho do dever e da honra. O meu orgulho de patriota serve de balsamo á minha dor de mãe.

O quartel é hoje o teu lar. O exercito é hoje a tua familia. Práza a Deus que possas regressar brevemente aos meus braços, mas seja qual for o praso que o destino marque para minha saudade, eu a sofrerêi sem lastimar-me, confiante em que não voltarás para perto de mim sem haveres desafrontado a tua Patria!

Durante vinte annos tu te curvaste, reverente, diante de mim, beijando a mão que te acariçou e guiou. Hoje, sou eu que me inclino, respeitosa, diante de ti, porque tu és um «soldado brasileiro», porque tu representas uma particula da Patria, da sua coragem da sua honra e da sua força.

Julia Lopes de Almeida.

Do

Re para resid apredidas geral ás au recol defor va e cidac ticuli Caxi pelo com Ca 1917.

O:

Celle

No lectiv ditud sino, resul 1ª provy Bere Guil Rões na C ba José Trei miro A:

Ond Rolé phie Men de C Age Gac nie 2º pro Bra chi, Spa tão Luz A The gan Hos 1º

pro da An; ghe Pec A Am Ort 2º pro guc A

Ma f Ma Sil 1º Jac 2º pro Po

sã

de ill cu de ta de ai

Vivita Cartier

Poema "Matinal" (1918) - *O Brazil* - 23/03/1918 - edição nº 11

MATINAL

*Envolta em branco vestido,
Dirigi-me ao laranjal
Todo em flor e humedeado
Pelo orvalho matinal.*

*Entre infantis apparatus,
Com flores me coroei;
Depois, vestido e sapatos
De flores ornamentei.*

*E flores accommodava,
Tentando a composição
De um ramo que já sonhava
Um mimo de perfeição.*

*Um passarinho gracioso,
Que alli andava a cantar,
Pôs-se a rir, e mulçioso,
Começou a observar.*

*Murmurando em ar de troça,
Num gorgueio de cristal:
«Que esquisitice de moça
E que modo original!»*

*Um outro, manso, deslisa,
Explicando, familiar:
«São cousas de poetisa
Que se quer celebrar!»*

*Patetas! Fiquem calados!
(Muito prompta lhes gritei)
Vocês são bem atzados
Para querer deitar lei...*

*«Vivita! Escuta, Vivita!
Não te zangues, por favor...*

*Ficas, porem, esquisita
Adornada com tal flor.*

*Si nem tens noivo, brageira,
Não te vaes casar, enfim!
Com flores de laranjeira
Porque te coroaeste assim?»*

*Ao meigo cantor gracioso,
Sorrindo, puz-me a dizer:
Pois meu amor, luminoso,
Agora mesmo vaes ver.*

*Eil-o! Meu noivo apparece
Sempre fascina e seduz
Seu brilho, que o mundo aquece,
Enchendo-o de farta luz!*

*Repara quanto me adora!
Como me afaga, gentil,
E ardente me revigora
Com suas caricias mil!*

*E' o sol, que me dá saude!
E' o sol, que me dá calor!
Minha fragil juventude
Necessita o seu amor!*

*E' para o sol que me enfeito
E faço apparatus laes;
Neste goso puro e eleito
Ha mysterios ideaes.*

*E posso com a flor brilhante
Sempre a fronte coroar:
Não me macilla este amante,
Só sabe purificar!*

(Caxias, 1917) VIVITA CARTIER

N. R.—Estes lindos versos de Vivita Cartier tiramo-los, *data venia*, do ultimo numero da «Mascara», que se publica em Porto Alegre. E' um delicioso brinde que offertamos aos nossas leitores.

Significa, tambem de nossa parte,

uma singela homenagem a essa poetisa graciosa e espontanea, que, como uma avesinha canôra, veio refugiar-se neste recanto da serra, para lantar o deslumbramento de nosso sol e a pureza de nossas flores...

Antonieta Lisboa Saldanha

Poesia "Alvorecer" (1918) - *Città di Caxias* - 20/04/1918 - edição nº 251, página 3.

Rimas sem Metro
LIVROS DE VERSOS

Pela intelligente senhorita e inspirada Poetisa Antonieta Saldanha foi-nos offerecido o seu bem cuidado livro de versos, cujo nome serve de epigraphe.

Traz boas e inspiradas produções poeticas revelando o alto conhecimento e vasta illustração.

Traz a opinião abalisada do maior poeta Rio-Grandense, Zeferino Brazil, o auctor do Vovó Musa, e expressa-se em termos elogiosos à illustre Poetisa.

Agradecidos pela valiosa offerta pedimos venia para transcrever o seu inspirado sonete "Alvorecer" que Zeferino Brazil denominou de magistral.

"Alvorecer"

Pouco a pouco colora-se o horizonte.
 Infiltra-se da matta na espessura
 A luz do alvorecer. Sonora fonte,
 Banhando os seixos, limpida, murmu
 [ra.

Jã se divisa o pincaro do monte.
 Somnoienta espreguiça-se a Natura...
 Espera que o astro-rei fugido aponte
 E a luz jorre dos prados na verdara.

Oscillam brandamente os quentes ni-
 [nhos.
 A brisa agita os leques das palmeiras
 Pipilam docemente os passarinhos,

De manso e leve, as pennas sacu-
 [dindo.
 --Depois se ouve um ruflar d'azas
 [ligeiras
 E uma chuva de perolas cahindo...

Ignacia Gomes da Silva

Questionário "Confidencias" (1918) - *A Perola* - 19/05/1918 - edição nº 7, página 2.

" **A Perola,**


 **Confidencias** 

Responde hoje ao nosso questionario, mademoiselle Ignacia Gomes da Silva, um dos bellos ornamentos da «elite» Alegretense.

As respostas do questionario abaixo, devem vir dirigidas á Redacção d'„A Perola,“ e devidamente assignadas pela autora.

Questionario	Respostas
A minha paixão dominante — Viajar.	
O meu defeito principal — Ser envejosa.	
O que eu penso dos homens — Não sei...	
O que eu mais gosto de fazer — Cultivar as flôres.	
O meu ideal — A musica.	
A minha flor predilecta — Violeta.	
Os poetas que eu mais admiro — O. Bilac e R. Correia.	
Os musicos que mais eu gosto — Verdi e Weber.	
O que meu paladar prefere — Fructas.	
O "Sport,, da minha predilecção — «Tennis»	
O que eu mais detesto — Orgulho.	
Os melhores artistas do Cinema—Mme. Robine e Bigòdinho	
O animal que eu prefiro — Coêlho.	
A minha divisa — Esperar para alcançar!	

(Alegrete, 10 de Maio 918.) *Ignacia Gomes da Silva.*

Charley d'Aubry

Poema "Violetas" (1918) - *O Estimulo* - 19/05/1918 - edição nº 78

Violetas . . .

Guardo-as ainda, as timidas violetas
Que uma manhã mandaste-me, mirradas.
Seccas estão agora, as predilectas
Flores das almas simples e maguadas.

Amo-as, porque do coração dos poetas
Trajam as cores tristes . . . arroxeadas . . .
Lembram visões de pallidos ascetas
Vagando por florestas encantadas!

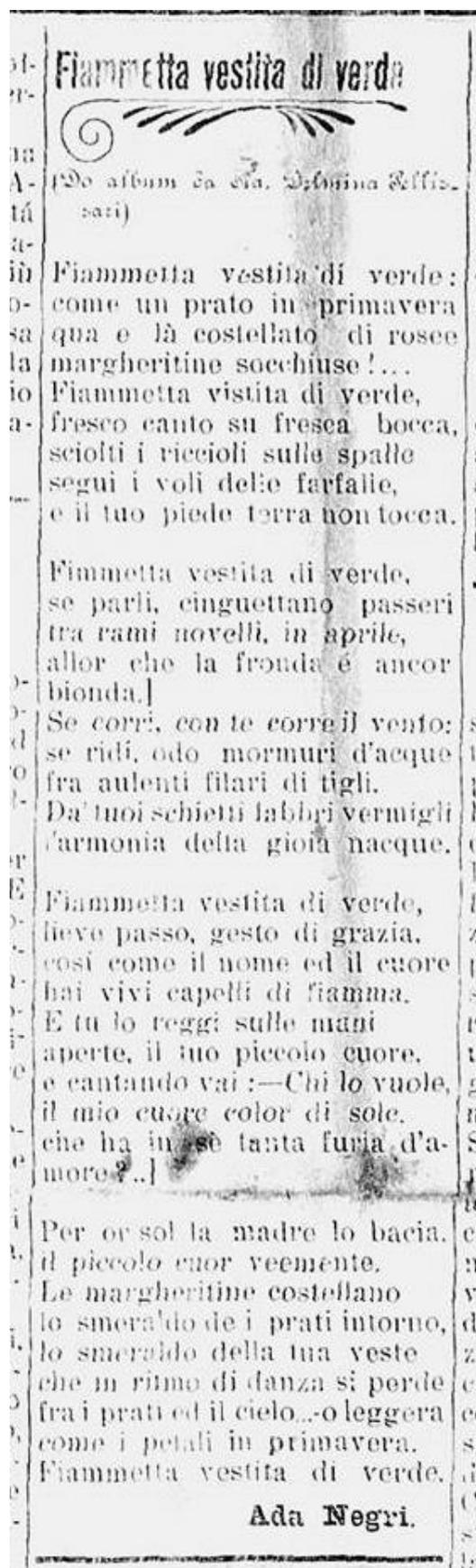
Amo-as porque o perfume de tu'alma
Desse bouquet de pequeninas flores
Se evola, e sou feliz em aspira-lo!

Conservo-o — é um talismã feito de amores —
E nelle vendo a tua imagem calma
Não me canso jamais de contempla lo.

Charley d'Aubry

Ada Negri

Poema "Fiammetta vestita di verde" (1918) - Città di Caxias - 14/09/1918 - edição nº 270



Antonieta Lisboa Saldanha

Sobre a obra *Rimas sem Metro* (1918) - *Città di Caxias* - 20/04/1918 - edição nº 251, página 3.

Rimas sem Metro
LIVROS DE VERSOS

Pela intelligente senhorita e inspirada Poetisa Antonieta Saldanha foi-nos offerecido o seu bem cuidado livro de versos, cujo nome serve de epigraphie.

Traz boas e inspiradas produções poeticas revelando o alto conhecimento e vasta illustração.

Traz a opinião abalisada do maior poeta Rio-Grandense, Zeferino Brazil, o auctor do Vovó Musa, e expressa-se em termos elogiosos à illustre Poetisa.

Agradecidos pela valiosa offerta pedimos venia para transcrever o seu inspirado sonete "Alvorecer" que Zeferino Brazil denominou de magistral.

"Alvorecer"

Pouco a pouco colora-se o horizonte.
 Infiltra-se da matta na espessura
 A luz do alvorecer. Sonora fonte,
 Banhando os seixos, limpida, murmu
 [ra.

Já se divisa o pincaro do monte.
 Somnoienta espreguiça-se a Natura...
 Espera que o astro-rei fuigido aponte
 E a luz jorre dos prados na verdura.

Oscillam brandamente os quentes ni-
 [nhos.
 A brisa agita os leques das palmeiras
 Pipilam docemente os passarinhos,

De manso e leve, as pennas saeu-
 [dindo.
 --Depois se ouve um rufiar d'azas
 [ligeiras
 E uma chuva de perolas cahindo...

Anna Lisboa Saldanha

Conto "A paz da consciência" (1919) - *O Brazil* - 13/12/1919 - edição nº 46.

A PAZ DA CONSCIENCIA

Fui encontrar-o calmo, risinho, a trabalhar na officina da prisão.

Fôra sempre honrado e bom, alma pura, coração generoso.

Apparencias enganosas haviam motivado a sua condenação, enquanto que o verdadeiro criminoso, impune, ignorado, vivia talvez feliz!

Era innocente, eu o sabia, e porisso surprehendi-me ao vel-o alegre, a cantarolar, quando os outros condemnados ali reunidos, taciturnos, cheios de odio e de revolta, traziam estampados na physionomia, os traços fundos da dôr e da raiva.

No entretanto, devia ser elle o mais infeliz, o mais desgraçado! Estava innocente e soffria a punição de um crime por outro commettido! . .

— Não te comprehendo, disse-lhe eu, penso encontrar-te em desespero, acabrunhado, e, entre todos estes infelizes, és o unico que sorri! . .

— E' que, respondeu-me elle tranquillamente, possuo o thesouro incomparavel que nos torna felizes mesmo no meio de amargas dores, que nos faz supportar impavidos a injustiça dos homens e os embates da sorte.

— E que thesouro magico é este? — perguntei-lhe.

O condemnado fitou-me com seus olhos limpidos, serenos, e com a voz clara, convicto, disse:

— A paz da consciencia!

Anna Saldanha.